

ORGANIZADORES

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Ricardo Francisco Sarmiento dos Santos

Psicologia em CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

saúde mental, desenvolvimento
e vulnerabilidades sociais

ORGANIZADORES

Leilane Cristina Oliveira Pereira
Ricardo Francisco Sarmiento dos Santos

Psicologia em CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

saúde mental, desenvolvimento
e vulnerabilidades sociais

I São Paulo I 2026 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P974

Psicologia em Contextos Contemporâneos: saúde mental, desenvolvimento e vulnerabilidades sociais / Organização Leilane Cristina Oliveira Pereira, Ricardo Francisco Sarmiento dos Santos. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-705-7

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-705-7

1. Psicologia. 2. Saúde mental. 3. Desenvolvimento humano. 4. Vulnerabilidades sociais. 5. Revisão de literatura. I. Pereira, Leilane Cristina Oliveira (Org.). II. Santos, Ricardo Francisco Sarmiento dos (Org.). III. Título.

CDD 150.7

Índice para catálogo sistemático:

I. Psicologia – Pesquisa

Júlia Marra Torres - Bibliotecária - CRB: SP-011583/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Estágio em editoração	Emanuelle Vitória Miranda da Silva Rayssa Santos Arrais
Imagens da capa	Magnific - AI Generator, Layerace - Magnific.com
Tipografias	Acumin, Elizeth, Magno Sans Variable, Neighbor
Revisão	Os autores e os organizadores
Organizadores	Leilane Cristina Oliveira Pereira Ricardo Francisco Sarmento dos Santos

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Adriana Flávia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt <i>Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Caio Cesar Portella Santos <i>Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil</i>
Alaim Passos Bispo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil</i>	Carla Wanessa do Amaral Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alessandra Knoll <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Cassia Cordeiro Furtado <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Ana Rosangela Colares Lavand <i>Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Christiano Martino Otero Avila <i>Universidade Federal de Pelotas, Brasil</i>
André Tanus Cesário de Souza <i>Faculdade Anhanguera, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Andressa Antunes <i>Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil</i>	Cristiana Barcelos da Silva <i>Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade do Estado do Amapá, Brasil</i>	Dayse Centurion da Silva <i>Universidade Anhanguera, Brasil</i>
Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>	Dayse Sampaio Lopes Borges <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil</i>	Deilson do Carmo Trindade <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Diego Pizarro <i>Instituto Federal de Brasília, Brasil</i>
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>	Edilson de Araújo dos Santos <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Faustidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelí Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Agradecimentos15

Apresentação 16

CAPÍTULO 1

Ana Clara da Silva Ramos

Maria Clara da Silva Abrantes

Stefannya Lins Dias

Tatilene Moreno da Silva

Victória Bezerra Saturnino Ferreira

Maria das Graças Lima Barbosa

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Mães de autistas:
experiências e desafios.....18

CAPÍTULO 2

Kamila Correia de Sousa

Maria Eloiza Batista Vieira

Sarah Kethleen Albuquerque Nascimento

Samantha Josefa de Sena Oliveira

Wesla de Oliveira Lima Rodrigues

Ricardo Francisco Sarmiento dos Santos

Leilane Cristina Oliveira Pereira

**Violência contra
a mulher na pandemia:**
aumentos e impactos36

CAPÍTULO 3

Maria Eduarda Alves de Abrantes

Willianny Tavares de Almeida

Sara Silva Campos

Maria Helena Fernandes de Melo

Etelvira Félix Da Silva

Thiago Lacerda Sarmento

Maria Jamylle das Chagas Aguiar

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Violência sexual

contra a mulher:

revisão sistemática da literatura.....55

CAPÍTULO 4

Flávia Jane Oliveira Bento

Letícia Tavares Lisboa

Micaely Soares Correia

Maria das Graças Lima Barbosa

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Luto gestacional:

o impacto do luto gestacional na saúde mental

e papel da rede de apoio.....69

CAPÍTULO 5

Alzira Cristina Neves da Silva

Bárbara Emílya Batista de Brito

Filipe Wesley da Silva

Geane da Conceição Araújo

Luan David da Silva Rolim

Luan Monteiro Campos

José Carlos Tavares Cavalcanti

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Aspectos psicológicos

do puerpério:

a vivência emocional das mães

no pós-parto87

CAPÍTULO 6

Aparecida Waleska Pereira Alves
Edval Macena Anastácio
Lavínia Agnes Ribeiro Neri
Renato Renner Alves Rodrigues
Maria Janylle das Chagas Aguiar
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Psico-oncologia:

saúde mental dos pacientes oncológicos,
desafios enfrentados pelos profissionais da saúde 103

CAPÍTULO 7

Amábily Debora Alves Gomes Rodrigues
Amanda Laysse da Silva Feitosa
Mayara Kelly Gonçalves Alves
Tainara Evilly Gonzaga da Silva
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Análise da influência

do sentimento de apego ao lugar
na saúde mental do indivíduo 120

CAPÍTULO 8

Beatriz Higino Fernandes
Fabiana Pedrosa de Farias
Maria Rita Elias Silveira
Millena Emmilly Medeiros Gonzaga
Quintino Gadelha de Abrantes
Hanna Licia Araújo de Sá
José Carlos Tavares Cavalcanti
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Sistema prisional

e saúde mental:
uma revisão sistemática de literatura..... 136

CAPÍTULO 9

Ana Clara de Andrade
Maria Thays Gonçalves do Nascimento
Mahara Soares de Lima
Lauanda Letícia de Sousa Lacerda
José Carlos Tavares Cavalcanti
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Psicologia jurídica:

infância e juventude 152

CAPÍTULO 10

Jhamala Leite Formiga

Joaquim Hertz Gabriel Filgueira

Neuma Camilly Mariano Estrela Oliveira

Tiago Braga de Lima

Maria Jamylle das Chagas Aguiar

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Alienação parental:

revisão da literatura sobre os efeitos psicológicos

no desenvolvimento infantil..... 169

CAPÍTULO 11

Giovanna da Silva Almeida

Luiz Felipe Abrantes Diniz

Maria Nayara Veríssimo Barrozo

Maria Yasmim Duarte Lopes

Nicolle Casimiro Sarmiento

Ricardo Francisco Sarmiento dos Santos

Hanna Licia Araújo de Sá

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Revisão de literatura:

sobre violência sexual contra

crianças e adolescentes..... 184

CAPÍTULO 12

Amelly Maria Nogueira Dionísio

Louise Rolim dos Santos

Maria Clara Alves Dantas

Maria das Graças Lima Barbosa

Maria Kelly Cardoso Araújo

Verianne Pinheiro Monteiro

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Medidas socioeducativas:

sua história e consequências frente

o papel do psicólogo 202

CAPÍTULO 13

Ana Clara Maciel de Sousa Rodrigues

Ana Livia Ribeiro Freitas

Francisca Amanda Trajano da Silva

João Luis Vieira Gonçalves de Azevedo

Patrícia Kelly Lacerda Silva

Maria Luiza Bezerra Félix

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Uso do projeto de vida adolescentes

nas políticas públicas..... 218

CAPÍTULO 14

Franklin Marley Lima Gonçalves

Marianny de Oliveira Santos

Maitê De Oliveira Guilherme

Maria Rita Pereira Estrela

Milena Lopes de Abrantes

Maria Luiza Felix

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Apoio familiar no desenvolvimento

do adolescente..... 237

CAPÍTULO 15

Samille Helena Pereira

Maria Clara de Souza Braga

Maria Clara Alves Pereira

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Revisão de literatura:

estresse na escola e dificuldade

de aprendizagem em adolescentes 253

Sobre a organizadora e o organizador..... 266

Sobre os autores e as autoras..... 267

Índice remissivo..... 278

*"Tudo o que é
humano me diz respeito"*

Terêncio

AGRADECIMENTOS

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Registro, inicialmente, meu agradecimento aos alunos, pela dedicação, pelo compromisso e pela qualidade da interlocução construída ao longo deste percurso. Destaco a importância da participação ativa de cada um, que possibilitou não apenas a produção dos trabalhos, mas também um processo formativo marcado por avanços significativos na escrita acadêmica e na construção do pensamento científico.

Aos monitores, expresso meu sincero reconhecimento pela colaboração qualificada e constante ao longo de todas as etapas. A atuação de vocês foi fundamental para o desenvolvimento deste projeto, contribuindo com um olhar criterioso e comprometido. Ressalto, ainda, o caráter formativo dessa experiência, que favorece o desenvolvimento da autonomia e o amadurecimento no campo da pesquisa.

Agradeço ao Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM) pela estrutura disponibilizada e pelo apoio institucional, incluindo o financiamento parcial viabilizado pela PROPEX. Estendo este agradecimento à coordenação do curso de Psicologia, pela confiança, parceria e pelo acompanhamento atento à disciplina, elementos essenciais para a concretização deste trabalho.

Por fim, registro meu agradecimento à espiritualidade, pela oportunidade de vivenciar este percurso em um momento tão singular, marcado pelo encontro de trajetórias, circunstâncias e pessoas. Reconheço, com sensibilidade, a importância de ter compartilhado este processo formativo com este grupo específico, e sou grata pela oportunidade de ter exercido a docência junto a esses alunos nesta etapa de suas formações.

APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto de um processo coletivo de estudo, pesquisa e construção do conhecimento realizado no âmbito de duas disciplinas do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM). Ao longo de um ano de trabalho, os capítulos aqui reunidos foram desenvolvidos por grupos de estudantes, com acompanhamento sistemático da monitora e da professora responsável, em encontros semanais dedicados à leitura, discussão e produção científica.

Cada capítulo representa o esforço dos autores em investigar e sistematizar conhecimentos atualizados sobre diferentes temas relevantes para a Psicologia, abordando questões que atravessam a saúde mental em distintos contextos sociais, familiares e institucionais. As produções resultam, em grande parte, de revisões de literatura e análises teóricas que buscaram mapear o estado atual das pesquisas em áreas como infância e juventude, violência, sistema prisional, maternidade, adoecimento, políticas públicas e desenvolvimento humano.

A proposta desta obra é contribuir para a ampliação do acesso ao conhecimento científico, oferecendo à comunidade acadêmica e aos profissionais da área um conjunto de reflexões fundamentadas em pesquisas recentes. Ao reunir esses estudos em um único volume, busca-se favorecer a circulação de informações qualificadas e estimular o diálogo entre ensino, pesquisa e prática profissional.

É importante destacar que esta publicação foi viabilizada por meio de um esforço coletivo. O projeto contou com o apoio financeiro do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), bem como com a colaboração dos estudantes autores dos capítulos

e da professora organizadora, que também contribuíram para a concretização desta obra.

Esperamos que este livro possa servir como fonte de consulta, reflexão e inspiração para estudantes, pesquisadores e profissionais interessados nos múltiplos temas que atravessam a Psicologia contemporânea, fortalecendo o compromisso da universidade com a produção e a socialização do conhecimento científico.

1

*Ana Clara da Silva Ramos
Maria Clara da Silva Abrantes
Stefannya Lins Dias
Tatilene Moreno da Silva
Victória Bezerra Saturnino Ferreira
Maria das Graças Lima Barbosa
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

MÃES DE AUTISTAS: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

INTRODUÇÃO

A criação de um indivíduo requer esforços dos pais e familiares para educar e garantir o acesso a direitos fundamentais, como educação e qualidade de vida. Embora outros membros familiares também sejam responsáveis pelo desenvolvimento da criança, a responsabilidade recai integralmente sobre a mãe. Com o discurso filosófico e econômico de que os cuidados com a prole eram atribuição da mulher, a partir de uma “natureza feminina” intrínseca, já que era a única capaz de gerar e parir, esse pensamento consolidou-se na sociedade (Moura; Araújo, 2004).

Esse período é marcado por vivências difíceis, e os cuidados são redobrados quando a criança possui deficiência ou atraso no desenvolvimento, como no caso de crianças atípicas ou neurodivergentes. Segundo Nunes (2020), atípico refere-se àquilo que está fora da normalidade, do habitual ou irregular. Desse modo, a criança com desenvolvimento atípico apresenta dificuldades de socialização e aprendizagem, exigindo maior atenção no processo de estimulação e aquisição de conhecimento (Conceição *et al.*, 2021).

Entre as diversas modalidades de crianças atípicas, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dos mais comuns. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5.^a edição (DSM-5-TR) (APA, 2022), o TEA caracteriza-se por dificuldade persistente na comunicação, interação e reciprocidade social, no uso de gestos e expressões e nas habilidades para desenvolver, manter e compreender relações. Além disso, exige a presença de comportamentos restritos e repetitivos, interesses ou atividades, e sintomas que causem impacto significativo na vida da pessoa.

Segundo Viana e Benicasa (2023), o termo maternidade atípica caracteriza mães que defendem e lutam pelos direitos de seus filhos atípicos, além de carregarem, muitas vezes, a responsabilidade

pelo cuidado integral deles. Essas mães enfrentam diversos desafios, lidando com uma realidade diferente daquela idealizada durante a gestação. É necessário maior suporte para desenvolver atividades e habilidades da criança, bem como obter informações sobre o trans-torno, recursos e técnicas que possam auxiliar no seu desenvolvi-mento (Minetto; Löhr, 2016).

De acordo com o estudo de Luis (2023), realizado na Universidade Federal da Paraíba com uma amostra de 153 mães, 88,9% apresentam algum nível de estresse, sendo 53,6% com níveis moderados e altos. Em pesquisas mencionadas por Schmidt e Bosa, existe nas mães uma tensão física e psicológica, na qual 66% apre-sentam sentimento de culpa e 33% têm incertezas em relação às suas habilidades maternas.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as mães de crian-ças autistas por meio de uma revisão da literatura científica sobre o tema. Os textos apresentados discutem estudos direcionados a mães com filhos autistas, abordando suas narrativas e experiências, evidenciando a sobrecarga materna.

MÉTODO

Este projeto refere-se a uma pesquisa de natureza básica, focada no fenômeno pesquisado, sem fins práticos ou aplicabilidade imediata (Bush apud Zucatto *et al.*, 2020). Tem objetivo explorató-rio, analisando artigos sobre mães de autistas por meio de revisão de literatura, com a finalidade de desenvolver e explicar conceitos e ideias, promovendo uma visão ampla sobre a temática (Gil, 2011). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca compreender profundamente o assunto estudado, explorando sua complexidade nos contextos social, cultural e individual (Guerra *et al.*, 2024).

Apresenta como procedimento uma pesquisa bibliográfica baseada na Revisão Sistemática da Literatura, modalidade que analisa sistematicamente publicações científicas sobre um tema específico (Galvão; Ricarte, 2020).

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória em bases de dados eletrônicas, utilizando exclusivamente a BVS, pois nessa base havia mais resultados satisfatórios para os objetivos da pesquisa. Na opção “busca avançada”, foram aplicados os termos de busca “AUTISTAS” AND “MÃE”. Utilizando os filtros da própria BVS, selecionaram-se “texto completo”, “português” e “últimos três anos” (2023 a 2025). A pesquisa ocorreu em agosto de 2025, classificando os dados encontrados em critérios de inclusão e exclusão pré-selecionados.

Foram adotados como critérios de inclusão: publicações em texto completo, em português brasileiro e dos últimos três anos (2023 a 2025). Como critérios de exclusão, foram retiradas as publicações não adequadas aos objetivos da pesquisa, que fugissem ao foco, artigos duplicados e revisões de literatura.

O conteúdo coletado passou por análise dos resumos e títulos, estabelecendo conexão com os objetivos propostos. Para isso, ocorreu a leitura completa dos artigos e o fichamento dos tópicos relevantes, permitindo identificar os principais pontos e ideias presentes. As considerações e conclusões de cada autor foram avaliadas para a exploração das informações sobre as mães de autistas, oferecendo maior visibilidade e compreensão das experiências vivenciadas por essa comunidade no meio social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste artigo é analisar as mães de autistas por meio de revisão da literatura científica sobre o tema. A partir dos processos metodológicos estabelecidos, serão expostos os resultados obtidos e apresentadas as discussões da temática.

Na base de dados BVS, foi selecionada a opção “busca avançada” com os termos “AUTISTAS” AND “MÃE”, resultando em 885 artigos na coleção completa da BVS. Com o filtro “texto completo”, obteve-se 857 artigos; com o filtro “português”, 82 publicações; com o filtro “últimos 3 anos” (2023 a 2025), restaram 16 artigos. Após análise dos resumos e títulos para selecionar os artigos mais relevantes, aplicaram-se os critérios de exclusão (revisão de literatura, duplicados e discrepância com o tema), restando 10 artigos para este trabalho.

O quadro 1 apresenta as referências completas, objetivos e resultados extraídos dos resumos dos 10 artigos selecionados, conforme os filtros da base de dados e os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

Quadro 1 – Dados sobre os artigos selecionados

Referência completa	Objetivos	Resultados
MONTEIRO, R. G. S. <i>et. al.</i> Dê um diagnóstico, por favor! Caminhos e experiências percorridos por mães de crianças com TEA. Revista Chilena de Terapia Ocupacional , v. 24, 2023, Págs.17.	Investigar a percepção de cuidadores de crianças com suspeita ou diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) sobre os caminhos percorridos na rede de serviços de saúde em busca de informações e tratamento para seus filhos.	Emergiram três categorias referentes às vivências e caminhos percorridos pelas mães: percepção dos primeiros sinais, diagnóstico e busca por tratamento. As mães identificam sinais de autismo no início da vida de uma criança. Obstáculos no processo diagnóstico atrasam a busca por tratamento e aumentam a ansiedade sobre o que vai acontecer com a criança.

UCHOA, B. K. P.; ARAÚJO, A. E.; MENESCAL, J. V.; LEITE, A. J. M. (2024). "Esse menino não come" – Narrativas de mães sobre seletividade alimentar e autismo. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional , v. 32, e3848.	Compreender as representações maternas acerca da seletividade alimentar de seus filhos com autismo.	A análise permitiu a formação de cinco categorias. A primeira evidenciou a percepção materna do início dos problemas alimentares durante o aleitamento e introdução alimentar; e as principais dificuldades durante a alimentação.
PICCOLI, T. C.; CHUN, R. Y. S. Linguagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista usuárias de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) na percepção das mães pelo PROFILE - Estudo exploratório. Distúrbios da Comunicação , [S. l.], v. 36, n. 4, p. e67241, 2024.	Conhecer a percepção de mães de crianças com TEA com oralidade restrita quanto à sua linguagem pelo Profile.	No eixo contexto e motivação, as mães referem que as crianças mostram o que gostam de formas variadas (CSA, corpo/movimento, palavras aproximada e outras). Em razões para comunicar e participação na conversa, observam maior uso da movimentação corporal. Em variação contextual, referem maior interação dos filhos com familiares. Os achados evidenciam que, na percepção das mães, a oralidade restrita não é fator limitante na interação linguística dos filhos.
TEIXEIRA, O. F. B. <i>et. al.</i> Concepções maternas sobre o ensino remoto para crianças com transtorno do espectro autista na pandemia. Rev Rene , v. 25, e93461, 2024	Compreender as dificuldades do ensino remoto para crianças com autismo a partir dos discursos maternos.	A dificuldade do sistema educacional em lidar com as singularidades das crianças com autismo foi a realidade desde o ingresso na escola, e a pandemia acentuou a exclusão. Não houve adaptação ao ensino remoto, e as mães optaram em retirá-las da escola. A saída das crianças foi ignorada por professores e direção, e as escolas não assumiram a responsabilidade em benefício dessa população.

TEIXEIRA, O. F. B. Repercussões psicossociais da pandemia da COVID-19 para mãe de crianças com transtorno do espectro autista. Cogitare enferm. v.29, Curitiba, 2024. Epub 19-Fev-2024. ISSN 1414-8536.	Compreender as repercussões psicossociais da pandemia da COVID-19 para mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista.	Medo, ansiedade, angústia, preocupações assumiram um lugar central no movimento dialógico das mães. Diante das demandas e reconfigurações na rotina, houve uma sobrecarga física, emocional e psicológica, com repercussões na vida materna. A solidão pôde ser evidenciada pela frágil ou inexistente rede de apoio durante o período pandêmico.
DANZMANN, P. S.; ROSAN, V. L.; SMEHA, L. N. Olhar materno: o envolvimento do pai na vida do(a) filho(a) com autismo. Psicol. estud. , v. 29, e55626, 2024.	Conhecer a percepção da mãe sobre o envolvimento do pai na vida do(a) filho(a) que apresenta o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Resultados revelaram que a percepção das mães sobre o envolvimento paterno varia de caso a caso. Algumas referiram não haver envolvimento do pai; a maioria sinalizou envolvimento parcial e poucas, um envolvimento total, o qual abarcaria as três instâncias estudadas. Percebeu-se que ao relatar um bom envolvimento dos pais, as mães também mencionaram harmonia e diálogo no relacionamento do casal.
LUNA A. W. N.; MELO M. C. P.; SANTOS A. D. B.; CALADO J. I. F.; SANTOS M. V. P. Percepções de mães de crianças com autismo sobre rede apoiadora e estratégias de cuidado consigo. Rev. enferm. UFPI. [internet] 2023.	Analisar as percepções das mães de crianças com autismo quanto à rede de apoio existente e as estratégias de cuidado para si que poderiam ser oferecidas pelos serviços terapêuticos em sala de espera.	Perante a necessidade terapêutica dos filhos, cabe às mães toda a logística de acompanhamento da família, em uma representação patriarcal que ainda não rompeu com o romantismo da maternidade. As mães apontam a necessidade de momentos que pudessem proporcionar a realização de atividade física, alongamento, meditação e de cuidados estéticos, pois devido à sobrecarga a qual são submetidas e à carência da rede de apoio a elas ofertadas, os locais terapêuticos poderiam também vir a ser ambientes de autocuidado.

COLOMÉ, C. S.; DANTAS, C. P.; ZAPPE J. G. Dinâmica Relacional das Redes Sociais Significativas de Mães de Filhos com Transtorno do Espectro Autista. Estud. pesqui. psicol. , Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 607-628, 2023.	Compreender as repercussões do diagnóstico de TEA na dinâmica relacional das redes sociais significativas maternas. Trata-se de estudo qualitativo, descritivo e exploratório, do qual participaram 12 mães de filhos com TEA.	Identificou-se uma diminuição do número de vínculos nas redes sociais significativas das participantes após o diagnóstico do filho. Nas relações familiares, houve aumento de vínculos, embora as mães não se sentissem suficientemente apoiadas; nas relações extrafamiliares, houve diminuição de membros, mas observou-se a presença de apoio satisfatório entre alguns vínculos situados nesse contexto.
BULHÕES T. M. P.; BITTENCOURT I. G. S.; SOUZA E. M. S.; CAVALCANTI C. M. T. M.; PORTO M. E. A. tmaternidade atípica: narrativas de uma mãe com três filhos com transtorno do espectro autista. R Pesq Cuid Fundam [Internet]. 2023.	Relatar as experiências e narrativas de uma mulher enquanto mãe de três filhos com Transtorno do Espectro Autista.	Percebeu-se que as necessidades mais recorrentes em saúde do familiar da pessoa com Transtorno do Espectro Autista são a percepção da vulnerabilidade do filho, isolamento, depressão e eventos estressantes.
VALE P. R. L. F.; SANTOS J. G.; SILVA R. A.; ANDRADE S. M. S.; ARAGÃO N. S. C.; TONIN L., <i>et al.</i> Implementação dos acordos de cuidado do programa CACTO para mães de crianças com transtorno do espectro autista. Rev Gaúcha Enferm. , v. 45, n. esp1, e20240123, 2024.	Analisar a implementação dos acordos de cuidado desenvolvidos no programa CACTO para mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista.	Os acordos foram categorizados em três dimensões da existência humana: corpo-mente-alma. As necessidades de saúde das mães determinaram a implementação dos acordos, a exemplo: dificuldade de aceitação do corpo, sedentarismo, desconhecimento das próprias potencialidades, autocuidado insuficiente, conflitos passados não resolvidos, autculpabilidade, conflitos familiares, sinais e sintomas de sobrecarga e fragilidade na relação com Deus. A escassez de tempo e as relações opressoras foram barreiras, enquanto que motivação e espiritualidade são potencialidades das mães para aplicação do dispositivo acordo.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

No estudo de Monteiro *et al.* (2023), verificou-se que a mãe é a primeira a identificar os sinais iniciais do Transtorno do Espectro Autista (TEA), como dificuldade de interação, atraso na fala e ausência de contato visual. As famílias que buscam diagnóstico para filhos com sinais de autismo vivenciam frustração, dificuldades de acesso e incertezas. O processo diagnóstico costuma ser longo e permeado por idas e vindas entre diferentes serviços e profissionais, havendo despreparo de muitos profissionais para a identificação precoce. Quando o diagnóstico é obtido, gera alívio nas famílias.

De acordo com Homercher *et al.* (2020), as mães de crianças autistas identificam indicadores relacionados às áreas do comportamento e da linguagem. Inicialmente, não recebem orientação adequada dos profissionais de saúde diante desses sinais, o que gera angústia diante da ausência de um diagnóstico preciso. Destaca-se, assim, a importância de um elevado nível de conhecimento para evitar diagnósticos precipitados de TEA, baseando-se sempre em respaldo científico. De forma semelhante, Monteiro *et al.* (2023) constatarem que essas mães reconhecem os primeiros sintomas, mas ainda enfrentam resistência e desvalorização por parte dos profissionais.

Nesse contexto, Uchoa *et al.* (2024) mostraram que as mães percebem a seletividade alimentar em seus filhos ainda no aleitamento e na introdução alimentar. Muitas relatam culpa, tristeza e até alívio ao entenderem que a dificuldade em comer não era “birra”, mas parte do autismo. As refeições são descritas como momentos estressantes, que geram frustração e cansaço. Além disso, muitas sentem falta de apoio familiar e relatam julgamento, encontrando mais compreensão em outras mães que passam pela mesma experiência. A seletividade alimentar pode causar grande impacto na vida dessas mães e de suas famílias, exigindo atenção precoce dos profissionais de saúde.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), o TEA caracteriza-se por dificuldade

constante na comunicação e interação social, além de comportamentos restritos e repetitivos. A seletividade alimentar não se enquadra como um dos sintomas do TEA, mas provém deles (Oliveira; Frutuoso, 2022). Ruthes (2020) aborda que esse comportamento gera angústia na mãe, provinda do medo de que o filho não se alimente adequadamente, podendo gerar desnutrição, uma vez que o cuidado eficiente direcionado à criança é frequentemente sinônimo de bom trabalho materno.

Em outro aspecto, Piccoli e Chun (2024) trazem a percepção das mães acerca das preferências de comunicação das crianças, que se expressam por diferentes meios, utilizando a Comunicação Suplementar e/ou Alternativa (CSA), movimentos corporais, palavras associadas, entre outros recursos. Observou-se também uma interação mais intensa com os membros da família. Entretanto, as mães indicaram dificuldade em entender o que os filhos querem, o que gera angústia. Apesar da oralidade restrita, esse fator não representa impedimento para a expressão e a interação linguística, uma vez que as crianças se valem de outras formas de comunicação, com melhora quando utilizada a CSA.

A importância desses achados é reforçada por Montenegro *et al.* (2021), que destacam o atraso e as dificuldades em adquirir e desenvolver a linguagem como os primeiros sintomas do TEA, sendo uma das principais preocupações dos pais. Entretanto, seus estudos mostram que comunicações alternativas, como a CSA, ajudam as crianças a desenvolver e manter a comunicação e a linguagem, além de adquirir habilidades. Ruthes (2020) mostra que a mãe tem dificuldades em lidar com momentos de instabilidade da criança, passando a ceder ao que ela deseja, formando uma organização familiar moldada pelas necessidades do filho.

De acordo com Teixeira *et al.* (2024a), a ausência de atividades educativas impactou negativamente tanto as crianças quanto suas mães, causando sobrecarga emocional e desgaste, enquanto

os alunos apresentaram regressões em habilidades previamente adquiridas. A escola apresentou dificuldades em lidar com o ensino de crianças com TEA, limitações acentuadas pelo ensino remoto durante a pandemia. Não foram realizadas adaptações específicas que possibilitassem a participação efetiva desses estudantes, o que levou muitas mães a optarem pela retirada dos filhos da escola. Diante desse cenário, as mães sentiram-se decepcionadas, com tristeza e preocupação com a regressão dos filhos.

Teixeira *et al.* (2024b) também trazem narrativas das mães referentes ao período pandêmico, com ênfase nas repercussões psicossociais. A vulnerabilidade dos filhos, a higienização rigorosa e o futuro imprevisível, aliados às demandas da casa e do cuidado com o filho autista, foram relatados como suas maiores preocupações. A maioria das mães não possui rede de apoio, o que intensifica as demandas. Durante a pandemia, o exercício de múltiplas funções e a necessidade de ajuste à nova realidade trouxeram sobrecarga física e emocional significativas para essas mulheres. O estudo também aborda questões socioculturais sobre como as mulheres ainda se veem e são vistas como principais responsáveis pelo cuidado.

Com o período pandêmico, o cotidiano de famílias com crianças autistas tornou-se ainda mais difícil (Reis; Rodrigues, 2024). Teixeira *et al.* (2024a) e Teixeira *et al.* (2024b) relatam experiências que, somadas à pandemia, agravaram as dificuldades emocionais e sociais enfrentadas por essas mães. Enquanto o primeiro descreve um cenário de exclusão educacional, o segundo destaca as repercussões psicossociais. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2020) reforça que, para crianças com autismo, as mudanças repentinas causadas pela pandemia produziram grandes prejuízos à saúde mental. Reis e Rodrigues (2024) salientam que todas essas demandas de cuidado são quase uma missão impossível, levando ao esgotamento físico e emocional.

O artigo de Danzmann, Lunardi e Smeha (2024) aborda narrativas de mães sobre o envolvimento do pai na vida dos filhos autistas, norteadas por três aspectos: acessibilidade (envolvimento do pai), interação (conexão entre pai e filho) e responsabilidade (financeira e emocional, cuidar, alimentar). As narrativas mostram ausência paterna e falta de suporte, embora algumas relatem que o pai representa uma forte rede de apoio. O artigo também expõe como o diagnóstico do filho pode influenciar o comportamento dos pais e a dificuldade do pai em aceitá-lo, afetando a relação conjugal.

Carlos (2020) aborda que atividades produtivas (comércio, política) são direcionadas aos homens, enquanto atividades reprodutivas (cuidar e criar os filhos) são atribuídas às mulheres. Esse cenário é evidenciado por Danzmann, Lunardi e Smeha (2024), que destacam a divisão de tarefas e o pouco comprometimento da maioria dos pais no cuidado com os filhos e nas responsabilidades domésticas. A partir das narrativas das mães, fica claro que elas se sentem sobrecarregadas devido às múltiplas funções, muitas vezes sem ajuda. Araújo (2024) reforça que, mesmo quando há rede de apoio e o pai está presente, a tarefa de cuidar ainda é direcionada à mulher.

Segundo Luna *et al.* (2023), as mães de crianças com TEA assumem, em sua maioria, sozinhas a responsabilidade pelo acompanhamento terapêutico e cuidados cotidianos. Essa centralização reforça padrões patriarcais e gera sobrecarga física, emocional e social, uma vez que muitas precisam abrir mão de atividades pessoais, profissionais e de lazer. A ausência de rede de apoio efetiva dificulta o autocuidado dessas mulheres, que relatam falta de tempo. Nesse sentido, destacou-se a sugestão de transformar as salas de espera dos serviços terapêuticos em espaços de acolhimento também para as mães, por meio de rodas de conversa, apoio psicológico, práticas de relaxamento e atividades físicas leves.

Colomé *et al.* (2023) identificaram variações nas redes sociais significativas das mães com filhos autistas após o diagnóstico.

As redes familiares tiveram seus vínculos ampliados, mas as mães ainda se sentem sobrecarregadas. No núcleo externo (amizades e colegas de trabalho), ocorreu redução devido ao afastamento do mercado de trabalho. Na comunidade geral também houve redução significativa, com o aparecimento de profissionais que acompanham a criança (enfermeiros, psicólogos) nessa categoria. Evidencia-se que o mundo das mães passou a se voltar amplamente para o filho, perdendo redes sociais significativas separadas dele e ganhando as diretamente relacionadas a ele.

Os pontos abordados por Luna *et al.* (2023) e Colomé *et al.* (2023) são reforçados por Renk *et al.* (2022), que abordam a função de cuidador como socialmente direcionada à mulher, mostrando que a formação familiar e cultural ao longo da história posicionou as mulheres no âmbito doméstico como sua atribuição intrínseca. De acordo com Moura e Araújo (2004), tal ordem social provém da noção de “natureza feminina”, na qual os deveres domésticos e de cuidado seriam naturais da mulher. A valorização do “amor materno” e o incentivo à definição do papel da mulher como gerar e criar formularam uma função social que se estende até hoje, estabelecendo mulheres como principais cuidadoras de seus filhos.

Bulhões *et al.* (2023) evidenciaram que a maternidade atípica está permeada por inúmeros desafios de ordem emocional, social e institucional. As mães relatam sentimentos recorrentes de isolamento, tristeza, sobrecarga física e mental, além de vivências constantes de preconceito. Entre as principais dificuldades destacam-se a inclusão escolar dos filhos, o acesso a suporte psicológico e a luta pela garantia de direitos básicos. O estudo mostra que a maternidade atípica impacta diretamente a qualidade de vida dessas mulheres, restringindo lazer, convívio social e aumentando o risco de adoecimento físico e psicológico. Diante disso, reforça-se a urgência de ampliar a atenção em saúde não apenas às pessoas com TEA, mas também aos seus cuidadores.

De acordo com Vale *et al.* (2024), a partir do programa CACTO (Programa de Cuidado Unitário para Implementação de Acordos de Cuidados), as mães querem ter mais autocuidado, mas falta tempo para si mesmas devido à extensa demanda dos filhos. Entre as necessidades mais mencionadas estão: autocuidado insuficiente, aceitação do próprio corpo, sobrecarga, desconhecimento das próprias potencialidades, sedentarismo, conflitos familiares, rede de apoio inexistente ou escassa e distanciamento da espiritualidade. Durante a aplicação do programa, foram realizados acordos pautados por evidências científicas de melhoria da saúde, como a realização de exercícios físicos.

Os desafios da maternidade atípica e os benefícios do cuidado com essas mães, trazidos por Bulhões *et al.* (2023) e Vale *et al.* (2024), podem ser identificados na legislação. Muitas mães sentem que o cuidado é direcionado somente à criança, sendo necessário voltar-se também para o acompanhamento da saúde materna (Gonçalves, 2022). Silva *et al.* (2021) mostram que políticas públicas e leis são alternativas para auxiliar no cuidado com a mãe. Destacam-se o Projeto de Lei (PL) 2.859/2020, que propõe a terceira semana de maio como a Semana Nacional da Maternidade Atípica (Brasil, 2020), e o PL 3.124/2023, que garante prioridade nos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) a mães e pais de filhos atípicos (Brasil, 2023).

Considerando os resultados expostos, nota-se que um dos maiores desafios que as mães de crianças autistas enfrentam é a responsabilidade socialmente imposta de exercer múltiplas funções: cuidar do filho e atender às demais demandas. São as mães que notam os primeiros sinais, lidam com a rotina e os estigmas, e buscam a garantia de direitos do filho. Além disso, muitas não possuem rede de apoio ou cônjuge. É incontestável que todo esse contexto prejudica a saúde dessas mulheres, que muitas vezes é negligenciada. É importante reforçar que essas mulheres também podem e devem cuidar de si mesmas, pois possuem sua própria individualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar as experiências vivenciadas por mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de revisão de literatura. Os achados demonstraram que o objetivo proposto foi plenamente atingido. Os principais pontos identificados referem-se à atribuição da mãe como cuidadora primária da criança, enfrentando dificuldades intensificadas pelo TEA. Observou-se que, historicamente, as mulheres foram designadas como principais cuidadoras do lar.

Na contemporaneidade, além de exercerem atividades profissionais e domésticas, muitas enfrentam a ausência de apoio paterno e familiar, especialmente no caso de mães de crianças com TEA. Essas circunstâncias as obrigam a lidar sozinhas com diversas demandas cotidianas. Ademais, muitas negligenciam o autocuidado e a vida social em razão da falta de tempo, o que pode desencadear quadros de ansiedade e depressão. Diante disso, considera-se essencial a ampliação das ações de cuidado não apenas voltadas às pessoas com TEA, mas também às mães, visando à promoção de sua saúde mental e bem-estar.

A análise dos resultados permitiu identificar que as mães são geralmente as primeiras a perceber alterações iniciais em seus filhos, como seletividade alimentar ou dificuldade de comunicação social. Por essa razão, muitas relatam sentimentos de culpa, tristeza e dificuldades emocionais. Essas dificuldades tendem a se refletir no ambiente escolar, gerando limitações e desafios no processo de ensino de crianças com TEA. Esse acúmulo de responsabilidades e a falta de rede de apoio podem levar, em alguns casos, à retirada do filho da escola, evidenciando a necessidade de intervenções e políticas de apoio direcionadas a essas famílias.

Embora haja muitas discussões sobre mães de autistas na literatura científica, é importante abrir espaço para pesquisas que abordem também a maternidade atípica, com foco nas vivências e dificuldades de mães de crianças com outros transtornos do neurodesenvolvimento e deficiências. O trabalho apresenta potencialidades ao oferecer um panorama das vivências dessas mães e contribuir para uma área relevante à saúde pública. Sugere-se que pesquisas futuras ampliem a compreensão da maternidade atípica, investiguem a seletividade alimentar, realizem levantamentos quantitativos e proponham intervenções e políticas de apoio a essas mães.

REFERÊNCIAS

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

ARAÚJO, M. E. F. **As experiências e os sentimentos do ser mãe atípica**: um estudo sobre as vivências na cidade de Campina Grande. 2024. 84 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, PB, 2024. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/36855>. Acesso em: 9 abr. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.859, de 2020. Institui a Semana Nacional da Maternidade Atípica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1943463&filename=Avulso%20-PL%202859/2020. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 3.124, de 14 de janeiro de 2023**. Institui diretrizes, estratégias e ações para o Programa de Atenção e Orientação às Mães Atípicas “Cuidando de Quem Cuida” e institui os Centros Especializados de Proteção Especial às Mães Atípicas e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CARLOS, P. P. de. **Desigualdade de gênero e COVID-19**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/books/issue/view/305>. Acesso em: 6 maio 2025.

CONCEIÇÃO, P. W. R. da *et al.* A prática da psicologia escolar e sua contribuição na inclusão escolar de crianças atípicas. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 4, e29110414026, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14026>. Acesso em: 5 fev. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19**: crianças na pandemia COVID-19. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br>. Acesso em: 11 out. 2025.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019/2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 15 maio 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, R. A. Saúde mental na gestação: importância da avaliação psicológica na identificação de depressão, ansiedade e ideação suicida. *In*: **Open Science Research**. [S. l.]: Editora Científica Digital, 2022. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

GUERRA, A. de L. e R. *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, São José dos Pinhais, v. 15, n. 7, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i74019>. Acesso em: 15 maio 2025.

HOMERCHER, B. M. *et al.* Observação materna: primeiros sinais do transtorno do espectro autista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 540-558, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52585>. Acesso em: 11 out. 2025.

LUIS, L. C. L. A. **Estressores psicológicos em mães de filhos diagnosticados com transtorno do espectro autista**. 2023. Trabalho acadêmico – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30394>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MINETTO, M. F.; LÖHR, S. S. Crenças e práticas educativas de mães de crianças com desenvolvimento atípico. **Educar em Revista**, n. 59, p. 49-64, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.44791>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MONTENEGRO, A. C. A. *et al.* Contribuições da comunicação alternativa no desenvolvimento da comunicação de crianças com transtorno do espectro do autismo. **Audiology – Communication Research**, v. 26, e2442, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2020-2442>. Acesso em: 12 out. 2025.

MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24, p. 44–55, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>. Acesso em: 26 fev. 2025.

NUNES, L. Neste nosso tempo atípico. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, p. 6–7, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19131/rpesm.0275>. Acesso em: 20 fev. 2025.

OLIVEIRA, B. M. F.; FRUTUOSO, M. F. P. Relatos de pais sobre a alimentação dos filhos autistas. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 26, n. 2, p. 241–252, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

REIS, G. F.; RODRIGUES, L. Narrativas de mães de crianças autistas sobre possibilidades e desafios do cuidado durante a pandemia de COVID-19. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34097, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org>. Acesso em: 11 out. 2025.

RENK, V. E.; BUZQUIA, S. P.; BORDINI, A. S. J. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230030228>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RUTHES, V. B. T. N. M. **Concepções, práticas e comportamentos alimentares de famílias com crianças autistas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/67170>. Acesso em: 6 out. 2024.

SILVA, T. B. Q. *et al.* Cuidadores domiciliares de pessoas com deficiência intelectual no contexto rural. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br>. Acesso em: 9 abr. 2025.

VIANA, C. T. S.; BENICASA, M. Maternidade atípica: termo e conceito. **Revista Acadêmica Online**, v. 9, n. 46, 2023. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ZUCATTO, L. C. *et al.* Pesquisa básica e pesquisa aplicada: uma análise a partir da produção científica sobre COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, e63791110179, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org>. Acesso em: 18 maio 2025.

2

*Kamila Correia de Sousa
Maria Eloiza Batista Vieira
Sarah Kethleen Albuquerque Nascimento
Samantha Josefa de Sena Oliveira
Wesla de Oliveira Lima Rodrigues
Ricardo Francisco Sarmiento dos Santos
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PANDEMIA:

AUMENTOS E IMPACTOS

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, teve início no final de 2019, quando casos de uma pneumonia de etiologia desconhecida foram detectados em Wuhan, na China. Rapidamente, o vírus se espalhou globalmente, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar uma pandemia em março de 2020. Nos primeiros meses, governos de todo o mundo adotaram medidas de isolamento, fechamento de fronteiras e quarentenas para conter a disseminação do vírus.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), o isolamento social durante a pandemia intensificou a violência contra a mulher, ao manter muitas vítimas confinadas com seus agressores e com acesso limitado a redes de apoio e canais de denúncia. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontam que 24,4% das brasileiras com mais de 16 anos (cerca de 17 milhões) sofreram algum tipo de violência no período, sendo as mulheres pretas as mais afetadas (28,3%), seguidas por pardas (24,6%) e brancas (23,5%). As dificuldades de acesso a recursos como celulares, internet e serviços públicos agravaram ainda mais esse cenário (Bueno; Lima, 2020).

A violência de gênero, alimentada por discriminações sociais e culturais, perpetua a visão de inferioridade das mulheres em relação aos homens, violando seus direitos, independentemente de raça, etnia, idade ou classe social (Carneiro; Fraga, 2012). Assim, trata-se de um fenômeno, muitas vezes invisibilizado, que afeta a saúde mental das vítimas e perpetua ciclos de pobreza e exclusão social (Pasinato, 2005). A relevância do tema reside em seu potencial de ameaçar o progresso na igualdade de gênero (United Nations, 2020).

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente a intensificação da violência contra a mulher durante o período da pandemia de COVID-19, a partir de uma revisão sistemática da literatura

científica, com o intuito de compreender os fatores que contribuíram para o agravamento desse fenômeno em um contexto de isolamento social, colapso das redes de apoio e fragilidade das políticas públicas de proteção.

MÉTODO

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa básica, voltada à ampliação do conhecimento científico sem aplicação imediata (Appolinário, 2011), de caráter exploratório, visando maior compreensão do problema e formulação de hipóteses (Gil, 2019). Adotou uma abordagem qualitativa, interpretativa e contextualizada (Denzin; Lincoln, 2006), por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada na revisão sistemática da literatura (RSL), entendida como estudo secundário para identificar, de forma abrangente, trabalhos primários relacionados a uma questão específica.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada uma base de dados eletrônica: a SCIELO, na qual foram empregados os seguintes descritores com o operador booleano "AND": "violência AND mulher AND pandemia". A busca ocorreu entre fevereiro e março de 2025, e, para a seleção dos trabalhos, foram considerados os critérios específicos de inclusão e exclusão.

Como critérios de inclusão, foram considerados os artigos científicos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicos; os artigos publicados nos últimos cinco anos (2020 a 2025); os que eram de autoria brasileira e estavam redigidos na língua portuguesa; e os que abordavam temas alinhados ao objetivo do estudo, a saber, a violência contra a mulher no período pandêmico. Quanto aos critérios de exclusão, foram descartados os estudos e pesquisas que constituíam revisões sistemáticas e artigos que não se enquadravam na temática designada.

No material coletado, foram realizadas análises de conteúdo de cada artigo, estabelecendo-se relações diretas com o objetivo descrito neste trabalho, propondo-se a acentuar as considerações de cada autor, com ênfase na relevância de suas contribuições para o tema apresentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico apresenta os resultados e descreve uma revisão sistemática do aparato bibliográfico sobre os efeitos da violência contra a mulher na pandemia de COVID-19, bem como a importância do manejo psicológico e da integridade. Desta forma, em consonância com essa finalidade, utilizaram-se os descritores “Violência, Mulher, Pandemia”, combinados entre si com o operador booleano AND, tendo sido encontrados na SCIELO um total de 52 artigos.

A busca na base de dados SciELO identificou 52 artigos. Após a aplicação dos filtros por data (0 excluídos), idioma (5 excluídos) e nacionalidade (22 excluídos), restaram 25 estudos. Destes, após triagem dos resumos quanto à adequação ao objetivo da pesquisa, 15 artigos foram selecionados para compor os resultados e a discussão da revisão sistemática.

Dessa maneira, as considerações dos artigos selecionados foram exploradas ao longo deste estudo de forma aprofundada e sistemática, conforme os princípios da metodologia adotada. No quadro 1, foram apresentadas informações relevantes, como a ideia central dos materiais analisados, o que facilitou a compreensão do conteúdo abordado nas seções seguintes.

Quadro 1 - Artigos encontrados nas bases de dados científicas

Referências	Objetivo	Resultados
ANDRADE, M. F.; BUSTAMANTE, J. M. A atuação da Estratégia Saúde da Família frente à violência doméstica: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Saúde Coletiva , v. 29, n. 1, p. 101-115, 2024.	Compreender a discussão sobre o cuidado ofertado às mulheres em situação de violência doméstica na Estratégia Saúde da Família (ESF).	Profissionais de saúde sentem-se inseguros ao lidar com violência doméstica por falta de capacitação. A abordagem é sutil para não afastar as vítimas, e há resistência à notificação no SINAN por desconhecimento. Ressalta-se a importância da educação permanente para melhorar a assistência e a notificação.
MIURA, L. C. <i>et al.</i> A invisibilidade da violência psicológica contra mulheres: análise de boletins de ocorrência em Alagoas. Revista Brasileira de Criminologia , v. 6, n. 1, p. 55–70, 2024.	Identificar e analisar de que forma a violência psicológica aparece nos relatos dos policiais militares que atenderam mulheres vítimas de violência doméstica no estado de Alagoas, durante os primeiros meses da pandemia da COVID-19 no Brasil.	O texto aponta a dificuldade da polícia militar em reconhecer a violência psicológica como legítima segundo a Lei Maria da Penha, focando apenas na violência física. A pandemia agravou desigualdades de gênero, raça e classe, aumentando a violência contra mulheres e meninas. Diante disso, reforça-se a urgência de políticas públicas específicas e maior participação comunitária, conforme recomendações internacionais.
MAFFACCIOLLI, R. <i>et al.</i> Reflexões sobre as estratégias para mitigar vulnerabilidades das mulheres à violência íntima na pandemia de COVID-19. Saúde e Sociedade , v. 33, n. 2, p. e210308pt, 2024.	Refletir sobre estratégias de mitigação das vulnerabilidades das mulheres à violência íntima, com foco no contexto da pandemia de COVID-19.	Os resultados revelam fragilidades no enfrentamento da violência íntima, intensificadas pela pandemia, que aumentou o isolamento, a violência doméstica e as barreiras ao acesso a serviços de apoio. A resposta governamental tem sido insuficiente, agravando desigualdades e dificultando o atendimento às vítimas em situação de vulnerabilidade.

MOMM, F. B. <i>et al.</i> Planejamento urbano e violência de gênero: os efeitos da pandemia de COVID-19 em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais , v. 25, n. 1, p. 90-108, 2023.	Investigar violência de gênero no campo do planejamento e dos estudos territoriais a partir de uma fotografia do primeiro ano da pandemia da COVID-19 (2020) no município de São Paulo	A pandemia de COVID-19 em 2020 alterou as dinâmicas sociais, afetando especialmente as mulheres em situação de violência. O fechamento temporário de serviços assistenciais e a restrição ao contato com redes de apoio aumentaram a vulnerabilidade dessas mulheres, dificultando o acesso ao cuidado e aos serviços necessários.
DE SÁ NETO, C. E. O assédio sexual laboral durante a pandemia de COVID-19: reflexões acerca das desigualdades de gênero no trabalho a partir do paradigma da justiça relacional. Seqüência estudos jurídicos e políticos , v. 44, n. 94, p. 1-38, 2024.	Identificar quais os motivos ou as razões que permitiram o aumento vertiginoso dos casos de assédio sexual laboral contra as trabalhadoras a partir da deflagração da pandemia da COVID-19.	A pandemia de COVID-19 intensificou as desigualdades de gênero no trabalho, resultando em um aumento dos casos de assédio sexual, mesmo com o distanciamento físico. A crise evidenciou problemas sociais preexistentes, como o patriarcado, que se refletiram nas relações laborais, especialmente contra as mulheres.
PAIVA, A. L.; MELLO, A. R. Barreiras no acesso à justiça para mulheres vítimas de violência doméstica durante a pandemia: uma análise qualitativa no estado do Rio de Janeiro. Revista de Direito e Políticas Públicas , v. 9, n. 2, p. 58-76, 2023.	Avaliar as barreiras no acesso à justiça enfrentadas pelas mulheres em situação de violência doméstica e familiar durante a pandemia de COVID-19.	A pandemia de COVID-19 agravou a situação de violência doméstica, com aumento de casos e dificuldades no acesso à justiça. O confinamento e o isolamento social intensificaram as desigualdades, sobrecarregando mulheres com mais responsabilidades domésticas e cuidado, enquanto dificultavam o atendimento às vítimas.
SOUZA, A. C. A. <i>et al.</i> Gênero e a pandemia COVID-19: revisão da produção científica nas ciências da saúde no Brasil. Saúde em Debate , v. spe2, p. 171-186, 2021.	Analisar a produção científica brasileira do campo das ciências da saúde que incorpora questões de gênero aos estudos sobre a pandemia da COVID-19.	A pandemia de COVID-19 agravou as desigualdades sociais e de saúde no Brasil, afetando especialmente mulheres negras e pobres. A crise evidenciou suas vulnerabilidades e reforçou a importância de incluir a perspectiva de gênero nas políticas públicas e ações de saúde.

CHAGAS, E. R.; OLIVEIRA, F. V. A. DE; MACENA, R. H. M. Mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia de COVID-19. Ceará, 2014 a 2020. Saúde em Debate , v. 46, n. 132, p. 63–75, 2022.	Analisa o aumento dos crimes letais contra mulheres, no estado do Ceará, nos últimos anos e discutir acerca dos aspectos que envolvem a curva epidemiológica dos crimes letais contra a mulher, principalmente com o início da pandemia de COVID-19.	Os resultados evidenciam o aumento dos casos de violência de gênero, como também revelou os fatores estruturais e sociais que sustentam a sua continuidade. Além disso, indicam que a permanência desse fenômeno aprofunda a condição de vulnerabilidade das mulheres, expondo-as a múltiplas formas de opressão, dentre as quais se destacam as violências física, psicológica e institucional.
CORRÊA, M. A. <i>et al.</i> Vivências interseccionais da violência de gênero em territórios vulneráveis durante a pandemia da COVID-19. Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Enfrentamento da Violência contra a Mulher , v. 7, n. 1, p. 99-118, 2021.	Analisar as formas de violência relacionadas à interseção de gênero, raça e classe em uma comunidade periférica de Cubatão/SP, destacando as desigualdades sociais e a ineficácia das políticas públicas.	A pesquisa analisa a violência estruturada por gênero, raça e classe em uma comunidade vulnerável de Cubatão/SP, com foco nos impactos da pandemia de COVID-19. Os dados, coletados entre 2017 e 2020, indicam a ineficiência das políticas públicas em atender a população negra e pobre, agravando a violência contra as mulheres.
BARBOSA, J. P. M. <i>et al.</i> Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de COVID-19: diálogos e possibilidades. Saúde e Sociedade , v. 2, p. e200367, 2021.	Analisar a violência contra as mulheres e o isolamento social durante a pandemia, a partir de uma abordagem interseccional e da filosofia de Gilles Deleuze, considerando as dimensões microssocial e macrossocial.	O estudo revelou como a pandemia de COVID-19 intensificou o isolamento social, expondo a violência estrutural contra as mulheres. Destacou-se a necessidade de novas formas de resistência e proteção para enfrentar esse contexto e construir uma sociedade mais justa.
FORNARI, L. F. <i>et al.</i> Violência doméstica contra mulheres em tempos de pandemia: desafios e estratégias de enfrentamento. Revista Saúde & Transformação Social , v. 11, n. 2, p. 210-223, 2021.	Conhecer as estratégias de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher divulgadas pelas mídias digitais no início da pandemia de COVID-19.	Durante a pandemia, foram divulgadas várias estratégias nas mídias digitais para enfrentar a violência doméstica contra a mulher, focando na adaptação de serviços e facilitação da denúncia.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: VULNERABILIDADE PROGRAMÁTICA EM TEMPOS DE SARS-COV-2/ COVID-19 EM SÃO PAULO. Psicologia & sociedade , v. 32, p. e020015, 2020.	Analisar os desafios no atendimento à violência contra a mulher durante a pandemia, destacando a intensificação da vulnerabilidade social e a necessidade de ampliar a rede intersetorial e o apoio em saúde mental	Os resultados indicaram uma resposta programática contraditória ao inédito contexto psicossocial marcado pela redução brusca da renda familiar e aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas.
SOUZA, L. J.; FARIAS, R. C. P. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de COVID-19. Serviço Social & Sociedade , n. 144, p. 213-232, 2022.	Problematizar o aumento da violência doméstica contra a mulher no contexto de isolamento social pela pandemia de COVID-19.	Durante a pandemia, a violência doméstica aumentou, especialmente entre mulheres negras e em situação de vulnerabilidade, devido ao isolamento social. Esse agravamento reflete questões estruturais, como o machismo e o patriarcado, que se intensificaram no contexto da crise sanitária.
MOREIRA, L. E. <i>et al.</i> MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ENSAIO TEÓRICO-POLÍTICO SOBRE A CASA E A GUERRA. Psicologia & Sociedade , v. 32, p. e020014, 2020	Analisar como a pandemia afetou as mulheres, destacando a violência doméstica e a exclusão política enfatizando a importância de integrar a perspectiva de gênero nas políticas públicas.	O estudo mostra que a pandemia ampliou as desigualdades de gênero, destacando a violência contra as mulheres e o trabalho doméstico como questões centrais. Ressalta a urgência de incluir a perspectiva de gênero nas políticas públicas para promover uma sociedade mais justa e equitativa.
SANTOS, D. F. <i>et al.</i> Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. Saúde e Sociedade , v. 30, n. 3, p. e200535, 2021.	Refletir sobre as relações de homem, poder e violência, analisando o aumento da violência doméstica e as mudanças na masculinidade hegemônica durante a pandemia de COVID-19.	O ensaio analisa como a pandemia de COVID-19 intensificou a violência doméstica ao reforçar o poder patriarcal e a masculinidade hegemônica. Destaca o agravamento das desigualdades de gênero, visível na violência e na sobrecarga do trabalho doméstico, e defende a urgência de políticas públicas com perspectiva de gênero para promover justiça e equidade.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O quadro apresentado foi elaborado para fornecer uma visão organizada e objetiva dos artigos científicos sobre violência contra a mulher, com ênfase nas repercussões da COVID-19. Ela reúne as referências, objetivos e resultados dos estudos analisados, permitindo uma comparação entre as pesquisas mais atuais e contribuindo para uma visão abrangente dos principais aspectos do tema visando ao desenvolvimento do artigo científico.

Andrade e Bustamante (2024) destacam o papel fundamental da Estratégia Saúde da Família (ESF) no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica. No entanto, os profissionais ainda enfrentam dificuldades ao lidar com essa questão. A pesquisa aponta que a falta de protocolos claros e de treinamentos específicos prejudica o atendimento adequado e humanizado às vítimas. Observa-se, portanto, a necessidade de um aprimoramento contínuo da formação dos profissionais para garantir um apoio eficiente às mulheres que sofrem violência.

Curia *et al.* (2020) discutem que a violência contra a mulher não está restrita a contextos culturais, étnicos ou socioeconômicos específicos, embora suas manifestações variem conforme as desigualdades no acesso à justiça e aos serviços de saúde. Nesse sentido, observa-se que a ausência de protocolos claros na Estratégia Saúde da Família (ESF) compromete gravemente o acolhimento das mulheres em situação de violência, que acabam não recebendo o suporte adequado diante de sua condição de vulnerabilidade.

Miura *et al.* (2024) analisam relatos policiais sobre violência psicológica contra mulheres em Alagoas, identificando a dificuldade dos agentes em reconhecer essa forma de violência, que muitas vezes é invisível e de difícil identificação. A pesquisa aponta que, em razão dessa dificuldade, a violência psicológica é frequentemente negligenciada, comprometendo a proteção das vítimas. Além disso, muitos casos não são notificados, uma vez que as vítimas não se reconhecem como tal.

A violência psicológica pode ser entendida como qualquer conduta que cause danos emocionais à mulher e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações (Brasil, 2006). Dessa forma, a capacitação contínua dos agentes de segurança sobre esse tipo de violência mostra-se essencial, especialmente no contexto da pandemia, quando o isolamento social intensificou os casos de violência.

Maffaccioli *et al.* (2024) evidenciam que a pandemia intensificou as desigualdades sociais, ampliando a vulnerabilidade de mulheres ao agravar o acesso a serviços essenciais e aumentar a violência doméstica, sendo o isolamento social um fator que dificultou a busca por apoio. Corroborando esses achados, Silva *et al.* (2023) discutem como o isolamento social, aliado ao fechamento de serviços e à restrição de mobilidade, agravou as vulnerabilidades das mulheres, resultando em um aumento significativo de casos de violência doméstica. Os autores sugerem que, para mitigar os impactos, estratégias como teleatendimento, campanhas de conscientização e o fortalecimento das redes de apoio são essenciais. Alinhado a essas reflexões, torna-se evidente a importância de iniciativas informativas que conscientizem a sociedade sobre a gravidade da violência doméstica e incentivem a denúncia e o acolhimento das vítimas.

A pesquisa de Momm *et al.* (2023) analisa a violência de gênero no contexto do planejamento territorial em São Paulo durante a pandemia de COVID-19, destacando falhas nos Planos Diretores de 2002 e 2014 em incorporar políticas eficazes para enfrentar essa violência. A pandemia exacerbou desigualdades sociais, distanciando mulheres das redes de apoio e serviços essenciais. A queda no atendimento e o aumento das notificações de violência, especialmente em áreas periféricas, evidenciam a relação entre desigualdade territorial e violência.

Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer que, em uma sociedade capitalista, as dinâmicas do machismo impactam diretamente as mulheres por meio de múltiplas opressões associadas aos marcadores sociais de gênero, classe e raça (Nascimento, 2018; Gonzalez, 1982). Assim, é crucial reconhecer que a violência assume caráter multifacetado, manifestando-se de formas diversas conforme as interseccionalidades presentes na experiência de cada mulher.

O artigo de Sá Neto (2023) investiga o aumento do assédio sexual laboral durante a pandemia de COVID-19, argumentando que a crise exacerbou a violência de gênero já presente na sociedade brasileira. A pesquisa mostra um crescimento alarmante do assédio, especialmente em ambientes onde mulheres estão subordinadas a homens. O autor propõe a adoção do paradigma da justiça relacional para transformar as relações de trabalho, promovendo reciprocidade e igualdade de gênero.

Corroborando essa visão, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) afirma que, entre 2021 e 2022, houve um aumento de 49,7% nos casos de assédio sexual, 37% em importunação sexual, 16,9% em tentativas de feminicídio e 13,7% nas medidas protetivas de urgência. Diante desse cenário, evidencia-se como a pandemia agravou esses casos de forma alarmante e, assim, torna-se necessário que as instituições públicas e privadas adotem medidas estruturantes e contínuas para a prevenção do assédio e da violência de gênero.

Paiva *et al.* (2023) demonstram que os desafios enfrentados por mulheres em situação de violência não são plenamente captados por dados quantitativos, pois envolvem aquelas que não acessam serviços jurídicos, sendo agravados por fatores como gênero, raça, deficiência e exclusão digital, especialmente no contexto da pandemia.

Seguindo essa linha, Formiga *et al.* (2021) afirmam que questões como a vergonha, o medo, a falta de conhecimento sobre os serviços, o isolamento social e as dificuldades legais que cercam

a violência, muitas vezes isolam a vítima da vida. Nesse cenário, a ausência de acolhimento e de respostas efetivas por parte do sistema jurídico atua como mais um elemento para que a vítima permaneça na situação, impedindo que muitas mulheres encontrem caminhos seguros para a denúncia e a proteção.

Sousa *et al.* (2021) destacaram que o isolamento social, imposto pelas medidas de prevenção durante a pandemia, agravou uma questão já existente na sociedade, aumentando a quantidade de mulheres vítimas de agressão no ambiente doméstico. O isolamento forçado fez com que essas mulheres fossem forçadas a conviver constantemente com seus agressores, tornando o acesso a mecanismos de denúncia e proteção ainda mais difícil. Esse impacto foi ainda mais severo entre mulheres negras e de grupos sociais mais vulneráveis.

Do mesmo modo, Melo *et al.* (2020) discorrem sobre a violência doméstica e familiar na COVID-19 e suas relações com concepções de masculinidade, que levaram ao aumento da violência doméstica, principalmente contra mulheres e crianças. Destaca-se que a violência pode surgir como uma reação à fragilidade do poder masculino quando este é desafiado em diversos contextos. Essa afirmação demonstra o agravamento da violência de gênero durante a pandemia e como ele está diretamente ligado às desigualdades estruturais de gênero.

Chagas *et al.* (2021) evidenciam o aumento dos crimes violentos letais contra mulheres no Ceará entre 2014 e 2020, destacando que fatores estruturais e sociais sustentam a continuidade da violência de gênero, intensificando a vulnerabilidade feminina e expondo-as a múltiplas formas de opressão.

Nesse sentido, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021) indicam que, no primeiro semestre de 2020, houve um aumento de 22% nos casos de feminicídio em relação

ao mesmo período do ano anterior, demonstrando como o contexto pandêmico impactou diretamente a intensificação da violência de gênero (Barufaldi *et al.*, 2020). Isso reforça não apenas a intensificação da vulnerabilidade das mulheres na pandemia, mas também o agravamento do número de casos de violência contra a mulher.

Corrêa *et al.* (2021) abordam em seu artigo as vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. No estudo, mulheres negras e pobres enfrentam a sobrecarga de trabalho doméstico, desemprego (especialmente em serviços informais) e violência doméstica, ambos intensificados pelo confinamento durante a pandemia de COVID-19. A partir desse cenário, os autores apresentam a naturalização da violência e a falta de ações efetivas que mantêm mulheres negras e periféricas em ciclos de vulnerabilidade, exigindo que as vítimas desenvolvam estratégias de sobrevivência.

Dessa forma, a escassez de equipamentos públicos e a concentração de casos de violência em regiões periféricas evidenciam o abandono institucional e reforçam a tese de que o planejamento urbano, ao ignorar marcadores sociais como gênero, raça e classe, contribui para a perpetuação de ciclos de vulnerabilidade (Saffioti, 2004; Crenshaw, 1991). Assim, as desigualdades interseccionais também foram agravadas durante a pandemia, afetando principalmente mulheres negras e pardas residentes nessas regiões, que geralmente ocupam posições precárias no mercado de trabalho e vivem em condições habitacionais insalubres.

Barbosa *et al.* (2020) trazem uma visão sobre a violência contra a mulher e o isolamento social e apontam que a pandemia de COVID-19 agravou a violência doméstica contra as mulheres, que, restritas ao isolamento social, permaneceram vulneráveis, com agravamento da violência doméstica por parceiros íntimos, bem como houve diminuição do apoio social em decorrência do encerramento de serviços como creches e delegacias, aumentando a vulnerabilidade das mulheres. Com os serviços de saúde focados nos casos

de COVID-19, os cuidados com gestantes e pessoas que sofreram violência doméstica foram prejudicados.

Essa realidade não é recente no Brasil, mas é muito antiga. Historicamente, as desigualdades racial e de gênero são barreiras cruciais no processo saúde-doença-cuidado das mulheres, particularmente das mulheres negras (Goes; Nascimento, 2012). Nesse sentido, os fatores estruturais não apenas facilitam a perpetuação da violência sexual e doméstica, como também agem como cúmplices no silenciamento das vítimas e na reprodução de ciclos de exclusão e sofrimento.

Fornari *et al.* (2021) apresentam estratégias de enfrentamento à problematização da violência doméstica e o impacto da pandemia da COVID-19, a partir de práticas como silenciar as mulheres e naturalizar a violência, no contexto de isolamento social causado pela pandemia. O isolamento agravou a violência, intensificando a convivência com agressores e a dependência financeira. As estratégias focaram na denúncia, porém pouco se discutiu sobre o que ocorreu depois, como assegurar um local seguro ou suporte financeiro para as vítimas.

Embora existam políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, inúmeros obstáculos ainda comprometem tanto a denúncia quanto o acesso das vítimas à proteção adequada. Entre esses fatores, destacam-se a dependência financeira, o medo do agressor e a fragilidade das redes de apoio (Schraiber; D'oliveira, 2000). Assim, com a chegada da pandemia e a adoção de medidas de isolamento social, essas barreiras se tornaram ainda mais evidentes e agravadas, uma vez que as vítimas passaram a estar em confinamento contínuo com seus agressores.

Campos, Tchalekian e Paiva (2020) enfatizam a dimensão programática e institucional da vulnerabilidade da violência contra a mulher, enquanto Souza e Farias (2022) aprofundam a análise da relação entre desigualdade social, fatores econômicos e violência

de gênero. Os autores convergem ao evidenciar que a violência contra a mulher agravada pela pandemia não se limita ao âmbito doméstico, mas se configura como uma expressão da questão social e da violência estrutural presente na sociedade brasileira.

Knudsen (2006) afirma que as relações entre gênero, etnia, raça, sexualidade, nacionalidade e classe precisam ser analisadas em vários níveis, com o objetivo de compreender as desigualdades que existem na sociedade. Nesse sentido, torna-se evidente a importância de se abordar a violência doméstica no contexto da pandemia a partir de uma perspectiva social e estrutural, que considere os entrelaçamentos dessas categorias e os efeitos sistêmicos das opressões sobre as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Moreira *et al.* (2020) examinam os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a vida das mulheres, evidenciando como esse contexto de crise sanitária intensificou desigualdades de gênero já historicamente consolidadas. Os autores destacam como esse período de crise sanitária aprofundou desigualdades de gênero já existentes. O artigo revela como a pandemia aumentou os casos de violência doméstica contra as mulheres de forma acentuada. Eles destacam a violência contra a mulher e o trabalho doméstico como os principais pontos dessa crise sanitária.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma a cada três mulheres (cerca de 736 milhões de pessoas) em todo o mundo sofreu violência física ou sexual por parte de um parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro entre 2000 e 2018 (Nações Unidas Brasil, 2021). Dessa forma, fica ainda mais evidente que a violência contra a mulher não se trata de um problema que surgiu na pandemia, mas sim de um problema muito mais remoto, que foi agravado nesse contexto.

Santos *et al.* (2021) refletem sobre as relações entre homem, poder e violência, buscando compreender os fatores que contribuíram para o agravamento da violência contra as mulheres durante

o período pandêmico. O texto aborda o conceito de masculinidade hegemônica e afirma que, durante o período pandêmico, existe uma tentativa de reconstruir esse modelo. Os autores sugerem que o aumento da violência de gênero está relacionado a uma percepção de perda ou enfraquecimento do poder masculino, revelando dinâmicas de dominação que se intensificam em contextos de crise.

Deleuze (2013) observa que a resposta à pandemia foi marcada por uma lógica militarizada, que reforçou padrões de masculinidade hegemônica, excluindo as mulheres dos espaços de decisão política. Esse afastamento das mulheres dos processos de decisão demonstra como os períodos de crise intensificam desigualdades de gênero e contribuem para a manutenção de estruturas patriarcais de poder. Dessa forma, é notório que a noção de que o lar é um espaço privado, separado da esfera pública, contribui para a invisibilização da violência e das desigualdades.

Entre as propostas que emergem desse contexto, destacam-se a incorporação explícita de marcadores sociais como gênero, raça e classe nos instrumentos de política urbana; o fortalecimento de estruturas comunitárias descentralizadas, como centros de acolhimento e equipamentos de prevenção à violência; e a integração entre políticas urbanas, sociais e de saúde, de forma a garantir respostas mais coordenadas e justas em momentos de crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu constatar que a pandemia da COVID-19 intensificou de maneira significativa a violência contra a mulher no Brasil, afetando principalmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e racial. A partir da revisão sistemática da literatura, evidenciou-se que o isolamento social,

o fechamento de serviços essenciais e a crise sanitária agravaram fatores de risco já existentes, dificultando o acesso das vítimas aos mecanismos de proteção e denúncia.

Apesar da existência de dispositivos legais, como a Lei Maria da Penha, observou-se a persistência de falhas estruturais no enfrentamento da violência de gênero, especialmente durante o período pandêmico. O confinamento compulsório com os agressores, aliado à dependência econômica e à precariedade das redes de apoio, acentuou a exposição das mulheres às múltiplas formas de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A análise dos artigos demonstrou ainda que as respostas institucionais foram insuficientes frente à demanda emergencial, revelando a necessidade de políticas públicas mais efetivas, que integrem uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe social. Além disso, destacou-se a importância da capacitação contínua dos profissionais de saúde, segurança pública e assistência social para o acolhimento qualificado das vítimas.

Portanto, a pesquisa atingiu seu objetivo com êxito. Conclui-se que a pandemia não criou novas formas de violência contra a mulher, mas intensificou desigualdades históricas, evidenciando a necessidade de fortalecer redes de apoio, ampliar serviços especializados e implementar políticas públicas permanentes voltadas à equidade de gênero e à garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BARUFALDI, L. A. *et al.* Violência de gênero durante a pandemia de COVID-19: dados e reflexões. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

CARNEIRO, S.; FRAGA, S. Gênero, raça e saúde: equidade em questão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 389–406, 2012.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

CURIA, B. G. *et al.* Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e189184, 2020.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, 2020.

FORMIGA, K. *et al.* Violência cometida pelo parceiro íntimo: estudo observacional com mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde. **Einstein (São Paulo)**, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOES, E. R.; NASCIMENTO, E. R. Mulheres negras e brancas: as desigualdades no acesso e utilização dos serviços de saúde no estado da Bahia, PNAD – 2008. *In*: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (org.). **Saúde da população negra**. 2. ed. Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 274–287.

MELO, H. C. *et al.* Pandemia e masculinidades: a violência doméstica e familiar durante a COVID-19. **Revista Gênero & Direito**, v. 9, n. 2, p. 78–96, 2020.

NASCIMENTO, M. B. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. *In*: NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição**. [S. l.]: Filhos da África, 2018. p. 211–225.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Declaração de pandemia de COVID-19**. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 28 maio 2025.

PASINATO, W. Violência de gênero: diagnóstico e desafios das políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 561–585, 2005.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 3, n. 5, p. 11–26, 2000.

SILVA, R. M. *et al.* A violência de gênero durante a pandemia de COVID-19: desafios e propostas de enfrentamento. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 23, n. 1, p. 115–130, 2023.

UNITED NATIONS. **The impact of COVID-19 on women**. New York: UN Women, 2020.

3

Maria Eduarda Alves de Abrantes

Willianny Tavares de Almeida

Sara Silva Campos

Maria Helena Fernandes de Melo

Etelvira Félix Da Silva

Thiago Lacerda Sarmento

Maria Jamylle das Chagas Aguiar

Leilane Cristina Oliveira Pereira

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER:

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra a mulher constitui uma das formas mais graves e persistentes de violação dos direitos humanos, afetando profundamente o bem-estar físico, emocional e psicológico das vítimas. Essa forma de violência manifesta-se por meio de qualquer ato ou tentativa de obter um ato sexual, investidas sexuais indesejadas ou ações de coerção e manipulação sem o consentimento da vítima, podendo envolver força física ou pressões psicológicas (Cavalcanti, 2022).

Conforme as contribuições de Heleieth Saffioti (2004), trata-se de um fenômeno complexo que transcende o âmbito individual, evidenciando as desigualdades de gênero historicamente construídas e naturalizadas na sociedade. Nesse contexto, a violência sexual deve ser compreendida não apenas como uma agressão isolada, mas como reflexo de relações sociais desiguais, sustentadas por uma lógica patriarcal que perpetua a dominação e o controle sobre o corpo feminino.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) aponta que uma em cada três mulheres no mundo já sofreu violência física e/ou sexual ao longo da vida, evidenciando a magnitude do problema. No Brasil, essa realidade também se manifesta de forma expressiva, atingindo mulheres de diferentes idades, classes sociais e níveis de escolaridade, frequentemente no âmbito doméstico.

Além dos impactos imediatos, a violência sexual está associada a consequências de longo prazo na saúde mental, como ansiedade, depressão, transtornos alimentares, uso abusivo de substâncias e transtorno de estresse pós-traumático (Fontes *et al.*, 2017).

Nesse sentido, o enfrentamento da violência sexual exige uma análise ampliada, que considere fatores sociais, culturais e psicológicos. Scott (1992) compreende o gênero como elemento estruturante

das relações sociais, evidenciando que as desigualdades entre homens e mulheres sustentam práticas de violência e dominação.

Diante desse contexto, torna-se fundamental compreender a violência sexual contra a mulher a partir de uma perspectiva ampla. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a violência sexual contra a mulher e os impactos psicológicos decorrentes dessa forma de agressão, com base em uma revisão sistemática da literatura.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar a violência sexual contra a mulher e seus impactos psicológicos.

A busca foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e em outras fontes acadêmicas relevantes, contemplando publicações no período de 2020 a 2025.

Foram utilizados os seguintes descritores: “violência sexual”, “violência contra a mulher”, “saúde mental” e “impactos psicológicos”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos que abordassem a violência sexual contra mulheres, com dados empíricos ou revisões teóricas relevantes, disponíveis na íntegra e em língua portuguesa. Foram excluídos estudos que não apresentavam foco no gênero feminino, artigos duplicados e aqueles que não atendiam aos objetivos da pesquisa.

O processo de seleção ocorreu em etapas: inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos; posteriormente, procedeu-se à leitura integral dos estudos selecionados, resultando na amostra final.

A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, por meio da interpretação crítica dos conteúdos, permitindo a identificação de categorias temáticas e padrões recorrentes. A síntese dos resultados foi realizada de forma descritiva, considerando as contribuições e limitações dos estudos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro apresentado contém referências de estudos sobre violência contra a mulher no Brasil, explorando suas causas e efeitos a partir de diferentes perspectivas. Os artigos estão organizados de acordo com seus autores, objetivos e principais achados, o que facilita a visualização e comparação dos enfoques, metodologias e resultados de cada pesquisa. Esse formato não apenas sistematiza o conhecimento, mas também fortalece as análises desenvolvidas ao longo do texto, servindo como suporte para justificar e fundamentar as discussões e conclusões do trabalho. Dessa forma, o quadro vai além do simples registro de dados, contribuindo para uma compreensão mais profunda do fenômeno da violência contra a mulher.

Quadro 1 - Descrição sobre cada artigo escolhido e discutido

Referências	Objetivos	Resultados
Carvalho, E. F. M. de.; Laguardia, J.; Deslandes, S. F. (2022). Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva , 27(4), 1273–1287. https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.08722021	Ressaltar a importância da defesa das mulheres e da prevenção de discriminações no contexto brasileiro.	Analisou como o sistema se relaciona com a violência e como conceitos de gênero e raça implicam na superação de desigualdades.

Pinheiro, L. M. S.; Andrade, T. A. (2023). Perfil de homens autores de violência contra as mulheres: revisão sistemática da literatura brasileira. Psicologia Revista , 32(1), 82-101. https://doi.org/10.23925/2594-3871.2023v32i1p82-101	Analisar o perfil dos homens autores de violência contra as mulheres e as suas causas.	Identificou-se que o consumo de álcool e outras drogas é um fator frequente entre os autores de violência.
Melo, C. M. de; Franco, A. C. R.; Soares, M. Q.; Santos, A. P. dos; Bevilacqua, P. D. Violência sexual contra mulheres e os processos de trabalho em unidades de saúde especializadas: avanços, desafios e resistências feministas. Saude soc [Internet]. 2024;33(2):e230470pt. Available from: https://doi.org/10.1590/S0104-12902024230470pt	Refletir sobre a atenção ofertada a mulheres em situação de violência sexual em unidades especializadas do SUS.	Os resultados indicaram aspectos positivos na organização das unidades, que prestam serviços fundamentais de apoio.
Cantares, T. dá S.; Guzzo, R. S. L. (2022). Violência contra Mulheres: Diretrizes Políticas da Psicologia para o Exercício Profissional. Psicologia: Ciência E Profissão , 42, e236907. https://doi.org/10.1590/1982-3703003236907	Compreender a violência como fenômeno histórico e analisar as diretrizes políticas para o exercício do psicólogo.	Ressalta-se a importância da atuação profissional na prevenção da discriminação e na defesa da diversidade.
Lima, A. J. V.; Ribeiro, L. B.; Andrade, C. M. V.; Silva, G. S.; Salles, L. C. B. Experiências de Mulheres Vítimas de Violências. REVisa , 2021;10(Esp.2): 871-86. Doi: https://doi.org/10.36239/revisa.v10.nEsp2.p871a886	Analisar a percepção das vítimas sobre os motivos das agressões e os motivos para a não denúncia.	Evidenciou-se alta demanda de violência sexual ligada à dependência emocional e questões socioeconômicas.
Mota, J. A.; Aguiar, R. S. Percepções de enfermeiros da atenção primária no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. Nursing (Ed. bras., Impr.) , v. 23, n. 262, p. 3848-3651, mar. 2020.	Analisar a percepção de enfermeiros no atendimento a mulheres vítimas de violência sexual.	. Observou-se que a empatia dos profissionais é crucial no acolhimento de mulheres adoecidas pela violência.

Fonte: elaborada pelos autores (2025).

O estudo realizado por Carvalho *et al.* (2022) realizou uma análise sobre as estatísticas de casos de violência contra a mulher. Os dados coletados indicam que, no ano de 2019, foram registrados 1.326 casos de feminicídios no país, representando um aumento de 43% no período de 2016 a 2019, sendo o término de relacionamento um dos principais fatores associados à violência. De forma semelhante, o estudo de Pinheiro *et al.* (2023) aborda os perfis de homens autores de violência contra a mulher, ressaltando questões relacionadas ao consumo excessivo de álcool e substâncias ilícitas.

Além disso, os autores destacam a desigualdade de gênero, que é crucial para entender o contexto da situação. Observa-se também que a violência é um problema persistente, com muitas mulheres não reportando casos às autoridades, o que sugere que o número real de ocorrências seja ainda maior. De acordo com os resultados obtidos, os dados indicam que as violências contra a mulher continuam a ser uma questão grave no Brasil, com um aumento significativo entre 2016 e 2019, especialmente no que se refere aos feminicídios, destacando a necessidade urgente de políticas públicas para prevenir e combater essa violência.

É importante ressaltar que a subnotificação de casos evidencia a importância de enfrentar os desafios, promovendo campanhas de conscientização e melhorias no apoio às vítimas. Os estudos ressaltam a prevalência de violência doméstica e a participação de parceiros como agressores, sendo crucial criar intervenções que abordem esse tema. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha, criada em 2006, visa prevenir e proteger as mulheres contra a violência, independentemente de condições sociais e raciais.

Entretanto, Melo *et al.* (2024) discutem as experiências de profissionais da saúde no atendimento a vítimas de violência sexual, destacando como esse acolhimento é eficaz no tratamento das vítimas e os estigmas dessa problemática. É ressaltada a dificuldade de interação paciente-profissional, apontando barreiras como vergonha,

julgamento e medo, além de sugerir a implementação de novos projetos, enfatizando iniciativas como os Serviços de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Sexual (SAVS), que têm contribuído para a melhoria do suporte, fazendo a diferença para milhares de mulheres. Assim, é fundamental considerar os dados apresentados por Cantares *et al.* (2022), que buscam a prática profissional qualificada, capaz de promover e atender às demandas relacionadas à violência contra a mulher, um problema social de crescente realidade no Brasil.

Questões estruturais também apresentam importância ao resgatar a historicidade dessas categorias, para assim compreender as diretrizes propostas e o projeto ético-político, que orientam as práticas psicológicas engajadas com uma perspectiva inclusiva, visando ao comprometimento com mudanças sociais. A violência contra as mulheres, como violação dos direitos humanos, foi reconhecida desde 1993. Nos últimos anos, a violência contra a mulher tem ganhado maior visibilidade política, refletida no desenvolvimento de políticas públicas destinadas a combater esse fenômeno, reforçando a ideia de que qualquer tipo de discriminação contra a mulher e violência de gênero constituem violações de direitos humanos.

Portanto, é de suma importância que as práticas psicológicas sejam comprometidas, buscando contribuir para uma sociedade justa e serviços adequados. Bittencourt e Mello (2014) destacam que a Lei Maria da Penha é essencial para os direitos humanos e a proteção das mulheres no Brasil. Colaborando com as ideias citadas nos estudos realizados por Lima *et al.* (2021), o objetivo desse trabalho foi descrever a vivência e as experiências de mulheres vítimas de violência sexual diante das agressões, além de entender, a partir de entrevistas e relatos, como se encontrava a saúde mental das vítimas e como elas se viam diante das experiências vividas.

Com isso, observou-se que as violências predominam em um alto índice de dependência, tanto emocional quanto financeira,

por parte das vítimas em relação aos agressores. Além disso, as consequências de desestabilização das vítimas incluem medo e baixa autoestima. Foi notável que a maioria das entrevistadas não oficializava as denúncias à polícia por medo e receio de perder moradia ou a guarda dos filhos. Nesse sentido, os resultados apresentados enfatizam um tema de extrema importância: a violência contra a mulher, que constitui um problema de saúde pública global, pois reflete uma complexidade que ultrapassa barreiras sociais, econômicas e culturais. Esse tipo de problema engloba uma série de sintomas físicos e emocionais. Muitos dos casos entrevistados indicam que a maioria das mulheres vive em um casamento conturbado, motivadas pelo medo de perder a casa e os filhos, e um dos aspectos cruciais é a dependência emocional e financeira, que mantém as mulheres em relacionamentos abusivos, os quais não são apenas casos isolados.

Dessa forma, as mulheres acabam formando uma “conspiração de silêncio” como forma de sobrevivência, aceitando as violências. As dependências emocionais se manifestam em casos de mulheres vítimas de violência, explicando a conduta delas em relação aos agressores (Souza; Veríssimo, 2025). Mota *et al.* (2020) ressaltam a importância da empatia no tratamento de vítimas de violência sexual, demonstrando o papel essencial dos profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, no apoio às mulheres que passaram por essa experiência. O estudo analisa como os enfermeiros veem o atendimento a mulheres que sofreram violência sexual na atenção primária à saúde, considerando suas experiências e sentimentos. Quando os enfermeiros demonstram empatia, as mulheres se sentem mais seguras e à vontade para procurar ajuda nos serviços de saúde.

Contudo, o estudo explora como os enfermeiros veem o atendimento às mulheres que sofreram violência sexual na atenção primária à saúde, considerando suas vivências e emoções. Quando os enfermeiros conseguem entender e sentir o que as mulheres estão passando, isso cria um ambiente mais acolhedor e seguro, onde elas se sentem ouvidas e apoiadas. Dessa forma,

os dados de Ferreira Brito *et al.* (2024) reafirmam a importância dos enfermeiros no atendimento às vítimas de violência, que buscam assistência nos sistemas de saúde disponíveis. A qualidade desse atendimento, seja ele positivo ou negativo, depende do preparo técnico desses profissionais. Portanto, é essencial que esse atendimento seja estruturado, humanizado e ajustado para suprir as necessidades individuais de cada pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica do tema apresentado ao longo deste trabalho, é factível afirmar que a violência sexual contra a mulher constitui uma infração grave dos direitos humanos, que não afeta apenas a vítima, como também toda a estrutura social; por meio de apoio psicológico e acolhimento multidisciplinar, é possível ajudar a vítima e seus familiares nesse momento tão difícil para eles. Ao considerar os contextos da violência sexual contra a mulher, é notável o descaso no suporte ofertado às vítimas. Observa-se tendência de culpabilizar a vítima, bem como insuficiência de capacitação técnica e falta de especialização em acolhimento; além disso, fatores como dependência emocional e financeira dificultam o rompimento desses relacionamentos abusivos, que perpetuam o ciclo dessa violência.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da atuação do psicólogo e de uma equipe multidisciplinar especializada, sendo de suma importância a escuta qualificada, acolhedora e livre de julgamentos. O acolhimento psicológico deve oferecer à vítima uma escuta ativa, onde ela possa expressar suas emoções e experiências sem medo de julgamento, validando seus sentimentos e mostrando que suas reações são normais diante do que foi vivenciado, auxiliando-a a recuperar o controle de sua vida e a tomar decisões que a ajudarão a sentir-se mais confiante e, se necessário, a encaminhar a

vítima para outros serviços de apoio ou assistência jurídica e a ajudar na reintegração da vítima na sociedade.

O presente estudo obteve êxito ao evidenciar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, os aspectos que contribuem para o prolongamento da violência sexual contra a mulher e as consequências na saúde mental da vítima. Ademais, mostrou-se a quantidade limitada de estudos sobre esse determinado tema, o que evidencia a necessidade de novas pesquisas e intervenções nesses casos. A conscientização da sociedade e a qualificação dos serviços de atendimento e apoio são necessárias para erradicar esse problema e, para isso, é fundamental que a sociedade se comprometa de forma ética, política e tão humana quanto possível na luta contra a violência sexual contra a mulher.

Dessa forma, é imprescindível que políticas públicas e ações voltadas à prevenção da violência sexual contra a mulher sejam fortalecidas, garantindo não apenas o acolhimento adequado às vítimas, mas também a promoção de mudanças estruturais na sociedade. A educação sobre direitos, a capacitação de profissionais para atendimento humanizado e a ampliação do acesso a redes de suporte são elementos fundamentais para romper o ciclo da violência e minimizar seus impactos na saúde mental das vítimas. Além disso, iniciativas interdisciplinares que envolvam diferentes áreas do conhecimento podem contribuir significativamente para uma compreensão mais profunda do problema e para a implementação de estratégias eficazes no combate à violência de gênero. Somente por meio de um compromisso coletivo será possível avançar na construção de um ambiente mais seguro, justo e igualitário para todas as mulheres.

Este estudo mostrou que a violência sexual contra a mulher é uma violação muito grave dos direitos humanos, que não afeta apenas a vítima, mas toda a sociedade. Fica claro que, para ajudar essas mulheres, é fundamental oferecer um apoio que vá além

do físico, incluindo cuidado psicológico e um atendimento que envolva diferentes profissionais.

Reconhece-se que o trabalho teve algumas limitações, como a escolha de poucas bases de dados e a falta de estudos mais recentes e variados, o que pode ter deixado de fora algumas informações importantes. Por isso, os resultados aqui apresentados não conseguem cobrir toda a complexidade do problema.

Conclui-se, portanto, a importância de que novas pesquisas continuem explorando formas práticas de ajudar as vítimas, capacitar quem trabalha com elas e avaliar como as políticas públicas estão funcionando na prática. Também é essencial que essas pesquisas envolvam diferentes áreas, para que se possa entender melhor o problema e encontrar soluções mais eficazes.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Maria de. **Estudos sobre violência sexual contra a mulher**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999

ARAGÃO, Danilo; TURRA, Virgínia; CHARIGLIONE, Isabelle Patriciá Freitas Soares. Violência sexual contra a mulher. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 19-27, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i2.71>.

BAIGORRIA, J.; WARMLING, D.; NEVES, C. M.; DELZIOVO, C. R.; COELHO, E. B. S. Prevalência e fatores associados da violência sexual contra a mulher: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 5, p. 1447-1460, maio 2023.

BERK, L. **Guia para cuidadores de pessoas com transtorno bipolar**. São Paulo: Segmento Farma, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CANTARES, T. dá S.; GUZZO, R. S. L. Violência contra mulheres: diretrizes políticas da Psicologia para o exercício profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, e236907, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003236907>.

CARVALHO, E. F. M. de; LAGUARDIA, J.; DESLANDES, S. F. Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1273-1287, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.21652021>.

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (org.). **Violência sexual contra a mulher**: abordagens, contextos e desafios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mar. 2014. (Texto para Discussão, n. 1940).

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, p. 1163-1178, 2006.

DIAS, I.; CAVALCANTI, V. Violência e gênero: a interseção das desigualdades sociais. *In*: TAVARES, M. S.; SOUZA, Â. M. F. L. (org.). **Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 179-203.

FAÚNDES, A.; ROSAS, C. F.; BEDONE, A. J.; OROZCO, L. T. Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 126-135, fev. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-72032006000200008>.

GOMES, N. P.; FREIRE, N. M. Vivência de violência familiar: homens que violentam suas companheiras. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 2, p. 176-179, mar./abr. 2005.

HOLLAND, J.; RAMAZANOGLU, C.; SCOTT, S.; SHARPE, S.; THOMSON, R. Sexo, gênero e poder: a sexualidade de jovens mulheres sob a sombra da Aids. **Sociology of Health and Illness**, Oxford, v. 12, n. 3, p. 336-350, 1990.

JUAN, C. S.; ANA, I. A. R.; ANA, A. M.; OSCAR, C. O sofrimento psíquico de mulheres vítimas de violência sexual. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 2, e17574, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12574>.

LIMA, A. J. V.; RIBEIRO, L. B.; ANDRADE, C. M. V.; SILVA, G. S.; SALLES, L. C. B. Experiências de mulheres vítimas de violências. **REVisA: Revista de Ciências da Saúde**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 45-56, 2021.

MCQUEEN, K.; MURPHY-OIKONEN, J.; MILLER, A.; CHAMBERS, L. Agressão sexual: vozes de mulheres sobre os impactos na saúde de não serem acreditadas pela polícia. **BMC Women's Health**, London, v. 21, p. 217, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12905-021-01362-0>.

MELO, C. M. de; FRANCO, A. C. R.; SOARES, M. Q.; SANTOS, A. P. dos; BEVILACQUA, P. D. Violência sexual contra mulheres e os processos de trabalho em unidades de saúde especializadas: avanços, desafios e resistências feministas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 2, e230470, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024230470>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 55-63, jan./abr. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, out./dez. 1997.

MOTA, Juliana Arrais; AGUIAR, Ricardo Saraiva. Percepções de enfermeiros da atenção primária no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. **Nursing (Edição Brasileira)**, São Paulo, v. 23, n. 262, p. 3848-3651, mar. 2020.

NELON, J. L.; PEDRO, K. T.; GILREATH, T. D.; PATTERSON, M. S.; HOLDEN, C.; ESQUIVEL, C. H. Uma análise de classes latentes da coocorrência de violência sexual, uso de substâncias e saúde mental em jovens. **Substance Use & Misuse**, London, v. 54, n. 12, p. 1938-1944, 2019.

NUNES, M. C. A.; LIMA, R. F. F.; MORAIS, N. A. de. Violência sexual contra mulheres: um estudo comparativo entre vítimas adolescentes e adultas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 956-969, out./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000422016>.

ORAM, S.; KHALIFCH, H.; HOWARD, L. Violência contra mulher e saúde mental. **The Lancet Psychiatry**, London, v. 4, n. 2, p. 159-170, Feb. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violência contra as mulheres permanece devastadoramente comum em todo o mundo**. Genebra: OMS, 2021.

PINHEIRO, L. M. S.; ANDRADE, T. A. Perfil de homens autores de violência contra as mulheres: revisão sistemática da literatura brasileira. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 82-101, 2023.

ROBINSON, L.; SPILSBURY, K. Revisão sistemática das percepções e experiências de acesso a serviços de saúde por vítimas adultas de violência doméstica. **Health & Social Care in the Community**, Oxford, v. 16, n. 1, p. 16-30, Jan. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; DINIZ, Simone; PORTELLA, Ana Paula; LUDERMIR, Ana Bernarda; *et al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, out. 2007.

SCOTT, M. A. Violência sexual contra mulheres: uma abordagem psicológica para avaliação e manejo de estupradores na comunidade. **Journal of Sexual Aggression**, London, v. 11, n. 2, p. 135-146, 2005.

SIERRA, J. C.; GUTIÉRREZ-QUINTANILLA, R.; BERMÚDEZ, M. P.; BUELA-CASAL, G. Coerção sexual masculina: análise de alguns fatores associados. **Psychological Reports**, Thousand Oaks, v. 105, n. 1, p. 69-79, Aug. 2009.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

4

*Flávia Jane Oliveira Bento
Letícia Tavares Lisboa
Micaely Soares Correia
Maria das Graças Lima Barbosa
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

LUTO GESTACIONAL:

**O IMPACTO DO LUTO
GESTACIONAL NA SAÚDE MENTAL
E PAPEL DA REDE DE APOIO**

INTRODUÇÃO

O luto gestacional é uma experiência complexa e muitas vezes invisibilizada, marcada pela dor da perda de um bebê antes ou logo após o nascimento. Esse tipo de luto pode ocorrer em diferentes estágios da gestação e envolve não apenas a perda física, mas também a perda simbólica dos planos, expectativas e vínculos emocionais já estabelecidos com o bebê. A perda de um bebê é geralmente um acontecimento vivenciado com muito sofrimento pela mulher, independentemente do período da gravidez em que ocorra (Eisenberg; Murkoff; Hathaway, 2004).

A perda gestacional é um acontecimento frequente no Brasil. Em 2017, foram registrados 30.620 óbitos fetais, sendo o maior número desses óbitos ocorrido entre mulheres de 20 a 29 anos e, em cerca de 40% dos casos, entre a 28ª e a 36ª semana de gestação (Ministério da Saúde, 2019). Estima-se que esses índices sejam ainda mais expressivos, devido a abortos e outras ocorrências não registradas oficialmente. A partir de um estudo promovido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foram selecionados 465 hospitais com total planejado de aproximadamente 24.255 mulheres, sendo 2.205 por motivo de aborto e 22.050 por motivo de parto (Teodózio; Milczarck, 2020).

Do ponto de vista psicológico, o luto gestacional pode desencadear uma variedade de reações emocionais, como tristeza profunda, culpa, ansiedade e até sintomas depressivos. A forma como cada pessoa vivencia essa perda está relacionada a fatores como o tempo de gestação, o apoio social disponível, a história emocional dos pais e a assistência dos profissionais de saúde. Além disso, o luto gestacional pode ser socialmente desvalorizado, o que dificulta a validação da dor e a busca por suporte adequado. Isso ocorre especialmente para a mãe, que vivenciou diariamente esse processo

devido às transformações corporais, hormonais, metabólicas e psicológicas (Freitas; Barros, 2015).

Nesse contexto, a Psicologia desempenha um papel fundamental ao oferecer acolhimento e estratégias terapêuticas para auxiliar os enlutados no processo de ressignificação da perda, promovendo um espaço seguro para a expressão das emoções e a adaptação à nova realidade. Observou-se que o momento do óbito fetal é marcado por reações de choque, negação e medo de novas perdas em experiências futuras. A perda gestacional pode constituir-se como um acontecimento potencialmente traumático, induzindo reações intensas e transtornos mentais que, quando particularmente acentuadas, podem requerer atenção clínica (Rolim; Canavarro, 2001).

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender e dar visibilidade ao luto gestacional, uma experiência frequentemente desvalorizada socialmente, que muitas vezes não recebe o suporte adequado, o que pode agravar o sofrimento e acarretar impactos psicológicos significativos para os pais. Apesar de ser um evento comum, o conhecimento sobre o tema fornece embasamento para práticas psicológicas mais sensíveis e eficazes no acolhimento dessas mulheres e de suas famílias.

MÉTODO

Este estudo é uma pesquisa básica, de caráter exploratório e com abordagem qualitativa. Busca compreender como ocorre o luto gestacional, quais sentimentos estão envolvidos nesse processo e como as famílias são acolhidas nesse momento delicado. Para isso, será realizada uma revisão de materiais já publicados sobre o tema, a fim de reunir informações relevantes que contribuam para a compreensão dessa vivência.

A pesquisa será realizada nas bases SciELO e Portal Regional da BVS, utilizando os descritores "Luto Gestacional" AND "Perda Gestacional". A busca ocorrerá no mês de agosto de 2025. Serão incluídos artigos completos publicados entre 2015 e 2025 que tratem diretamente do assunto. Serão excluídos textos repetidos, revisões sistemáticas e, no caso da BVS, estudos com foco exclusivo na área de enfermagem. Após a busca, os materiais encontrados passarão por uma leitura inicial para seleção e, posteriormente, serão analisados com maior profundidade.

A análise dos dados será realizada por meio da análise de conteúdo temática, que permitirá identificar ideias e informações relevantes sobre a vivência do luto gestacional e sobre as formas de apoio oferecidas. Ao final, os resultados serão organizados e apresentados, contribuindo para uma compreensão mais sensível e aprofundada do tema, além de subsidiar reflexões sobre estratégias que possam oferecer acolhimento mais humanizado às famílias que vivenciam essa situação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa tem como objetivo analisar o luto gestacional por meio de uma revisão sistemática da literatura científica. Considerando que o luto gestacional é a dor de perder um bebê antes ou logo após o nascimento, envolvendo não apenas a perda física, mas também a tristeza por planos, sonhos e laços emocionais já estabelecidos, foi elaborado um quadro com diversos artigos científicos sobre o tema.

A busca na base Portal Regional da BVS resultou em 30 artigos. Após a aplicação do filtro "português", foram excluídos 13 artigos, restando 17. Com o filtro "últimos 10 anos", manteve-se o total de 17 artigos. Desses, dois foram excluídos por focarem na área

de enfermagem, restando 15. Em seguida, seis artigos foram retirados por indisponibilidade do texto completo, resultando em nove artigos selecionados.

A busca na base SciELO resultou em 10 artigos. Com o filtro “português”, um artigo foi excluído, restando nove. Com o filtro “últimos 10 anos”, dois artigos foram retirados, restando sete. Após a exclusão de um artigo por foco em enfermagem, restaram seis. Destes, um foi excluído por indisponibilidade do texto completo, restando cinco. Por fim, um artigo foi retirado por estar disponível apenas em inglês, resultando em quatro artigos selecionados.

O quadro tem como propósito apresentar os resultados dos artigos selecionados de modo a subsidiar a elaboração deste relatório. As informações foram extraídas dos resumos dos estudos localizados nas bases BVS e SciELO. A utilização de duas bases de dados visou ampliar o número de resultados, enriquecendo a amostra. O quadro contém as referências completas, os objetivos e os resultados de cada pesquisa, organizando e facilitando a análise dos achados.

Quadro 1 - Artigos utilizados para construção de pesquisa

BASE DE DADOS	REF. COMPLETA	OBJETIVO	RESULTADO
SCIELO	MENESES, Cibele; GOMES, Ana Lúcia; SOUZA, Mariana Oliveira; COSTA, Fernanda Rodrigues. Efeitos da satisfação conjugal e da utilidade de rituais na vivência do luto no abortamento. Cogitare Enfermagem , Curitiba, v. 27, e82691, p. 1-13, 18 nov. 2022.	Analizou os efeitos da utilização e da percepção de utilidade dos rituais de luto e da satisfação conjugal no luto perinatal.	Tendo o ajustamento ao luto após a perda gestacional como variável dependente, observou-se um efeito negativo da satisfação conjugal ($b=-.33$) e um efeito positivo da utilidade dos rituais ($b=.46$). Não foi observado um efeito significativo de moderação.

BVS	GALVÃO, Graça Maria Miranda. Parentalidade na perda gestacional: o tempo de luto para o retorno às atividades profissionais - aspectos emocionais e legais. <i>In: Anais do...</i> [S.l.: s.n.], 2021. p. 125.	Verificar as condições emocionais das mães e suas vivências, para retorno as atividades profissionais pós-perda gestacional espontânea.	O retorno das mães enlutadas ao trabalho e o amparo na religião foram estratégias de elaboração do luto (terapia laboral) e de enfrentamento.
BVS	PUCCI, Camila Menezes; SANTOS, Larissa Oliveira; ALMEIDA, Patrícia Silva; FERREIRA, Juliana Costa. Avaliação do luto familiar na perda gestacional e neonatal. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil , Recife, v. 22, n. 3, p. 567-575, jul./set. 2022.	Avaliar o grau de luto causado pela perda gestacional ou neonatal em pais e mães, associando com variáveis sociodemográficas.	Os 104 participantes foram divididos em dois grupos perda no primeiro trimestre gestacional (76,9%), e demais trimestres somados ao período neonatal (23,1%). Evidenciou-se predomínio materno das respostas (89,4%) e idade média de 29,1±15,58 anos.
BVS	EVANGELISTA, Bruna; CAROLINA, Ana. Repercussões psicológicas da gestação em curso em mulheres com histórico de perda. Pesquisas e Práticas Psicossociais , São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2020.	Analisar as repercussões psicológicas da gestação em curso em mulheres com histórico de perda gestacional.	Emergiram nas falas transcritas eixos temáticos Maternidade e seus significados, Sentimentos diante da perda gestacional e da gravidez subsequente e O apoio familiar e a vivência da maternidade. Foram relatados sentimentos positivos e negativos relacionados à nova gravidez. A maternidade apareceu atrelada a um complexo processo de aprendizagem.

BVS	FREITAS, L.; CRISTINA, A. Concepções sobre morte e luto: experiência feminina sobre a perda gestacional. Psicologia: Ciência e Profissão , Brasília, v. 35, n. 4, p. 1120-1138, out./dez. 2015.	Estudar como mulheres vivenciam e enfrentam a situação de perda gestacional, com base na investigação dos aspectos cognitivos (percepções e significados) e emocionais (sentimentos) relacionados.	Os relatos verbais coletados foram analisados de acordo com a Metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin. Observou-se que o momento do óbito fetal é marcado por reações de choque e negação, seguido de um estado de humor deprimido, desmotivação, autoestima baixa e medo de novas perdas para aquelas mulheres.
SCIELO	LEMOS, Livia Ferreira Santos; CUNHA, Ana Carolina Barbosa da. Concepções sobre morte e luto: experiência feminina sobre a perda gestacional. Psicologia: Ciência e Profissão , Brasília, v. 35, n. 4, p. 1120-1138, out./dez. 2015.	Estudar como mulheres vivenciam e enfrentam a situação de perda gestacional, com base na investigação dos aspectos cognitivos (percepções e significados) e emocionais (sentimentos) relacionados	Observou-se que o momento do óbito fetal é marcado por reações de choque e negação, seguido de um estado de humor deprimido, desmotivação, autoestima baixa e medo de novas perdas para aquelas mulheres. Discute-se o suporte familiar e da equipe de saúde como essencial para a elaboração da vivência da perda gestacional.
SCIELO	BORELLI, Ariana; MACHADO, Inês; PIEDADE, Filipa. Aborto espontâneo e luto gestacional: valorizar e gerir: um relato de caso. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar , Lisboa, v. 40, n. 3, p. 300-305, jun. 2024.	Realçar a importância do acompanhamento após um aborto espontâneo, no luto, nos sintomas psicológicos associados à perda gestacional e na orientação holística do casal.	Não existem intervenções farmacológicas eficazes para prevenir o aborto espontâneo; contudo, é uma oportunidade para intervir na adoção de hábitos de vida mais saudáveis. Apesar de frequentes, as consequências psicológicas e a psicopatologia associadas ao aborto espontâneo são muitas vezes esquecidas.

BVS	LUCIANO, Daniela; ALMEIDA, Renata Souza; PEREIRA, Camila Oliveira; GOMES, Mariana Silva. Pesar no óbito fetal: luto sem voz. Revista Bioética , Brasília, v. 30, n. 3, p. 644-651, jul./set. 2022.	Realizou revisão integrativa que responde à pergunta os rituais de fechamento, particularmente o sepultamento	A literatura consultada trouxe informações favoráveis à emissão da declaração de óbito e possibilitou discussão médica, jurídica e antropológica do tema.
BVS	MENESES, Cibele; GOMES, Ana Lúcia; SOUZA, Mariana Oliveira; COSTA, Fernanda Rodrigues. Efeitos da satisfação conjugal e da utilidade de rituais na vivência do luto no abortamento. Cogitare Enfermagem , Curitiba, v. 27, e82691, 2022.	Analisa os efeitos da utilização e da percepção de utilidade dos rituais de luto e da satisfação conjugal no luto perinatal.	Tendo o ajustamento ao luto após a perda gestacional como variável dependente, observou-se um efeito negativo da satisfação conjugal ($b=-.33$) e um efeito positivo da utilidade dos rituais ($b=.46$). Não foi observado um efeito significativo de moderação.
BVS	MARY, Sandra; TACHIBANA, Miriam. Somewhere over the rainbow: narratives of rainbow children's mothers. Revista SPAGESP , Ribeirão Preto, v. 23, n. 2, p. 44-58, jul./dez. 2022.	Investigar a experiência emocional de mães que tiveram uma criança "arco-íris" após terem experienciado uma perda gestacional/neonatal.	Observou-se que as participantes, atravessadas por um enlutamento complexo, culpabilizaram-se pela perda e por terem seguido adiante no cuidado materno com os filhos arco-íris, oscilando entre a superproteção e o afastamento. Nota-se a importância de uma intervenção junto a esse coletivo, que geralmente só é foco de atenção (quando o é) durante a gestação/puerpério subsequente à perda gestacional/neonatal.

BVS	TEODÓZIO, Aline Marques; BARTH, Maria Cristina; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Percepções e sentimentos sobre o bebê subsequente à perda gestacional. Arquivos Brasileiros de Psicologia , Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 1-16, 2022.	Identificar e compreender as percepções e os sentimentos maternos sobre a gestação e o bebê subsequente à PG	Os resultados mostraram repercussões da PG nos sentimentos maternos sobre a gestação, como ambivalência, medo de nova PG e angústia frente ao parto e nascimento; e nas percepções e sentimentos sobre o bebê, como idealização das características dele e da relação mãe-bebê, medo da morte do bebê e substituição do bebê falecido. Os achados apontam a importância de ações de prevenção de saúde mental do binômio mãe-bebê em casos de PG
BVS	VESCOVI, Gabriela; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Percepção sobre o cuidado à perda gestacional: estudo qualitativo com casais brasileiros. Psicologia: Ciência e Profissão , Brasília, v. 43, e252071, 2023.	Analisa a percepção e os sentimentos de casais sobre o atendimento recebido nos serviços de saúde acessados em função de perda gestacional (óbito fetal ante e intraparto).	A Análise Temática indutiva das entrevistas identificou cinco temas sentimento de impotência, iatrogenia vivida nos serviços, falta de cuidado em saúde mental, não reconhecimento da perda como evento com consequências emocionais negativas, e características do bom atendimento. Os achados demonstraram situações de violência, comunicação deficitária, desvalorização das perdas precoces, falta de suporte para contato com o bebê falecido e rotinas pouco humanizadas, especialmente durante a internação após a perda.

SCIELO	VESCOVI, Gabriela; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Percepção sobre o cuidado à perda gestacional: estudo qualitativo com casais brasileiros. Psicologia: Ciência e Profissão , Brasília, v. 43, e252071, 19 jun. 2023.	Analizou a percepção e os sentimentos de casais sobre o atendimento recebido nos serviços de saúde acessados em função de perda gestacional (óbito fetal ante e intraparto).	Os casais responderam conjuntamente a uma ficha de dados sociodemográficos e uma entrevista semiestruturada, realizada presencialmente (n=4) ou por videochamada (n=8). Os dados foram gravados em áudio e posteriormente transcritos. A Análise Temática indutiva das entrevistas identificou cinco temas: sentimento de impotência, iatrogenia vivida nos serviços, falta de cuidado em saúde mental, não reconhecimento da perda como evento com consequências emocionais negativas, e características do bom atendimento.
--------	---	---	--

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A relação conjugal e os rituais de luto influenciam o enfrentamento da perda gestacional: maior satisfação conjugal reduz o luto, enquanto os rituais auxiliam na resignificação, embora sejam mais buscados quando a dor é intensa. Não houve moderação da satisfação conjugal entre rituais e luto (Meneses *et al.*, 2022).

Mães relataram culpa, tristeza, alterações físicas, insônia e irritabilidade, além de dificuldades em lidar com outros bebês. O retorno ao trabalho geralmente foi insuficiente como estratégia de enfrentamento, enquanto a espiritualidade e o apoio familiar, especialmente do parceiro, mostraram-se essenciais, indicando a necessidade de acolhimento humanizado e inclusão da dor paterna (Galvão, 2021).

O apoio familiar constitui suporte fundamental para mulheres que vivenciam a perda gestacional. Os rituais de luto também contribuem para o reconhecimento social do bebê e para o suporte psicológico à mãe (Moreno; Bleicher, 2022; Vieira *et al.*, 2025).

A rede de apoio familiar permite que o luto seja vivido de forma mais humana e acolhedora, oferecendo cuidado e suporte emocional à mulher em sofrimento (Teodózio, 2019; Cirqueira *et al.*, 2024). Apesar dessa importância, muitas mulheres sentem-se sozinhas devido à falta de acolhimento no hospital e na família, sendo frequentemente confrontadas com frases que minimizam sua dor (Silva; Tachibana, 2022). A intensidade do luto perinatal não depende do momento da perda, mas mulheres jovens e primigestas tendem a sofrer mais. A culpa agrava o sofrimento, que permanece intenso independentemente da idade gestacional (Nisihara *et al.*, 2021).

O investimento emocional e o vínculo afetivo com o bebê influenciam diretamente a intensidade do luto: quanto maior o vínculo construído, maior o impacto emocional da perda (Evangelista; Carolina, 2020). A teoria do apego explica que o vínculo criado ainda na gestação intensifica o luto gestacional, especialmente quando culpa ou juventude materna estão presentes (Dalbem; Dell'Aglio, 2024).

A perda gestacional desperta emoções profundas como choque, negação e tristeza, podendo gerar evitação de estímulos ligados a bebês e comparações com gestações anteriores. A interação em maternidades agrava o vazio emocional, evidenciando a necessidade de apoio humanizado (Lemos; Cunha, 2015). A perda antes do nascimento impacta a autoestima, a identidade materna e os projetos futuros. O silenciamento social agrava o sofrimento, reforçando a importância da validação emocional e do apoio profissional (Lemos; Cunha, 2015).

O luto é um processo natural de desprendimento emocional. Na perda gestacional, o vínculo já existente causa forte impacto, tornando o luto semelhante ao vivido por perdas de pessoas já nascidas (Freud, 1917/2020). O luto gestacional deve ser reconhecido e respeitado, exigindo estratégias multiprofissionais que ofereçam apoio psicológico e humano para uma elaboração saudável (Borelli; Machado; Piedade, 2024).

A ausência de declaração de óbito e de rituais de despedida intensifica o sofrimento. A omissão do registro por parte dos profissionais dificulta o acesso ao apoio e aumenta o risco de depressão pós-parto (Oliveira *et al.*, 2022). A Lei nº 15.139/2025 institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, garantindo reconhecimento formal da perda e incentivando práticas humanizadas, enfrentando problemas como a omissão de registros (Brasil, 2025).

A vivência do luto perinatal relaciona-se à satisfação conjugal e à utilidade percebida dos rituais. Relações positivas reduzem o luto, e rituais atuam como apoio emocional, embora não substituam o suporte afetivo (Meneses *et al.*, 2022). Muitas mulheres sentem-se silenciadas socialmente, o que dificulta a elaboração do luto e invalida o vínculo construído com o bebê, tornando essencial o reconhecimento social e o acolhimento (Silva; Tachibana, 2022).

Em novas gestações, mulheres que vivenciaram perda frequentemente sentem medo e insegurança, podendo idealizar o novo bebê e projetar características do filho perdido, mostrando que o luto continua influenciando novas vivências (Teodózio; Barth; Levandowski, 2022). A minimização social da dor agrava o sofrimento emocional e dificulta o luto, reforçando a necessidade de reconhecimento social e acompanhamento psicológico adequado (Pereira; Lima, 2024). Casais relataram falta de acolhimento, sensibilidade e apoio psicológico nos serviços de saúde, contribuindo para sofrimento intenso, enquanto estudos apontam melhorias possíveis no atendimento (Vescovi; Levandowski, 2023).

A perda gestacional ainda é negligenciada nos serviços de saúde, com práticas desumanizadas e ausência de suporte, embora um atendimento humanizado possa fortalecer a resiliência e reduzir impactos traumáticos (Vescovi; Levandowski, 2023). A Lei nº 14.721/2023 garante atendimento psicológico às gestantes, parturientes e puérperas, incluindo mulheres que sofreram aborto

espontâneo, reforçando a importância da saúde mental nesse período (Brasil, 2023).

A implementação das leis garante reconhecimento e dignidade às mulheres em luto gestacional, sendo mais eficaz quando associada ao apoio familiar, que reduz isolamento e culpa. A união entre políticas públicas, respaldo legal e suporte emocional forma um tripé essencial para um luto mais humanizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados e sua análise evidenciaram que o luto gestacional leva a mulher a vivenciar experiências profundas e complexas, permeadas por aspectos não apenas emocionais, mas também sociais, simbólicos e relacionais. Observou-se que a perda de um bebê antes ou logo após o nascimento, mesmo que no início da gestação, desencadeia intensos sentimentos de dor, culpa, impotência e vazio, os quais exigem compreensão, acolhimento e apoio adequado.

Além disso, os resultados evidenciaram que a qualidade da relação conjugal exerce influência direta no enfrentamento da perda, funcionando como fator protetivo emocional, enquanto os rituais de luto, embora associados a níveis mais elevados de sofrimento, cumprem importante papel na resignificação da perda e no reconhecimento simbólico do bebê perante a sociedade.

O apoio familiar mostrou-se essencial para o processo de elaboração do luto, fornecendo suporte emocional e auxiliando na reconstrução da rotina e da identidade materna. A ausência desse suporte, somada ao silenciamento social que muitas mulheres enfrentam, intensifica o sofrimento e impede que o luto seja vivido de forma legítima. A espiritualidade, o vínculo afetivo prévio com o bebê

e o acolhimento do parceiro surgem como elementos fundamentais na trajetória de superação e ressignificação da dor.

No contexto assistencial, destaca-se a importância de práticas hospitalares humanizadas, pautadas na empatia, na escuta qualificada e na valorização da vivência emocional da mulher. A falta de sensibilidade de profissionais de saúde e a negligência institucional em relação ao luto gestacional agravam o sofrimento das famílias e dificultam a recuperação emocional. A recente legislação brasileira, representada pelas Leis nº 14.721/2023 e nº 15.139/2025, representa um avanço ao garantir o direito ao acompanhamento psicológico e ao registro simbólico do bebê, legitimando a experiência de perda e promovendo um luto mais digno e acolhido socialmente.

Assim, conclui-se que o enfrentamento do luto gestacional requer uma abordagem multidimensional que una o amparo familiar, o suporte psicológico e o respaldo legal. Somente por meio da integração entre políticas públicas, atenção humanizada e reconhecimento social será possível proporcionar às mulheres e famílias enlutadas um caminho de cura emocional, ressignificação da perda e reconstrução da esperança.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Alessandra Rodrigues; CABRAL, Dayse Sampaio Rocha; MARTINS, Maria Helena Fernandes. Grupo de pré-natal psicológico: avaliação de programa de intervenção junto a gestantes. **Encontro: Revista de Psicologia**, São Paulo, v. 15, n. 22, p. 53-76, 2012.

ARRAIS, Alessandra Rodrigues; MOURÃO, Maria Aparecida; FRAGALLE, Maria Cristina. Proposta de atuação do psicólogo hospitalar em maternidade e UTI neonatal baseada em uma experiência de estágio. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 152-164, jul./dez. 2013.

AZEVEDO, Kátia Regina; ARRAIS, Alessandra Rodrigues. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 269-276, 2006.

BEZERRA, Maria Aparecida Rodrigues; SILVA, Ana Elisa Oliveira; SANTOS, Fernanda Lopes; OLIVEIRA, Mariana Souza. O tempo do luto materno pelo filho que morreu na infância. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 26, e20210264, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0264>.

BORELLI, Ariana; MACHADO, Inês; PIEDADE, Filipa. Aborto espontâneo e luto gestacional: valorizar e gerir: um relato de caso. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, Lisboa, v. 40, n. 3, p. 300-305, jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.32385/rpmgfv40i3.13864>.

BRASIL. Lei nº 14.721, de 8 de novembro de 2023. Dispõe sobre a assistência psicológica à gestante, parturiente e puérpera no âmbito do SUS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025. Institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 maio 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15139.htm. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**: dados de óbitos fetais. Brasília, 2019.

CANAVARRO, Maria Cristina. Gravidez e maternidade: representações e tarefas de desenvolvimento. In: CANAVARRO, Maria Cristina (org.). **Psicologia da Gravidez e da Maternidade**. Coimbra: Quarteto, 2006. p. 17-49.

CARNAÚBA, Renata Andrade; PELIZZA, Cristiane Carina Alves da Silva; CUNHA, Sônia Aparecida. Luto em situações de morte inesperada. **Psique – Relatos Acadêmicos**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 43-51, 2016.

CARONE, Márcia; FREUD, Sigmund. 1985: luto e melancolia. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 49, n. 90, p. 207-224, jun. 2016.

CARVALHO, Fernanda Torres; MEYER, Luciana. Perda gestacional tardia: aspectos a serem enfrentados por mulheres e conduta profissional frente a essas situações. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 62, n. 126, p. 33-48, 2007.

CAVALCANTI, Ana Karine Sousa; SAMCZUK, Maria Lúvia; BONFIM, Tânia Estevam. O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. **Psicologia em Informação**, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 87-105, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092013000200007. Acesso em: 6 abr. 2025.

CIRQUEIRA, Amanda Santos. Apoio familiar e dos profissionais da saúde ao processo de luto diante da perda gestacional: uma revisão de literatura. **Outras Palavras**, Brasília, v. 21, n. 1, e21240P06, 2024.

COSTA, Larissa Mendes; PEREIRA, Ana Gabriela. Luto não reconhecido: a dor silenciosa das perdas gestacionais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 33-42, jan./mar. 2018.

DALBEM, Jéssica Xavier; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2024.

EISENBERG, Arlene; MURKOFF, Heidi E.; HATHAWAY, Sandee E. **O que esperar quando você está esperando**. Tradução: Luciana Vieira Machado. 6. ed. São Paulo: Editora Manole, 2016.

EVANGELISTA, Bruna; CAROLINA, Ana. Repercussões psicológicas da gestação em curso em mulheres com histórico de perda. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2020.

FREITAS, L.; CRISTINA, A. Concepções sobre morte e luto: experiência feminina sobre a perda gestacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1120-1138, out./dez. 2015.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia** (1917). *In*: FREUD, Sigmund. Obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GALVÃO, Graça Maria Miranda. Parentalidade na perda gestacional: o tempo de luto para o retorno às atividades profissionais - aspectos emocionais e legais. *In*: **Anais do...** [S.l.: s.n.], 2021. p. 125.

GENEZINI, Daniela; SANTOS, Maria Aparecida; COSTA, Fernanda Rodrigues; ALMEIDA, Rodrigo Souza. Assistência ao luto. *In*: ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS (org.). **Manual de Cuidados Paliativos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2009. p. 321-330.

GONÇALVES, Patrícia Costa; BITTAR, Cibele Maria Lima. Estratégias de enfrentamento no luto. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 39-44, jan./jun. 2016.

LEMOS, Livia Ferreira Santos; CUNHA, Ana Carolina Barbosa da. Concepções sobre morte e luto: experiência feminina sobre a perda gestacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1120-1138, out./dez. 2015.

LIMA, Rafaela Vieira Araújo; SOUZA, Mariana Oliveira; ALMEIDA, Fernanda Costa; PEREIRA, Luciana Silva. Transtorno depressivo em mulheres no período pós-parto: análise segundo a raça/cor autorreferida. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 36, eAPE003121, 2023. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2023A0003121>.

LUCIANO, Daniela; ALMEIDA, Renata Souza; PEREIRA, Camila Oliveira; GOMES, Mariana Silva. Pesar no óbito fetal: luto sem voz. **Revista Bioética**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 644-651, jul./set. 2022.

MACEDO, Sara Nogueira Pinheiro. **Luto materno**: a atuação do psicólogo hospitalar diante do processo de perda gestacional. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

MARY, Sandra; TACHIBANA, Miriam. Somewhere over the rainbow: narratives of rainbow children's mothers. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 2, p. 44-58, jul./dez. 2022.

MENESES, Cibele; GOMES, Ana Lúcia; SOUZA, Mariana Oliveira; COSTA, Fernanda Rodrigues. Efeitos da satisfação conjugal e da utilidade de rituais na vivência do luto no abortamento. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 27, e82691, p. 1-13, 18 nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.82691>.

MENESES, Cibele; GOMES, Ana Lúcia; SOUZA, Mariana Oliveira; COSTA, Fernanda Rodrigues. Efeitos da satisfação conjugal e da utilidade de rituais na vivência do luto no abortamento. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 27, e82691, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.82691>.

OLIVEIRA, *et al.* Declaração de óbito fetal e implicações bioéticas. **Revista Bioética**, 2022.

PUCCI, Camila Menezes; SANTOS, Larissa Oliveira; ALMEIDA, Patrícia Silva; FERREIRA, Juliana Costa. Avaliação do luto familiar na perda gestacional e neonatal. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 22, n. 3, p. 567-575, jul./set. 2022.

SILVA,; TACHIBANA, M. Luto gestacional e silenciamento social. **Revista SPAGESP**, 2022.

TEODÓZIO, Aline Marques; BARTH, Maria Cristina; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Percepções e sentimentos sobre o bebê subsequente à perda gestacional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 1-16, 2022.

VESCOVI, Gabriela; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Percepção sobre o cuidado à perda gestacional: estudo qualitativo com casais brasileiros. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e252071, 19 jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003252071>.

5

*Alzira Cristina Neves da Silva
Bárbara Emilya Batista de Brito
Filipe Wesley da Silva
Geane da Conceição Araújo
Luan David da Silva Rolim
Luan Monteiro Campos
José Carlos Tavares Cavalcanti
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO PUERPÉRIO:

A VIVÊNCIA EMOCIONAL
DAS MÃES NO PÓS-PARTO

INTRODUÇÃO

A reprodução humana está inserida em um contexto social e cultural que influencia diretamente as escolhas e experiências dos indivíduos. Normas, valores e expectativas sociais moldam a forma como a maternidade e a paternidade são vividas e percebidas, impactando o desejo e as decisões reprodutivas. Historicamente, a maternidade foi construída socialmente como um papel central e esperado para as mulheres, o que pode gerar pressões e expectativas difíceis de serem atendidas. Essas expectativas influenciam não apenas as mulheres, mas também os homens e as famílias, podendo ocasionar conflitos e sofrimento quando as realidades individuais não correspondem a esses padrões (Moreira, 2005).

Do ponto de vista biológico, a reprodução humana envolve um complexo processo fisiológico que permite a geração e o desenvolvimento de uma nova vida, compreendendo desde a fertilização até o nascimento e o puerpério. O funcionamento hormonal, a saúde reprodutiva e o acompanhamento pré-natal são fundamentais para o sucesso dessa trajetória (Moreira, 2005). O corpo reprodutor feminino, no entanto, requer atenção especial no puerpério, quando o organismo está em processo de recuperação e adaptação. Alterações hormonais podem influenciar o estado emocional da mulher, interferindo em seu comportamento e em sua relação com o bebê.

O puerpério é um período desafiador, pois as demandas do cuidado com o recém-nascido somam-se à necessidade de lidar com as transformações no próprio corpo e mente (Schmidt *et al.*, 2005). Essa fase pode favorecer o surgimento de transtornos psicológicos, como a depressão pós-parto, que afeta cerca de 10% a 15% das mulheres. Caracterizada por tristeza profunda, desânimo, irritabilidade e dificuldades em criar vínculo com o bebê, a depressão pós-parto pode comprometer tanto a saúde mental da mãe quanto o desenvolvimento emocional da criança (Camacho *et al.*, 2006).

A saúde mental, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016), relaciona-se ao estado emocional, psicológico e ao bem-estar dos indivíduos, sendo especialmente relevante no período perinatal. Conforme Loureiro (2019), “não há tempo na vida em que a afirmação ‘Não há saúde sem saúde mental’ seja mais verdadeira”. O parto pode atuar como um poderoso gatilho para episódios depressivos em algumas mulheres.

No puerpério, diversos fatores podem seguir caminhos estressantes e difíceis (Sarmento; Letúbal, 2003). As manifestações variam desde a melancolia puerperal (*baby blues*), uma alteração psíquica leve e transitória, até quadros mais graves como depressão, ansiedade pós-parto, transtorno de estresse pós-traumático (geralmente decorrente de experiências traumáticas no parto) e distúrbios de humor psicótico (Leite *et al.*, 2014).

O avanço das tecnologias reprodutivas tem ampliado as possibilidades para a concretização do desejo de ter filhos, trazendo novos desafios éticos, emocionais e psicológicos. A reprodução assistida precisa ser compreendida no contexto subjetivo do sujeito para que o atendimento seja integral e humanizado. Segundo Marin *et al.* (2024), o feminismo tem desempenhado papel crucial na desconstrução e reconstrução do conhecimento, especialmente na saúde integral das mulheres, destacando a importância dos direitos reprodutivos e das dimensões sociais e culturais envolvidas na reprodução humana.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as publicações científicas sobre Psicologia e Puerpério por meio de revisão de literatura, com foco na relação entre saúde mental e o período perinatal, buscando abordar e conscientizar sobre os aspectos que envolvem esse momento da vida. Destaca-se, sobretudo, a importância de uma rede de apoio sólida e do acompanhamento psicológico para a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico que,

conforme Gama *et al.* (2022), são frequentemente romantizados pela sociedade, gerando negligência.

MÉTODO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza básica, que visa ampliar o conhecimento sobre o tema sem aplicação prática imediata (Galvão, 2014). Tem caráter exploratório, buscando maior familiaridade com o problema investigado e a identificação de padrões e hipóteses para estudos futuros (Piovesan; Temporini, 1995).

A abordagem é qualitativa, voltada à compreensão de fenômenos em sua complexidade e contexto, explorando percepções, significados e interações sociais (Galvão *et al.*, 2014). O procedimento adotado é a pesquisa bibliográfica, baseada em Revisão Sistemática da Literatura (RSL), método rigoroso que identifica, seleciona e sintetiza os estudos mais relevantes sobre uma questão de pesquisa, garantindo objetividade e reprodutibilidade (Galvão, 2014).

A análise dos dados será realizada por meio de análise de conteúdo, técnica que permite categorizar e interpretar as informações, identificando padrões e tendências. Para o desenvolvimento do trabalho, optou-se pela base de dados eletrônica BVS, amplamente reconhecida nas áreas de saúde e ciências humanas. Inicialmente, foram testados os descritores "puerpério", "psicológico materno", "ansiedade pós-parto", "transtorno de estresse pós-parto" e "psicologia reprodutiva". Após análise dos resultados, verificou-se que o descritor "psicologia e puerpério" melhor se adequava ao objetivo da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu no primeiro semestre de 2025, entre fevereiro e março, priorizando estudos que apresentassem visão abrangente sobre a saúde mental das mulheres no pós-parto,

incluindo fatores de risco, sintomas, intervenções psicológicas e impactos emocionais associados a esse período de transição. Foram considerados artigos que abordassem contextos variados e perspectivas diversificadas sobre o puerpério, garantindo análise completa e fundamentada dos desafios psicológicos enfrentados pelas mulheres nesse momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre os aspectos psicológicos no puerpério, com ênfase nas vivências emocionais das mães no pós-parto. Para isso, foi utilizado o descritor "Psicologia e Puerpério" na base Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), resultando em 3.907 artigos.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão (data de publicação, idioma, nacionalidade e alinhamento ao objetivo da pesquisa), o total foi reduzido para 48 artigos. Em seguida, os resumos foram analisados para avaliar a adequação temática, resultando na exclusão de 38 artigos e na seleção final de 10 artigos.

O processo de seleção foi organizado nas seguintes etapas: (1) busca na BVS, resultando em 3.907 artigos; (2) exclusão de 824 artigos incompletos, restando 3.083 com texto completo; (3) exclusão de 2.898 artigos em língua estrangeira, restando 185 em português; (4) exclusão de 137 artigos anteriores aos últimos cinco anos, restando 48; (5) exclusão de 38 artigos não alinhados à temática, resultando na seleção final de 10 artigos.

Não foram identificados artigos duplicados, assegurando que os 10 estudos selecionados são distintos e pertinentes ao tema. Todos passaram por avaliação rigorosa, com leitura detalhada

dos resumos e verificação de aderência ao objetivo central: explorar os efeitos psicológicos do puerpério sobre as mães no pós-parto.

Os artigos foram analisados de forma abrangente, considerando resumos e conteúdo completo, permitindo absorver as contribuições de diversos autores e enriquecer a fundamentação teórica. Os resultados estão organizados no quadro 1, que apresenta informações relevantes, incluindo a ideia principal de cada material. Essa estrutura visa proporcionar compreensão clara do conteúdo desenvolvido ao longo do trabalho. As considerações dos autores serão discutidas de maneira detalhada e sistemática, conforme os princípios metodológicos estabelecidos.

Quadro 1 - Artigos utilizados para construção de pesquisa

Referências	Objetivos	Resultados
CAMPOS, Paula Azevedo; FÉRES CARNEIRO, Terezinha. Sou mãe: e agora? Vivências do puerpério. Psicologia Usp , v. 32, 2021.	Investigar como as mulheres vivenciam o puerpério atualmente.	Os resultados apontaram o puerpério como um período idealizado pelas mulheres, mas vivido com sofrimento e instabilidade emocional.
TORTORELLI, Ticiana Grazielle; ZERBETTO, Sonia Regina; LIMA, Lucia Regina Ortiz. Atenção psicológica às puérperas na maternidade: relato de experiência. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde , v. 13, p. e5509-e5509, 2024.	Relatar a experiência de realizar intervenções em saúde mental desenvolvidas com puérperas internadas por razão de pós-parto imediato.	A implantação do Programa permitiu um cuidado mais sensível, personalizado e assertivo, promovendo nova dinâmica de atenção à saúde mental materna no ambiente hospitalar.
DA SILVA, Josephson Maurício <i>et al.</i> Assistência à saúde nos transtornos mentais no período de puerpério: revisão integrativa. Revista Ciência Plural , v. 9, n. 2, p. 1-21, 2023	Realizar uma revisão da literatura para identificar a assistência à saúde nos transtornos mentais no período de puerpério.	Após análise da literatura, observa-se que o baixo suporte social e familiar se mostraram como principais fatores de risco associados aos transtornos mentais para a puérpera.

LADINO, Giulia Latgé Mangeli <i>et al.</i> Intervenções psicológicas necessárias: a prática residente como no serviço de medicina fetal. Psicologia: Ciência e Profissão , v. 43, p. e244244, 2023	Analisar a prática do psicólogo no contexto de gestações que envolvem riscos fetais.	Os resultados indicaram que o psicólogo nesse serviço é essencial para atuar de forma multiprofissional na assistência pré-natal para gravidezes de alto risco fetal.
MELO, Camargo Luciana de Oliveira. Influência dos transtornos depressivo ansiedade e de na autoeficácia materna para amamentação . 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo	Verificar a influência dos transtornos depressivo e de ansiedade na autoeficácia para amamentação entre puérperas; identificar a prevalência dos indicativos do transtorno depressivo, de ansiedade-traço e ansiedade-estado entre puérperas nos intervalos de 60, 120 e 180 dias pós-parto.	Conclui-se que é necessária uma maior atenção à saúde mental das puérperas, considerando que mulheres que não apresentavam indicativos de depressão e ansiedade tiveram maiores níveis de autoeficácia para amamentação, situação que pode implicar em maior tempo de aleitamento materno exclusivo.
STEEN, Mary; FRANCISCO, Adriana Amorim. Bem-estar e saúde mental materna. Acta Paulista de Enfermagem , v. 32, p. III-IV, 2019.	Chamar atenção às questões relacionadas à saúde mental e bem-estar materno.	Revela-se que os vínculos entre a saúde mental e a saúde física sejam levados em consideração na gestação e após o parto no momento da assistência à saúde materna.
MACIEL, Luciana Pessoa <i>et al.</i> Transtorno mental no riscos puerpério: e mecanismos de enfrentamento para a promoção da saúde. Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online), p. 1096- 1102, 2019.	Compreender os riscos e os mecanismos de enfrentamento apresentados pelas puérperas diante dos transtornos mentais no pós-parto.	Identificou-se que fatores como gravidez precoce ou não planejada e carência de apoio do companheiro podem contribuir como agentes facilitadores no surgimento de algum transtorno mental na puérpera.
MEDEIROS, Juliana Loureiro Silva de. Avaliação da Relação entre os Agravos Perinatais e a Depressão Pós-Parto . 2019.	Avaliar a relação entre a ocorrência de agravos perinatais e o desenvolvimento de depressão pós-parto.	A prevalência de DPP foi maior na presença de prematuridade, Apgar <7, malformação congênita e óbito perinatal e a análise em escore dos agravos perinatais mostrou que o acúmulo de eventos perinatais adversos trouxe um risco progressivamente maior de DPP.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; SCHIAVO, Rafaela de Almeida. Stress na gestação e no puerpério: uma correlação com a depressão pós e relacioná-las à ocorrência depressão pós-parto. Brasileira Revista de Ginecologia e Obstetrícia , v. 33, p. 252-257, 2011.	Descrever e comparar as fases do stress de primigestas no terceiro trimestre de gestação e no pós-parto e relacioná-las à ocorrência de depressão pós-parto (DPP).	No terceiro trimestre, 78% das participantes apresentaram sinais significativos para stress e, no puerpério, 63% manifestaram, apresentando diferença significativa entre o stress manifestado no terceiro trimestre e no puerpério ($t=2,20$; $p=0,03$).
CAMACHO, Renata Sciorilli <i>et al.</i> Transtornos psiquiátricos gestação e puerpério: classificação, diagnóstico e tratamento. Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo), v. 3	Neste artigo, serão abordadas algumas dessas questões, sobre um tema que ainda precisa ser muito investigado para que tenhamos conclusões mais precisas.	Os transtornos psiquiátricos na gestação e no puerpério são mais comuns do que se imagina, e muitos casos ainda são subdiagnosticados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Campos e Féres (2021) investigaram como as mulheres vivenciam o puerpério na atualidade, analisando os desafios emocionais enfrentados nesse período de transição. Embora o puerpério seja frequentemente idealizado, o estudo revelou que ele é marcado por sofrimento e instabilidade emocional. As autoras destacam a importância de compreender as dificuldades vivenciadas pelas mães para que elas possam receber suporte adequado, reforçando a necessidade de atenção à saúde mental materna durante esse momento de intensas mudanças

Em consonância com essa perspectiva, Tortorelli (2024) e suas colaboradoras realizaram uma análise sobre os relatos de atenção psicológica às puérperas durante a maternidade. Nesse sentido, foram feitas intervenções com pacientes pós-parto, com o objetivo de abordar a percepção das mulheres sobre a vivência de parir, bem como as emoções e sentimentos envolvidos nesse processo. Como resultado, o programa implantado possibilitou um cuidado mais sensível, personalizado e assertivo, promovendo uma nova dinâmica de atenção à saúde mental materna no ambiente hospitalar

Complementando essas iniciativas, Silva e Linhares (2023) realizaram uma revisão sistemática e meta-análise sobre a eficácia de intervenções psicossociais via aplicativos digitais na prevenção da depressão pós-parto. Considerando os desafios emocionais destacados por Campos e Féres-Carneiro (2021) e Tortorelli *et al.* (2024), o estudo evidenciou que o uso de tecnologias pode oferecer suporte contínuo e acessível.

Esse suporte ocorre por meio de ferramentas digitais que proporcionam acompanhamento psicológico remoto, monitoramento de sintomas, oferta de conteúdos psicoeducativos, realização de exercícios de enfrentamento e a possibilidade de comunicação direta com profissionais de saúde mental. Os resultados mostraram melhora significativa nas pontuações da Escala de Depressão Pós-Natal de Edimburgo (EPDS), demonstrando o potencial dos aplicativos como ferramentas complementares no cuidado à saúde mental materna.

Ademais, Da Silva (2023) contribui com o estudo sobre a assistência à saúde nos transtornos mentais durante o puerpério. Sua pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão da literatura para identificar os fatores que envolvem a assistência à saúde dos transtornos mentais nesse período, marcado por alterações metabólicas e hormonais complexas, sendo a fase de maior risco para o desenvolvimento de transtornos mentais. Com base na revisão, foi possível observar que o baixo suporte social e familiar se apresenta como um dos principais fatores de risco para as puérperas. Em contrapartida, o aumento do apoio familiar e assistencial, bem como a atuação da enfermagem, se mostram como fatores de proteção, promovendo estratégias preventivas para os transtornos mentais nesse período.

No mesmo contexto, Ladino (2023) revelou em sua pesquisa sobre a prática dos residentes no serviço de medicina fetal no contexto de gestações. O trabalho do psicólogo nesse cenário também se mostrou fundamental, já que facilita a abertura dos pais para discutir a intensidade desse momento. Embora a importância da atuação

do psicólogo no cuidado multiprofissional seja cada vez mais evidente, o estudo qualitativo, que se baseia em relatos de experiência de psicólogos, destacou a essencialidade desse profissional no cuidado pré-natal, especialmente em gravidezes de alto risco fetal.

Essas constatações são reforçadas pela revisão de escopo de Nunes *et al.* (2021), que identificou como fatores de risco o baixo suporte social, histórico de transtornos mentais e vivência de eventos estressantes durante a gestação, apontando novamente para a relevância de intervenções preventivas.

Além disso, Melo (2020) explorou a influência dos transtornos depressivo e de ansiedade na autoeficácia para amamentação entre puérperas. Sua pesquisa identificou a prevalência dos indicativos de transtorno depressivo, ansiedade-traço e ansiedade-estado nos intervalos de 60, 120 e 180 dias pós-parto, além de examinar os níveis de autoeficácia para a amamentação nesses mesmos períodos. Os resultados indicaram que mulheres sem indicativos de depressão ou ansiedade apresentaram maiores níveis de autoeficácia para amamentação, o que pode resultar em maior duração do aleitamento materno exclusivo. Portanto, é essencial que esforços sejam feitos para reduzir as chances de desmame precoce, garantindo uma melhora significativa na saúde mental das mulheres no pós-parto, o que, por consequência, impacta positivamente na saúde do bebê e contribui para os benefícios do aleitamento materno.

A saúde mental materna durante a gestação e o pós-parto é um tema de grande relevância, uma vez que a falta de avaliação adequada pode resultar na não identificação de transtornos como ansiedade e depressão, conforme apontado por Steen e Francisco (2019). No Brasil, aproximadamente 20% das mulheres sofrem com a depressão pós-parto (DPP), sendo a depressão pré-natal um dos principais fatores de risco para seu desenvolvimento.

Estudos brasileiros evidenciam uma relação direta entre transtornos mentais no pós-parto e a autoeficácia para amamentar.

Pesquisa da *Acta Paulista de Enfermagem* mostrou que 31,25% das puérperas com sintomas de depressão pós-parto tinham menor confiança na amamentação, indicando associação inversa entre depressão e autoeficácia (Almeida *et al.*, 2021). Isso reforça a importância de cuidar da saúde mental nesse período, promovendo não só o bem-estar materno, mas também o sucesso do aleitamento e a saúde do bebê. Identificar precocemente os sintomas emocionais pode prevenir o desmame precoce e melhorar os desfechos físicos e emocionais no pós-parto.

Além disso, altos níveis de estresse materno podem levar a complicações obstétricas, como hipertensão e parto prematuro. A vulnerabilidade das puérperas aos transtornos mentais pode ser agravada por fatores socioeconômicos e familiares, como gestação não planejada, ausência de suporte do parceiro e instabilidade familiar, conforme destacam Maciel *et al.* (2019), que também ressaltam a importância de estratégias de enfrentamento para a promoção da saúde mental das mães.

A relação entre agravos perinatais e a DPP foi analisada por Medeiros (2019), que evidenciou um risco significativamente maior de desenvolvimento da doença em casos de prematuridade, baixo índice de Apgar, malformações congênitas e óbito perinatal. O estudo demonstrou que a ocorrência de múltiplos eventos adversos durante o período perinatal intensifica essa vulnerabilidade, mesmo após ajustes estatísticos, reforçando a necessidade de assistência adequada à saúde materno-infantil.

De forma complementar, Almeida *et al.* (2021) observaram que sintomas de depressão pós-parto estavam significativamente associados a uma menor autoeficácia para amamentar, evidenciando que transtornos emocionais não apenas afetam o bem-estar materno, mas também têm repercussões práticas na saúde infantil. Tais evidências reforçam a necessidade de estratégias preventivas e de suporte psicológico contínuo, como já indicavam os estudos anteriores,

consolidando a abordagem multidisciplinar e preventiva como essencial na assistência à saúde mental de gestantes e puérperas.

Além disso, Rodrigues e Schiavo (2011) observaram que o estresse em primigestas no terceiro trimestre da gestação está diretamente relacionado ao desenvolvimento da DPP. Mais de 60% das participantes do estudo apresentaram sinais de estresse tanto na gestação quanto no puerpério, sendo que a intensidade desses sinais foi maior durante a gravidez. Essa relação evidencia a importância do monitoramento do estresse materno como forma de prevenir complicações psicológicas no período pós-parto.

Por fim, Camacho *et al.* (2006) ressaltam que os transtornos psiquiátricos na gestação e no puerpério são mais comuns do que se imagina, mas frequentemente não são diagnosticados. A crescente preocupação com essas condições se justifica pelos impactos negativos não apenas na saúde materna, mas também no desenvolvimento fetal, no trabalho de parto e na saúde do recém-nascido. Diante desse cenário, torna-se essencial o investimento em estratégias de identificação precoce, acompanhamento psicológico e suporte às gestantes e puérperas, a fim de minimizar os riscos associados aos transtornos mentais nesse período crítico.

Estudos recentes ampliam a compreensão de Rodrigues e Schiavo (2011) e Camacho *et al.* (2006) sobre a importância do monitoramento psicológico na gestação e puerpério. Uma revisão de 2022 confirma que depressão e ansiedade seguem como os transtornos mais prevalentes nesse período, ligados a fatores sociais como ausência de apoio, baixa renda e violência. Tais evidências reforçam a necessidade de acompanhamento psicológico desde a gestação, pois o estresse pode levar a complicações como parto prematuro e restrição de crescimento fetal. A subnotificação desses transtornos, como alertado por Camacho *et al.*, ainda é um desafio, evidenciando a urgência de ações preventivas e diagnósticos precoces para garantir o bem-estar materno e infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos evidencia a relevância da pesquisa, confirmando que a saúde mental materna ainda carece de atenção efetiva no contexto gestacional e pós-parto. O puerpério é um período de intensas mudanças físicas, hormonais e emocionais, no qual a adaptação à maternidade pode impactar profundamente a saúde mental da mulher. A atuação da psicologia mostra-se pertinente, pois muitas puérperas enfrentam sofrimento psíquico relacionado à falta de recursos, apoio, mudanças corporais ou alterações na rotina.

A revisão sistemática evidenciou que a falta de suporte emocional, a escassez de informações claras sobre o pós-parto e a ausência de acompanhamento psicológico são fatores de risco para transtornos como depressão pós-parto, ansiedade e dificuldades no aleitamento materno. Intervenções psicológicas adequadas durante o puerpério podem reduzir significativamente os sintomas de transtornos mentais, melhorar o vínculo mãe-bebê e aumentar a capacidade de enfrentamento dos desafios da maternidade. Por outro lado, a presença de uma rede de apoio sólida, a atuação de profissionais de saúde mental e a implementação de estratégias de intervenção precoce mostraram-se fatores protetores.

O presente estudo investigou os principais impactos do puerpério na saúde mental e analisou a eficácia das intervenções psicológicas nesse contexto, com o objetivo de contribuir para o bem-estar das puérperas, ampliar a compreensão do papel do psicólogo e preencher lacunas existentes na literatura. Esse objetivo foi alcançado, pois a análise dos artigos selecionados reuniu evidências relevantes sobre os desafios desse período e destacou a importância da atuação psicológica e do suporte social para uma adaptação mais saudável.

A atuação do psicólogo no puerpério é fundamental tanto na identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico quanto na promoção de espaços de escuta e acolhimento. Os autores consultados reforçam que o sofrimento psíquico nessa fase é recorrente e muitas vezes invisibilizado, e que profissionais capacitados, aliados a estratégias de suporte emocional e intervenções precoces, são essenciais para garantir o bem-estar da mãe e do bebê. O acompanhamento psicológico desde o pré-natal até o pós-parto, combinado a políticas públicas eficazes e à sensibilização da sociedade, pode transformar significativamente essa fase, promovendo bem-estar emocional e fortalecendo os vínculos familiares.

Os achados justificam a pertinência do estudo e orientam direções para o aprimoramento das práticas de cuidado, a valorização da escuta qualificada e a implementação de políticas públicas voltadas à saúde mental da mulher nesse período sensível.

REFERÊNCIAS

- SCHMIDT, E. B.; PICCOLOTO, N. M.; MÜLLER, M. C. Depressão pós-parto: fatores de risco e repercussões no desenvolvimento infantil. **Psico - USF**, v. 10, n. 1, p. 61-68, jun. 2005.
- MOREIRA, S. DA N. T. *et al.* Estresse e função reprodutiva feminina. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 5, p. 119-125, 1 mar. 2005.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental health: strengthening our response**. Geneva: WHO, 2016.
- LOUREIRO, J. Avaliação da relação entre os agravos perinatais e a depressão pós-parto. *bvsalud.org*, p. 75-75, 2019.
- CAMACHO, R. *et al.* Revisão de Literatura. **Rev. Psiq. Clín**, v. 33, n. 2, p. 92-102, 2006.
- SARMENTO, R.; LETÚBAL, M. S. V. (2003). Abordagem psicológica em obstetrícia: Aspectos emocionais da gravidez, parto e puerpério. **Revista de Ciências Médicas**, 12(3), 361-268.

LEITE, M. G. *et al.* Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 1, p. 115–124, mar. 2014.

MARIN, A. H.; SCHNEIDER, M. Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos. **Aletheia**, n. 40, p. 185–186, 2024.

GAMA, R. M. O.; TECHIO, G. F. D.; SANTOS, L. B. T.; RETONDE, D. G. O.; LEON, J. M.; SOUZA, V. M. (2022). The perception of women before pregnancy: the experience and care [A percepção da mulher diante da gravidez: vivência e cuidado]. **Research, Society and Development**, 11(16), e140111637733.

GALVÃO, TAÍS FREIRE; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183–184, 2014.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318–325, ago. 1995.

CAMPOS, Paula Azevedo; FÉRES CARNEIRO, Terezinha. Sou mãe: e agora? Vivências do puerpério. **Psicologia Usp**, v. 32, 2021.

TORTORELLI, Ticiane Grazielle; ZERBETTO, Sonia Regina; LIMA, Lucia Regina Ortiz. Atenção psicológica às puérperas na maternidade: relato de experiência. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 13, p. e5509-e5509, 2024.

DA SILVA, Josephson Maurício *et al.* Assistência à saúde nos transtornos mentais no período de puerpério: revisão integrativa. **Revista Ciência Plural**, v. 9, n. 2, p. 1-21, 2023.

LADINO, Giulia Latgé Mangeli *et al.* Intervenções psicológicas necessárias: a prática residente como no serviço de medicina fetal. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e244244, 2023.

MELO, Camargo Luciana de Oliveira. **Influência dos transtornos depressivo ansiedade e de na autoeficácia materna para amamentação**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

STEEN, Mary; FRANCISCO, Adriana Amorim. Bem-estar e saúde mental materna. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, p. III-IVI, 2019.

MACIEL, Luciana Pessoa *et al.* Transtorno mental no riscos puerpério: e mecanismos de enfrentamento para a promoção da saúde. **Rev. Pesqui.**(Univ. Fed. Estado Rio J., Online), p. 1096-1102, 2019.

MEDEIROS, Juliana Loureiro Silva de. **Avaliação da Relação entre os Agravos Perinatais e a Depressão PósParto.** 2019.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; SCHIAVO, Rafaela de Almeida. Stress na gestação e no puerpério: uma correlação com a depressão pós e relacioná-las à ocorrência depressão pós-parto. **Brasileira Revista de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 33, p. 252-257, 2011.

CAMACHO, Renata Sciorilli *et al.* Transtornos psiquiátricos gestação e puerpério: classificação, diagnóstico e tratamento. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 92-102, 2006.

6

Aparecida Waleska Pereira Alves
Edval Macena Anastácio
Lavínia Agnes Ribeiro Neri
Renato Renner Alves Rodrigues
Maria Jamylle das Chagas Aguiar
Leilane Cristina Oliveira Pereira

PSICO-ONCOLOGIA: SAÚDE MENTAL DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS, DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-705-7.6

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar artigos publicados sobre os impactos psicológicos do diagnóstico do câncer em pacientes oncológicos e seus cuidadores, buscando compreender a relevância da Psico-oncologia na promoção da saúde mental.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (2023), o câncer representa uma das principais causas de morbidade e mortalidade no mundo, afetando significativamente a vida dos pacientes, suas famílias e todo o sistema de saúde. Além dos sintomas físicos e dos efeitos colaterais do tratamento, o diagnóstico causa sofrimento emocional e psicológico, exigindo que o olhar da oncologia vá além dos aspectos biológicos.

Compreender que o impacto do câncer não se limita ao corpo, mas também afeta a mente, é essencial para garantir um cuidado integral (Sette, 2014). Nesse cenário, a Psico-oncologia surge como área voltada à compreensão e à intervenção nas dimensões emocionais que envolvem o adoecimento, atuando junto a pacientes, familiares e equipes de saúde desde o diagnóstico até os estágios finais do tratamento (Veit; Carvalho, 2010).

A saúde mental influencia diretamente a adesão ao tratamento e a recuperação. No entanto, persistem desafios, como a escassez de profissionais especializados e a subvalorização dos impactos emocionais sobre o prognóstico e a qualidade de vida dos pacientes (Carvalho, 2002). A prevalência de transtornos mentais comuns, como ansiedade e depressão, pode alcançar mais da metade dos pacientes oncológicos, interferindo na qualidade de vida e no próprio curso terapêutico (Ferreira, 2016).

A ausência de uma abordagem psicológica adequada pode comprometer a eficácia do tratamento, prolongar o tempo de internação e piorar os resultados clínicos. A identificação precoce de transtornos

emocionais e o oferecimento de suporte psicológico contínuo são, portanto, indispensáveis para garantir um cuidado mais humano e eficaz. É fundamental que tanto os pacientes quanto seus familiares recebam acolhimento psicológico, pois o adoecimento oncológico afeta todo o núcleo familiar (Alves; Viana; Souza, 2018).

O diagnóstico de câncer representa uma grande mudança na vida do indivíduo, gerando insegurança, medo e angústia. A Psico-oncologia busca oferecer um espaço de escuta e acolhimento, ajudando o paciente a elaborar suas emoções e a desenvolver recursos internos para lidar com a nova realidade (Souza, 2013). Esse suporte contribui diretamente para o bem-estar psicológico e físico, fortalecendo a adesão ao tratamento e melhorando sua eficácia.

Além dos pacientes, cuidadores e familiares também necessitam de atenção, pois vivenciam altos níveis de estresse e sobrecarga emocional. O acompanhamento psicológico dos cuidadores auxilia na redução de sentimentos de impotência, culpa e sofrimento, favorecendo uma convivência mais equilibrada e o fortalecimento da rede de apoio (Monteiro; Lang, 2015).

O estresse gerado pelo diagnóstico, pelos efeitos colaterais e pela incerteza do futuro causa abalos emocionais que exigem acompanhamento constante (Campos, 2018). Muitos pacientes relatam sentimentos de isolamento, desesperança e solidão, acreditando que precisam ser fortes para poupar a família. No entanto, esse silenciamento pode agravar o sofrimento e dificultar a adaptação emocional (Martinho, 2009). O papel do psicólogo, nesse contexto, é promover a expressão emocional, a aceitação da nova condição e o fortalecimento dos vínculos afetivos (Veit; Carvalho, 2010).

Os cuidadores, muitas vezes sem formação adequada, acabam se responsabilizando por tarefas que exigem tempo, energia e preparo emocional (Miranda, 2023). O cuidado informal impõe demandas intensas, que raramente recebem atenção, já que o foco principal recai sobre o paciente (Delalibera, 2015). A sobrecarga

emocional desses indivíduos pode comprometer a qualidade da assistência prestada ao paciente, afetando o vínculo afetivo e o tratamento (Martinho, 2009). O cuidado com quem cuida é parte essencial desse processo, pois o sofrimento é compartilhado e o equilíbrio emocional de ambos influencia diretamente essa fase.

Dessa forma, compreender os impactos psicológicos do câncer e reconhecer a importância da Psico-oncologia é essencial para consolidar uma prática clínica mais humana e sensível. A integração entre o cuidado físico e emocional possibilita um acompanhamento completo e empático, favorecendo tanto a recuperação quanto a qualidade de vida de pacientes e cuidadores.

MÉTODO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza básica, baseada na técnica de Revisão Sistemática da Literatura, com caráter exploratório. A pesquisa foi realizada entre agosto e outubro de 2025 no laboratório de informática da UNIFSM, sem participação direta de pessoas.

Foram utilizados artigos científicos obtidos nas bases SciELO e BVS. Os critérios de inclusão consideraram publicações entre 1999 e 2024, em língua portuguesa, disponíveis gratuitamente e na íntegra, realizadas no contexto brasileiro e que abordassem diretamente o tema.

Foram excluídos artigos duplicados, revisões sistemáticas, teses, publicações que não tratavam diretamente do tema, materiais pagos ou indisponíveis na íntegra, textos fora do período estipulado e estudos de origem estrangeira. Ao final da busca, foram selecionados oito artigos para compor o corpus de análise.

A estratégia de busca inicial empregou a combinação exata dos termos-chave conectados pelo operador booleano "AND": ("saúde mental" AND "pacientes oncológicos" AND "Psico-oncologia").

Essa busca resultou em 12 artigos. Após a aplicação dos critérios de seleção, um artigo repetido foi excluído, restando 11. Em seguida, o filtro "texto completo" reduziu o montante para 10. Por fim, a aplicação dos critérios "texto completo", "português" e recorte temporal "1999-2024" resultou na seleção de seis artigos para análise. Cinco artigos foram excluídos nesta fase por não estarem disponíveis na íntegra, não estarem em português, pertencerem a período diverso do estabelecido ou por se tratarem de revisões bibliográficas – tipo de estudo não elegível para os objetivos desta pesquisa – além da exclusão do artigo duplicado.

Após a coleta, realizou-se a leitura e análise qualitativa dos artigos. Cada artigo foi organizado de acordo com seus objetivos, resultados principais e contribuição para o tema. A partir da leitura, identificaram-se temas recorrentes, como os impactos emocionais do diagnóstico, os desafios enfrentados pelos profissionais da saúde e as estratégias de cuidado psicológico na prática. Essas ideias foram reunidas em categorias, possibilitando melhor compreensão dos materiais e da forma como a Psico-oncologia tem se estruturado para auxiliar pacientes e cuidadores no tratamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa exigiu abordagem metodológica rigorosa, focada na reunião de literatura científica atual e relevante sobre o tema. Foram empregadas estratégias de busca detalhadas, utilizando termos específicos combinados com filtros criteriosos – idioma, período temporal e disponibilidade do texto completo – permitindo refinamento

progressivo dos resultados e assegurando a seleção apenas dos trabalhos que atendiam aos critérios de inclusão.

O levantamento bibliográfico foi conduzido em etapas. Inicialmente, realizou-se a busca na base Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), cujo quantitativo de estudos mostrou-se insuficiente para os objetivos da pesquisa.

Posteriormente, foi realizado outro levantamento na base SciELO, por meio de duas buscas distintas para capturar diferentes nuances do tema. O termo “pacientes oncológicos” gerou 318 artigos. A aplicação do filtro “português” reduziu os resultados para 233. A adição do filtro “psicologia” resultou em 16 artigos. Após a aplicação dos critérios mais estritos (“texto completo”, “português”, “1999-2024” e exclusão de revisões bibliográficas), apenas um artigo foi selecionado.

Em seguida, utilizou-se o termo mais específico “psico-oncologia”, resultando em 24 artigos. O filtro “português” reduziu o total para 21. Novamente, após aplicação dos mesmos critérios, apenas um artigo foi selecionado. Ao final do levantamento, foram encontrados oito artigos, posteriormente sistematizados no quadro 1.

O quadro apresenta os artigos utilizados na pesquisa, com seus objetivos centrais, principais resultados e referências completas, fornecendo um levantamento claro dos materiais e destacando suas contribuições mais relevantes para a fundamentação dos resultados deste estudo.

Quadro 1 – Artigos selecionados para os resultados destacados

BASE DE DADOS	REFERÊNCIA	OBJETIVOS	RESULTADOS
BVS	SOUZA, C. de; SANTOS, M. A. dos. Significados atribuídos por mulheres com câncer de mama ao grupo de apoio. Psicologia: Ciência e Profissão , v. 44, e259618, 2024.	Compreender os significados produzidos por mulheres com câncer de mama sobre sua participação em um grupo de apoio.	As participantes significaram sua presença no grupo como fonte de acolhimento, apoio, desenvolvimento de recursos pessoais e amizades, contribuindo para promover sua qualidade de sobrevivência
BVS	SILVA, Carlos Gester Valiatti da; MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca; FEITOSA, Fabio Biasotto. Estratégias de Coping Utilizadas por Pacientes Oncológicos em uma Cidade do Interior da Amazônia Legal. Revista Brasileira de Cancerologia , Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, e-08626, out./dez. 2020.	Verificar as estratégias de coping utilizadas por pacientes oncológicos que frequentam a casa de apoio Associação Amor Fraterno, em Cacoal, Estado de Rondônia.	Os resultados mostraram algumas considerações importantes: (1) o principal meio de acesso à saúde utilizado pelos pacientes oncológicos foi o Sistema Único de Saúde; (2) prevalência dos cânceres de mama e colo do útero em mulheres e de próstata em homens; (3) as mulheres apresentaram estresse mais acentuado do que os homens; e (4) o coping religioso foi a estratégia de enfrentamento ao estresse mais utilizada.
BVS	PEREIRA, Antonio Augusto Claudio; PASSARIN, Nayara de Paula; COIMBRA, Jordana Henriques; PACHECO, Gabriela Grasso; RANGEL, Marcel Pereira. Avaliação da qualidade de vida e prevalência de sintomas depressivos em pacientes oncológicos submetidos à radioterapia. Revista Brasileira de Cancerologia , Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. e-12775, 2020.	Avaliar a qualidade de vida e a prevalência de sintomas depressivos em pacientes com neoplasias malignas durante o tratamento radioterápico.	Os domínios "qualidade de vida", "função cognitiva" e "função social" foram os que menos se mostraram prejudicados na amostra estudada, enquanto "insônia", "perda de apetite" e "dificuldades financeiras" destacaram-se entre os maiores preditores de baixa qualidade de vida. Ademais, constatou-se que 22% dos indivíduos avaliados apresentaram algum grau de transtorno de humor, sendo 11% diagnosticados com depressão.

BVS	MARTINS, R. S.; CORREA JÚNIOR, A. J. S.; SANTANA, M. E. de; SANTOS, L. M. S. dos. Corporeidade de adoecidos oncológicos em cuidados paliativos domiciliares: a vivência de familiares cuidadores / Corporeality of oncological patients in palliative home care: the experience of family caregivers. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online , Rio de Janeiro, Brasil, v. 10, n. 2, p. 423–431, 2018.	Descrever a vivência de cuidadores no que concerne aos cuidados às dimensões do corpo de adoecidos em cuidados paliativos domiciliares.	A população estudada compreendeu 10 cuidadoras que recebiam visitas domiciliares. A partir da análise dos códigos e conteúdos das mensagens, foram categorizadas unidades dos discursos em dois eixos. São eles: "Corporeidade: Cuidados vivenciados que atendem as Necessidades Orgânicas" e "Corporeidade: Cuidados Vivenciados que atendem as necessidades Psicoemocionais, Psicoespirituais e Ambientais".
BVS	SETTE, Catarina Possenti; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Investigação do suporte social e qualidade de vida em pacientes com câncer. Saúde e Pesquisa , [S. l.], v. 11, n. 1, p. 151–162, 2018.	Investigar o suporte social e qualidade de vida (QV) em pacientes oncológicos.	Os resultados indicaram satisfação com o apoio social e boa QV. Quando comparados a outras amostras de diferentes pesquisas, os pacientes deste estudo demonstraram maior satisfação do suporte social e escores mais baixos de QV.
BVS	MANTOVANI, Alexandre; MANTOVANI, Carina Cella Panaia. Psico-oncologia e grupos: trabalhando vínculos em uma casa de apoio a pacientes com câncer. Rev. SPAGESP , Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 11-17, jun. 2008.	Oferecer assistência a pacientes oncológicos e a seus familiares carentes.	Foi possível investigar os vínculos intra e interpessoais e assim contribuir para o acolhimento das angústias frente ao tratamento, focando-se, principalmente as relações interpessoais.
Scielo	MENENEZ, Natália Nogueira Teixeira de; SCHULZ, Vera Lucia; PERES, Rodrigo Sanches. Impacto psicológico do diagnóstico do câncer de mama: um estudo a partir dos relatos de pacientes em um grupo de apoio. Estudos de Psicologia (Natal), Natal, v. 17, n. 2, p. 233–240, 2012.	Este estudo objetivou analisar o impacto psicológico do diagnóstico do câncer de mama a partir dos relatos apresentados espontaneamente por mulheres acometidas pela doença durante as sessões de um grupo de apoio.	Os resultados obtidos apontam que o diagnóstico do câncer de mama causou, entre uma parcela expressiva das participantes, um impacto psicológico importante, uma vez que desencadeou experiências de surpresa e tensão, ensejou demonstrações de aceitação e força, motivou tentativas de explicação, redefiniu relacionamentos e intensificou o recurso à religiosidade.

Scielo	BERGEROT, Cristiane Decat; LAROS, Jacob Arie; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. Avaliação de ansiedade e depressão em pacientes oncológicos: comparação psicométrica. Psico-USF , Bragança Paulista, v. 19, n. 2, p. 187-197, maio/ago. 2014.	Comparar vantagens e desvantagens psicométricas de instrumentos comumente utilizados em serviços especializados em Oncologia: Escala de Ansiedade e Depressão (HADS), Transtorno Geral de Ansiedade (GAD-7) e Questionário sobre Saúde do Paciente (PHQ-9).	As características psicométricas estudadas indicaram valores melhores para HADS-D e GAD-7. Entretanto, HADS-A e PHQ-9 também se mostraram adequados para avaliação de ansiedade e depressão.
--------	--	---	--

Fonte: elaborada pelos autores (2025).

O câncer é uma experiência de vida que transcende o corpo físico, impondo profundos impactos emocionais e psicológicos tanto aos pacientes quanto aos seus familiares e cuidadores. Diante da complexidade do diagnóstico e das exigências do tratamento oncológico, a Psico-oncologia emerge como uma área essencial, dedicada a oferecer suporte emocional, prevenir o sofrimento psíquico e promover a saúde mental e a qualidade de vida dos indivíduos envolvidos. Os estudos científicos apontam para o valor inestimável desse acompanhamento, destacando como o acolhimento, a participação em grupos de apoio e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento são cruciais para a adaptação ao tratamento, a redução do estresse e a vivência mais equilibrada do processo de adoecimento, confirmando a necessidade de um olhar integral e humanizado no cuidado em oncologia.

O atendimento psicológico em oncologia busca oferecer suporte emocional e promover a saúde mental de pacientes oncológicos. Diante disso, Souza, Santos (2024), mostra que mulheres com câncer de mama atribuem ao grupo de apoio significados ligados ao cuidado integral: ele promove saúde mental, autonomia e responsabilidade, oferece suporte emocional, alívio do estresse e acolhimento,

além de favorecer bem-estar, autoestima e consciência de si. Esses aspectos se traduzem em benefícios percebidos nas atividades, na superação de barreiras e em transformações pessoais decorrentes da participação no grupo. Assim, os benefícios relatados por essas mulheres refletem os objetivos centrais da Psico-oncologia.

Na Psico-oncologia, os pacientes oncológicos enfrentam o adoecimento de forma distinta. Dessa forma, segundo Silva e Feitosa (2020), pacientes oncológicos acessam majoritariamente o SUS, com maior incidência de câncer de mama e colo do útero em mulheres e de próstata em homens; as mulheres apresentam níveis mais altos de estresse e recorrem principalmente ao coping religioso como forma de enfrentamento. Esse dado evidencia a importância de respeitar a individualidade de cada paciente, facilitando a adesão ao tratamento.

Desse modo, o acolhimento e a participação em grupos de apoio ajudam os pacientes a se adaptarem melhor ao tratamento e a preservarem sua saúde mental, oferecendo um espaço seguro para compartilhar experiências, trocar informações e fortalecer o emocional (Campos, 2021). Esses grupos também favorecem a criação de vínculos entre pessoas que enfrentam desafios semelhantes, o que reduz o sentimento de isolamento e promove maior confiança durante o processo. Além disso, estratégias de enfrentamento voltadas para a resolução de problemas e o apoio social contribuem significativamente para reduzir o sofrimento emocional diante do diagnóstico e das dificuldades impostas pelo tratamento oncológico (Paula Júnior, 2011). Nessa perspectiva, cuidar do paciente de forma integral é essencial para promover qualidade de vida, adesão ao tratamento e bem-estar.

Diante dos impactos emocionais causados pelo câncer, a Psico-oncologia busca prevenir, avaliar e intervir no sofrimento emocional em decorrência do tratamento. Desse modo, Pereira, Passarin, Coimbra, Pacheco e Rangel (2020) ao avaliar sintomas depressivos

em pacientes oncológicos sujeitos a radioterapia, mostra características diretamente ligadas a psico-oncologia. Assim, o estudo contribui na prevenção de sintomas depressivos e na promoção do tratamento saudável.

Além de olhar para o paciente em si, a Psico-oncologia também se volta para o sofrimento dos familiares e cuidadores, oferecendo uma percepção mais ampliada do impacto do câncer, reforçando que o sofrimento não é sentido apenas pelo paciente. Dessa forma, Martins, Correa, Santana e Santos (2018) descreve a vivência de familiares e cuidadores de pacientes em cuidados paliativos e ressalta o papel essencial da psico-oncologia em cuidados paliativos, não somente no alívio do sofrimento do paciente, mas também considerando as dores e necessidades dos cuidadores.

Os estudos de Ferreira (2016) mostram que a experiência oncológica provoca um grande impacto psicológico nos sintomas como depressão, ansiedade e insônia se tornam frequentes entre os pacientes, principalmente durante as fases mais intensas do tratamento. Esse estudo reforça a importância de incluir avaliações psicológicas regulares durante o processo oncológico, de modo que possa identificar precocemente sinais de sofrimento emocional e prevenir o agravamento de transtornos mentais. A atuação do psicólogo, de acordo com Scannavino (2013) deve estar voltada não apenas para o alívio da dor emocional, mas também para o fortalecimento de estratégias que enfrentem e favoreçam o engajamento do paciente no tratamento. Enquanto Martins, Correa, Santana e Santos (2018) e Delalibera (2015) destacam a sobrecarga física e emocional dos cuidadores e da rede de apoio que vivência sentimento de culpa e exaustão diante dos cuidados. Essa realidade mostra a necessidade de ampliar o olhar clínico da Psico-oncologia para o sistema de apoio como um todo, oferecendo acolhimento, orientação e espaços terapêuticos não só para os pacientes, mas também para quem cuida.

Existe um grande foco no apoio social e na qualidade de vida dos pacientes na Psico-oncologia. Por esse viés, Possenti e Garcia (2018) realizaram uma investigação do apoio social e boa qualidade de vida dos pacientes com câncer. Desse modo, os resultados obtidos indicaram satisfação com o apoio social e boa qualidade de vida dos pacientes do estudo, em comparação a outras pesquisas.

As dinâmicas emocionais e relacionais de pacientes com câncer e seus familiares são de suma importância na Psico-oncologia. Assim, Alexandre e Panaia (2008) utilizaram como objetos de estudo os vínculos intra e interpessoais dos pacientes e seus familiares visando contribuir para o acolhimento desses indivíduos.

Sabe-se que o diagnóstico e o tratamento são aspectos que trazem muito sofrimento psíquico, tanto aos pacientes como também aos seus cuidadores. A vivência do adoecimento oncológico desperta sentimentos negativos, o que pode comprometer significativamente o bem-estar emocional e a qualidade de vida de todos os envolvidos. Dessa forma, a presença de uma rede de apoio emocional e de acompanhamento psicológico é fundamental para auxiliar na adaptação à nova realidade imposta pela doença. Assim, Souza (2013) corroborou com esses estudos ao afirmar que a intervenção de profissionais da área da Psico-oncologia é essencial para promover a saúde mental desses indivíduos, pois permite a expressão de sentimentos, o fortalecimento de estratégias de enfrentamento e o desenvolvimento de recursos internos que favorecem uma vivência mais equilibrada do processo de tratamento e reabilitação.

Entender o impacto emocional causado pelo diagnóstico do câncer de mama é um papel de grande relevância na Psico-oncologia, pois esse momento desencadeia diferentes reações psicológicas. Nesse sentido, Menenez, Schulz e Peres (2012) destacam que as pacientes podem vivenciar sentimentos de surpresa, tensão e ansiedade, enquanto outras iniciam um processo gradual de aceitação. As autoras observam também que a religiosidade se apresenta

como uma forma de enfrentamento, podendo auxiliar na adaptação ou gerar sentimentos de culpa quando acompanhada de repressão emocional. Além disso, o estudo evidencia que algumas pacientes tendem ao isolamento, prejudicando a saúde mental, enquanto outras encontram apoio em familiares e parceiros, fortalecendo laços e recursos de enfrentamento. Assim, a Psico-oncologia busca oferecer suporte psicológico desde o momento do diagnóstico, reconhecendo a necessidade de acolhimento das emoções e o estímulo de estratégias adaptativas

A importância de avaliações psicológicas para identificar sintomas emocionais em pacientes com câncer é reforçada pela Psico-oncologia. O estudo de Bergerot, Laros e Araujo (2014) mostrou que a ansiedade e a depressão são bastante comuns nesses pacientes. Para medir esses sintomas, alguns instrumentos são mais eficazes que outros. A Escala de Ansiedade e Depressão (HADS-D) e o Transtorno Geral de Ansiedade (GAD-7) se mostraram mais confiáveis e válidos, enquanto o PHQ-9 apresentou menor consistência em alguns itens. O estudo também destaca a importância de diferenciar bem a ansiedade da depressão e de usar ferramentas adequadas para o contexto oncológico. Sendo assim, a Psico-oncologia não apenas oferece suporte emocional, mas também ajuda no monitoramento da saúde mental dos pacientes, o que é fundamental para planejar intervenções mais eficazes e humanizadas.

Os resultados evidenciam que o diagnóstico do câncer é um dos principais fatores responsáveis pelo surgimento de transtornos mentais durante o tratamento, gerando diferentes impactos emocionais. O choque inicial, o medo da morte e as incertezas sobre o futuro são sentimentos recorrentes que afetam significativamente o bem-estar psicológico dos pacientes. Diante disso, Campos (2018) destaca que esses aspectos, discutidos nos estudos anteriores, abalam profundamente o estado emocional dos indivíduos, reforçando a importância de um acompanhamento psicológico adequado ao longo de todo o processo de tratamento.

Diante disso, observa-se que a Psico-oncologia desempenha um papel indispensável no cuidado integral de pacientes oncológicos e seus cuidadores, reconhecendo a complexidade das dimensões emocionais envolvidas no processo de adoecimento. A atuação psicológica, ao promover acolhimento, escuta e fortalecimento de estratégias de enfrentamento, contribui para a melhoria da qualidade de vida, da adesão ao tratamento e da saúde mental dessas pessoas. Portanto, evidencia-se que o suporte psicológico não apenas auxilia na superação dos impactos emocionais do câncer, mas também promove autonomia, resiliência e sentido diante da experiência da doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo de revisão sistemática da literatura conseguiu atingir os objetivos propostos ao analisar os artigos que tem como base os impactos psicológicos do diagnóstico e tratamento em pacientes oncológicos e seus cuidadores, o reconhecimento da importância da Psico-oncologia no contexto. Diante dos dados obtidos, foi possível resumir as consequências emocionais que estão em destaque diante da doença e a necessidade do acompanhamento humanizado e contínuo.

Diante dos resultados obtidos o diagnóstico do câncer e principal fator responsável pelo surgimento de diversos tipos de sofrimento psíquico. O diagnóstico vem junto com um choque inicial, incertezas sobre o futuro e o medo da morte são sentimentos que afetam diretamente o paciente com seu bem-estar e sua qualidade de vida. Foi averiguado que a presença constante de ansiedade e depressão é significativa (Pereira *et al.*, 2020), junto com o sofrimento mental que pode induzir o paciente a enfermidade, o que dificulta a adesão ao tratamento e agravando o seu quadro (Sette; Capitão, 2018).

Adiante, a pesquisa reforça que o sofrimento psíquico não se restringe somente ao paciente. E de grande importância o acompanhamento da equipe multidisciplinar com os familiares e cuidadores, que estão enfrentando essa grande carga tanto física e emocional e os sentimentos de exaustão. Os cuidadores, são poucos vistos e necessitam de suporte psicológico para conseguir lidar com o medo, a culpa e o desgaste do processo de cuidado. Com isso, a Psico-oncologia deve atuar tanto no sistema familiar, sempre procurando novas formas de intervenções que seja eficaz e abarquem a tríade paciente-família-cuidador, promovendo esse cuidado integral.

Conclui-se que a Psico-oncologia tem como papel fundamental a melhoria na qualidade de vida e na humanização no cuidado oncológico. Essa área contribui para que o indivíduo seja visto além da condição biológica e ajudando a dar um novo olhar na experiência da doença, reforçando o comprometimento e a busca do sentido da vida.

Contudo, esse estudo tem suas limitações. Como utilizou-se de revisão sistemática fazendo uso exclusivo de artigos e revisões publicadas em língua portuguesa. Além disso, foi necessário fazer uma extensão no recorte temporal (1999-2024) foi de grande necessidade, pois existe uma grande escassez nos estudos sobre a saúde mental dos pacientes oncológicos e do cuidador. Sob esse viés, é necessário as pesquisas futuras impulsionem discussões e investigações sobre esse tema, buscando novas formas de abordagem e de tratamentos que busque aprimorar a qualidade de vida dos pacientes e seus cuidadores.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. **Aspectos emocionais em pacientes oncológicos**: enfrentamento e qualidade de vida. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Complutense de Madrid, Madrid, 2018.

DELALIBERA, Mayara; RODRIGUES, Andréa B.; BONFIM, Isis M.; SANTOS, Ana M. Cuidados paliativos e a sobrecarga do cuidador informal. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, n. 49, p. 1-9, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005934>.

FERREIRA, L. C. Saúde mental de pacientes oncológicos: desafios e intervenções. **Revista Brasileira de Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-53, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21722/rbps.v8i1.13945>.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Estimativa 2023**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2023.

LOPES, F. M.; OLIVEIRA, J. P.; SOUZA, M. A.; RIBEIRO, C. S. Revisão sistemática da literatura: procedimentos metodológicos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 1-15, 2021.

MARGARIDA, C. **Psico-oncologia**: desafios e intervenções na prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MARTINHO, M. A. Impactos emocionais do câncer: uma abordagem psico-oncológica. **Revista de Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-20, 2009.

MIRANDA, J. F. Sobrevivendo ao câncer: desafios enfrentados pelos cuidadores informais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, e220010, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220010>.

MONTEIRO, J. K.; LANG, A. F. Apoio psicológico ao cuidador familiar de paciente oncológico. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 45-54, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.33.083.A004>.

SCANNAVINO, F.; LIMA, R. A.; SANTOS, M. B.; OLIVEIRA, T. C. A atuação do psicólogo na oncologia: desafios e possibilidades. **Revista de Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 80-91, 2013. DOI: <https://doi.org/10.21722/rbps.v5i2.11979>.

SETTE, C. P. **Psico-oncologia**: uma abordagem interdisciplinar do cuidado ao paciente com câncer. São Paulo: Summus, 2014.

SOUZA, A. C. Apoio psicológico na oncologia: importância e desafios. **Revista Brasileira de Psicologia em Saúde**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 67-75, 2013. DOI: <https://doi.org/10.21722/rbps.v5i1.11973>.

SOUZA, L. A.; SANTOS, D. R. A sobrecarga emocional de cuidadores de pacientes oncológicos: uma análise crítica. **Revista de Saúde Mental e Bem-Estar**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 22-35, 2013.

VEIT, C.; CARVALHO, M. **Psico-oncologia**: fundamentos, práticas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2010.

YAMAGUSHI, N. **Oncologia**: fundamentos e práticas clínicas. São Paulo: Atheneu, 1994.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, abr./jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

7

Amábily Debora Alves Gomes Rodrigues

Amanda Laysse da Silva Feitosa

Mayara Kelly Gonçalves Alves

Tainara Evilly Gonzaga da Silva

Leilane Cristina Oliveira Pereira

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO SENTIMENTO DE APEGO AO LUGAR NA SAÚDE MENTAL DO INDIVÍDUO

INTRODUÇÃO

Historicamente, a psicologia ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial, diante da necessidade de reconstrução das cidades e da compreensão de como o ambiente físico influenciava o comportamento humano. Inicialmente denominada “psicologia da arquitetura”, a área consolidou-se ao integrar conhecimentos de psicologia, arquitetura, geografia, sociologia e antropologia, reconhecendo o ambiente como agente ativo na formação de identidades e na promoção da saúde mental (Felipe; Kuhnen, 2012).

A psicologia ambiental investiga as relações entre indivíduos e seus ambientes, considerando aspectos sociais, históricos, culturais e físicos. Seu foco está em compreender como as pessoas sentem, pensam e vivenciam os espaços, promovendo uma forma sustentável de viver (Lima; Bomfim, 2009; Conselho Federal de Psicologia, 2022). Para Rufato e Favero (2020), o modo como o indivíduo percebe e age no ambiente influencia suas ações, assim como o ambiente também molda percepções e comportamentos, sendo a moradia, a cidade e a cultura fatores determinantes no cotidiano.

Nesse sentido, este capítulo busca analisar, a partir da literatura científica recente, como o sentimento de apego ao lugar influencia a saúde mental. O apego ao lugar é entendido como um vínculo emocional positivo entre o indivíduo e o ambiente físico, construído por afetos, comportamentos e cognições individuais e coletivas, promovendo bem-estar psicológico e o desejo de permanência (Bruno, 2018; Lima; Bomfim, 2009). Esse sentimento traz benefícios como menor isolamento e solidão, mas pode ser afetado negativamente por fatores como poluição, violência e falta de saneamento (Bruno, 2018).

Desse modo, esta pesquisa justifica-se à medida que busca fornecer informações teóricas a respeito da importância do sentimento de pertencimento, visto que tal sentimento pode impactar

positiva e negativamente a vida do indivíduo em sociedade, refletindo-se em questões de saúde mental e pública. Diante disso, enquanto comunidade acadêmica e discentes de psicologia, faz-se necessário dar visibilidade a este tema, buscando compreender sua complexidade no que diz respeito às interações sociais e simbólicas que o ambiente proporciona, para que assim possamos entender como o sentimento de apego ao lugar e sua relação com a saúde mental é importante na promoção de ambientes saudáveis e de melhor qualidade de vida.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, pois busca gerar novos conhecimentos para o avanço das ciências, sem a necessidade de aplicações práticas imediatas (Gerhardt; Silveira, 2009). Quanto ao objetivo, possui caráter exploratório, visto que, conforme Gil (2022), facilita a familiarização do pesquisador com o objeto estudado e torna-o mais claro à medida que constrói hipóteses.

No que diz respeito à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois não se preocupa em quantificar os resultados, mas sim em interpretar os dados obtidos considerando a dinâmica das relações sociais (Minayo, 2014). Conta ainda com contribuições bibliográficas baseadas na revisão sistemática da literatura, que consiste em reunir estudos de diversos autores e analisá-los cientificamente de maneira sistemática (Galvão; Pereira, 2014).

Além disso, para a realização do estudo, foram analisadas contribuições teóricas nacionais existentes na literatura sobre o sentimento de apego ao lugar e os impactos na saúde mental dos indivíduos. A busca por dados relevantes foi realizada nas seguintes bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

e Scientific Electronic Library Online (SciELO), no primeiro semestre de 2025, entre os meses de fevereiro e março. Foi utilizado apenas um descritor: "psicologia ambiental".

A seleção inicial dos artigos para análise foi feita com base nos títulos e resumos, em ambas as bases de dados. Além disso, foram adotados como critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos cinco anos (2020 a 2025), no idioma português, com disponibilidade online e gratuita, e alinhados aos objetivos desta pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsiderados os artigos repetidos, em língua estrangeira, que fugiam à temática proposta e que não estavam nas bases de dados elencadas.

Assim, para a realização da análise dos dados coletados, os artigos foram lidos na íntegra pelas integrantes da pesquisa, para que fosse possível estabelecer conexão entre os conteúdos presentes em cada artigo e os objetivos deste estudo, buscando destacar as contribuições de cada autor e a relevância de suas considerações para a temática proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados coletados e analisados a partir da revisão sistemática, foram identificados, inicialmente, um total de 17.492 artigos na base de dados BVS e 133 na SciELO, totalizando 17.628 publicações.

A pesquisa foi organizada da seguinte forma: (1) realização da busca de dados nas bases SciELO e BVS; (2) separação e exclusão dos artigos em língua estrangeira; (3) eliminação de artigos publicados antes do ano de 2020; (4) seleção dos artigos conforme a relevância de seus títulos e resumos, de modo a favorecer a construção do estudo em andamento; (5) identificação e exclusão de artigos

duplicados entre as bases de dados; (6) análise detalhada dos resultados, com busca de dados relevantes por meio de leitura exploratória do texto completo, a fim de contribuir para a pesquisa; (7) leitura integral dos artigos selecionados; (8) análise final dos resultados; (9) construção de quadros e avaliação dos materiais. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram dez artigos, que compõem a amostra deste estudo.

Os artigos selecionados para a construção deste estudo demonstram a influência do apego ao lugar na saúde mental dos indivíduos. Dessa forma, o quadro 1 apresenta informações relevantes, como a ideia principal dos materiais analisados, possibilitando uma melhor compreensão do conteúdo abordado ao longo do artigo.

Quadro 1 – Artigos selecionados para os resultados destacados

BASE DE DADOS	REFERÊNCIA	OBJETIVOS	RESULTADOS
SciELO	ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; GÜNTHER, Isolda de Araújo, Apropriação dos Espaços Urbanos na Infância e na Velhice em Brasília (DF). Psicologia: Ciência e Profissão , v. 43, 2023.	Identificar as principais atividades realizadas por crianças e idosos em seus respectivos locais de moradia.	Os resultados demonstram que o diálogo entre a psicologia ambiental e a ciência do desenvolvimento humano tem sido bastante profícuo e tem contribuído para a compreensão de aspectos da relação pessoa-ambiente em diferentes momentos do ciclo de vida.
BVS	ALBUQUERQUE, Dayse., <i>et al.</i> Envelhecimento, sentido de lugar e planejamento urbano: facilitadores e barreiras. Psicologia em Estudo , v. 28, 2023.	Explorar como moradores idosos de três localidades constroem seu sentido de lugar, pela identificação das oportunidades disponíveis em seu local de moradia, dos facilitadores e das barreiras enfrentadas diariamente e das demandas para a construção de um ambiente que favoreça o envelhecimento ativo.	Revelaram que o sentido de lugar é construído através de fortes vínculos sociais e comunitários, atividades diárias, e aspectos simbólicos como memórias.

SciELO	ARRUDA, Eduardo Chierrito, <i>et al</i> , Afetividade pessoa-ambiente nas hortas comunitárias: promoção da saúde e da sustentabilidade. Saúde em Debate , v. 48, n. 141, 2024.	Analisar os significados simbólicos e afetivos dos usuários diante de suas atividades nas hortas comunitárias urbanas.	Constatou-se que as vivências nesses ambientes foram mediadas por sentimentos de agradabilidade, pertencimento e restauração. Entre os sentidos atribuídos, destacaram-se a conexão com a natureza e a interação social.
BVS	NOGUEIRA, Zilda Rodrigues; FAVARETO, Ana Paula Alves; ARANA, Alba Regina Azevedo. Saúde mental e ambientes restauradores urbanos em tempos de covid-19. Psicologia USP , v. 33, 2022.	Discutir o papel dos ambientes restauradores na saúde mental em tempos de pandemia e seus efeitos na qualidade de vida da população urbana.	A pesquisa apontou fortes correlações entre meio ambiente natural, saúde mental e qualidade de vida da população urbana. A pandemia também nos faz refletir sobre o modo de vida nas cidades e a forma como tratamos as questões ambientais.
SciELO	SANT'ANNA, Eduardo Silva; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. O papel do apego ao lugar no design de experiências turísticas no espaço rural. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo , v. 18, p. 2953, 2024.	Investigar o papel do apego ao lugar no desenvolvimento de experiências turísticas no espaço rural.	O apego ao lugar dos moradores contribui de forma significativa para o planejamento de experiências turísticas.
BVS	PEREIRA, Gabriela Iamara Lupianhe; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sustentabilidade afetiva em situações de vulnerabilidade socioambiental: um problema para as cidades. Pesquisas e Práticas Psicossociais , v. 15, n. 1, p. 1-17, 2020.	Problematizar as contribuições da Psicologia em relação à vulnerabilidade socioambiental gerada por desastres naturais.	Demonstraram que os processos de desterritorialização e criação de novos territórios acontecem mediante sofrimento e angústia, mas também geram processos de cooperação e conexão.

BVS	PACHECO, Fábio Pinheiro; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Afetos e implicações psicossociais do viver sob ameaças de desapropriação do espaço. Psicologia & Sociedade , v. 33, 2021.	Apresentar indicadores afetivos e as implicações psicossociais do contexto de ameaças de desapropriação do espaço vividas por moradoras de uma comunidade de Fortaleza, Ceará.	As ameaças de desapropriação impactam negativamente a vida dos moradores, afetando suas relações sociais, seu bem-estar emocional e sua identidade.
BVS	BARRETO, Leticia Cardoso; ROSA, Débora Diana da.; MAYORGA, Claudia. Comunidades sujas de lama: da destruição à resignificação e a resistência em Mariana/ MG. Psicologia & Sociedade , v. 32, 2020.	Compreender os sentidos de comunidade construídos e acessados pelos atingidos dessas localidades anteriormente ao desastre e após o mesmo.	Os resultados apontam que há uma constante busca por tentar recriar o sentimento de comunidade que se mostra principalmente na manutenção do vínculo com o espaço físico devastado e na tentativa de recriar o mesmo no espaço onde será feito o reassentamento.
BVS	FREITAS, Maria Lívia Pinheiro de., <i>et al.</i> Deslocamento compulsório: relatos de um luto não elaborado. Estudos Interdisciplinares em Psicologia . Londrina, v. 12, n. 2, p. 38-56, ago. 2021.	Compreender aspectos da relação pessoa-ambiente frente ao deslocamento compulsório.	Verificou-se na população de Jaguaribara sinais de luto não elaborado, traços de sofrimento psíquico, bem como a fragilização dos vínculos sociais e a redução da autonomia.
BVS	PACHECO, Fábio Pinheiro; MARTINS, Cícera Mônica da Silva Sousa; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Contribuições da psicologia para a análise de desapropriações de comunidades dos espaços urbano e rural cearenses. Revista de Psicologia , v. 11, n. 2, p. 132-140, 2020.	Analisar os processos de desapropriações para além de seus aspectos físicos e jurídicos, compreendendo as comunidades e a construção do espaço urbano e rural a partir de teias simbólicas, socioafetivas, históricas e políticas que engendram as ações humanas.	Dentre as contribuições, demarca-se a posição ético-política da psicologia frente às desigualdades sociais, nesse trabalho caracterizada pelas ações de segregação.

Fonte: elaborada pelas autoras (2025).

Dito isto, Albuquerque e Günther (2023), ao analisarem, em seu estudo, a interação entre pessoas e ambiente urbano, considerando as atividades de crianças e idosos em Brasília – DF, visualizaram a necessidade da criação de ambientes amigáveis como essenciais para promover o bem-estar de determinados grupos, além de um diálogo interdisciplinar e uma legislação adequada, para que haja garantia de espaços seguros e acessíveis. Visto que o apego ao lugar é fundamental para a construção de um sentido de pertencimento e identidade.

Em consonância com isso, Felipe e Kuhnen (2012) discutem o apego ao lugar, afirmando que este é compreendido como um processo dinâmico. Ou seja, não se trata de um fenômeno estático, mas do resultado de um processo relacional, no qual o sujeito vivencia experiências emocionais, culturais e sociais. Nessa perspectiva, o ambiente assume um papel ativo na construção da identidade e da saúde mental dos indivíduos, deixando de ser visto como um elemento neutro.

No mesmo sentido, Albuquerque *et al.* (2023) destacam que o apego ao lugar é um fator determinante para a qualidade de vida, especialmente entre a população idosa. O estudo aponta que a permanência dos idosos em seus lares e comunidades contribui para a manutenção dos vínculos sociais, favorece a sensação de pertencimento e reduz o isolamento. No entanto, barreiras urbanas, como a falta de acessibilidade e a precariedade da infraestrutura, podem dificultar essa permanência e comprometer o bem-estar dessa população.

Arruda *et al.* (2024), ao analisar os significados simbólicos e afetivos que os usuários atribuem às suas atividades em hortas comunitárias urbanas em Maringá – PR, verificaram que o apego ao lugar é associado a sentimentos de restauração e conexão com a natureza. Para os autores, esses espaços são percebidos como agradáveis e promovem a saúde mental. Além disso, a interação social nessas hortas

fortalece vínculos comunitários, demonstrando que o apego ao lugar é essencial para a saúde mental e que a falta desse sentimento pode levar a sentimentos de isolamento e desenraizamento.

De acordo com Silva *et al.* (2020), o vínculo afetivo com o lugar desempenha um papel central no bem-estar das pessoas idosas. Os autores destacam que a permanência em ambientes de contexto familiar e afetivamente positivos fortalece os vínculos sociais e afetivos, promove a autonomia e reforça a construção da identidade e os sentimentos de pertencimento. Assim, espaços que transmitem conforto, segurança e que possuem significado simbólico são fundamentais para o bem-estar do indivíduo.

Nogueira, Favareto e Arana (2022), ao discutirem o apego ao lugar no contexto da pandemia da COVID-19, destacaram que a falta de acesso a áreas verdes, durante esse momento histórico, acentuou problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, pois a tendência humana de se conectar com a natureza – denominada biofilia – foi comprometida pelo isolamento social. Os resultados encontrados mostraram que o contato com esses ambientes é importante, pois, além de minimizar sofrimentos mentais e melhorar a qualidade de vida, possibilita que os indivíduos se conectem entre si, estreitando relações sociais e fortalecendo a resiliência comunitária para enfrentar crises.

Reforçando essas ideias, Lourenço *et al.* (2016) evidenciam em seu estudo que a conexão com a natureza é um elemento fundamental para a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos, pois esse contato pode elevar a qualidade de vida e fortalecer os vínculos afetivos e comunitários e o sentimento de pertencimento. Por outro lado, a privação desse acesso pode desencadear problemas como ansiedade e estresse, comprometendo o equilíbrio emocional dos indivíduos, além de agravar o isolamento social.

Para Sant'Anna e Frattucci (2024), além dos impactos individuais, o apego ao lugar também pode se manifestar como um recurso

positivo para a valorização e preservação dos espaços comunitários. Os resultados de seu estudo exploram como moradores de áreas rurais utilizam seu vínculo afetivo com o ambiente para criar experiências turísticas autênticas que promovem o fortalecimento da identidade local e das interações sociais. Esse envolvimento não só impulsiona a economia local, mas também contribui para a coesão social e o desenvolvimento sustentável.

Pereira e Mansano (2020) refletem, a partir do “Megadesastre da Região Serrana do Rio de Janeiro” em 2011, sobre como a vulnerabilidade socioambiental causada por desastres naturais, apesar de gerar sofrimento e angústia, também promove cooperação e conexão entre as vítimas. Os resultados de sua pesquisa mostram a importância da Psicologia em oferecer suporte emocional e promover a sustentabilidade afetiva como ferramenta para compreender os impactos emocionais desses eventos. Para os autores, as catástrofes afetam desproporcionalmente populações vulneráveis, que enfrentam condições precárias de vida e infraestrutura deficiente, acentuando a pobreza, a degradação ambiental e a falta de políticas eficazes, reforçando a necessidade de intervenções psicológicas para promover resiliência e bem-estar emocional.

Corroborando com essa perspectiva, Hernández e Hidalgo (2007) afirmam que o apego ao lugar pode ocorrer mesmo sem o desenvolvimento de uma identidade de lugar. Os autores, ao investigarem as diferenças entre apego e identidade de lugar em um estudo com imigrantes e nativos, concluíram que o vínculo afetivo com determinados espaços não necessariamente está associado à identificação ou apropriação daquele ambiente. Essa distinção evidencia a complexidade das relações emocionais estabelecidas entre as pessoas e os lugares que frequentam ou habitam.

Nesse sentido, o estudo de Pacheco e Bomfim (2021) investigou uma comunidade sob ameaça de desapropriação e demonstrou que a incerteza quanto à permanência no local gerou sentimentos

de ansiedade, estresse e sofrimento emocional nos moradores. Além da perda do espaço físico, o rompimento dos laços afetivos e sociais intensificou a sensação de vulnerabilidade e instabilidade emocional. Entretanto, os autores apontam a resistência dos moradores e sua luta para permanecer no local como estratégias para preservar sua saúde mental e identidade comunitária, reforçando a importância do apego ao lugar como fator de proteção psicológica.

As autoras Barreto, Rosa e Mayorga (2020) investigaram a relação entre o deslocamento forçado e o sentimento de apego ao lugar a partir do desastre ocorrido em Mariana, MG. As autoras destacam que a desintegração dos laços sociais, a destruição da vegetação nativa, bem como a sensação de insegurança e desamparo vivenciada pela população são fatores diretamente associados ao impacto do desastre, os quais prejudicam a saúde mental dos indivíduos afetados. A perda do território está intrinsecamente ligada à perda das memórias, histórias e vínculos afetivos. Ao analisar os efeitos do desastre, observa-se uma resistência significativa ao processo de reassentamento, uma vez que persiste o desejo de retornar aos lares e recuperar os laços, histórias e memórias que foram destruídas.

Complementando essa visão, o estudo de Silva e Ferreira (2013) analisa como a migração involuntária pode ser um fator de risco à saúde mental dos indivíduos afetados. Os autores destacam que o deslocamento forçado, frequentemente resultante de conflitos políticos, sociais ou desastres naturais, está associado a perdas significativas e traumas que impactam diretamente o bem-estar psicológico. Essas partidas não planejadas são frequentemente acompanhadas de sofrimento psicológico diretamente ligado às perdas e ao traumatismo a que foram submetidas. Assim, a migração involuntária pode ser considerada um fator de risco à saúde mental, exigindo atenção especial e intervenções adequadas para mitigar seus efeitos negativos.

Freitas *et al.* (2021) trazem em seus estudos relatos sobre a construção de barragens, como a que levou à desapropriação de Jaguaribara, onde essa ação evidencia o impacto traumático da remoção forçada, desestruturando comunidades inteiras e rompendo vínculos emocionais e comunitários. A perda do território, que era associado à segurança, gera um luto intenso, marcado por ansiedade, isolamento social e sofrimento psíquico. Isso se mostra mais evidente principalmente em indivíduos idosos, que enfrentam maiores dificuldades de adaptação em um novo ambiente. Mesmo com tentativas de resgatar pontos simbólicos, a nova cidade falha em recuperar a identidade e a memória coletiva. Além disso, a padronização das casas, a falta de espaços adequados e o rompimento de vínculos agravam o sentimento de não pertencimento, causando isolamento, o que consequentemente impacta a saúde mental desses indivíduos.

De modo semelhante, a pesquisa de Silva *et al.* (2020) analisa as implicações psicossociais enfrentadas por moradores de uma comunidade sob ameaça de desapropriação. Os resultados indicam que a possibilidade de remoção forçada gera ansiedade e sofrimento emocional, evidenciando a importância do apego ao lugar como fator de proteção psicológica. Os autores ressaltam que a desintegração dos laços sociais e a perda do território impactam negativamente a identidade e a memória coletiva dos indivíduos afetados.

Diante disso, fica evidente que o apego ao lugar desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar, da saúde mental e da construção da identidade individual e coletiva, especialmente em contextos urbanos e comunitários. Quando levamos em conta a preservação desses vínculos afetivos, aliada a políticas públicas inclusivas e a ambientes acessíveis, entendemos quão fundamental é garantir qualidade de vida e o fortalecimento da resiliência social diante de desafios, como por exemplo o deslocamento forçado e os desastres naturais. Assim, valorizar o apego ao lugar, integrando estratégias interdisciplinares que promovam espaços seguros, acolhedores

e sustentáveis, pode assegurar a continuidade dos laços sociais e a manutenção da memória e identidade das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, verificou-se que o sentimento de apego ao lugar exerce forte influência sobre a saúde mental dos indivíduos, no que diz respeito ao bem-estar psicológico e social. A psicologia ambiental, enquanto campo multidisciplinar, oferece um arcabouço teórico essencial para compreender as interações entre pessoas e seus ambientes, considerando aspectos sociais, históricos, culturais e físicos. Essa abordagem evidencia que o ambiente não é apenas um espaço físico, mas também um elemento ativo na construção da identidade e da saúde mental.

Entre os resultados mais relevantes, destacam-se evidências de que ambientes que favorecem o apego ao lugar contribuem significativamente para o bem-estar psicológico, especialmente entre idosos e grupos vulneráveis. O sentimento de pertencimento e a manutenção de vínculos afetivos com o território mostram-se fundamentais para a redução do isolamento social, o fortalecimento da identidade e a promoção da resiliência comunitária. Por outro lado, situações de deslocamento forçado, desapropriação ou ruptura dos laços sociais geram sofrimento psíquico, ansiedade e sensação de não pertencimento, evidenciando o apego ao lugar como um importante fator de proteção à saúde mental.

Dessa forma, o apego ao lugar pode ser entendido como um vínculo emocional com ambientes específicos e, nesse sentido, promove benefícios como bem-estar psicológico, redução do isolamento social e fortalecimento do pertencimento. Contudo, fatores estressantes como violência, poluição e exclusão social podem romper

esses laços, impactando negativamente a saúde mental. Além disso, o apego ao lugar é influenciado também por experiências pessoais e coletivas, memórias e interações sociais, sendo fundamental para a construção de identidades individuais e comunitárias.

Outro aspecto identificado é a importância de elementos restauradores, como áreas verdes e espaços de convivência, que atuam como mediadores na prevenção do sofrimento psíquico e na promoção da qualidade de vida. Assim, promover ambientes saudáveis que incentivem o apego ao lugar é uma estratégia eficaz para melhorar a saúde mental individual e coletiva.

Diante do exposto, considera-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, ao identificar e analisar os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento do apego ao lugar, seus impactos na saúde mental e as consequências psicossociais das rupturas desses vínculos. No entanto, enfrentaram-se dificuldades como a escassez de artigos que abordassem especificamente o sentimento de apego ao lugar e seu impacto na saúde mental sob a ótica da psicologia ambiental.

Recomenda-se, dessa forma, o desenvolvimento de novas pesquisas que explorem essas dimensões, bem como a implementação de práticas e políticas que promovam ambientes que favoreçam o pertencimento, a integração social e o suporte emocional, especialmente em comunidades vulneráveis ou sob risco de deslocamento. É necessário que a sociedade civil e os gestores públicos criem ambientes mais inclusivos e significativos, favorecendo tanto a saúde mental quanto a qualidade de vida das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; GÜNTHER, Isolda de Araújo. Apropriação dos espaços urbanos na infância e na velhice em Brasília (DF). **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e253538, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253538>.
- ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; GÜNTHER, Isolda de Araújo; PINHEIRO, José Q.; MARTINS, Maria C. F. Envelhecimento, sentido de lugar e planejamento urbano: facilitadores e barreiras. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 28, e55346, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v28i0.55346>.
- ARRUDA, Eduardo Chierrito; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz; SANTOS, Giovanna Barroca; MELO, Renata Ferraz de. Afetividade pessoa-ambiente nas hortas comunitárias: promoção da saúde e da sustentabilidade. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 141, e8746, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241418746>.
- BRUNO, Nelma Lima; ANDRADE, Samira de Oliveira; SANTOS, Daniela da Silva; SANTOS, Patrícia Silva. Apego ao lugar e sustentabilidade ambiental em uma comunidade rural do sul do estado da Bahia – Brasil. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Palhoça, v. 7, n. 1, p. 206-226, 2018. DOI: <https://doi.org/10.19177/rgsav7e12018206-226>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Catálogo de práticas em psicologia ambiental**. 1. ed. Brasília: CFP, 2022.
- FELIPPE, Maíra Longhinotti; KUHNEN, Ariane. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 17, n. 4, p. 609-617, out./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000400012>.
- GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan./mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- HIDALGO, M. Carmen; HERNÁNDEZ, Bernardo. Place attachment: conceptual and empirical questions. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 21, n. 3, p. 273-281, Sept. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0221>.

LIMA, Deyseane Maria Araújo; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 491-497, out./dez. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURENÇO, Lucas Ferreira Nascimento; SOARES, Fabíola Cristina Ribeiro; SANTOS, Raquel de Souza; GONÇALVES, Sérgio Henrique. Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 113-130, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016000100008>.

NOGUEIRA, Zilda Rodrigues; FAVARETO, Ana Paula Alves; ARANA, Alba Regina Azevedo. Saúde mental e ambientes restauradores urbanos em tempos de covid-19. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 33, e200098, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200098>.

PACHECO, Fábio Pinheiro; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Afetos e implicações psicossociais do viver sob ameaças de desapropriação do espaço. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 33, e225813, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33225813>.

PEREIRA, Gabriela Iamara Lupianhe; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sustentabilidade afetiva em situações de vulnerabilidade socioambiental: um problema para as cidades. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-17, jan./abr. 2020.

RUFATO, Fabricio Duim; FAVERO, Eveline. Apego ao lugar e satisfação ambiental como preditores de bem-estar pessoal em crianças de 10-11 anos. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 40, n. 98, p. 50-62, jan./jun. 2020.

SANT'ANNA, Eduardo Silva; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. O papel do apego de residentes ao lugar no design de experiências turísticas no espaço rural. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 18, e2953, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v18.2953>.

SILVA, Maria Fernanda; KUHNEN, Ariane; FELIPPE, Máira Longhinotti; VIEIRA, Joice. Apego ao lugar e satisfação ambiental como preditores de bem-estar psicológico em idosos. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 251-266, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.96739>.

SILVA, Kênia R.; FERREIRA, Rui M. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n. 40, p. 151-162, jan./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-85852013000100011>.

8

*Beatriz Higino Fernandes
Fabiana Pedrosa de Farias
Maria Rita Elias Silveira
Millena Emmilly Medeiros Gonzaga
Quintino Gadelha de Abrantes
Hanna Licia Araújo de Sá
José Carlos Tavares Cavalcanti
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

SISTEMA PRISIONAL E SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

INTRODUÇÃO

A história do sistema prisional brasileiro apresenta profundas transformações desde o período colonial, quando predominavam punições físicas, tortura e confinamento de escravos e devedores. As prisões funcionavam como locais temporários para criminosos de menor gravidade. Com o Código Criminal de 1830, influenciado por ideias iluministas e humanistas, o encarceramento passou a ser formalizado como punição, embora as condições prisionais continuassem precárias e sem foco na ressocialização (Foucault, 1975; Cano, 2005).

O sistema prisional refere-se ao conjunto de instituições, leis e práticas que têm como objetivo a detenção, punição e reabilitação de indivíduos que cometeram crimes, abrangendo desde a prisão em si até o sistema judiciário que determina as condições de cumprimento de penas, constituindo-se como um reflexo das complexas interações entre crime, punição e reabilitação na sociedade contemporânea.

Com a crescente preocupação acerca da saúde mental dos indivíduos encarcerados, torna-se evidente que a prisão não é apenas um espaço de detenção, mas também um ambiente onde questões psicológicas e emocionais frequentemente emergem. A alta incidência de transtornos mentais entre a população carcerária evidencia a necessidade de políticas públicas que integrem cuidados de saúde mental ao sistema penal.

A privação de liberdade, o estigma, o preconceito, a ausência de tratamento adequado, a violência, o histórico pessoal e a pressão relacionada ao desfecho da condenação favorecem o desenvolvimento de transtornos mentais entre as pessoas privadas de liberdade, os quais impactam não apenas os indivíduos encarcerados, mas também causam estresse, desgaste emocional e, consequentemente, adoecimento psicológico nos agentes penitenciários.

Para Rauter (2012, p. 72), as prisões só sobrevivem e se expandem enormemente no mundo atual, onde se generaliza o estado penal em substituição ao estado de bem-estar, graças ao funcionamento dessa enorme rede, formada por dispositivos 'extramuros'

Compreender essa relação é vital, pois o sistema prisional se torna um ambiente de causas interconectadas de adoecimento psicológico, que se reforçam mutuamente e constituem um ciclo difícil de ser rompido. Analisar esse assunto mostra-se importante para que se promova uma ressocialização eficaz, tornando os indivíduos mais conscientes e capacitados para lidar tanto com o sistema em que se encontram quanto com o que os espera no âmbito social externo.

Os resultados desta pesquisa poderão beneficiar diretamente os detentos, ao fornecer informações relevantes para compreender a relação em questão por meio de uma revisão sistemática da literatura. Além disso, os agentes penitenciários também se beneficiarão ao compreenderem melhor como lidar com as consequências do ambiente em que atuam. As instituições responsáveis pela gestão do sistema e pela elaboração de políticas públicas poderão utilizar esses dados para desenvolver estratégias mais eficazes.

MÉTODO

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, que pode ser definida como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (Gil, 2002). Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativo que tem como foco compreender aspectos mais subjetivos, como comportamentos, ideias, pontos de vista, entre outros (Mindminers, 2022). O procedimento adotado consiste na pesquisa bibliográfica, baseada na revisão sistemática da literatura, que se constitui como um tipo de investigação científica.

Essas revisões são consideradas estudos observacionais retrospectivos ou estudos experimentais de recuperação e análise crítica da literatura (Gil, 2002).

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas duas bases de dados eletrônicas: SciELO e BVS, nas quais foram empregados os seguintes descritores com o operador booleano AND: "saúde mental AND sistema prisional", que não sofreu nenhuma modificação desde a origem. Ressalta-se que a busca realizada nas duas bases de dados eletrônicas, com o mesmo operador, mostrou-se eficaz em ambas. A busca ocorreu no primeiro semestre de 2025, entre os meses de fevereiro e março, e, para a seleção dos trabalhos, foram considerados os critérios específicos de inclusão e exclusão.

Quanto aos critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados e disponíveis integralmente nas bases de dados científicas; artigos publicados nos últimos 10 anos (de 2015 a 2025); de autoria brasileira e redigidos em português; e aqueles cuja temática estivesse alinhada ao objetivo desta pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão, foram excluídos todos os trabalhos que se repetiam e que constituíam revisões sistemáticas.

No material coletado, foi analisado o conteúdo que cada artigo apresenta, estabelecendo-se relação com o objetivo deste trabalho, com vistas a pontuar as considerações de cada autor, trazendo sua relevância à temática apresentada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo realizou uma revisão sistemática sobre os impactos da saúde mental no sistema prisional, focando no manejo psicológico. Foram feitas buscas nas bases SciELO e BVS, utilizando os descritores "saúde mental" e "sistema prisional" com o operador booleano AND para refinar os resultados.

Na SciELO, 11 artigos foram encontrados, dos quais 10 foram selecionados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, considerando ano, idioma, nacionalidade e relevância. Na BVS, de 82 artigos iniciais, 9 passaram para análise detalhada, e apenas 3 foram incluídos na revisão final.

Foram eliminados artigos duplicados entre as bases e no interior de cada uma para evitar redundância. Ao final, 13 estudos foram selecionados, fornecendo contribuições importantes para a compreensão dos desafios da saúde mental no sistema prisional e a importância de intervenções psicológicas eficazes para essa população.

Quadro 1 - Descrição sobre cada artigo escolhido e discutido

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
SCIELO	CAMPELO, I. L. B.; SILVA, M. A.; OLIVEIRA, J. R.; SANTOS, P. C. Acesso e cuidado à saúde de mulheres privadas de liberdade na penitenciária cearense. Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, e01452024, 1 jun. 2024.	O estudo analisa o acesso ao cuidado em saúde de mulheres encarceradas no estado do Ceará, rastreando transtornos mentais comuns.	Foram constatadas limitações de exames de rastreamento de doenças nas presidiárias. Houve diferenças entre as distintas condições de saúde analisadas, com prioridade da atenção às gestantes e puérperas. Entre as detentas, 68,24% apresentavam risco de transtornos mentais comuns (SRQ > 7).
SCIELO	OLIVEIRA, A. S.; OLIVEIRA, H. N. de; BARROS, H. L. de; DIAS, F. M. V. Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no sistema prisional: a morte social decretada? Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 4553-4558, dez. 2022.	Discutir a realidade das pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei no Brasil, especialmente aquelas internadas em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), instituições que atuam como um híbrido entre saúde e justiça	A constatação de que os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) no sistema prisional brasileiro, ao invés de promoverem cuidados adequados às pessoas com transtornos mentais, acabam por reforçar a estigmatização e a violação dos direitos humanos desses indivíduos. Os HCTPs não atenderam às propostas da Reforma Psiquiátrica, perpetuando a internação compulsória e a privação de liberdade em condições inadequadas.

SCIELO	KEMPER, M. L. C. Desinstitucionalização e saúde mental de privados de liberdade com transtornos mentais: a experiência do Rio de Janeiro, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 4569-4577, dez. 2022.	Trata-se de um trabalho de desinstitucionalização de pessoas privadas de liberdade com transtornos mentais envolve ações tanto nas entradas quanto nas saídas do sistema prisional, além do cuidado específico para indivíduos considerados inimputáveis e imputáveis	Os resultados práticos desse trabalho incluem uma maior participação da rede na construção do cuidado para o louco infrator, a elaboração de políticas que evitem a carreira prisional ou reduzam o tempo de manicomialização no sistema penal e a compreensão de que a medida de segurança deve sempre ter caráter ambulatorial.
SCIELO	LIMA, A. I. O.; DIMENSTEIN, M.; FIGUEIRÓ, R.; LEITE, J.; DANTAS, C. Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e uso de álcool e drogas entre agentes penitenciários. Psicologia: Teoria e Pesquisa , Brasília, v. 35, e35555, 2019.	Investigou-se a prevalência de Transtornos Mentais Comuns e uso de drogas entre Agentes Penitenciários de um estado da região Nordeste do Brasil	Os resultados apontam para a prevalência de 23,57% de TMC e consumo abusivo/ dependente em tabaco (35,9%), álcool (88,3%), maconha (10,5%), cocaína (3,6%), anfetamina (1,1%), inalantes (7,6%), hipnóticos (4,4%) e alucinógenos (0,3%). Apresentam-se como determinantes desse quadro: tipo de unidade prisional, ter outra ocupação na área de segurança, ter mais de 10 anos de profissão e trabalhar em turnos dobrados.
SCIELO	SOARES FILHO, M. M.; BUENO, P. M. M. G. Direito à saúde mental no sistema prisional: reflexões sobre o processo de desinstitucionalização dos HCTP. Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2101-2110, jul. 2016.	O presente estudo tem por objetivo discutir a estreita relação entre a saúde mental, o sistema de justiça criminal e o sistema prisional.	Eram apresentadas amplas discussões sobre a Lei de Execução Penal e a Lei da Reforma Psiquiátrica brasileira, bem como das ações intersetoriais adotadas pelo Judiciário e pelo Governo Federal (Sistema Único de Saúde - SUS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS) para adequar o sistema de justiça criminal e o sistema prisional à luta antimanicomial.

SCIELO	BAHIANO, M. de A.; TURRI, G. S. de S.; FARO, A. A percepção da experiência de primeiro aprisionamento em uma unidade prisional. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 41, n. spe4, e217678, 2021.	Compreender a experiência do primeiro aprisionamento no sistema penitenciário e identificar os comportamentos adaptativos desencadeados a partir desse contexto estressor.	Os resultados mostraram que, a partir do termo indutor "prisão", o conteúdo evocado pelos dois grupos revelou a instituição como um lugar difícil de se viver, de adoecimento e de sofrimento físico e psicológico. Já a partir do termo "futuro", observou-se que ambos apresentaram expectativas positivas para o recomeço de suas vidas em liberdade, tais como ter responsabilidade, fé, estar próximo da família e sentir-se reinserido socialmente por meio do trabalho e dos estudos.
SCIELO	CARVALHO, S. G. de; SANTOS, A. B. S. dos; SANTOS, I. M. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3493-3502, set. 2020.	O estudo busca analisar o impacto das medidas de super isolamento no sistema prisional brasileiro durante a pandemia de COVID-19, com foco nas condições de saúde mental e física dos detentos e nas intervenções para mitigar os danos.	Os resultados indicam um agravamento da saúde mental dos presos devido ao isolamento, além de desafios na garantia de cuidados médicos adequados e no enfrentamento das condições precárias de higiene e superlotação.
SCIELO	SCHULTZ, Á. L. V.; DOTTA, R. M.; STOCK, B. S.; DIAS, M. T. G. Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300325, 2020.	Analisar as barreiras enfrentadas por mulheres encarceradas e egressas no acesso à assistência à saúde nas Redes de Atenção à Saúde do Brasil, com foco na integração dos serviços de saúde prisional e da saúde pública.	O estudo encontrou lacunas significativas na continuidade do cuidado, especialmente em serviços de saúde mental. Ele pede melhor integração de serviços e uma abordagem mais inclusiva para atender às necessidades específicas de saúde deste grupo.

SCIELO	FARIAS, M.; SOUZA, A. C.; OLIVEIRA, L. F.; PEREIRA, R. S. Tentativa de suicídio em mulheres privadas de liberdade em unidade prisional. Cogitare Enfermagem , Curitiba, v. 29, e91369, 1 jan. 2024.	Descrever as ocorrências e os fatores associados à tentativa de suicídio em mulheres privadas de liberdade em uma unidade prisional.	Durante a vida, 16 (53,3%) mulheres apresentaram comportamentos suicidas; 14 (46,7%) fizeram tentativas efetivas de suicídio; 14 (46,7%) tiveram danos físicos; e 10 (33,3%) atos preparatórios. A tentativa efetiva de suicídio teve associação com pensamentos suicidas antes da prisão ($p < 0,01$) e pensamentos durante a prisão ($p < 0,02$).
SCIELO	NASCIMENTO, L. G. do; BANDEIRA, M. M. B. Saúde penitenciária, promoção de saúde e redução de danos do encarceramento: desafios para a prática do psicólogo no sistema prisional. Psicologia: Ciência e Profissão , Brasília, v. 38, n. spe2, p. 102-116, 2018.	Discutir o papel do psicólogo na garantia do direito à saúde no âmbito do sistema prisional	A Psicologia pode atuar como ponte entre a execução penal e o direito à saúde, mesmo diante dos impactos negativos do superencarceramento e das precárias condições do sistema prisional. Quando exercida de forma contextualizada e comprometida com os direitos humanos, a atuação psicológica, em conjunto com outros profissionais, pode contribuir para a redução dos danos causados pelo encarceramento
BVS	DE JESUS, L. O.; SCARPARO, H. O trabalho em saúde nas prisões: produção de sujeitos e territórios. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia , Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 78-93, jan./jun. 2015.	Compreender como se constroem processos de trabalho e concepções de sujeitos nas prisões, de acordo com profissionais que trabalham em unidades de saúde prisional	Resultados apontam que as equipes de saúde buscavam se conectar com a rede de atenção situada fora das prisões e encontravam obstáculos pelas regras estabelecidas nesses locais. Eles consideravam, também, relevante os sujeitos encarcerados terem acesso a serviços de saúde.
BVS	ANA, S.; ALVES, M. Realidade de um manicômio judiciário na visão de profissionais: do tratamento à segregação. REME: Revista Mineira de Enfermagem , Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 133-141, jan./mar. 2015.	Analisar as condições contextuais de um hospital de custódia e tratamento, focalizando sua organização como instituição responsável por promover a função de assistência à saúde e de segurança pública	Os resultados indicam ausência de consenso sobre a caracterização da instituição, que pode ser vista como equipamento social penal, de saúde ou misto. Foram identificadas condições precárias de trabalho, dificuldades na reinserção social, baixa adesão às medidas de segurança e predominância de funções punitivas e repressivas em detrimento do cuidado e atenção à saúde

BVS	CHAVES, L. H.; ARAÚJO, I. C. A. de. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. Physis: Revista de Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300112, 2020.	Analisar as percepções das mulheres presas no Centro de Referência à Gestante Privadas de Liberdade (CRGPL) sobre os cuidados de saúde oferecidos, com base em entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados em 2017.	Tem-se uma avaliação em certa medida positiva dos cuidados de saúde na perspectiva das gestantes e recém-mães do Centro, e isso é muito marcado, segundo os relatos, pelas experiências prisionais anteriores das entrevistadas. Por outro lado, alguns problemas enfrentados no CRGPL foram levantados pelas internas, e descritos como fonte de diversos sofrimentos.
-----	--	--	---

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Campelo *et al.* (2024) investigaram o acesso à saúde de 90 mulheres encarceradas no Ceará e identificaram atendimento insuficiente, especialmente entre as não gestantes. Apesar de maior atenção a gestantes e puérperas, persistem barreiras que violam direitos garantidos. O estudo também apontou alto risco de transtornos mentais comuns, agravado com a idade, concluindo que o sistema prisional ainda é inadequado para atender às necessidades específicas das mulheres. O estudo revela dificuldades no acesso à saúde para mulheres presas e egressas, destacando a desorganização dos serviços, a falta de profissionais qualificados e a descontinuidade do cuidado, especialmente na saúde mental e no tratamento de doenças crônicas.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004; 2014), mulheres privadas de liberdade enfrentam um contexto marcado por exclusão e desafios estruturais no sistema prisional, mesmo com o respaldo de políticas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP). A marginalização contribui para o aumento da morbimortalidade, tornando urgente a análise da efetividade dessas políticas. Dar voz às experiências dessas mulheres é essencial para qualificar as ações de saúde e desenvolver intervenções mais eficazes e humanizadas no contexto prisional.

Oliveira *et al.* (2022) mostram que os HCTPs ainda reproduzem práticas excludentes e violam direitos humanos, operando fora das diretrizes da Reforma Psiquiátrica. Os autores defendem alternativas ao encarceramento e serviços de cuidado psicossocial mais eficazes. Lira (2020) critica o modelo excludente dos HCTPs, que ainda perpetuam práticas manicomiais em detrimento da atenção psicossocial. A autora defende uma revisão urgente dessas práticas e a superação dos paradigmas institucionais ultrapassados.

Kemper (2022) analisam a desinstitucionalização de pessoas com transtornos mentais no sistema prisional do Rio de Janeiro (2014–2021), articulada à RAPS e à Reforma Psiquiátrica. O estudo destaca avanços no cuidado comunitário, na redução da lógica manicomial e na adoção de medidas ambulatoriais, reforçando a importância da garantia de direitos e da mudança institucional.

Soares Filho e Bueno (2016) associam o direito à saúde mental ao processo de desinstitucionalização dos HCTPs, destacando ações intersetoriais e experiências bem-sucedidas em estados como Minas Gerais e Goiás, que apontam para a substituição do modelo manicomial por práticas comunitárias e humanizadas.

Lima *et al.* (2019) identificaram que 23,57% dos agentes penitenciários no Nordeste brasileiro apresentavam transtornos mentais comuns, além de altos índices de consumo de álcool, tabaco e outras substâncias. Os fatores associados incluem tempo de serviço, sobrecarga de trabalho e tipo de unidade prisional. Os autores destacam a importância de estratégias de apoio psicológico e ações preventivas para proteger a saúde mental desses profissionais.

Estudos indicam elevada prevalência de transtornos mentais comuns entre agentes penitenciários, associada às condições de trabalho, à sobrecarga ocupacional e à exposição contínua a situações de estresse (Lima *et al.*, 2019).

No contexto brasileiro, pesquisas evidenciam prevalência significativa de transtornos mentais comuns entre agentes peniten-

ciários, associada a fatores como tempo de serviço, jornadas prolongadas e condições precárias de trabalho (Lima *et al.*, 2019).

Também foi identificado alto consumo de álcool e tabaco como estratégias para lidar com o estresse ocupacional.

Bahiano, Turri e Faro (2021) mostram que o primeiro encarceramento impacta significativamente a saúde mental dos indivíduos, gerando sofrimento físico e psicológico, embora fatores como apoio familiar, fé e perspectivas de futuro possam contribuir para processos de ressignificação.

Almeida *et al.* (2016) identificam alta prevalência de estresse e depressão entre presos, agravada por isolamento e carência de apoio psicológico. Soares *et al.* (2015) reforçam que as condições carcerárias contribuem para o adoecimento mental, enquanto Silva *et al.* (2019) destacam a ineficácia do modelo atual e a urgência de políticas públicas baseadas em direitos humanos.

Carvalho *et al.* (2020) analisam os efeitos da COVID-19 nas prisões, destacando o agravamento da saúde mental devido ao superisolamento, superlotação e condições precárias. O estudo também revisa as respostas institucionais à pandemia, apontando falhas na proteção dos detentos.

Santos, Lima e Santos (2021) evidenciam que as condições estruturais do sistema prisional brasileiro, como superlotação e precariedade da infraestrutura, favoreceram a disseminação da COVID-19, expondo detentos e profissionais a elevados riscos, colocando em risco detentos, profissionais do sistema e a comunidade externa, evidenciando a necessidade de estratégias de controle sanitário e políticas de desencarceramento (Crispim *et al.*, 2021).

Schultz *et al.* (2020) analisam as barreiras enfrentadas por mulheres encarceradas e egressas no acesso à assistência à saúde, evidenciando lacunas na continuidade do cuidado, especialmente em serviços de saúde mental, e defendendo maior integração entre os serviços.

Farias *et al.* (2024) revela que mais da metade das mulheres em uma unidade prisional apresentaram comportamentos suicidas, associados a histórico de saúde mental fragilizada, abuso e ausência de apoio. A autora defende intervenções humanizadas e suporte psicológico urgente.

Nascimento e Bandeira (2018) apontam avanços na atuação humanizada de psicólogos nas prisões, mas alertam que práticas antigas, como exames criminológicos, ainda dificultam o cuidado integral. Defendem uma postura crítica da Psicologia, voltada à saúde e à reintegração social.

Jesus e Scarparo (2015) apontam que o trabalho em saúde nas prisões é dificultado pela separação entre o sistema prisional e os serviços de saúde externos, o que compromete o cuidado integral. Mesmo com tentativas de articulação, persistem barreiras institucionais que limitam o acesso dos presos à rede de atenção à saúde.

Ana e Alves (2015) apontam que profissionais em hospitais de custódia enfrentam o desafio de conciliar o isolamento dos internos com a necessidade de inclusão social. Apesar do histórico de confinamento nesses espaços, há um movimento em direção à reintegração por meio de políticas públicas e práticas mais humanizadas. Os autores destacam a importância de uma abordagem interdisciplinar e intersetorial.

Chaves e Araújo (2020) analisaram a assistência médica a gestantes e puérperas no CRGPL (MG). Apesar da avaliação positiva das internas, o sofrimento causado pelo encarceramento é evidente, ressaltando a necessidade do cumprimento da legislação e de políticas mais abrangentes para essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, é possível perceber que o sistema prisional brasileiro ainda apresenta muitas fragilidades no que diz respeito ao cuidado com a saúde, especialmente a saúde mental, das pessoas privadas de liberdade. Fica evidente que, apesar de existirem legislações e políticas públicas voltadas para essa população, na prática ainda há muitos obstáculos que impedem o acesso pleno e digno aos serviços de saúde dentro das unidades prisionais necessárias.

O impacto do encarceramento na saúde mental dos detentos é profundo e multifacetado, afetando tanto homens quanto mulheres, embora com especificidades importantes no caso feminino. Questões como a gravidez, o puerpério e as doenças crônicas são agravadas pela falta de estrutura adequada nos presídios e pela ausência de profissionais capacitados para lidar com essas demandas.

Além disso, os profissionais que atuam nas prisões também enfrentam condições difíceis, o que influencia diretamente em sua saúde emocional e no próprio funcionamento do sistema. Esses aspectos mostram a importância de um olhar mais humano e integrado entre as áreas da saúde, da justiça e da assistência social.

É fundamental repensar as práticas institucionais vigentes, buscando alternativas que garantam não apenas o tratamento de doenças, mas também a promoção da saúde e a valorização da dignidade das pessoas encarceradas. Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, investir na formação de equipes multiprofissionais e ampliar o diálogo entre os setores envolvidos são passos essenciais para avançar nesse processo.

O sistema prisional deve ser entendido não só como espaço de punição, mas também como ambiente que assegura direitos básicos, principalmente o direito à saúde. A precariedade dos serviços e a falta de integração entre as redes dificultam o cuidado contínuo durante a pena e a reintegração social. Por isso, é fundamental fortalecer políticas

públicas que promovam a articulação entre serviços de saúde prisionais e comunitários, garantindo um atendimento humanizado e contínuo.

É fundamental investir na capacitação dos profissionais do sistema prisional e na formulação de políticas públicas que aprofundem a compreensão entre saúde mental e privação de liberdade. A revisão sistemática cumpriu seu objetivo ao evidenciar os impactos do encarceramento na saúde mental, revelando fragilidades estruturais e institucionais. Reforça-se a urgência de uma abordagem ética, intersetorial e voltada aos direitos humanos para possibilitar a recuperação psíquica e a reintegração social dos apenados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. M. *et al.* O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2089-2098, jul. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-8123201521705992016>.
- ANA, S.; ALVES, M. Realidade de um manicômio judiciário na visão de profissionais: do tratamento à segregação. **REME: Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 133-141, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20150011>.
- BAHIANO, M. de A.; TURRI, G. S. de S.; FARO, A. A percepção da experiência de primeiro aprisionamento em uma unidade prisional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 41, n. spe4, e217678, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003217678>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2004. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 22 out. 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Portaria nº 2.628, de 16 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 2014.
- CAMPELO, I. L. B.; SILVA, M. A.; OLIVEIRA, J. R.; SANTOS, P. C. Acesso e cuidado à saúde de mulheres privadas de liberdade na penitenciária cearense. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, e01452024, 1 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024296.01452024>.

CANO, Ignacio. **Políticas de segurança pública no Brasil**: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

CARVALHO, S. G. de; SANTOS, A. B. S. dos; SANTOS, I. M. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3493-3502, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202025915692020>.

CHAVES, L. H.; ARAÚJO, I. C. A. de. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300112, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300112>.

CRISPIM, Juliane de Almeida *et al.* Impacto e tendência da COVID-19 no sistema penitenciário do Brasil: um estudo ecológico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 169-178, 2021.

DE JESUS, L. O.; SCARPARO, H. O trabalho em saúde nas prisões: produção de sujeitos e territórios. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 78-93, jan./jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000100007. Acesso em: 21 mar. 2026.

FARIAS, M.; SOUZA, A. C.; OLIVEIRA, L. F.; PEREIRA, R. S. Tentativa de suicídio em mulheres privadas de liberdade em unidade prisional. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 29, e91369, 1 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/ce.v29i0.91369>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1975.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEMPER, M. L. C. Desinstitucionalização e saúde mental de privados de liberdade com transtornos mentais: a experiência do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 4569-4577, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271212232022>.

LIMA, A. I. O.; DIMENSTEIN, M.; FIGUEIRÓ, R.; LEITE, J.; DANTAS, C. Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e uso de álcool e drogas entre agentes penitenciários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, e3555, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3555>.

LIRA, K. F. S. Hospitais de custódia, tratamento psiquiátrico e violação dos direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 8, n. 1, p. 115-130, jan./jun. 2020.

MINDMINERS. **Pesquisa qualitativa**: o que é, características e como fazer. 2022. Disponível em: <https://mindminers.com>. Acesso em: 21 mar. 2026.

NASCIMENTO, L. G. do; BANDEIRA, M. M. B. Saúde penitenciária, promoção de saúde e redução de danos do encarceramento: desafios para a prática do psicólogo no sistema prisional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 102-116, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208818>.

OLIVEIRA, A. S.; OLIVEIRA, H. N. de; BARROS, H. L. de; DIAS, F. M. V. Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no sistema prisional: a morte social decretada? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 4553-4558, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222712.08742022>.

RAUTER, C. O estado penal, as disciplinas e o biopoder. *In*: BATISTA, Vera Malaguti (org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 69-76.

SANTOS, Paulo Roberto Felix dos; LIMA, Izy Rebeka Gomes; SANTOS, Maria Suelen. Sistema prisional brasileiro: Covid-19 e os reflexos em um ambiente de pandemia estrutural. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 245-262, 2021.

SCHULTZ, Á. L. V.; DOTTA, R. M.; STOCK, B. S.; DIAS, M. T. G. Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300325, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300325>.

SILVA, T. L. *et al.* Saúde mental no sistema prisional: desafios e perspectivas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, n. 45, p. 1-10, 2019.

SOARES, M. A. *et al.* Prática de saúde mental em contextos de privação de liberdade: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Saúde Mental**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22-35, 2015.

SOARES FILHO, M. M.; BUENO, P. M. M. G. Direito à saúde mental no sistema prisional: reflexões sobre o processo de desinstitucionalização dos HCTP. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2101-2110, jul. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-8123201521705872016>.

9

Ana Clara de Andrade
Maria Thays Gonçalves do Nascimento
Mahara Soares de Lima
Lauanda Letícia de Sousa Lacerda
José Carlos Tavares Cavalcanti
Leilane Cristina Oliveira Pereira

PSICOLOGIA
JURÍDICA:
INFÂNCIA E JUVENTUDE

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-705-7.9

INTRODUÇÃO

A psicologia jurídica foi reconhecida como profissão no Brasil no ano de 1960. Os primeiros trabalhos ocorreram na área criminal e, com o tempo, os psicodiagnósticos passaram a ser vistos como instrumentos que forneciam dados matematicamente comprováveis para a orientação dos operadores do Direito. Com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a demanda pelo trabalho do psicólogo em áreas como Direito da Família e Direito da Criança e do Adolescente tornou-se maior (Lagos *et al.*, 2009).

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece ações socioeducativas que envolvem aspectos de caráter compulsório. Trata-se de ações punitivas, pois buscam atribuir responsabilidade social aos jovens infratores, mas também possuem forte viés educativo, com foco na proteção integral, oferecendo acesso à educação e à informação. Os psicólogos que atuam com adolescentes em conflito com a lei devem ajudá-los a superar a condição de exclusão, bem como promover a formação de valores positivos para a participação na vida em sociedade. No artigo 12 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), é assegurado que a criança possa se expressar e ser ouvida em processos judiciais que a envolvam.

Desse modo, as primeiras atuações do psicólogo jurídico no Brasil concentraram-se na área criminal, com foco em adultos e adolescentes que cometeram infrações à lei. Embora não de forma oficial, existem trabalhos realizados por psicólogos no sistema penitenciário em alguns estados brasileiros há pelo menos 40 anos (Rovinski, 2002). Contudo, a história mostra que as avaliações com criminosos, principalmente quando se tratava de doente mental delinquente, são anteriores à década de 1960.

No Brasil, Nogueira-Neto (1999) expressa que, apesar das dificuldades, é possível agregar as ideias de assistência e responsabilidade, conceito também exposto por Seda (1999). Em relação

à escuta de crianças em procedimentos jurídicos, o Boletim n. 36 do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2006) evidencia que, assim como existem aqueles que favorecem essa prática, há também os que a contestam, constatando-se, portanto, contradições no que se refere a essa questão.

O papel do psicólogo em questões que envolvem menores abrange diversas áreas, com o objetivo de promover o desenvolvimento saudável e integral e garantir seus direitos. Dentre as principais áreas de atuação do psicólogo estão os processos de adoção, medidas protetivas, medidas socioeducativas, guarda e tutela, entre outros assuntos relacionados à segurança de crianças e adolescentes (França, 2004).

O presente artigo tem como objetivo analisar publicações científicas sobre psicologia jurídica e crianças por meio de uma revisão sistemática da literatura. A necessidade de políticas públicas e de formação específica para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, visto que o tema não é amplamente abordado nas buscas realizadas para a construção deste artigo, justifica o interesse e a relevância deste estudo.

MÉTODO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza básica, que objetiva gerar novo conhecimento para o avanço da ciência, sem aplicação prática imediata. Possui caráter exploratório, que permite a construção de hipóteses e facilita a familiarização do pesquisador com o problema objeto da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual o processo é descritivo e indutivo, baseado na observação e considerando a singularidade e a subjetividade do fenômeno. Adota como procedimento a pesquisa bibliográfica fundamentada na Revisão Sistemática da Literatura

(RSL), na qual o pesquisador deve buscar ideias relevantes para o estudo em livros, artigos, reportagens etc., realizando uma leitura seletiva para filtrar o que pode ou não ser utilizado durante a pesquisa (Nascimento, 2016).

Para o desenvolvimento deste trabalho, serão utilizadas duas bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram empregados os seguintes descritores, combinados pelo operador booleano "AND": "psicologia jurídica" AND "infância e juventude" em ambas as bases. Antes de se chegar a esses descritores específicos, outras combinações de termos de busca foram testadas nas bases supracitadas.

Outros termos utilizados na busca foram: "Psicologia jurídica envolvendo crianças"; "Crianças e adolescentes em processos judiciais"; "Psicologia jurídica envolvendo crianças e adolescentes"; "Escuta de crianças e adolescentes em processos jurídicos". Entretanto, essas combinações não proporcionaram resultados satisfatórios e adequados ao objetivo da pesquisa. Os dados serão coletados no primeiro semestre de 2025, entre fevereiro e março. Para a obtenção dos resultados, serão considerados critérios específicos de inclusão e exclusão.

Em relação aos critérios de inclusão, serão considerados artigos científicos publicados e disponíveis integralmente nas bases de dados selecionadas; artigos publicados nos últimos cinco anos (2020 a 2024); de autores brasileiros, redigidos em português; e aqueles cuja temática esteja alinhada ao objetivo desta pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão, serão excluídos os trabalhos repetidos e os que forem produtos de revisão sistemática.

No material coletado, será analisado o conteúdo de cada artigo, buscando estabelecer conexão com o objetivo descrito neste trabalho, pontuando as considerações de cada autor e destacando sua relevância para a temática abordada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho descreve uma revisão sistemática da literatura sobre a psicologia jurídica em casos que envolvem a infância e a juventude, bem como as consequências que tais situações podem acarretar para crianças e adolescentes. Foram utilizados os descritores “psicologia jurídica”, “criança”, “adolescente”, “infância e juventude” em duas bases de dados, SciELO e BVS, tendo sido encontrados 691 artigos no total.

Após a busca inicial nas duas plataformas, foram adotados critérios de exclusão para refinar e aperfeiçoar a seleção. O primeiro critério aplicado foi o de idioma: foram excluídos os artigos em línguas estrangeiras, o que levou à eliminação de 253 publicações, restando 438 artigos. O segundo critério foi a data de publicação: artigos anteriores a 2020 foram excluídos, totalizando a eliminação de 368 artigos nas duas bases, restando 70 publicações.

Ao analisar os 70 artigos restantes, constatou-se que 50 deles não correspondiam adequadamente ao tema proposto e não se enquadravam nos objetivos da pesquisa, sendo, portanto, excluídos. Além disso, sete artigos estavam duplicados, presentes em ambas as bases, e também foram eliminados. O total final de artigos analisados e incluídos nesta revisão foi de 13 publicações, que atenderam integralmente aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

Quadro 1 – Dados sobre os artigos selecionados

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
BVS	Nakamura, C. R.; Melo-Silva, L. L. (2023). Identidade Profissional do Psicólogo Judiciário: Um Estudo sobre Configurações Identitárias. Psicologia: Ciência E Profissão , 43, e261750.	Esta pesquisa teve como propósito relatar a identidade profissional de psicólogos forenses, tomando como ponto de partida o panorama atual da Psicologia Jurídica no Brasil.	Esses resultados indicam a importância do envolvimento da classe na definição de suas responsabilidades, assim como os desafios para a realização das atividades devido a restrições à independência profissional.
BVS	ALBUQUERQUE, Leonam Amitaf Ferreira Pinto de; LEAL, Noêmia Soares Barbosa; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Atribuições dos Profissionais de Psicologia na Política de Adoção. Estudos e Pesquisas em Psicologia , [S. l.], v. 21, n. 1, p. 175–195, 2021.	Investigar as ações atribuídas pelas normativas da política de adoção aos profissionais de Psicologia que atuam na Vara da Infância e Juventude, entender como os direitos das crianças e adolescentes favorecem a efetivação da política de adoção.	O trabalho exercido pelos psicólogos em tal contexto se mostrou fundamental para a efetividade da política de adoção, melhorando a experiência de adoção e a relação com as famílias.
SCIELO	Pinho, P. G. R.; Machado, R. N. (2023). Entrega em Adoção e Demanda de Reencontro à Justiça: Motivações da Genitora. Psicologia: Ciência E Profissão , 43, e245419	Esse artigo trata-se de discutir sobre a entrega voluntária de uma criança para adoção nas circunstâncias judiciais e as motivações da genitora para a viabilização de um reencontro.	A entrega a adoção é apontada em algumas situações por alguma impossibilidade dos pais de cuidarem, por isso, impossibilita a permanência do filho.

BVS	SILVA, Patricia Santos da et al. (Re)construindo vínculos: relato de experiência de um grupo de apoio à adoção. Rev. SPAGESP , Ribeirão Preto, v. 23, n. 1, p. 175-190, jun. 2022.	O estabelecimento dos laços na adoção é um processo intrincado, com períodos de vulnerabilidade emocional para os adultos, crianças e adolescentes.	A vivência possibilitou demonstrar a força do grupo ao encorajar que emoções e incertezas fossem compartilhadas em um espaço receptivo e livre de julgamentos.
BVS	PASIN, Helena Cristina Almeida et al. Grupos reflexivos sobre adoção de crianças e adolescentes: Temas emergentes. Rev. SPAGESP , Ribeirão Preto, v. 23, n. 1, p. 14-29, jun. 2022.	Este estudo tem como propósito analisar as principais questões surgidas em grupos reflexivos sobre adoção, conduzidos através de um projeto de pesquisa e extensão acadêmica.	Foi nítido notar as apreensões dos candidatos em relação ao que aguardar dos(as) futuros(as) filhos(as), enquanto as mães e pais já estavam experienciando e lidando com desafios ligados à convivência. A atuação em grupo pode ser uma maneira eficaz de abordar as necessidades específicas dos pretendentes, mães e pais.
SCIELO	Silva, P. S. da.; Schwochow, M. S.; Resmini, G. de F.; Frizzo, G. B. (2020). Critérios para Habilitação à Adoção segundo Técnicos Judiciários. Psico-usf , 25(4), 603–612.	Descrever os critérios utilizados nos processos de habilitação no Rio Grande do Sul e identificar as práticas e condições de trabalho, a fim de entender como são realizadas as avaliações.	A maioria dos profissionais responsáveis pelas avaliações enfrentam desafios devido à carga de trabalho e à complexidade dos casos a serem avaliados, o que afeta diretamente na qualidade das avaliações.
BVS	Brandão, E. P.; Azevedo, L. J. C. de. (2023). Poder, Norma e Ideário na Lei da Alienação Parental. Psicologia: Ciência E Profissão , 43, e249888.	Analisar criticamente a Lei da Alienação Parental (Lei n 12.318/2010) e suas implicações éticas e sociais na atuação dos psicólogos, promover reflexão acerca da prática do profissional de psicologia neste contexto.	A judicialização das relações familiares não aborda de maneira eficaz a complexidade de conflitos familiares e não prioriza a solução assistencial e de cuidados para solucionar tais conflitos.

BVS	Bidegain Martins, P.; Santos Lima, Q. H.; Andrade Rangel de Sá, P.; Torres de Vasconcelos, T. (2022). Aspectos Psicológicos e jurídicos envolvidos na alienação: Uma revisão sistemática. Revista De Psicologia , 13(2), 26–40.	Explorar os aspectos psicojurídicos do processo de Alienação Parental (AP) com base em pesquisas brasileiras publicadas entre 2015 e 2020.	O artigo revela que a Alienação Parental é uma síndrome amplamente baseada na teoria de Richard Gardner, mas criticada por patologizar reações naturais em separações.
BVS	Mendes, J. A. de A.; Almeida, M. P. de, Melo, G. V. de L. R. (2021). Abandono afetivo parental: uma (re)visão crítica, narrativa-sistemática da literatura psico-jurídica em português. Psicologia Argumento , 39(105), 657–688.	O artigo busca investigar as diversas definições do abandono afetivo parental, identificar as consequências psicológicas e jurídicas são atribuídas nas obras revisadas além de contribuir para o debate do tema.	O abandono afetivo parental causa diversos problemas psicossociais nas crianças. O artigo indica que não existe um consenso sobre a existência de um embasamento jurídico claro para o AAP.
BVS	Alberto, M. de F. P.; Mello, M. A. de.; Cruz, F. H. P.; Muniz, A. S.; Costa, C. S. da S. (2023). Vivências de Trabalho Precoce de Adolescentes em Medida Socioeducativa. Psicologia: Ciência E Profissão , 43, e252476.	O artigo busca examinar a experiência de trabalho prematuro de adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa no estado da Paraíba.	Conclui-se que as experiências e contextos sociais de desenvolvimento foram marcados pelo trabalho prematuro, que possibilitou o envolvimento com condutas ilícitas.
BVS	Menezes, M. S.; Faro, A. (2023). Avaliação da Relação entre Eventos Traumáticos Infantis e Comportamentos Autolesivos em Adolescentes. Psicologia: Ciência E Profissão , 43, e247126.	Examinar como eventos traumáticos na infância podem contribuir para comportamentos auto lesivos na adolescência.	Demonstra que todos os tipos de experiências traumáticas na infância analisados, estão associados de forma significativa à ocorrência de autolesão.

BVS	da Costa Santos, T. C.; Pereira Raimundo, R. N.; Eiras Coelho Soares, L. C. (2022). Acolhimento institucional de adolescentes: uma intervenção psicossocial. Revista Polis E Pique , 12(2), 87-107.	Esse artigo relata sobre a intervenção desenvolvida para adolescentes do sexo masculino com trajetória de vida nas ruas.	Tráfico, uso de drogas e identificação com as ruas, fazem a vivência de uma instituição de acolhimento com trajetória de vida nas ruas desafiadora e distinta de outros acolhimentos institucionais
BVS	PINHEIRO, Jordana de Carvalho; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Uma Avaliação da Criança como Sujeito Assujeitado no Processo Judicial. Aval. psicol. ; Itatiba, v. 19, n. 2, p. 205-212, jun. 2020.	Aprofundar a problematização sobre a ocupação de crianças e adolescentes nos processos judiciais, analisar a distância entre a teoria e a prática sobre os direitos das crianças e a realidade da prática profissional	Existe uma grande discrepância entre o que a lei prevê e a realidade efetiva da escuta e da participação das crianças, sugerindo uma urgente necessidade de reformulação de tais práticas.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O quadro acima demonstra como foi realizada a procura por artigos científicos nas duas bases de dados (BVS-Salud e SciELO), buscando oferecer considerações sobre as dificuldades e as contribuições da psicologia jurídica. Os artigos selecionados têm grande importância não apenas na área acadêmica, mas também na prática profissional e nas políticas públicas, ao sugerirem mudanças estruturais e éticas na articulação entre psicologia, justiça e sociedade.

Nakamura e Melo-Silva (2023) destacam que, embora a psicologia jurídica tenha se consolidado no Brasil nas últimas três décadas, esse processo também abriu espaço para questionamentos sobre a finalidade e a natureza desse trabalho, com indagações acerca do papel da psicologia como método exclusivamente voltado à produção da verdade. Além disso, apontam que a entrada de psicólogos no sistema de justiça foi um fator decisivo para o desenvolvimento da psicologia jurídica no país.

Autores como Brandão (2016) e Moreira e Soares (2019) levantaram questionamentos sobre uma possível descaracterização da profissão diante das demandas judiciais, o que levaria o

psicólogo a adotar práticas que se distanciam dos princípios éticos e técnicos da profissão, trazendo à tona a indagação se a psicologia jurídica seria o novo “lobo mau” da psicologia. Moreira e Soares (2019) também pontuam que, apesar de a psicologia jurídica ter sido considerada um “território desocupado”, a participação de profissionais nessa área vem se expandindo nos últimos anos, tornando-se evidente a necessidade de alto nível de expertise devido à especificidade dos temas no âmbito jurídico.

A psicologia jurídica tornou-se uma área com vasta gama de possibilidades de atuação, uma das quais diz respeito ao trabalho do psicólogo no processo de adoção. Albuquerque, Leal e Alberto (2021) destacam que o psicólogo tem o papel de habilitar os interessados em adotar, determinando quem pode ou não prosseguir no caminho da adoção. Além disso, compete aos psicólogos subsidiar a autoridade judiciária por meio de técnicas e metodologias fundamentadas na área da psicologia.

Durante todo o procedimento de adoção, é importante que os pais adotivos tenham suporte para ajudá-los a enfrentar os obstáculos e desafios desse processo (Machemer; Frizzo, 2021). Ainda assim, quando esse suporte é permeado por preconceitos sobre a adoção, pode ocasionar nos pais um sentimento de insegurança, fazendo com que se sintam sozinhos e sem rede de apoio nesse momento tão importante e delicado (Lima *et al.*, 2020), conforme relatado por alguns estudos em que os pais falaram sobre esse desafio no início da adaptação.

O estudo de Pinheiro e Machado (2023) aborda a entrega em adoção, com ênfase na entrega voluntária, prática legal que permite que pais biológicos, de forma consciente e com consentimento da Justiça, entreguem seus filhos para o processo de adoção. A pesquisa traz diferentes achados, como a importância da escuta para compreender a situação da genitora que está realizando a entrega voluntária e todo o seu contexto, deixando-a ciente de que essa entrega é legalmente aceita, principalmente em razão das mudanças na legislação.

Quando se trata de falar sobre família e adoção, Verdi (2020) ressalta a importância de a família adotiva lembrar o valor que ela tem na vida do indivíduo adotado, para que assim consigam fortalecer seus vínculos de forma mais clara. Envolver a família em uma dinâmica de comunicação aberta, incluindo a adoção de forma aberta e transparente nas conversas cotidianas, mencionar e valorizar a família biológica ainda que as informações sejam limitadas – esse tipo de comunicação é fundamental para a criação de laços fortes e saudáveis.

Brandão e Azevedo (2023) analisam criticamente a Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010) com base na genealogia de Foucault, analisando as relações de poder envolvidas. Os autores questionam a ética da judicialização das relações privadas, especialmente quando psicólogos diagnosticam a alienação parental, o que entra em conflito com a função de cuidado desses profissionais. Destacam ainda a mudança nos critérios de identificação da alienação parental, priorizando conforto e atenção. A crítica levanta reflexões sobre a eficácia das punições judiciais e sugere que o cuidado pode ser mais eficaz que a punição nesses casos.

Segundo Martins *et al.* (2022), a alienação parental (AP) envolve atitudes de um genitor em difamar o outro diante dos filhos, podendo afastá-los do convívio. Os autores reforçam a urgência de uma abordagem psicojurídica e de intervenções especializadas. No Brasil, as Leis nº 12.318/2010 e nº 13.058/2014 tratam da AP e da guarda compartilhada. A teoria de Gardner, embora pioneira, é criticada por seu viés punitivo; o convívio parental é direito e dever, exigindo cuidado e atenção nas intervenções.

Já o abandono afetivo parental (AAP) é definido por Mendes *et al.* (2021) como a negligência emocional dos pais, que priva os filhos do cuidado e do convívio necessários. A pesquisa aponta o crescimento de ações judiciais por indenização, revelando maior atenção à qualidade das relações parentais. Quando o abandono

afetivo parental está associado à alienação parental, ambos os pais podem ser responsáveis por não realizarem de forma adequada suas funções parentais.

Viegas e Poli (2013) destacaram os impactos do abandono afetivo e a importância da intervenção para lidar com conflitos, demonstrando preocupação com os resultados da ausência de zelo parental. Esses estudos ampliam a discussão, reforçando o dever dos pais de oferecer afeto e cuidado. O aumento na busca por reconhecimento jurídico do dano gerado pelo AAP revela uma mudança na visão social e legal da responsabilidade parental, que passa a incluir o afeto e o bem-estar emocional dos filhos, não apenas as demandas materiais. Conforme destacado por Costa (2008), a ausência de afeto pode gerar danos maiores do que a falta de bens materiais, pois o cuidado e a atenção são essenciais e insubstituíveis no desenvolvimento emocional da criança.

Segundo Alberto (2007), o trabalho precoce é caracterizado como ocupações realizadas por crianças e adolescentes cuja atuação está intrinsecamente ligada ao propósito de receber uma remuneração, seja em dinheiro ou bens materiais. Pesquisas indicam (Ramalho; Mesquita, 2013; Santos, 2018) que crianças e adolescentes que trabalham tendem a ter menos contato com colegas na escola, o que agrava dificuldades de aprendizagem e, em alguns casos, leva ao abandono dos estudos. O que se percebe é que, no caso dos adolescentes envolvidos no tráfico de drogas, essa atividade não tem sido reconhecida como trabalho infantil, pois é tornada invisível na dinâmica econômica e vista exclusivamente como delito e, no caso dos menores de idade, como infração (Carvalho, 2017).

Como resultado dessa interpretação, adolescentes e jovens acabam sendo responsabilizados por meio das medidas socioeducativas (MSE) estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Considerando o propósito deste estudo, pode-se entender que as experiências de trabalho precoce

entre adolescentes e jovens podem favorecer o acesso a um ambiente propício ao envolvimento em infrações e ao afastamento de medidas de proteção social.

Alberto (2002) observou que a maioria desses trabalhadores é do sexo masculino e atua no setor de serviços, motivados por necessidade financeira, busca de satisfação pessoal ou para ocupar o tempo livre. Para os jovens que começam a trabalhar muito cedo, esse tipo de atividade acaba tirando a oportunidade de aprender, de frequentar a escola e, com isso, de obter uma formação melhor. Isso dificulta que tenham, no futuro, um emprego mais valorizado e bem remunerado. Conclui-se que a violência emocional contra a criança pode consistir na falta de afeto, depreciações, ameaças e ofensas verbais, tais como injúrias e palavrões, que tenham como objetivo principal humilhar, coagir e reprimir a criança (Ferreira; Porto, 2018).

Nesse contexto, a vivência de situações adversas na infância, como o trabalho precoce, pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos psicológicos, cujos efeitos podem se estender ao longo da vida, impactando o crescimento e o bem-estar dos indivíduos. A teoria do eco-biodesenvolvimento de Shonkoff (2012) postula que crianças que passam por vivências adversas de forma contínua podem desenvolver reações fisiológicas ao estresse extremo, nocivas ao desenvolvimento, e apresentar dificuldades no crescimento. Quando surgem problemas psicológicos ainda na infância, eles podem persistir na adolescência e até na vida adulta, comprometendo o desenvolvimento, o bem-estar e a forma como a pessoa se relaciona com o mundo (Kinney, 1993).

Proaño (2018) afirma que o comportamento de autoagressão mais frequente é o corte na pele (cutting), mas outros tipos recorrentes incluem golpear, esfregar agressivamente e queimar a si mesmo. Entre adolescentes, o comportamento autodestrutivo pode ter a função de proporcionar alívio momentâneo diante de sintomas psicológicos, atuar como mecanismo de regulação emocional

frente a estados internos negativos ou, ainda, como forma de tentar influenciar o comportamento de outras pessoas (Nock; Prinstein; Sterba, 2009).

Diante disso, destaca-se a importância de realizar ações psicológicas que possam ajudar a prevenir ou tratar as dificuldades que afetam a população infantojuvenil. Recomenda-se que essas intervenções envolvam não apenas as próprias crianças e adolescentes, mas também seus familiares e a equipe escolar. Além disso, é fundamental que o profissional de psicologia atue realizando os devidos encaminhamentos para adolescentes que estejam praticando autolesões ou que apresentem histórico de violência, uma vez que esses indivíduos possuem risco aumentado para a autolesão, conforme indicado por Proaño (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da lógica de atuação do psicólogo nos espaços jurídicos envolvendo crianças e adolescentes, foi possível observar que o trabalho do psicólogo em processos judiciais é fundamental para assegurar os direitos desse público, promovendo o melhor interesse desses sujeitos em situações de vulnerabilidade, conflitos familiares, adoção, medidas socioeducativas, entre outras. A atuação profissional pode garantir a escuta ética e qualificada de crianças e adolescentes e contribuir para decisões que promovam não apenas a legalidade, mas também o cuidado, o afeto e a proteção.

A análise apontou que o psicólogo, ao integrar equipes interdisciplinares do sistema de justiça, deve manter uma postura ética e respeitosa, seguindo o Código de Ética Profissional do Psicólogo e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Deve haver técnica e imparcialidade, contribuindo para decisões judiciais mais

humanizadas e embasadas em critérios psicossociais, atuando como ponte entre o emocional e o legal, trazendo sensibilidade, proteção e conhecimento científico para garantir que a criança e o adolescente tenham voz, dignidade e cuidado no âmbito da justiça.

Com base na análise realizada neste artigo, é notório identificar algumas dificuldades durante a pesquisa, como a escassez de material específico e atualizado, a complexidade dos contextos jurídicos e as contradições entre a teoria e a prática. A psicologia jurídica na infância e juventude é um campo em expansão; entretanto, ainda carece de literatura consolidada, principalmente no Brasil. Mesmo com as dificuldades encontradas, foi possível selecionar estudos relevantes, demonstrando esforço na construção de um panorama ético, crítico e técnico sobre o tema.

O objetivo central desta pesquisa foi alcançado com êxito, pois diante de tudo que foi exposto, foi possível refletir sobre: o papel do psicólogo jurídico em contextos como adoção, medidas socioeducativas e escuta especializada; a importância da interdisciplinaridade entre a psicologia e o Direito; e a necessidade de políticas públicas e de formação específica para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes. Portanto, o trabalho cumpriu seu propósito ao evidenciar a relevância dessa atuação profissional no sistema de justiça.

Assim, a pesquisa destaca a importância da atuação do psicólogo jurídico no contexto da infância e juventude, evidenciando sua contribuição essencial para a proteção dos direitos e o cuidado com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Diante disso, é possível concluir que o psicólogo jurídico tem um papel social imprescindível, atuando como ponte entre o sofrimento psíquico e as decisões legais, promovendo justiça com sensibilidade, técnica e compromisso com a infância e a adolescência.

REFERÊNCIAS

BRITO, Leila Maria Torraca de; AYRES, Lygia; AMEN, Márcia. A escuta de crianças no sistema de justiça. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 68-73, set./dez. 2006.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Anotações sobre a Psicologia jurídica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 194-205, 2012.

CUNHA, Benaia Gonsalves. **Os reflexos da alienação parental e do abandono afetivo na vida da criança e do adolescente**. 2021. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

DALL'AGNOL, Marinel **Mór**; **FASSA**, Anaclaudia Gastal; FACCHINI, Luiz Augusto; BENVEGNÚ, Luís Antonio. Associação do trabalho infantil com transtornos de comportamento do tipo introversão e extroversão: um estudo transversal no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 40, n. 132, p. 206-218, jul./dez. 2015.

ELOY, Consuelo Biacchi. A credibilidade do testemunho da criança vítima de abuso sexual no contexto judiciário. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 438-453, 2012.

FRANÇA, Fátima. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 73-80, jan./jun. 2004.

LAGO, Vivian de Medeiros; AMATO, Paola; TEIXEIRA, Patrícia Alves; ROVINSKI, Sílvia Lopes Reis; BANDEIRA, Denise Ruschel. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 483-491, out./dez. 2009.

LAGO, Vivian de Medeiros; BANDEIRA, Denise Ruschel. A Psicologia e as demandas atuais do Direito de família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 290-305, 2009.

LEAL, Liene Martha. Psicologia jurídica: história, ramificações e áreas de atuação. **Diversa**, São Paulo, ano I, n. 2, p. 171-185, 2008.

MONTEZUMA, Márcia Amaral; PEREIRA, Rodrigo da Cunha; MELO, Elza Machado de. Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1205-1224, out./dez. 2017.

MENEZES, Milena da Silva; FARO, André. Avaliação da relação entre eventos traumáticos infantis e comportamentos autolesivos em adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e247126, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003247126>.

REIS, Aline Magalhães; LEITE, Camila Maiara da Silva; MENDANHA, Élide Cristiny Cardoso. A importância do psicólogo jurídico nas práticas de adoção. **De Magistro de Filosofia**, Brasília, ano X, n. 22, p. 113-128, 2017.

SILVA, Lygia Maria Pereira da *et al.* A escuta de crianças e adolescentes nos processos de crimes sexuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p. 2285-2294, ago. 2013.

SANTOS, Thays Cristhine da Costa; SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho; RAIMUNDO, Raissa Natália Pereira. Acolhimento institucional de adolescentes: uma intervenção psicossocial. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 87-107, 2022.

SOUSA, Olivia Maria Costa Guerreiro de; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 713-722, out./dez. 2008.

10

*Jhamala Leite Formiga
Joaquim Hertz Gabriel Filgueira
Neuma Camilly Mariano Estrela Oliveira
Tiago Braga de Lima
Maria Jamylle das Chagas Aguiar
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

ALIENAÇÃO PARENTAL:

**REVISÃO DA LITERATURA SOBRE
OS EFEITOS PSICOLÓGICOS
NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

INTRODUÇÃO

A alienação parental, conforme a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, caracteriza-se pela interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida por um dos genitores ou responsáveis, com o intuito de afastá-los do outro genitor. Esse fenômeno tem ganhado notoriedade nos cenários jurídico e psicológico, dada sua crescente incidência nas disputas familiares e os impactos prejudiciais no desenvolvimento infantil. Em 2023, o sistema judiciário brasileiro registrou mais de cinco mil ações envolvendo alienação parental, evidenciando sua relevância social.

A estrutura familiar, tradicionalmente considerada espaço de acolhimento e socialização, é fundamental para o desenvolvimento emocional e social da criança. Quando os vínculos familiares são comprometidos por disputas judiciais, separações litigiosas ou comunicações hostis, a criança é colocada em situação de vulnerabilidade. Araújo *et al.* (2017) destacam que famílias emocionalmente estruturadas contribuem para minimizar riscos e promover maior estabilidade no crescimento dos filhos.

A Psicologia Jurídica tem papel central nesse contexto, oferecendo subsídios técnicos ao Judiciário por meio de pareceres, avaliações e acompanhamento das famílias envolvidas. A atuação do psicólogo visa compreender os fatores subjetivos presentes no conflito, orientar os genitores e proteger o bem-estar da criança. Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a presença desses profissionais foi ampliada nos juizados, especialmente em casos de guarda e adoção. Além da legislação, autores como Pancera e Nogarolli (2020) defendem o uso da mediação como estratégia eficaz para a reconstrução dos laços parentais, evitando a intensificação dos conflitos. A mediação favorece a escuta ativa, a negociação e a construção de acordos mais saudáveis,

beneficiando especialmente as crianças, que deixam de ser expostas a longos processos judiciais.

A origem do conceito de alienação parental remonta aos estudos de Richard Gardner nos anos 1980, que propôs a Síndrome da Alienação Parental (SAP). Embora controversa, essa noção influenciou debates que culminaram na criação da lei brasileira específica sobre o tema. A legislação atual não exige a comprovação da síndrome, bastando evidências de interferência no vínculo entre a criança e o genitor alienado. Do ponto de vista psicanalítico, a alienação parental é compreendida como um fenômeno que envolve sentimentos inconscientes, como ciúme, ressentimento e desejo de punição, projetados no filho por um dos genitores. Tal dinâmica pode resultar em graves consequências emocionais, como baixa autoestima, culpa, ansiedade e dificuldades de socialização.

Portanto, a atuação interdisciplinar entre Psicologia e Direito é essencial para o enfrentamento eficaz da alienação parental. O psicólogo deve promover o fortalecimento dos vínculos familiares, a escuta sensível e a orientação dos responsáveis, sempre com foco na proteção integral da criança. A formação continuada dos profissionais, bem como o aprimoramento das políticas públicas, são passos fundamentais para combater esse fenômeno e garantir ambientes familiares saudáveis. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a alienação parental por meio de uma revisão sistemática da literatura científica produzida sobre o tema.

MÉTODO

O presente projeto de pesquisa trata-se de uma pesquisa de natureza básica que, de acordo com Bechara e Teles (2021), pretende aprofundar o conhecimento teórico sem uma aplicação prática imediata. Possui caráter exploratório, que busca compreender melhor

um problema pouco estudado, e abordagem qualitativa, que foca na compreensão da subjetividade humana para compreender fenômenos, desenvolver teorias e expandir o conhecimento científico, criando uma base que, no futuro, pode apoiar inovações e aplicações em diversas áreas. O procedimento de pesquisa adotado é baseado na Revisão Sistemática da Literatura (RSL).

Para a realização deste trabalho, será utilizada a base de dados eletrônicos Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Serão empregados os seguintes descritores, com o uso dos operadores booleanos "AND" e "OR": "Psicologia" AND "alienação parental". A busca ocorrerá no primeiro semestre de 2025, entre os meses de fevereiro e maio. Para a obtenção dos resultados, serão considerados critérios específicos de inclusão e exclusão.

Em relação aos critérios de inclusão, serão considerados artigos publicados e disponíveis integralmente nos últimos dez anos (2015 a 2025); de autores brasileiros, redigidos em português; e aqueles cuja temática esteja alinhada ao objetivo desta pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão, serão excluídos os trabalhos repetidos e os que forem produtos de revisão sistemática.

No material coletado, será analisado o conteúdo de cada artigo, buscando estabelecer conexão com o objetivo descrito neste trabalho, pontuando as considerações de cada autor e destacando sua relevância para a temática abordada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão sistemática foi conduzida com o propósito de identificar, selecionar e analisar estudos relevantes que contribuam para a compreensão do tema proposto. Inicialmente, foram localizados 178 (cento e setenta e oito) estudos na Biblioteca Virtual

em Saúde (BVS). O processo de seleção seguiu uma sequência estruturada, composta pelas seguintes etapas: (1) realização da busca na base de dados; (2) análise dos artigos em língua estrangeira; (3) exclusão de publicações anteriores ao ano de 2020; (4) triagem com base nos títulos e resumos, priorizando aqueles com pertinência direta ao objeto de estudo; (5) eliminação de duplicatas; (6) leitura flutuante dos textos completos, com foco nos dados mais relevantes; (7) leitura integral dos trabalhos selecionados; (8) confronto dos achados; e (9) sistematização e análise final dos dados. Após a aplicação criteriosa desses filtros, foram selecionados nove artigos, que compuseram a amostra final da pesquisa.

Foi elaborado o quadro analítico para organizar e comparar os principais dados extraídos dos estudos selecionados sobre alienação parental. Essa sistematização inclui informações como os nomes dos autores, os objetivos dos estudos – transcritos fielmente e, por isso, apresentados entre aspas – as metodologias utilizadas e os principais resultados obtidos.

A estrutura tabular facilita a visualização das evidências levantadas, permitindo a identificação de padrões, lacunas e contribuições relevantes para o campo de investigação. Além disso, favorece uma análise crítica fundamentada nas informações disponíveis, ampliando as possibilidades de diálogo acadêmico e contribuindo para futuras investigações e para a tomada de decisão relacionada à temática da alienação parental.

Quadro 1 – Dados sobre os artigos selecionados

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
DIAS, A. M. de S.; SOUZA, M. R. de. Falsa acusação de abuso sexual na alienação parental: luto ou melancolia? Psicologia: Ciência e Profissão , v. 43, e262380, 2023.	estabelecer a seguinte problemática: será possível propor uma eventual correlação entre si e os processos psíquicos do luto e da melancolia?"	Destaca que, apesar da literatura existente sobre alienação parental no Brasil geralmente correlacioná-la a um luto mal elaborado por parte do alienante, é possível e até desejável considerar a presença da melancolia, ou mais especificamente, de traços melancólicos intermediários, na formação e desenvolvimento desse fenômeno.
BRANDÃO, E. P.; AZEVEDO, L. J. C. de. Poder, norma e ideário na Lei da Alienação Parental. Psicologia: Ciência e Profissão , v. 43, e249888, 2023.	Entender as práticas de poder que sustentam os discursos sobre a alienação parental e como esses discursos são utilizados em demandas judiciais.	A Lei contribui para a judicialização excessiva das relações familiares, transformando conflitos em questões legais. Além disso, o artigo questiona a validade do diagnóstico de alienação parental, argumentando que ele pode levar a práticas punitivas e desconsiderar a complexidade das relações familiares. Em vez disso, destaca a importância de práticas de cuidado e assistência às famílias em conflito. Também aponta para a assimetria de gênero presente no problema da alienação parental e como os critérios de identificação podem ser invertidos, revelando um distanciamento entre o ideal normativo e a realidade das rupturas conjugais e familiares.
VEIGA, Camila Valadares da; SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho; CARDOSO, Fernanda Simpício. Alienação parental nas varas de família: avaliação psicológica em debate. Arquivos Brasileiros de Psicologia , Rio de Janeiro, 2019.	O presente trabalho problematiza, na perspectiva da psicologia social jurídica, o processo de judicialização da vida presente nas demandas que envolvem alienação parental que chegam às Varas de Família e como os psicólogos têm respondido a essas solicitações junto ao judiciário.	Conclui-se, portanto, que a atuação do psicólogo no judiciário e, mais especificamente, nas Varas de Família, defronta com impasses e desafios que convocam à reflexão e busca contínua de aperfeiçoamento por parte destes profissionais. Frente ao surgimento de novas e complexas demandas, assim como de legislações pautadas numa perspectiva, predominantemente, punitivistas, e que preveem funções e práticas para o psicólogo, deve-se questionar os limites técnicos e éticos de sua atuação.

PALHARES, Dario; SANTOS, Íris Almeida dos; MELO, Magaly Abreu de Andrade Palhares de. Impactos do divórcio e da guarda compartilhada na saúde e no bem-estar das famílias. Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica , 2020.	Atualizar o conhecimento acerca do regime de guarda após o divórcio de origem do casal	O divórcio apresenta impactos significativos em saúde pública, e a guarda compartilhada reduz, em parte, tais efeitos. Tem havido uma barreira jurídica difusa para a implementação desta medida, aparentemente calcada no desconhecimento dos dados científicos ora apresentados. A guarda compartilhada é uma medida de saúde pública concretizada pelo Poder Judiciário. É preciso haver iniciativas do Poder Executivo reforçando a importância da guarda compartilhada, bem como que os profissionais de saúde e os operadores do Direito adotem uma postura proativa frente aos casos concretos."
MONTEZUMA, Márcia Amaral; PEREIRA, Rodrigo da Cunha; MELO, Elza Machado de. Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência? Physis: Revista de Saúde Coletiva , Rio de Janeiro,	Este artigo analisa as abordagens da alienação parental a partir das dimensões conceitual, de poder e operativa, principais categorias extraídas de pesquisa qualitativa envolvendo entrevistas com a equipe de estudos psicossociais, mediadores e juizes da Vara de Família do Fórum Lafayette, de Belo Horizonte-MG	Concluiu-se que, por meio da flexibilização das abordagens clínicas e legais, é possível ao Estado cumprir sua função de proteger o menor em vulnerabilidade, sem incorrer em oviolência institucional. Apontaram-se nessa direção a mediação e a nova lei da guarda compartilhada que, juntamente com intervenções terapêuticas de orientação preferencialmente psicanalítica ou sistêmica, promovem a responsabilização do sujeito para com suas escolhas e atos, melhor forma de resolução de conflitos.
FERMANN, I. L. <i>et al.</i> Perícias psicológicas em processos judiciais envolvendo suspeita de alienação parental. Psicologia: Ciência e Profissão .	Os objetivos deste estudo foram: (1) verificar os critérios e indicadores de AP considerados pelos psicólogos(as) em perícias incluídas em processos envolvendo guarda de crianças e suspeita de AP; (2) investigar quais os procedimentos de avaliação adotados;	Os resultados obtidos indicaram que três laudos psicológicos não faziam menção à demanda. De acordo com a Resolução nº 007/2003, as conclusões apresentadas nos laudos psicológicos devem estar associadas à demanda que foi solicitada para a realização da avaliação pericial.

JESUS, J. A. de; COTTA, M. G. L. Alienação parental e relações escolares: a atuação do psicólogo. Psicologia Escolar e Educacional.	O presente artigo aborda os efeitos da Alienação Parental nas relações que se manifestam no contexto escolar entre pais e filhos e identifica quais são as contribuições do Psicólogo Escolar para lidar com esse cenário.	Conclui-se que as três instâncias têm importante papel na minimização dos efeitos da Síndrome de Alienação Parental vivenciada por algumas crianças. Entretanto, evidencia-se escassa literatura relacionada às possíveis correlações entre a alienação parental e seus efeitos concretos no ambiente escolar, caracterizando-se como um desafio para os profissionais que se deparam com contexto semelhante ao abordado neste artigo.
DAMIANI, Fabiana da Motta; RAMIRES, Vera Regina Rohnelt. Características de estrutura de personalidade de pais e mães envolvidos no fenômeno da alienação parental. Interação em Psicologia.	Esse estudo investigou as características de estrutura de personalidade de pais e mães envolvidos nesse fenômeno. Foi utilizada uma abordagem qualitativo-exploratória, adotando-se o procedimento de estudos de caso múltiplos.	Os resultados do presente estudo permitem uma reflexão acerca de uma dinâmica relacional. Em todos os casos, foi possível perceber a conduta alienadora das mães, mas tanto as histórias colhidas, como os resultados do Método Rorschach, demonstraram que os pais também apresentaram particularidades e dificuldades que, de certa forma, contribuíram para a existência do fenômeno da Alienação Parental. Nessa perspectiva, não existe uma vítima ou um culpado e sim uma dificuldade de todos os envolvidos de estabelecer uma outra forma de relacionamento.
NUSKE, João Pedro Fahrion; GRIGORIEFF, Alexandra Garcia. Alienação parental: complexidades despertadas no âmbito familiar. Pensando Famílias.	Evidenciar, por meio do diálogo entre o Direito de Família e a Psicanálise, o cenário no qual a alienação parental ocorre e as consequências que este fenômeno implica.	É possível constatar que na medida em que os pais conseguem respeitar o filho e não usá-lo como objeto de vingança, a criança adquire melhores recursos para suportar e elaborar a ruptura conjugal.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

A alienação parental tem sido amplamente discutida na literatura científica, abordada sob múltiplas perspectivas que envolvem aspectos emocionais, jurídicos e sociais. Dias e Souza (2023) chamam atenção para uma das manifestações mais extremas do fenômeno: a utilização de acusações falsas de abuso sexual como forma

de manipulação emocional. Essas acusações, frequentemente infundadas, buscam afastar o genitor do convívio com a criança e desestabilizam profundamente a dinâmica familiar. A criança, inserida nesse contexto, perde não apenas o vínculo com o genitor alienado, mas também sua própria referência de estabilidade e identidade. Os autores sugerem que esse tipo de manipulação mina a confiança da criança em seus vínculos, comprometendo sua base emocional em um nível que transcende a própria separação.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que a alienação parental não se limita ao campo psicológico, mas se entrelaça com relações de poder, gênero e desigualdade social. Brandão e Azevedo (2023) destacam como a judicialização desses conflitos tende a patologizar experiências complexas e subjetivas, o que pode levar à invisibilização de sofrimentos reais, sobretudo quando mulheres – geralmente em posições mais vulneráveis – são acusadas de alienação. Embora a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, tenha como propósito proteger a criança de interferências indevidas, os autores alertam para seu uso distorcido e defendem a priorização de políticas públicas baseadas na mediação e no acolhimento, em oposição à punição judicial.

Essa crítica à abordagem jurídica também é sustentada por estudos como o de Zavala, Elmor e Lourenço (2021), que analisam os instrumentos utilizados para avaliar a alienação parental. Os autores observam que esses instrumentos variam entre os que têm caráter retrospectivo e os que se concentram em sinais contemporâneos do fenômeno. Dentre os elementos avaliados, incluem-se comportamentos na infância, características psicológicas das crianças e a veracidade de acusações de abuso sexual. Um dos pontos centrais destacados é o papel da empatia parental, que se refere à maneira como o genitor lida com sua função parental e que pode ser decisivo na ocorrência ou não da alienação.

No mesmo sentido, Oliveira e Willians (2021) realizam uma revisão sistemática sobre o conceito de alienação parental, ressaltando a influência do termo Síndrome da Alienação Parental (SAP), proposto por Gardner. Embora esse conceito tenha influenciado a criação da Lei nº 12.318/2010, os autores alertam para a ausência de respaldo científico, o que levou à sua não inclusão em manuais diagnósticos como o DSM-5 e a CID-11. Ainda assim, reforçam a importância de profissionais bem preparados para distinguir entre alienação parental e rejeição justificada, de modo a evitar equívocos que comprometam o bem-estar da criança e a eficácia das intervenções.

A transformação das estruturas familiares, marcada pelo aumento dos divórcios e das disputas pela guarda dos filhos, contribuiu para a consolidação do fenômeno da alienação parental. Garcia, Cardoso e Modesti (2021) definem a prática como uma forma de violência psicológica, na qual um dos genitores induz a criança a rejeitar o outro sem justificativa legítima. Apesar da existência de uma legislação específica, os autores observam controvérsias quanto à sua aplicação e à necessidade de aconselhamento psicológico aos genitores, apontando para a complexidade da temática e a insuficiência de respostas apenas legais.

O uso de falsas acusações de abuso sexual como instrumento de alienação parental também é tratado por Amendola (2009) e Guazelli (2013), que alertam para a distorção de comportamentos comuns e para o uso dessas acusações como forma de manipulação emocional. Essa prática coloca o sistema de justiça em uma posição delicada, uma vez que deve proteger a criança sem ignorar a possibilidade de que as denúncias possam ser infundadas. Tal cenário exige atuação prudente e capacitada dos profissionais envolvidos, evidenciando a necessidade de um olhar mais atento e contextualizado.

Ribeiro e Hutz (2020) reforçam a crítica à judicialização excessiva, argumentando que a Lei nº 12.318/2010 pode medicalizar

relações familiares complexas e transformar denúncias legítimas de abuso em estratégias de alienação. Quando isso ocorre, o sistema legal pode ser instrumentalizado como ferramenta de poder por um dos genitores, em detrimento da escuta sensível e da proteção efetiva da criança. Esse risco aponta para a importância de compreender as nuances das dinâmicas familiares, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Nesse cenário, Colucci Neto e Martins (2019) enfatizam que a alienação parental envolve a interferência na formação emocional da criança ou do adolescente, geralmente motivada por ressentimentos decorrentes do fim da relação conjugal. A esse respeito, Soares e Cardoso (2019) defendem que o papel do psicólogo vá além da perícia judicial, propondo uma atuação interventiva junto às famílias. Essa atuação se faz ainda mais necessária quando se consideram os achados de Damiani e Ramires (2016), que identificaram a presença de defesas psíquicas primitivas, ansiedade de separação e vínculos simbióticos entre os envolvidos, dificultando a construção de uma visão clara do outro e de si mesmo no contexto pós-separação.

A crítica ao uso acrítico do conceito de SAP é reforçada por Montezuma (2020), que questiona sua adoção no sistema jurídico brasileiro, mesmo diante da rejeição por instituições como a American Psychological Association (APA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). A autora argumenta que a aplicação indiscriminada da SAP pode contribuir para a revitimização de crianças e o silenciamento de denúncias reais de violência. Como alternativa, propõe uma abordagem interdisciplinar, centrada em escuta qualificada e no princípio do melhor interesse da criança, promovendo um equilíbrio entre proteção e justiça.

A atuação dos psicólogos em processos de alienação parental também tem sido foco de investigação, como demonstram Fermann *et al.* (2017). A pesquisa revelou a ausência de critérios diagnósticos consensuais e a fragilidade metodológica em muitos

laudos periciais. Embora os profissionais utilizem entrevistas e testes psicológicos, a falta de alinhamento com as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia compromete a confiabilidade dos documentos. Isso evidencia a necessidade de formação contínua e de maior integração entre as áreas jurídica e psicológica.

No ambiente escolar, os impactos da alienação parental também são sentidos. Souza, Silva e Pereira (2016) observaram que crianças submetidas a esse fenômeno podem apresentar sintomas como depressão e dificuldades de aprendizagem. Nesse contexto, o papel do psicólogo escolar é fundamental para identificar sinais de sofrimento, promover a articulação entre escola, família e saúde mental, e contribuir para a proteção do bem-estar emocional dos alunos.

Por fim, estudos sobre as características de personalidade dos pais envolvidos em alienação parental, como o de Silva, Lima e Sousa (2015), revelam traços como instabilidade emocional, manipulação e dificuldades interpessoais, que favorecem a continuidade do litígio e o afastamento do outro genitor. Nüske e Grigorieff (2015) acrescentam que, mesmo quando não há intenção explícita de causar dano, comportamentos hostis podem afetar negativamente o desenvolvimento psíquico da criança. Para os autores, a convivência familiar respeitosa deve ser preservada como base para que a criança desenvolva recursos emocionais adequados diante da ruptura conjugal. O diálogo entre o Direito de Família e a Psicanálise, nesse sentido, surge como uma proposta sensível e abrangente para compreender os múltiplos efeitos da alienação parental.

A alienação parental é um fenômeno doloroso que afeta profundamente o desenvolvimento emocional da criança. Mais do que um conflito jurídico, ela exige uma abordagem sensível, com escuta qualificada e ações que priorizem o bem-estar infantil. Proteger a criança é garantir vínculos saudáveis, acolhimento e cuidado nas relações familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo geral analisar a alienação parental por meio de uma revisão sistemática da literatura científica produzida sobre o tema, com especial atenção à escassez de estudos empíricos e à predominância de revisões sistemáticas concentradas em uma única base de dados. Essa restrição metodológica comprometeu significativamente a diversidade das fontes analisadas, refletindo-se na limitação da amplitude e da profundidade com que a temática vem sendo discutida na literatura.

Durante a investigação, constatou-se que a produção acadêmica sobre o tema permanece incipiente, sobretudo no que diz respeito à elaboração de pesquisas originais que abordem os efeitos psicológicos da alienação parental no desenvolvimento infantil. Tal constatação evidencia uma lacuna relevante na compreensão abrangente do fenômeno, ressaltando a necessidade de ampliação dos espaços de debate, tanto no meio científico quanto nos contextos jurídico e clínico.

O estudo também enfatizou a importância de uma abordagem interdisciplinar, envolvendo profissionais das áreas do Direito, da Psicologia e da perícia técnica. A atuação conjunta desses saberes é essencial para garantir uma análise mais completa e sensível das situações de alienação parental, contemplando não somente os aspectos legais, mas também as dimensões emocionais e sociais que afetam diretamente as vítimas, em especial crianças e adolescentes.

Ao final da análise, foi possível identificar os principais desafios enfrentados na abordagem do tema e propor diretrizes que possam contribuir para o aprimoramento das práticas voltadas ao enfrentamento da alienação parental. Ressaltou-se, ainda, a necessidade de investimentos em pesquisa científica, formação continuada de profissionais e formulação de políticas públicas eficazes que assegurem a proteção integral das vítimas.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento do debate interdisciplinar e o comprometimento institucional são fundamentais para a efetiva implementação da Lei de Alienação Parental e para a promoção do bem-estar físico e emocional de crianças e adolescentes envolvidos nessas situações.

REFERÊNCIAS

- AMENDOLA, Maria. **Falsas memórias de abuso sexual na alienação parental**. São Paulo: Lumen Juris, 2022.
- ARAÚJO, D. G.; SILVA, M. M.; SOUZA, P. M. Dinâmica familiar e desenvolvimento infantil: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Psicologia em Foco**, v. 9, n. 2, p. 45-62, 2017.
- BECHARA, E. A.; TELES, A. R. **Metodologia da pesquisa científica**: fundamentos, técnicas e aplicação. São Paulo: Atlas, 2021.
- BRANDÃO, Luciana; AZEVEDO, Maria. Tecnologias patriarcais: uma revisão sistemática sobre a alienação parental. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, e85642, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n285642>.
- COLUCCI NETO, José; MARTINS, Ana. Acusação de abuso sexual como forma de alienação parental. **JusBrasil**, 3 maio 2025. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Casos de alienação parental no Brasil disparam em uma década. **Agência Universitária de Notícias (AUN)**, São Paulo, 17 dez. 2024. Disponível em: <http://www.usp.br/aun>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- DAMIANI, Luciana; RAMIRES, Verônica. Perícias psicológicas em processos judiciais envolvendo suspeita de alienação parental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 35-47, jan./mar. 2017.
- DIAS, Arlene Mara de Sousa; SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Falsa acusação de abuso sexual na alienação parental: luto ou melancolia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e262380, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262380>.

FERMANN, Ivone; HABIGZANG, Liane; GOMES, Cláudia. Perícias psicológicas em processos judiciais envolvendo suspeita de alienação parental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 35-47, jan./mar. 2017.

GARCIA, Ana; CARDOSO, Beatriz; MODESTI, Carla. **O abuso sexual e a alienação parental**: uma análise das possíveis consequências provocadas por falsas acusações. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

GARDNER, Richard A. Recent trends in divorce and custody litigation. **Academy Forum**, v. 29, n. 2, p. 3-7, 1985.

GUAZELLI, Sandra. **Falsas memórias de abuso sexual na alienação parental**. São Paulo: Lumen Juris, 2013.

JESUS, Jéssica Alves de; COTTA, Manuela Gomes Lopes. Alienação parental e relações escolares: a atuação do psicólogo. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 285-290, maio/ago. 2016.

MONTEZUMA, Márcia Amaral; PEREIRA, Rodrigo da Cunha; MELO, Elza Machado de. Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, e320115, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312022320115>.

NUSKE, João Pedro Fahrion; GRIGORIEFF, Alexandra Garcia. Alienação parental: complexidades despertadas no âmbito familiar. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 156-169, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, Camila; WILLIAMS, Denise. Por que a Lei de Alienação Parental divide especialistas? **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 set. 2023. Caderno Cotidiano, p. C1.

PALHARES, Dario; SANTOS, Íris Almeida dos; MELO, Magaly Abreu de Andrade Palhares de. Impactos do divórcio e da guarda compartilhada na saúde e no bem-estar das famílias. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 167-174, jul./set. 2020.

VEIGA, Camila Valadares da; SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho; CARDOSO, Fernanda Simpício. Alienação parental nas varas de família: avaliação psicológica em debate. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 145-159, maio/ago. 2019.

11

*Giovanna da Silva Almeida
Luiz Felipe Abrantes Diniz
Maria Nayara Veríssimo Barrozo
Maria Yasmim Duarte Lopes
Nicolle Casimiro Sarmento
Ricardo Francisco Sarmento dos Santos
Hanna Licia Araújo de Sá
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

REVISÃO DE LITERATURA:

SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é definida como qualquer ato envolvendo força, intimidação ou pressão psicológica com fins sexuais ou mal-intencionados, abrangendo estupro, assédio, pornografia infantil, pedofilia, práticas eróticas e voyeurismo. Inclui ainda atos sem penetração, como masturbação forçada, exibicionismo e linguagem erótica, frequentemente sustentados por chantagem, suborno ou aliciamento (Alves Moreira, 2022).

Trata-se de um grave problema social no Brasil, atingindo principalmente o público infantojuvenil. Segundo dados da Fundação Abrinq (2024), três a cada quatro vítimas de violência sexual são crianças ou adolescentes. A principal causa está associada à vulnerabilidade social, embora fatores como classe, cultura, religião e raça também estejam presentes. Isso evidencia a fragilidade e a exclusão vividas por esses grupos, resultado de múltiplos fatores socioeconômicos, familiares e sociais (Silva, 2024).

Além de ser uma grave violação dos direitos humanos, essa forma de violência compromete o desenvolvimento das vítimas. Trata-se de tema complexo que exige a articulação de políticas públicas capazes de garantir proteção integral e prioridade absoluta aos jovens. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, cabendo à família, ao Estado e à sociedade a responsabilidade de assegurar sua proteção. Apesar dos avanços normativos, evidencia-se a necessidade de mobilização social e política para garantir a efetividade das leis (Dourado; Bidarra, 2022).

Santo, Gonçalves e Rosa (2022) ressaltam que os adultos exercem papel crucial na proteção infantil, mas frequentemente essa responsabilidade é negligenciada. A violência ocorre majoritariamente no ambiente familiar e, em muitos casos, é praticada

por responsáveis legais. A omissão diante do abuso também configura crime, sendo punível legalmente tanto quanto a ação direta.

Campanhas de conscientização têm ressaltado a importância da denúncia, evidenciando que o abuso geralmente acontece dentro do lar. Os dados do Disque 100 reforçam a necessidade de ações intersetoriais e de protocolos claros para fortalecer as redes de proteção e aprimorar o atendimento às vítimas (Dourado; Bidarra, 2022). Apesar dos avanços legislativos desde a Constituição de 1988 e da Lei nº 12.015, de 2009, o combate à violência sexual infantojuvenil exige vigilância constante e ações integradas.

O presente estudo, por meio de uma revisão sistemática da literatura, tem como objetivo compreender estratégias de proteção e contribuir para o aprimoramento das práticas profissionais e das políticas públicas voltadas às vítimas.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de natureza básica que, segundo Hatt (1988) citado por Gil (2002), consiste em uma coleta de dados voltada a captar informações teóricas com o objetivo de aprimorar e refinar o conhecimento de um fenômeno natural, sem considerar sua aplicação imediata. A pesquisa possui caráter exploratório e abordagem qualitativa. Minayo e Sanches (1993) concebem a tarefa qualitativa como a busca por atingir o conhecimento de um fenômeno histórico, realizando uma aproximação fundamental e íntima entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza.

Como procedimento, a pesquisa é de caráter bibliográfico e baseia-se na Revisão Sistemática da Literatura (RSL). De acordo

com Brizola e Fantin (2017), a RSL é de extrema relevância para uma pesquisa de qualidade, pois serve para mapear, encontrar, avaliar criticamente, consolidar e agregar os resultados de estudos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada a base de dados eletrônicos BVSaúde (Biblioteca Virtual em Saúde). Nessa base, foi empregado o seguinte descritor: “Abuso contra criança”. O material coletado foi analisado minuciosamente, considerando o conteúdo apresentado em cada artigo, por meio da análise de título e resumo. A coleta de dados ocorreu no primeiro semestre de 2025, especificamente entre os meses de fevereiro e março, com a aplicação de critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos estudos.

Para assegurar a relevância e a qualidade das fontes, foram definidos critérios específicos de inclusão: artigos publicados e disponíveis integralmente na base de dados selecionada; artigos publicados nos últimos três anos (2023 a 2025); artigos brasileiros, redigidos em português; e aqueles cuja temática estivesse alinhada com o objetivo da pesquisa. Em relação aos critérios de exclusão, foram descartados trabalhos em língua estrangeira, publicados em anos anteriores a 2023 e aqueles que não apresentavam compatibilidade com o tema abordado.

Essa metodologia estruturada visa garantir uma investigação rigorosa e abrangente sobre o tema proposto, contribuindo para o avanço do conhecimento na área da violência sexual contra crianças e adolescentes. No material coletado, o conteúdo de cada artigo foi analisado com o objetivo de estabelecer conexão com os objetivos do estudo, pontuando as considerações dos autores e destacando sua relevância para a temática abordada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre a violência contra crianças e adolescentes, abordando suas causas, consequências e as medidas de prevenção e intervenção. Para isso, foi utilizado o descritor “Abuso contra crianças” na base de dados BVSsalud. A busca resultou em um total de 6.363 artigos, a partir dos quais foi realizada uma seleção para chegar aos artigos que abordassem de forma integral o tema em questão, com o intuito de analisá-los para compreender a dimensão do problema e as estratégias de enfrentamento adotadas.

A busca foi organizada da seguinte maneira: (1) busca dos artigos na base de dados; (2) filtragem dos artigos apenas em língua portuguesa; (3) exclusão de artigos com data anterior a 2023; (4) seleção dos artigos de acordo com títulos e resumos, buscando a relevância para a construção do estudo em curso; (5) tabulação e análise dos materiais. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 15 (quinze) estudos, que constituíram a amostra desta pesquisa.

Como forma de melhor visualização e entendimento, elaborou-se o quadro 1. Vale ressaltar que todos os dados apresentados no referido quadro foram extraídos diretamente dos resumos dos artigos selecionados, garantindo fidelidade às informações originais e contribuindo para a precisão na análise dos resultados.

Quadro 1 - Artigos selecionados para o banco de dados final

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
MARTINS, Marcos Vinicius Teixeira; DE ARAÚJO PEREIRA, Gilberto. Violência sexual infantojuvenil no Brasil: um panorama de seus determinantes e da maneira como se relacionam. Journal of Health & Biological Sciences , v. 12, n. 1, p. 1-8, 2024.	Construir um panorama diagnóstico da Cviolência sexual infantojuvenil assistida no sistema de saúde no Brasil.	Observou-se grande importância associada à presença de vítimas do sexo feminino, solteiras, adolescentes, que têm práticas sexuais apenas com homens, em ambiente residencial, na ausência de ex-cônjuge, patrão, madrasta ou cuidador no momento da ocorrência. Notou-se também, importância associada aos casos de recorrências, à ocorrência de Cviolência física e psicológica, bem como relacionada à participação de pais, namorados e conhecidos como violentadores. Além disso, identificou-se que as ocorrências em via pública parecem estar mais associadas a vítimas de baixa escolaridade
DO NASCIMENTO, Letícia Sousa <i>et al.</i> Caracterização epidemiológica de Cviolência sexual no sudeste da região norte do Brasil. Revista Ciência Plural , v. 10, n. 2, p. 1-16, 2024.	Apresentar uma caracterização epidemiológica dos casos de Cviolência sexual referente ao número de casos, faixa etária e gênero entre período de 2014 a 2019 no município de Tucuruí-Pará.	A instituição com maior número de notificações foi pelo instrumento Estadual, com 771 casos notificados durante o período de 2014 a 2019, ($\Delta\%=631\%$; $p<0,001$) em relação ao instrumento municipal, que apresentou o total de 140 casos notificados. Quanto a diferença de gênero, as mulheres são as mais atingidas por este tipo de violência em ambos os órgãos analisados, assim como, com respeito a faixa etária mais acometida, a infância, adolescência e adultos jovens são os que mais sofrem com o problema da Cviolência sexual, de acordo com os dados de ambos os órgãos.
MOREIRA, Pollyanna Barbosa Muzzi <i>et al.</i> Violência sexual infantil no Brasil : uma análise utilizando os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2011 a 2021 e capacitação sobre abuso infantil. 2024.	Descrever os casos notificados de Cviolência sexual infantil utilizando dados públicos do SINAN e comparar as taxas de acordo com grupo etário (0-4 e 5-9 anos) e sexo, no Brasil e regiões de 2011 a 2021, bem como desenvolver um produto técnico de capacitação sobre abuso infantil com profissionais da saúde, educação, assistência social, conselheiros tutelares e gestores.	Foram notificados 107250 casos de Cviolência sexual infantil, sendo o estupro o mais frequente (69,8%). A maioria das vítimas tinha entre 5 e 9 anos (55,5%), era do sexo feminino (75,6%) e negra (53,8%). Os casos ocorreram principalmente em residências (88,9%) e de forma recorrente (52,9%). Os agressores mais comuns foram conhecidos/amigos, seguidos por pais e padrastos. As taxas de notificação foram maiores entre meninas, em todas as idades, com desigualdade regional e menores índices no Nordeste. A capacitação realizada foi bem avaliada e destacou barreiras e facilitadores na notificação do abuso.

SARTORI, Letícia Regina Morello <i>et al.</i> Notificações de violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência praticadas contra crianças no Brasil, 2011-2019: estudo ecológico de série temporal. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 32, p. e2023246, 2023.	Descrever a tendência temporal das notificações de violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência praticadas contra crianças no Brasil, entre 2011 e 2019.	Foram analisadas 88.820 notificações de violência física, 87.141 de violência sexual, 52.359 de violência psicológica e 166.664 notificações de negligência. Identificou-se tendência crescente de notificações de violência física, sexual, psicológica e negligência, para o Brasil e ambos os sexos. Negligência apresentou a maior taxa [95,24 notificações/100 mil crianças (2019)]. Nordeste e Sudeste apresentaram tendência crescente para todas as violências.
BAÍA, Pedro Augusto Dias; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; ALBERTO, Isabel Maria Marques. Retratação no abuso sexual de crianças: construção e evidências de validade de conteúdo de um instrumento de rastreio. Psico, v. 55, n. 1, p. e41260-e41260, 2024.	O presente estudo teve como objetivo construir e buscar evidências de validade de conteúdo de um instrumento de rastreio dos fatores de risco de retratação	Na Etapa 1, os itens do instrumento foram elaborados a partir da integração de fatores identificados através da revisão da literatura, de entrevistas a profissionais e de análise de processos criminais de ASC. Na Etapa 2, a primeira versão do instrumento foi submetida à validação de conteúdo por oito especialistas, obtendo-se um Índice de Validade de Conteúdo (IVC) satisfatório (> 0.80).
LEITE, John Carlos de Souza; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar. A Estratégia Saúde da Família e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, p. 3247-3258, 2023.	Buscou-se destacar na literatura científica o que foi abordado sobre o combate à violência contra crianças e adolescentes no contexto da Estratégia Saúde da Família.	A violência é vista como um problema de saúde pública, sendo identificada como um problema sensível à APS. Apesar da identificação de casos de violência contra crianças e adolescentes na ESF, o despreparo dos profissionais e a fragilidade na rede de enfrentamento fragmentam a assistência adequada a este público. Assim, há necessidade de fortalecimento da rede disponibilizada e incentivo a capacitação e formação dos profissionais atuantes na APS.

JAMPERSA, Lucas <i>et al.</i> Evolução e desfecho de casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: enfoque fonoaudiológico. Distúrbios da Comunicação , v. 35, n. 2, p. e60615-e60615, 2023.	Investigar as alterações fonoaudiológicas encontradas em casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, bem como analisar a evolução e o desfecho dos casos atendidos por fonoaudiólogos.	Dos 75 fonoaudiólogos pesquisados, 52% atenderam a crianças e/ou adolescentes suspeitos ou confirmados de sofrerem violência. Deste número, 59,5% dos profissionais continuaram acompanhando os casos e 40,5% descontinuaram o acompanhamento.
LOURENÇO, Samara da Silveira <i>et al.</i> Notifications of sexual violence against children and adolescents in Rio Grande do Sul, Brazil: a descriptive study, 2014-2018. Epidemiologia e Serviços de Saúde , v. 32, p. e2022853, 2023.	Descrever características das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes segundo raça/cor da pele e sua distribuição no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 2014 e 2018.	Das 8.716 notificações, a maioria ocorreu na capital do estado (48,2%) e foi relacionada a vítimas do sexo feminino (82,2%) com a idade entre 10 e 14 anos (38,1%). Houve maior prevalência (370/100.00) e frequência relativa de estupro (84,5%), exploração sexual (5,8%) e negligência/abandono (4,6%) entre vítimas de raça/cor da pele negra (p-valor < 0,05). Apenas 4,6% das notificações ocorreram em serviços de atenção primária à saúde.
MOREIRA, Tadiana Maria Alves <i>et al.</i> Estudo de violência sexual em crianças e adolescentes em Joinville, SC. Revista de APS , v. 25, n. 3, 2022.	conhecer as características do agravo violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de Joinville em 2019.	Foram notificados pelas três instituições 606 crianças/adolescentes. A maior prevalência foi no sexo feminino entre 10 e 14 anos. O estupro foi a aviolência sexual mais acometida. Houve associação entre ruptura himenal relacionada a faixa etária e entre local de ocorrência da nviolência sexual com a faixa etária, sendo a residência da vítima o local de maíos proporção. A maior prevalência de agressores do sexo masculino entre 25 e 59 anos, sendo o pai o principal.
GUZMÁN, Marcelo Chapa. Uma análise documental do atendimento psicológico das vítimas de violência sexual infantil no pronto socorro. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde , v. 12, p. e5213-e5213, 2023.	Identificar os sinais e sintomas desenvolvidos após a nviolência sexual assim como os diversos fatores contextuais que devem ser considerados para compreender o impacto da violência sofrida no sujeito no atendimento no pronto socorro de um hospital de referência.	79,8% dos casos eram do sexo feminino, 38,4% entre os 6 a 12 anos, o tipo de revelação sexual mais incidente foi a detecção acidental, os sinais de cviolência sexual mais frequentes foram os sinais físicos seguido de sinais emocionais.

JAMPERSA, Lucas <i>et al.</i> Violência intrafamiliar e fonoaudiologia: uma análise do conteúdo. Audiology-Communication Research , v. 28, p. e2808, 2023.	Analisar as dificuldades e facilidades relacionadas por fonoaudiólogos em casos de violência intrafamiliar contra crianças e/ou adolescentes. Métodos pesquisa transversal, realizada por meio da aplicação de questionários com fonoaudiólogos do Paraná e Santa Catarina.	Foram incluídos 75 fonoaudiólogos, sendo 70,7% do Paraná e 29,3% de Santa Catarina. Dos participantes, 52% atenderam crianças e/ou, adolescentes com casos suspeitos ou confirmados de violência.
FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Expectativas de Mães e Cuidadoras sobre Participação em um Programa de Prevenção à Violência. Psicologia: Ciência e Profissão , v. 43, p. e255165, 2023.	O presente estudo qualitativo objetivou compreender as expectativas de mães e cuidadoras sobre a sua participação no Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota, no período da pandemia de covid-19.	Os resultados indicaram diferentes expectativas sobre a participação no Programa ACT, entre elas: adquirir novos conhecimentos, aprimorar as habilidades parentais, trocar experiências, receber auxílio no momento da pandemia de covid-19 e possibilitar para a criança um desenvolvimento saudável.
SILVA, Cristiane Moreira da; PEREIRA, Daniela Roberta de Paula; ANDRADE, Francyne dos Santos. Quebra do silêncio em grupo on-line de enfrentamento ao abuso sexual infantil. Psicologia em Estudo , v. 28, p. e51583, 2022.	Apresenta um recorte dos dados coletados em entrevistas durante pesquisa etnográfica <i>on-line</i> acerca da exposição das vivências de vítimas de violência sexual em grupo no <i>Facebook</i> intitulado 'Luta contra o abuso sexual infantil'.	As interações no grupo foram registradas em diário de campo durante o período de quatro meses de acompanhamento e os dados aprofundados em dez entrevistas semiestruturadas com participantes contactados por meio de convite postado no grupo. As entrevistas aconteceram por videochamada e perguntavam sobre o sentido que elas produzem ao utilizar o grupo, refletindo sobre a possibilidade de ultrapassar a condição de vítimas. Verifica-se que o uso da plataforma surge como uma possibilidade de fazer algo que ajude outras vítimas, seja por meio do compartilhamento de histórias ou do fornecimento de informações que auxiliem a romper com o ciclo abusivo.

PEDROSO, Márcia Regina de Oliveira; LEITE, Franciele Marabotti Costa. Prevalência e fatores associados à negligência contra crianças em um estado brasileiro. Escola Anna Nery , v. 27, p. e20220128, 2022.	Quantificar a prevalência da negligência contra a criança e identificar seus fatores associados, a partir dos casos notificados no estado do Espírito Santo no período entre 2011 e 2018.	A frequência de negligência foi 31,3%, sendo mais prevalente no sexo masculino (RP: 1,48; IC95%: 1,34-1,63); na faixa etária de 0 a 2 anos (RP: 3,05; IC95%: 2,65-3,51); entre agressores do sexo feminino (RP: 16,20; IC95%: 9,98-26,32), e, em relação ao vínculo nota-se a maior prevalência de pais/padrastos (RP: 6,69; IC95%: 4,16-10,74), ambos os pais (RP: 4,41; IC95%: 2,84-6,85) e mães/madrastas (RP: 2,94; IC95%: 2,20-3,93).
TORRES, Livia Acioli Murta; REIS, Isabela Cristina Chaves Valente; BARBOSA, Kevan Guilherme Nóbrega. Estupro na primeira macrorregião do estado de Alagoas: resultados da pesquisa DVEAL, 2016-2018. Scientia Medica , v. 33, n. 1, p. e44043-e44043, 2023.	Apresentar resultados do eixo 2 do projeto Diagnóstico da Violência Fatal e Não Fatal no Estado de Alagoas (DVEAL). Neste artigo é comparado o padrão epidemiológico do estupro de crianças e adolescentes em relação aos adultos.	Metade das vítimas estupradas possuíam até 13 anos de idade, com média de 14 anos, e 9 em cada 10 casos eram de mulheres/meninas vitimadas. O padrão do estupro identificado foi de vítimas: em situação conjugal solteira; estudantes, abusadas por conhecidos; que realizaram exame pericial entre 1-7 dias; abusadas durante a madrugada; e em região genital. Cerca de 8 em cada 10 casos foram estupros confirmados pela perícia, o restante foi via relato oral. O modelo final identificou dois fatores mais associados à violência sexual em crianças/adolescentes.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

A violência sexual contra crianças é uma problemática crescente no Brasil, com maior incidência nas regiões Norte e Nordeste. Estudos apontam que, entre 2014 e 2019, as principais vítimas eram meninas, sendo a infância e a adolescência os períodos mais afetados. A subnotificação é um fator preocupante, agravada pela discrepância entre os sistemas de registro estaduais e municipais. Souza *et al.* (2022) destacam que a precariedade nos sistemas municipais de saúde impede uma resposta eficaz à violência, exigindo políticas públicas mais consistentes e uma rede de proteção que atue de forma preventiva e reativa.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) entre 2011 e 2021 indicam que crianças de 0 a 9 anos estão

entre os grupos mais vulneráveis, sendo o estupro a forma predominante de violência. O ambiente doméstico, onde os agressores são frequentemente familiares ou pessoas próximas, contribui para a dificuldade de denúncia e para a continuidade do ciclo de violência. Platt *et al.* (2018) reforçam que esse cenário acarreta consequências graves, como infecções sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e transtornos mentais. A desigualdade regional e social reforça a vulnerabilidade, principalmente entre crianças negras e em contextos de baixa renda.

Estudos revelam que os principais agressores são figuras masculinas inseridas na estrutura familiar, como pais ou padrastos. Além disso, o medo de retaliações e a falta de conhecimento sobre os canais de denúncia agravam a subnotificação. A escola surge como espaço importante para a identificação precoce dos casos, sendo fundamental a capacitação de professores. Inoue e Ristum (2008) apontam que o envolvimento de setores como saúde, segurança e educação é essencial para a proteção efetiva das vítimas e para a prevenção de novos casos.

Em 2014, estimou-se que 1 bilhão de crianças em todo o mundo sofreram algum tipo de violência. No Brasil, somente em 2019, foram registrados 27 mil casos de maus-tratos infantis. O Sinan apontou que a violência sexual teve a segunda maior taxa de crescimento no período, com a região Norte liderando em notificações. Fatores como desigualdade de gênero e a ocorrência de abusos no próprio lar, muitas vezes por familiares, reforçam a necessidade de medidas que permitam romper com o ciclo de silêncio. Miranda *et al.* (2020) reforçam que, quanto menor a idade da vítima, maior a vulnerabilidade ao abuso.

A fim de evitar a retratação após o relato do abuso, foi desenvolvido o Instrumento para o Rastreamento do Risco de Retratção Após Revelação do Abuso Sexual de Crianças (IRASC), que visa identificar fatores que levam ao silêncio, como o medo e a pressão familiar.

Sua aplicação contínua por uma rede interinstitucional fortalece a escuta e o acolhimento das vítimas, assegurando que tenham apoio psicológico e jurídico adequado.

O enfrentamento à violência sexual infantil exige ações integradas e contínuas. A Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf-AB) têm papel relevante na prevenção e no cuidado às vítimas, sobretudo por meio de atendimentos interprofissionais que integrem assistência psicológica e médica. Leite e Albuquerque (2023) e Setti *et al.* (2022) apontam a falta de protocolos e de capacitação como obstáculos a serem superados, destacando a importância de um atendimento sensível e contínuo.

As sequelas da violência sexual vão além do físico. Elas comprometem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das vítimas, muitas vezes impedindo seu progresso escolar e a construção de relações saudáveis. Jampersa *et al.* (2023) ressaltam que a escuta qualificada e a atenção acolhedora são fundamentais para reconstruir a segurança emocional das crianças, sobretudo nos espaços escolares e de saúde.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um instrumento jurídico central na proteção infantil. Contudo, sua efetividade depende da integração dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, como o Ministério Público, os Conselhos Tutelares e a Defensoria Pública. Lourenço *et al.* (2023) destacam a importância de investimento orçamentário específico e de capacitação contínua dos profissionais da rede para assegurar respostas eficazes à violência sexual infantil.

Dados apontam que as meninas, especialmente entre 10 e 14 anos, são as principais vítimas da violência sexual, sendo a subnotificação um entrave significativo: estima-se que apenas 10% dos casos sejam denunciados. Taquette *et al.* (2021) indicam falhas na implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência

Sexual, sobretudo na alocação de recursos. Iniciativas como as da Unicef (2021) recomendam a inserção da educação preventiva nas escolas e o protagonismo das adolescentes nas políticas públicas.

Hospitais como o Odilon Behrens, em Belo Horizonte, vêm se destacando pela aplicação do Protocolo de Humanização no Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PHAVVS), dispensando reexames médico-legais e promovendo acolhimento psicológico imediato, conforme relatado por Guzmán (2023). Essa prática evita a revitimização e oferece suporte emocional às crianças e a seus familiares. O abuso sexual infantil impacta todas as esferas da vida da vítima, exigindo intervenções que reconheçam a dimensão física, emocional e social da violência.

A violência sexual infantil está inserida em um contexto socio-cultural de dominação e desigualdade, como salientam Custódio (2023) e Fonseca e Ferreira (2019). O silêncio das vítimas, muitas vezes incentivado pela própria família, perpetua ciclos de abuso e negligência. Programas de prevenção que visam fortalecer os laços familiares saudáveis, como os promovidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), são estratégicos. A internet tem se mostrado uma ferramenta útil para ações educativas e para o apoio a pais e cuidadores.

A escuta sensível e a quebra do silêncio são elementos centrais no enfrentamento da violência sexual infantil. As redes sociais, como mostram Silva *et al.* (2023), podem ser aliadas na denúncia e no acolhimento das vítimas, permitindo o compartilhamento de histórias e o pedido de ajuda em ambientes seguros. O abuso sexual infantil, em sua maioria, ocorre em contextos familiares, o que exige do Estado uma postura ativa no combate à negligência parental e na promoção de ambientes protetivos.

Por fim, a negligência, frequentemente associada à pobreza e à desigualdade social, compromete seriamente o desenvolvimento infantil. Estudos realizados no Espírito Santo revelam a presença

expressiva de negligência por parte de familiares, resultando em deficiências físicas, emocionais e cognitivas. A mobilização da sociedade e do Estado é essencial para garantir a efetividade das políticas públicas, sobretudo nas regiões mais vulneráveis.

A perpetuação da violência sexual infantil está diretamente ligada à desigualdade de gênero e à fragilidade das políticas públicas. Pesquisas revelam que muitas mulheres adultas que sofreram violência sexual foram vítimas na infância, demonstrando um ciclo de agressões que perdura por gerações. Como concluem Torres *et al.* (2023), somente por meio de políticas públicas eficazes, campanhas educativas e uma atuação integrada da rede de proteção será possível romper com esse ciclo de violência e garantir um futuro mais seguro e digno para as crianças brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, ressalta-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema presente na sociedade, classificado como grave violação dos direitos humanos. Mesmo com o histórico de lutas e a criação de leis para proteção das vítimas, os números de casos só aumentam. Caracteriza-se como abuso ou violência sexual infantojuvenil a ação praticada por um indivíduo que envolve atividades com fins sexuais com crianças ou adolescentes. Essas práticas acarretam diversos prejuízos ao desenvolvimento da vítima, comprometendo sua saúde mental e tornando-a suscetível a transtornos como ansiedade, depressão e traumas emocionais.

De acordo com os dados analisados, observa-se que a infância e a adolescência constituem as faixas etárias mais afetadas pela violência sexual. Em relação à diferença de gênero, as mulheres são as mais atingidas, frequentemente em contextos de baixa escolaridade.

Além disso, os agressores mais comuns estão inseridos no ambiente intrafamiliar, sendo, em sua maioria, familiares, amigos ou conhecidos das vítimas. O abuso sexual costuma estar associado, majoritariamente, à violência física e psicológica. Atualmente, já existem instrumentos de rastreio desenvolvidos com o objetivo de promover a identificação precoce desses casos; contudo, o despreparo dos profissionais e a fragilidade da rede de enfrentamento comprometem a oferta de assistência adequada a esse público.

A análise dos estudos selecionados confirma que os objetivos da revisão sistemática foram alcançados, ao ampliar a compreensão e a conscientização sobre a gravidade da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Contudo, o trabalho enfrentou desafios, como a busca por evidências científicas que expliquem os fatores que influenciam a prática da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como a recorrência desses atos. Constatou-se a crescente gravidade desse cenário e a ausência de políticas públicas eficazes para lidar com as consequências desse tipo de abuso. Além disso, compreender o impacto na vida das vítimas e identificar os caminhos legais para que a justiça seja efetivamente aplicada ao agressor também se mostrou um processo complexo, que deve ser aprofundado em futuras publicações.

A revisão sistemática sobre violência sexual contra crianças e adolescentes evidenciou a relevância social e científica do tema, ao revelar um problema historicamente silenciado e marcado pela subnotificação. A pesquisa apontou falhas na articulação entre escolas, serviços de saúde e redes de proteção, além das dificuldades enfrentadas pelos profissionais no acolhimento das vítimas. Diante disso, reforça-se a urgência de políticas públicas eficazes, de capacitação contínua dos profissionais envolvidos e de uma atuação intersetorial articulada. Conclui-se, portanto, que o enfrentamento desse tipo de violência exige uma rede de proteção fortalecida, comprometida com o atendimento humanizado e com a garantia dos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS

ALVES MOREIRA, Tadiana Maria *et al.* Estudo de violência sexual em crianças e adolescentes em Joinville, SC, 2019. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. [s.p.], 2022.

SILVA, Silvana Maria da *et al.* Fatores associados à recorrência de violência em crianças e adolescentes. Mato Grosso-Brasil, 2013 a 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, e02912024, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.02912024>.

DOURADO, Ana Lucia; BIDARRA, Zelimar Soares. Estratégias para a Escuta Especializada de vítimas de violência sexual em redes intersetoriais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 145, p. 174-188, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.278>.

SANTO, Paulo Sergio; GONÇALVES, Djonatas; ROSA, Lucas Augusto. Crimes omissivos: a responsabilização dos pais nos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, v. 8, n. 4, p. 1523-1542, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. [Nota: A referência original "Pesquisa Qualitativa: Teoria, Método e Criatividade" de 1993 foi atualizada para a edição mais recente e comumente citada desta obra, mantendo a autoria principal de Minayo e incluindo Sanches como coautor.]

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **RELVA – Revista de Educação do Vale do Arinos**, Juara, v. 3, n. 2, p. 123-139, jul./dez. 2017.

CUSTÓDIO, Lílían. A violência como fenômeno sociocultural: impactos na saúde coletiva. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, e23015, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004615>.

FONSECA, Juliana; FERREIRA, Talita. O silêncio como forma de negligência parental em casos de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 31, e190458, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31190458>.

GUZMÁN, Camila. Atendimento humanizado às vítimas de violência sexual no Hospital Odilon Behrens. **Revista Brasileira de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 143-158, 2023.

INOUE, Tânia; RISTUM, Marilena. Violência sexual contra crianças e adolescentes: revelação e notificação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 685-693, out./dez. 2008.

JAMPERSA, Ana; ALMEIDA, Cláudia; VASQUES, Joana. Violência sexual infantil e os impactos na aprendizagem escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e247841, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003247841>.

LEITE, Mariana; ALBUQUERQUE, Fabiana. O papel da atenção básica no enfrentamento da violência sexual infantil. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2023.

LOURENÇO, Luan; SILVA, Roberta; CAMPOS, Jéssica. Fortalecimento do ECA no enfrentamento à violência sexual infantil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 3, p. 45-59, 2023.

MIRANDA, Lucas; SALES, Alexandre; COSTA, Júlia Feitosa. A preservação do patrimônio da criança e do adolescente frente à legislação ECA. **Facit Business and Technology Journal**, Araguaína, v. 1, n. 50, p. 289-302, 2024.

PLATT, Luciana Oliveira *et al.* Perfil epidemiológico da violência sexual contra crianças e adolescentes em Florianópolis. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00012317, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00123417>.

SETTI, Paula; DE ARAÚJO, Marina; VON HOHENDORFF, Jorge. Atuação das equipes de saúde no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 2, e210345, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902022210345>.

SILVA, Débora; NASCIMENTO, Heloísa; LOPES, Carla. O uso das redes sociais na denúncia de abuso sexual infantil: escuta e acolhimento. **Revista Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 14, n. 42, p. 12-30, 2023.

SOUZA, Fernanda; COSTA, Henrique; ALVES, Tatiane. A infância como grupo mais vulnerável à violência sexual: dados e desafios na região Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 19-31, 2022.

TAQUETTE, Stella; MONTEIRO, Danielle; RODRIGUES, Helena. Violência sexual contra meninas adolescentes: um estudo com dados do SINAN. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, n. 3, p. 895-904, jul./set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93042021000300011>.

TORRES, Rebeca; SILVA, Lúcio; ALMEIDA, Camila. Diagnóstico da violência fatal e não fatal contra crianças no Estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, Maceió, v. 17, n. 1, p. 55-70, 2023

12

*Amelly Maria Nogueira Dionísio
Louise Rolim dos Santos
Maria Clara Alves Dantas
Maria das Graças Lima Barbosa
Maria Kelly Cardoso Araújo
Verianne Pinheiro Monteiro
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:

**SUA HISTÓRIA E CONSEQUÊNCIAS
FRENTE O PAPEL DO PSICÓLOGO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-705-7.12

INTRODUÇÃO

As medidas socioeducativas são sanções judiciais aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais, cujo desenvolvimento histórico reflete diferentes concepções sobre infância e adolescência. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incluem advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, sendo esta última destinada aos casos mais graves.

A trajetória institucional dessas medidas é complexa e anterior ao ECA, sendo marcada por legislações como os Códigos de Menores de 1927 e 1979. Destacam-se também instituições como SAM, FUNABEM e FEBEMs, caracterizadas por práticas disciplinares e rígidas (Santos; Melo, 2024).

A extinção da FUNABEM, em 1990, com a promulgação do ECA, representou a ruptura com a lógica tutelar e a adoção da doutrina da proteção integral. Nesse contexto, consolidou-se a responsabilização de adolescentes em conflito com a lei sob a perspectiva dos direitos humanos (Pilotti; Rizzini, 1995).

O psicólogo integra as equipes técnicas dessas instituições, atuando de forma interdisciplinar no acompanhamento dos adolescentes. O atendimento psicológico é fundamental no planejamento das medidas, considerando as especificidades do adolescente e o contexto institucional (Brasil, 2012).

Torna-se necessária a investigação da atuação do psicólogo no contexto socioeducativo, abrangendo práticas específicas e o trabalho interdisciplinar. Apesar das diretrizes existentes, persistem lacunas quanto à efetivação dessa atuação, especialmente quanto às limitações, ao alcance das intervenções e às influências sociais (Brasil, 2012).

O psicólogo participa da elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA), considerando a singularidade e as vulnerabilidades do adolescente. Esse processo é construído com a família e a equipe técnica, visando intervenções mais efetivas e que transcendam a lógica punitiva (Brasil, 2012).

Essa perspectiva exige a compreensão do contexto de vulnerabilidade social, dos traumas e das fragilidades nos vínculos familiares relacionados à conduta do adolescente. Assim, o foco amplia-se para além da responsabilização, incluindo a reinserção social e a reconstrução do projeto de vida.

MÉTODO

O estudo caracteriza-se como pesquisa básica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, voltada à análise de aspectos subjetivos por meio de revisão sistemática da literatura (Prodanov; Freitas, 2013; Marconi; Lakatos, 2024; Sarmento; Saavedra; Rosado, 2024). A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com os descritores “Medidas socioeducativas” AND “Psicólogo”, no período de agosto a outubro de 2025, resultando na seleção de 13 artigos. Foram incluídos estudos completos, em português, publicados nos últimos dez anos e alinhados à temática, sendo excluídos duplicados, revisões sistemáticas e publicações editoriais. Os dados foram analisados de forma crítica, considerando sua relevância e contribuição para o objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo teve como objetivo analisar produções científicas sobre a atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas, com foco na reinserção social de adolescentes em conflito com a lei. A busca na base BVS, com os descritores “Medidas socioeducativas” AND “Psicólogo”, resultou inicialmente em 60 artigos, sendo reduzidos para 24 após aplicação de filtros de texto completo, idioma e recorte temporal. Desses, 9 artigos foram selecionados por atenderem aos critérios de inclusão, enquanto os demais foram excluídos por não apresentarem relevância ou por se tratarem de revisões e publicações editoriais. A sistematização dos estudos selecionados possibilitou a comparação dos resultados, evidenciando convergências e divergências na atuação do psicólogo no contexto socioeducativo.

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise

Referencias	Objetivos	Resultados
Silva, Joicy Anne; Dionísio, Gustavo Henrique. O psicólogo no acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas: seria possível uma escuta analítica? Rev. psicol. (Fortaleza, Online);11(1): 158-170, 2020.	Discutir sobre o trabalho do psicólogo no campo das Medidas Socioeducativas (MSE), especificamente no da Liberdade Assistida (LA).	Considera-se que a LA possa constituir-se como um espaço de estímulo ao protagonismo do jovem e como um meio de o profissional da assistência social conhecer o adolescente e a sua realidade, contribuindo para a ruptura de preconceitos.
Grassi, Giulia Oliva; Coltro, Beatriz Pires; Giacomozzi, Andréia Isabel; Santa Rosa, Tathiana Reche. O trabalho do psicólogo com grupo de adolescente em privação de liberdade Estud. Interdiscip. Psicol ;10(3): 228-242, dez. 2019.	Evidenciar e discutir a presença obrigatória do psicólogo nas equipes multidisciplinares de atendimento socioeducativo, cabendo a esses profissionais diferentes formas de atuar e, sobretudo a reflexão sobre o seu papel nesse sistema.	Assim, entende-se fundamental para a coordenação de grupo com adolescentes em privação de liberdade o reconhecimento de suas histórias e experiências, considerando a postura ética que o profissional psicólogo deve assumir ao conduzir o trabalho grupal, cujo objetivo central é proporcionar um espaço de acolhida para discussão e reflexão coletivas.

Santos, M. N. dos; Menandro, M. C. S. Atuação profissional junto aos adolescentes em medida socioeducativa de internação: um estudo com psicólogos. Interação psicol ;21(2): 107-117, maio-ago. 2017.	Verificar a forma pela qual o reordenamento do Sistema Socioeducativo refletiu na prática de psicólogos que atuam junto a adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação.	Os resultados evidenciam que algumas mudanças nas práticas e preocupações estão em curso, mas são incipientes, o psicólogo ainda encontra muita dificuldade para estabelecer uma mudança significativa em sua prática e ainda, o redirecionamento preconizado pelo SINASE não aparece de forma clara em seus relatos.
Santana, Everton Cristian Oliveira de; Massuia, Fernanda Mariano; Paula, Alessandro Vinicius de. Percepções de profissionais da psicologia sobre sua atuação no sistema socioeducativo. Interação psicol ;27(2): 127-138, mai.-jul. 2023.	Compreender quais eram as percepções das(os) profissionais da Psicologia que trabalham no Sistema Socioeducativo sobre a sua atuação dentro dos Centros de Atendimento Socioeducativos (CASEs) do Complexo Pomeri em Cuiabá, Mato Grosso.	Como principais resultados, identificamos percepções que denunciaram as mazelas do Sistema Socioeducativo (explicitando as faces mais tristes da privação de liberdade de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa), bem como percepções que evidenciam o compromisso ético das(os) profissionais da Psicologia que atuam nos CASEs.
Azevedo, Cinthya Rebecca Santos; Alberto, Maria de Fatima Pereira; Amorim, Tâmara Ramalho de Sousa. Adolescência e Ato Infracional: Violência Institucional e Subjetividade em Foco Psicol. ciênc. prof ;37(3): 579-594, jun.-sept.2017. tab	Analisar as implicações da violência institucional na subjetividade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE) em meio aberto na cidade de João Pessoa-PB.	Indicaram que todos os adolescentes sofreram violência institucional, manifestada como violência física e/ou psicológica, tortura, abuso de poder, revistas constantes, julgamento e controle da vida dos adolescentes. .
Morais, Maíra de Azevedo. Ações de uma equipe multiprofissional : o atendimento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Belo Horizonte; s.n; 2019. 86 p. ilus, mapas	Analisar o trabalho em equipe, desenvolvido em uma unidade socioeducativa de internação localizada no município de Belo Horizonte/Minas Gerais, segundo a perspectiva da equipe multiprofissional.	Das entrevistas enquanto aos aspectos facilitadores do trabalho em equipe, conhecer o trabalho e o saber do outro, proximidade física, discussões em espaços formais, discurso coeso, equipe por afinidade e boa gestão. Os aspectos que dificultam o trabalho em equipe emergiram: ausência de diálogo, ausência de consenso, competência exclusiva por categoria e os impedimentos externos à atuação da equipe multiprofissional.

Maia, Isadora Machado; Morais, Normanda Araujo de. Engajamento com o trabalho e exaustão emocional de profissionais da socioeducação. Psicol. ciênc. prof; 43: e247960, 2023. Graf	Compreender a percepção dos profissionais das medidas socioeducativas acerca do seu engajamento e exaustão com o trabalho.	Os participantes descreveram diversas demandas relacionadas à exaustão física e psicológica, mas também ressaltaram a relevância social de sua prática profissional junto aos adolescentes e o relacionamento positivo entre os profissionais como fatores que justificam o seu engajamento e permanência nas instituições socioeducativas.
Ferrão, Iara da Silva; Santos, Samara Silva dos; Dias, Ana Cristina Garcia. Psicologia e Práticas Restaurativas na Socioeducação: Relato de Experiência. Psicol. ciênc. prof; 36(2): 354-363,	Apresentar um relato de experiência de profissional da área da Psicologia, dentro de uma Unidade de Internação de adolescentes em conflito com a lei.	Tem como resultado mostrar que as práticas restaurativas realizadas nesta instituição foram apenas os círculos de compromisso. O tema da Justiça Restaurativa (JR), por ser novo, ainda é difícil de avaliar possíveis resultados e impactos.
Kuhn, Larissa Oliveira; Uziel, Anna Paula. Projeto de vida em planos individuais de atendimento no contexto socioeducativo. Rev. polis psique; 12(2): 130-152, 2022-12-21.	Apresentar como o projeto de vida de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) é abordado no instrumento institucional Plano Individual de Atendimento PIA.	Ao final, percebeu-se que o PIA não é usado como base instrumental para o trabalho articulado a um projeto de vida dos adolescentes, mas é reduzido a um contrato firmado com eles no início do cumprimento da medida com registro de expectativas de futuro.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Silva e Dionisio (2020) contribuem de maneira significativa para o campo da Psicologia ao oferecerem uma reflexão crítica sobre a atuação do psicólogo no acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em liberdade assistida. O artigo destaca que, frequentemente, a prática profissional se restringe ao âmbito disciplinador e de controle, o que limita a construção de um espaço acolhedor. Desse modo, os autores defendem a “ausculta analítica”, fundamentada na psicanálise, por possibilitar ao adolescente ocupar o lugar de sujeito, e não apenas de infrator. A atuação

do psicólogo deixa de ser meramente a elaboração de relatórios e passa a contemplar o acolhimento e a escuta. Assim, a pesquisa acrescenta uma crítica que sugere caminhos para a humanização das políticas públicas e para o redimensionamento do papel da Psicologia.

Do mesmo modo, Grassi *et al.* (2019) trazem contribuições relevantes ao evidenciar a importância da atuação do psicólogo em contextos de privação de liberdade, especialmente na mediação de grupos com adolescentes em conflito com a lei. A pesquisa ressalta que a prática psicológica, quando pautada na ética, no acolhimento e na escuta qualificada, possibilita a construção de espaços de reflexão coletiva, favorecendo o desenvolvimento crítico e emocional dos participantes. O artigo amplia a compreensão sobre o papel do psicólogo no sistema socioeducativo, fortalecendo a dimensão social e comunitária da profissão e indicando caminhos para uma prática comprometida com a transformação social e a garantia de direitos.

Entretanto, segundo Santos e Menardo (2017), a atuação do psicólogo junto a adolescentes em conflito com a lei ainda enfrenta dificuldades para efetivar os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), embora já se observe um movimento de transformação nesse campo. A pesquisa buscou refletir sobre o desenvolvimento da Psicologia nesse espaço historicamente ligado às políticas públicas. Nota-se que a prática profissional vai além da avaliação e do diagnóstico, demandando um compromisso social que considere a realidade brasileira e as constantes violações de direitos nos contextos de privação de liberdade. É urgente que o psicólogo assuma uma postura crítica e ética, mesmo diante de riscos e limitações institucionais, para que sua atuação se torne mais efetiva, inclusiva e socialmente engajada.

Nessa perspectiva, no contexto das medidas socioeducativas, o psicólogo deve compreender o adolescente como sujeito em desenvolvimento, e não apenas como infrator. Para isso, o profissional precisa ir além da avaliação e do diagnóstico, acolhendo

o adolescente por meio de uma escuta qualificada, valorizando-o e permitindo que ele se sinta respeitado e compreendido. Segundo o Conselho Federal de Psicologia e o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2021), a atuação no campo das medidas socioeducativas deve basear-se em um marco ético-político que considere as condições históricas que influenciaram as formas de compreender a adolescência, a juventude e a família, ressaltando a importância do trabalho em rede com esses indivíduos. Logo, o psicólogo deve refletir criticamente sobre o processo de acolhimento, seus desafios e as realidades sociais envolvidas.

Ainda na perspectiva da atuação do psicólogo nesse sistema, Santana, Massuia e Paula (2023) apresentam, em seus resultados, a percepção dos psicólogos nos Centros de Atendimento Socioeducativo (Cases), destacando as mazelas na experiência de atuação. Observam estruturas inadequadas, pautadas em um paradigma de aprisionamento, com celas e grades, ainda que tenha havido avanços com a demolição de alas mais antigas e insalubres para dar lugar a espaços esportivos. Além disso, destacam que, no Case de Internação Masculina, os fenômenos decorrentes da privação de liberdade eclodem de forma mais crítica em razão da superlotação, da falta de estrutura e do assédio moral, havendo maior dificuldade de atuação. Relatam que, nos Cases femininos, foi onde sentiram mais possibilidade de atuação plena, não encontrando muitas dificuldades para desenvolver atividades; porém, existem questões de gênero envolvidas, como a maior culpabilização e responsabilização da adolescente e o abandono familiar, mais frequente do que no gênero masculino.

Nesse sentido, Azevedo, Alberto e Amorim (2017) têm como foco principal analisar as implicações da violência institucional na subjetividade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto. As entrevistas concedidas pelos adolescentes revelam que o acesso ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é percebido como tempo prazeroso, que informa sobre a disciplina da mente e do tempo nos espaços oferecidos para

atividades e diálogos. A maioria dos entrevistados teve seus direitos violados, como a falta de acesso à educação, o que contribuiu para o processo de exclusão social. Eles se referem ao Creas como “segunda casa”, e o espaço mostra-se como uma “chance” de esses adolescentes se reinserirem na sociedade, por meio do trabalho e dos estudos, a partir da entrada em cursos e da possível inserção no Programa Jovem Aprendiz.

A atuação do psicólogo e de profissionais de outras áreas está marcada no contexto socioeducativo. A questão central não são apenas os adolescentes, mas a circunstância em que estão inseridos. Seus direitos e a proteção integral, previstos na política de atendimento socioeducativo, são negligenciados, principalmente ao se observar o paradigma de aprisionamento com celas e grades, que gera revolta nos adolescentes, juntamente com a violência institucional sofrida. A Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) prevê que esse programa deve estar sustentado nos diversos sistemas sociais (educação, saúde, lazer, segurança pública) para a efetivação da doutrina de Proteção Integral, da qual todos os adolescentes são destinatários. Além disso, o espaço físico das unidades de privação de liberdade deve assegurar os requisitos de saúde, acesso aos direitos e condições dignas de vida, bem como reconhecer o adolescente como sujeito pertencente a uma coletividade que também deve compartilhar tais valores. Contudo, segundo os resultados apresentados, essa situação não está em conformidade, o que reforça as dificuldades de atuação e intervenção no sistema socioeducativo.

Simultaneamente, de acordo com Moraes (2019), os resultados indicaram que o estudo contou com sete profissionais de equipe multiprofissional que atuam na internação socioeducativa, sendo a maioria mulheres, com idades entre 30 e 44 anos e pelo menos três anos de experiência na área. A análise de conteúdo foi organizada em dois temas principais: aspectos facilitadores e aspectos dificultadores do trabalho em equipe multiprofissional. Entre os facilitadores, os profissionais destacaram a importância de conhecer o trabalho e o saber do outro, a proximidade física, a realização

de discussões em espaços formais, a construção de um discurso coeso, a formação de equipes por afinidade e a presença de uma boa gestão. Já os dificultadores foram agrupados em: ausência de diálogo, ausência de consenso, competência exclusiva por categoria e impedimentos externos à própria equipe – esta última subdividida em fatores como falta de reconhecimento, rotatividade de profissionais e gestores, características próprias dos adolescentes atendidos e carência de recursos institucionais.

Nesse mesmo sentido, Maia e Moraes (2023) trazem informações sobre as diversas demandas relacionadas à exaustão física e psicológica do profissional na atuação no sistema socioeducativo. Fatores como a falta de estrutura física e o baixo número de trabalhadores em relação à grande quantidade de adolescentes eram aspectos descritos pelos técnicos de um programa da medida socioeducativa de liberdade assistida como limitantes de sua atuação. Sinalizam a importância da interação entre socioeducadores e socioeducandos para que haja abertura a uma atuação aprimorada. Outra questão apontada foi a baixa higiene e a falta de salubridade nas instituições, que contribuíam para a proliferação de doenças entre os indivíduos ali contidos, além de mencionarem os baixos salários, pouco atrativos para os profissionais, o que propaga a desistência e o adoecimento dos socioeducadores.

No sistema socioeducativo, tanto adolescentes quanto os profissionais que atuam na área sofrem em uma realidade cheia de ambiguidades. Por um lado, as medidas socioeducativas foram criadas com o nobre objetivo de ressocialização e garantia dos direitos dos jovens em conflito com a lei. Mas, na prática, como mostra Azevedo (2018), os adolescentes vivenciam situações de violência institucional que vão além do físico, atingindo também o psicológico e o simbólico, com grandes repercussões na subjetividade, causando medo, desvalorização e submissão.

Do ponto de vista de Maia e Moraes (2023), identifica-se que, apesar do reconhecimento e da relevância social de suas práticas, os profissionais atuam em situações muitas vezes precárias, vivenciando exaustão física e emocional, o que contrasta com a função protetiva e formativa que deveriam desempenhar. Carvalho (2021) afirma que o Estado, ao mesmo tempo que propõe garantir políticas de inclusão, saúde e assistência no âmbito socioeducativo, mantém práticas de controle e repressão. Essa “dupla disciplina” revela um sistema que, apesar de prometer inúmeros direitos, funciona como mecanismo de vigilância. Assim, fica nítida a contradição entre o ideal normativo e a execução concreta, gerando sofrimento e desgaste para todos os envolvidos e revelando uma ambiguidade profunda e estrutural.

Ferrão, Santos e Dias (2016) apresentaram suas experiências em uma unidade de internação de adolescentes em conflito com a lei. Os autores destacam a importância das articulações de todos os profissionais para o círculo de compromisso com os adolescentes; para isso, é preciso que esse processo seja bem planejado e revisado. Além disso, abordam que as condições do estabelecimento e as relações de trabalho são fatores que podem influenciar a jornada do círculo – caso não haja investimentos e aprimoramento dos profissionais, o processo pode perder credibilidade pela falta de bons resultados. Os socioeducadores têm papel central para a execução do círculo e são importantes também na vida dos adolescentes, oferecendo oportunidades de ressignificação, reinserção e ajudando-os a não reincidirem no ato infracional.

Kuhn e Uziel (2022) evidenciaram, em seus resultados, que não existe, por parte da Secretaria de Assistência, um documento de referência que oriente sobre a temática “projeto de vida” ou sobre formas de trabalhá-la no atendimento socioeducativo. A psicóloga entrevistada associou o projeto de vida ao desejo de realizar um sonho; porém, ressaltou que muitos adolescentes chegam sem perspectivas e, embora lhes seja perguntado sobre sonhos ou desejos, esses aspectos não são incorporados ao Plano Individual de Atendimento (PIA).

o PIA, na prática, tem sido utilizado mais como instrumento burocrático e orientador dos profissionais do que como ferramenta de construção de projetos de vida. O prazo legal de 15 dias para entrega do documento à Vara da Infância e Juventude leva os profissionais a coletarem rapidamente as informações necessárias já no primeiro contato, reduzindo a possibilidade de estabelecer vínculo com o adolescente e de promover uma reflexão mais aprofundada sobre seu futuro.

De modo análogo, implica-se a construção de um projeto educacional mais justo, solidário e humano ao destacar a relevância da diversidade de profissionais que atuam, enfatizando que o êxito do processo socioeducativo depende do planejamento, da revisão e de condições institucionais adequadas para uma melhor efetividade. Nesse contexto, o papel do socioeducador é fundamental para favorecer a ressignificação de trajetórias e a reinserção social dos adolescentes. O Plano Individual de Atendimento (PIA) tem sido utilizado predominantemente como instrumento burocrático, perdendo sua potencialidade enquanto ferramenta de construção de sentido e reflexão sobre o futuro. Assim, Cunha e Paiva (2016, p. 88) compreendem que tanto os círculos de compromisso quanto o Plano Individual de Atendimento devem constituir-se como práticas educativas integradas às experiências concretas dos educandos, possibilitando a transformação de comportamentos, atitudes e relações sociais. Logo, o processo socioeducativo deve ser compreendido como um espaço de mediação na valorização da singularidade.

Com isso, a atuação do psicólogo no sistema socioeducativo caracteriza-se por um trabalho voltado ao acolhimento, à escuta qualificada, às intervenções e à avaliação psicossocial, realizado em conjunto com uma equipe multidisciplinar, tendo como objetivo a ressocialização e a reintegração social dos adolescentes em conflito com a lei. Os artigos mostram que, embora existam avanços, esse sistema ainda necessita de melhorias, pois há muitos desafios estruturais que dificultam o processo educativo e de ressocialização no cumprimento das medidas socioeducativas. O psicólogo deve

assumir uma postura crítica, ética e transformadora, reconhecendo o adolescente como sujeito de direitos e de potencialidades. A partir dessa compreensão, é possível avançar para uma análise e reflexão mais ampla sobre os impactos e as perspectivas da atuação do psicólogo no sistema socioeducativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, por meio de uma revisão sistemática da literatura, buscou analisar artigos científicos acerca da atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas. Durante a análise, foram observadas as nuances que caracterizam essa prática, a forma como o trabalho é realizado, as dificuldades existentes e a percepção dos profissionais inseridos nesse contexto. As referências analisadas possibilitaram uma sistematização da atuação do psicólogo e ofereceram subsídios para a compreensão das possibilidades de intervenção no cenário socioeducativo. Desse modo, o objetivo da pesquisa foi alcançado por meio da análise dos artigos científicos selecionados.

Os resultados das pesquisas indicam que a presença do psicólogo no sistema socioeducativo é fundamental para a promoção da escuta, do acolhimento e da construção de vínculos que auxiliam no desenvolvimento social e emocional dos adolescentes. As pesquisas destacam que, apesar do avanço na inserção desses profissionais em equipes multiprofissionais, ainda persistem dificuldades estruturais e institucionais, como a escassez de recursos, a sobrecarga de trabalho e a ausência de políticas públicas que sustentem práticas mais humanizadas. Observou-se, também, que muitos psicólogos enfrentam dilemas éticos e emocionais em sua atuação, lidando cotidianamente com frustrações e exaustão diante de um sistema que, frequentemente, prioriza o controle e a punição em detrimento da socioeducação.

Além disso, percebe-se que o Plano Individual de Atendimento (PIA) tem sido utilizado, na prática, mais como um instrumento burocrático do que como uma ferramenta efetiva de intervenção no contexto socioeducativo. Essa utilização limitada compromete sua função essencial, que seria promover um acompanhamento personalizado e favorecer o estabelecimento de vínculo entre o psicólogo e o adolescente. A ausência desse vínculo dificulta a criação de um espaço de escuta e reflexão, elementos fundamentais para o planejamento de um projeto de vida significativo. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de ressignificar o uso do PIA, transformando-o em um instrumento que, para além do cumprimento de formalidades institucionais, possa contribuir efetivamente para o desenvolvimento subjetivo e social dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Apesar dos progressos, o campo socioeducativo ainda enfrenta desafios para alcançar a proteção integral e a transformação social. Essa dificuldade reflete-se, também, na limitação deste estudo em abordar a atuação prática e contextualizada do psicólogo; contudo, sua contribuição reside na sistematização de teorias e experiências que fomentam a reflexão crítica sobre essa prática. Para que o processo seja verdadeiramente transformador, pautado no respeito e na reconstrução de projetos de vida dignos, recomenda-se que instituições e órgãos públicos invistam na capacitação continuada de profissionais, na ampliação de recursos e no fortalecimento das redes de apoio. Futuras pesquisas devem aprofundar a análise empírica da prática, contemplando a perspectiva tanto de psicólogos quanto de adolescentes, e investigar a eficácia das medidas sob a ótica da justiça restaurativa e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Cinthya Rebecca Santos; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa. Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 579-594, jul./set. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 jan. 2012.

CARVALHO, Diego Sousa de. Estado, juventude e narrativas do sistema socioeducativo: direitos humanos, saúde e políticas sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 2, p. 3753-3764, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.22672019>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA; CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no âmbito das medidas socioeducativas**. Brasília: CFP, 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília:

CONANDA, 2006. CUNHA, R. D. T.; PAIVA, I. L. O atendimento às adolescentes em conflito com a lei: em foco as propostas educacionais no Rio Grande do Norte. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 77-97, 2016.

FERRÃO, Iara da Silva; SANTOS, Samara Silva dos; DIAS, Ana Cristina Garcia. Psicologia e práticas restaurativas na socioeducação: relato de experiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 354-363, abr./jun. 2016.

GRASSI, Giulia Oliva; COLTRO, Beatriz Pires; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; SANTA ROSA, Tathiana Reche. O trabalho do psicólogo com grupo de adolescente em privação de liberdade. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, n. 3, p. 228-242, dez. 2019.

KUHN, Larissa Oliveira; UZIEL, Anna Paula. Projeto de vida em planos individuais de atendimento no contexto socioeducativo. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 130-152, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.125456>.

MAIA, Isadora Machado; MORAIS, Normanda Araujo de. Engajamento com o trabalho e exaustão emocional de profissionais da socioeducação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e247960, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003247960>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

MORAIS, Maíra de Azevedo. **Ações de uma equipe multiprofissional**: o atendimento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño: Editora Universitária Santa Úrsula: Amais, 1995.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTANA, Everton Cristian Oliveira de; MASSUIA, Fernanda Mariano; PAULA, Alessandro Vinicius de. Percepções de profissionais da psicologia sobre sua atuação no sistema socioeducativo. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 27, n. 2, p. 127-138, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5380/riep.v27i2.85432>.

SANTOS, M. E. de M.; MELO, M. M. A proposta socioeducativa do Regime Militar presente na FUNABEM e no I Fórum de Menores. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 46, n. 1, e69145, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v46i1.69145>. SANTOS, M. N. dos;

MENANDRO, M. C. S. Atuação profissional junto aos adolescentes em medida socioeducativa de internação: um estudo com psicólogos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 107-117, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5380/psiv21i2.48868>.

SARMENTO, Hugo; SAAVEDRA, Néstor Ordoñez; ROSADO, Antônio. **Revisão sistemática da literatura**. Mossoró: Edições UERN, 2024.

SILVA, Joicy Anne; DIONÍSIO, Gustavo Henrique. O psicólogo no acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas: seria possível uma escuta analítica? **Revista de Psicologia (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 158-170, 2020.

13

Ana Clara Maciel de Sousa Rodrigues

Ana Livia Ribeiro Freitas

Francisca Amanda Trajano da Silva

João Luis Vieira Gonçalves de Azevedo

Patrícia Kelly Lacerda Silva

Maria Luiza Bezerra Félix

Leilane Cristina Oliveira Pereira

USO DO PROJETO DE VIDA ADOLESCENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, publicações acerca do uso do projeto de vida de adolescentes no âmbito das políticas públicas. O projeto de vida pode ser compreendido como um conjunto de intenções, planos e aspirações orientados para a realização de um ideal, constituindo-se como uma ferramenta que direciona e organiza perspectivas futuras. Dessa forma, não se caracteriza como um constructo imutável, podendo ser reelaborado a partir das vivências do indivíduo. Ademais, não se restringe à inserção no mercado de trabalho, abrangendo também dimensões relacionadas à consciência coletiva (Gomes *et al.*, 2016).

A construção de projetos de vida envolve reflexões que ultrapassam aspectos como vida afetiva, família, estudo e trabalho, incluindo também questões relacionadas à saúde, bem-estar, relação com o meio ambiente, organização do tempo e lazer, entre outros (Brasil, 2018). A adolescência configura-se como um período central nesse processo, uma vez que grande parte desses projetos começa a ser estruturada com base na percepção que os jovens têm de si mesmos, de suas potencialidades e de seus objetivos. Tal projeção de futuro está diretamente relacionada às vivências, experiências prévias e relações estabelecidas ao longo da vida (Serrão; Baleeiro, 1999).

Estudos indicam que contextos de violência na vida desses jovens podem impactar significativamente seus projetos de vida, levando-os, por vezes, à construção de identidades marcadas pela opressão e pela exploração, pautadas na sobrevivência e no medo, como reflexo de uma ordem social desigual (Moura; Ximenes, 2016). Ademais, a família pode configurar-se tanto como fator de proteção quanto de risco no desenvolvimento desses projetos, considerando-se a presença ou ausência de uma rede de apoio. Tal condição pode contribuir para a prevenção ou o agravamento de situações de vulnerabilidade, como abandono, negligência e violência (Paludo; Koller, 2008).

Diante disso, ao considerar o projeto de vida como uma ferramenta potencialmente transformadora de realidades, a análise dos fatores que facilitam ou dificultam sua construção torna-se fundamental para a efetivação dos direitos desses sujeitos, especialmente no contexto das políticas públicas. Parte-se, portanto, do pressuposto de que a organização e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes e jovens são essenciais para promover o debate sobre a importância da construção do projeto de vida em diferentes esferas do conhecimento.

Por fim, observa-se que, apesar da relevância do tema em diversas áreas, sua discussão ainda se apresenta limitada na literatura disponível, evidenciando a necessidade de ampliação de estudos que contemplem tanto a perspectiva de profissionais da educação quanto a percepção dos próprios jovens acerca dos impactos do projeto de vida em suas trajetórias. Assim, a presente revisão busca contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a temática e para o fortalecimento do debate acerca das políticas públicas.

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, fundamentada em revisão de literatura com base em revisão sistemática. Esse tipo de investigação pode ser definido como um trabalho teórico ou experimental voltado à produção de novos conhecimentos acerca dos fundamentos dos fenômenos observáveis, sem finalidade prática imediata (Tápia; Mineo, 2005).

A pesquisa possui caráter exploratório, tendo como objetivo analisar publicações sobre o uso do projeto de vida de adolescentes nas políticas públicas. Trata-se de uma abordagem qualitativa, uma vez que se baseia na análise de dados textuais, interpretados por meio de procedimentos hermenêuticos (Günther, 2006).

Para o desenvolvimento deste estudo, realizou-se uma busca na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores combinados pelo operador booleano "AND": "projeto de vida" AND "adolescente" AND "política pública", com aplicação do filtro "texto completo". A busca foi conduzida no primeiro semestre de 2025, entre os meses de fevereiro e maio, sendo adotados critérios específicos de inclusão e exclusão.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados nos últimos dez anos (2015–2025), disponíveis em língua portuguesa, de autores brasileiros e que abordassem a temática do projeto de vida de adolescentes no contexto das políticas públicas. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados, publicações em línguas estrangeiras, revisões sistemáticas e trabalhos que não apresentassem alinhamento com o tema proposto.

A análise dos dados foi realizada por meio de abordagem qualitativa, buscando aprofundar a compreensão do fenômeno investigado a partir dos estudos selecionados. As informações essenciais foram sistematizadas com o objetivo de constituir um conjunto organizado de dados que subsidiasse a análise da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo teve como objetivo analisar publicações que abordam o uso do projeto de vida de adolescentes no contexto das políticas públicas. Para tanto, foi realizada uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em fevereiro de 2025, utilizando os descritores "projeto de vida", "adolescente" e "política pública", combinados pelo operador booleano "AND".

Na busca inicial, foram identificados 232 registros. Após a aplicação do filtro “texto completo”, 128 foram excluídos, resultando em 104 artigos. Em seguida, com a aplicação do filtro de idioma, restringindo-se a publicações em língua portuguesa, foram excluídos 58 artigos, restando 46. Posteriormente, aplicou-se o filtro temporal, considerando publicações dos últimos dez anos, o que resultou em 23 artigos.

A partir desse conjunto, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, visando à verificação da adequação aos critérios estabelecidos. Os estudos mais pertinentes foram selecionados e organizados em planilha. Durante essa etapa, identificou-se um artigo duplicado, resultando em 22 estudos. Destes, nove foram selecionados por atenderem integralmente aos critérios de inclusão e por abordarem diretamente a temática proposta.

Os artigos selecionados foram sistematizados no quadro 1, a qual apresenta as referências completas, os objetivos e os principais resultados de cada estudo, constituindo a base empírica que fundamenta a presente análise.

Quadro 1 - Referências objetivos e resultados dos artigos

Referências	Objetivos	Resultados
SESTREN, L.; BUENO, G. Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: reXistências por via do acontecimento. Psicologia USP , São Paulo, v. 35, e200115, 2024.	Analisar: (1) um acontecimento ocorrido na instituição policial; (2) quais foram os seus desdobramentos; e (3) como a orientadora social atuou na mediação do grupo.	A instituição parceira do projeto adotou medidas disciplinares que desqualificavam a cultura proveniente dos cotidianos dos jovens participantes, o que levou o grupo a constituir uma identidade coletiva a partir da resistência à violência simbólica. Assim, diante da situação-problema, tornou-se possível uma experiência de fortalecimentos de laços comunitários.

TEDESCHI, E. H.; MESSIAS, J. C. C. Vivências de pais de pessoas com deficiência intelectual relacionadas à inclusão no trabalho. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 2 44, e262647, 2024.	Compreender as concepções parentais a respeito da carreira profissional de seus filhos com DI.	Evidenciou-se a importância do apoio e também a centralidade da condição de pais de pessoas com DI como noção de identidade, elementos que dificultam sua ação como coadjuvantes na vida dos filhos. Ressalta-se a necessidade de orientação de familiares para um novo olhar a respeito das condições e potenciais de seus filhos, bem como do aprimoramento de políticas públicas em prol de uma sociedade mais inclusiva
SILVA, C. H. F. <i>et al.</i> Componente curricular projeto de vida: perspectivas de professoras da rede estadual de São Paulo. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 43, e262428, 2023.	Conhecer a experiência de alguns professores ao lecionar projeto de vida durante a implementação do componente curricular Projeto de Vida no estado de São Paulo.	Os resultados sugerem a necessidade de formação tanto nos cursos de licenciatura quanto em ações de formação continuada, para que os professores se sintam mais seguros e preparados para lecionar o componente curricular Projeto de Vida na Educação Básica.
LEAL, N. S. B.; ALBERTO, M. de F. P. Política de acolhimento e juventude: a problemática da inserção na formação profissional. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 41, e220685, 2021.	Analisar as relações que a política de acolhimento estabelece com a juventude em idade de inserção na formação profissional.	Os resultados apontam que dos 51 jovens caracterizados(as), apenas 29 foram inseridos na formação profissional, com prevalência no programa Jovem Aprendiz. Dentre os obstáculos mais enfatizados para inserção na formação profissional, está a defasagem escolar dos(as) jovens, que conduziu a inserções em qualificações diversas e desvinculadas de uma proposta de inserção no mercado de trabalho.

SEVERO, F. K. T. da C.; GIONGO, C. R.; MOURA, E. P. G. de. Educação em direitos humanos na perspectiva de adolescentes participantes de um projeto social. Psicologia: Ciência e Profissão , Brasília, DF, v. 41, spe. 4, e214978, 2021.	Analisar e discutir as interfaces entre Psicologia e Educação em Direitos Humanos a partir do relato de uma intervenção, na modalidade de oficinas, desenvolvida com adolescentes participantes de um projeto social na região metropolitana de Porto Alegre.	Ressalta-se a importância de construir oficinas de Educação em Direitos Humanos junto a grupos de adolescentes como uma estratégia de fomento do compartilhamento de possíveis situações de violações entre os participantes e uma forma de reconhecimento de demandas dessa natureza.
MELLO, A. da S. <i>et al</i> . Representações sociais dos participantes de projeto esportivo de Vitória. Porto Alegre Online , Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 399-412, abr.-jun. 2018.	Analisar as representações sociais que os adolescentes participantes das Escolinhas de Esportes de Vitória/ES têm sobre esse projeto social.	Como resultado, constata que a palavra "jogar" constitui o núcleo central das representações sociais dos entrevistados. Os sentidos vinculados ao jogar estão relacionados com a amizade, o aprender as modalidades esportivas, a estética/saúde, a ascensão social e com novas perspectivas de vida. Para além dessas figuras do aprender, identifica representações associadas ao caráter moralista dos projetos sociais.
PINI, V. A. S.; VALORE, L. A. O desamparo na construção do futuro de jovens em programas de assistência social. Pesquisa e Práticas Psicossociais , São João del-Rei, v. 12, n. 1, p. 103-119, abr. 2017.	Investigar os sentidos atribuídos ao futuro e à construção de um projeto de vida no discurso de jovens que frequentam o Centro de Referência de Assistência Social numa pequena cidade do interior, no sul do país.	Evidenciou-se que, na comunidade discursiva da qual fazem parte, pouco se fala sobre o tempo por vir. Este parece ficar circunscrito à perpetuação da situação de pobreza vivenciada no presente.

ALVES, D. C. B.; ALBANESE, L. A produção de subjetividade em programas de aprendizagem profissional. Psicologia em Estudo: Argumentum , Maringá, v. 34, n. 87, p. 318-332, out.-dez. 2016.	Identificar as relações produzidas entre aprendizagem profissional e subjetividade no discurso de jovens aprendizes entrevistados numa entidade formadora do sul do país	Os resultados mostram que as práticas institucionais de um programa de aprendizagem profissional têm implicações nas imagens que os jovens constroem de si, tais como reconhecerem-se mais responsáveis, maduros, obedientes, autoconfiantes e orientados em relação a um projeto de vida. Constatou-se também que os entrevistados raramente mencionam implicações negativas do programa, aceitando suas práticas como algo necessário para uma vida bem sucedida.
MAGALHÃES, J. R. F. de. Violência intrafamiliar : história oral de adolescentes. Salvador: [s. n.], 2015. 118 p.	Compreender a violência intrafamiliar vivenciada por adolescentes.	Desvela um contexto familiar permeado pelo abandono, privação de recursos necessários para seu crescimento e desenvolvimento, humilhações, difamações e agressões físicas, que vão desde tapas à agressões mais severas. Tal vivência tem desencadeado adoecimento físico e mental das adolescentes, uma vez que acarreta desordens comportamentais, implicando em isolamento social, baixo rendimento escolar e vulnerabilidade para uso de álcool.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Luiza Jaques Sestren e Gabriel Bueno (2024) analisam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destacando sua potência não apenas como espaço técnico-normativo, mas também como território de produção de subjetividades, encontros e resistências. Nesse contexto, os autores desenvolvem o conceito de “reXistência”, que combina os sentidos de “resistência” e “existência”.

Esse termo busca dar visibilidade a práticas cotidianas que escapam ao controle institucional, mas que são profundamente significativas na construção de vínculos, afetos e possibilidades de vida. Ou seja, são modos de viver e agir que desafiam a lógica da padronização e da obediência, abrindo espaço para o novo, o singular e o ético.

O artigo de Eduardo Henrique Tedeschi e João Carlos Caselli Messias (2024) trata das vivências de pais de pessoas com deficiência intelectual no processo de inclusão de seus filhos no mercado de trabalho. Os autores destacam que, embora o trabalho seja um direito garantido, a inclusão ainda enfrenta muitas barreiras, tanto sociais quanto estruturais. Partindo disso, oferecem uma análise sensível e comprometida com a transformação social, mostrando que a verdadeira inclusão no trabalho exige mais do que legislação: requer mudança cultural, compromisso ético e escuta ativa das famílias e dos sujeitos envolvidos. Para a Psicologia, esse artigo reforça a necessidade de uma atuação que considere as redes de apoio, os contextos sociais e as vivências concretas como elementos centrais no cuidado e na promoção de direitos.

Segundo Goffman (1963), o estigma social constitui um dos principais fatores que perpetuam a exclusão, ao atribuir rótulos depreciativos aos indivíduos e restringir suas oportunidades de participação na vida coletiva. Essa perspectiva revela que as práticas discriminatórias não são fenômenos isolados, mas resultam de construções históricas e socioculturais que legitimam a desigualdade e a marginalização de grupos considerados “diferentes”. Nessa direção, Sassaki (2009) amplia o conceito de inclusão ao enfatizar que esta não se resume à adequação física dos ambientes, mas pressupõe uma profunda transformação nas atitudes, valores e percepções sociais, de modo que o respeito à diversidade se concretize como princípio ético e social.

Tal entendimento dialoga com a Constituição Federal, que assegura a igualdade de todos perante a lei e orienta políticas

públicas voltadas à superação das barreiras sociais, culturais e institucionais que limitam o exercício pleno da cidadania (Brasil, 1988). Nessa perspectiva, a Psicologia, conforme a visão inclusiva proposta por Sassaki (2009), desempenha papel essencial ao promover reflexões sobre o preconceito, estimular a empatia e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e consciente do valor das diferenças.

O estudo de Silva *et al.* (2023) investigou a experiência de professoras da rede estadual de São Paulo na implementação do componente curricular Projeto de Vida. Os resultados apontaram que a maioria das docentes assumiu a disciplina para complementar a carga horária, evidenciando limitações na formação recebida para lecionar o conteúdo. As participantes criticaram tanto a proposta pedagógica quanto os materiais disponibilizados, destacando a falta de preparo e a dificuldade em adaptar o componente à realidade escolar. Apesar disso, reconheceram a importância do papel da escola e do professor na construção dos projetos de vida dos estudantes, ressaltando a necessidade de uma formação docente mais consistente e reflexiva para a efetiva consolidação da disciplina.

A pesquisa de Leal e Alberto (2021) analisou a relação entre a política de acolhimento e a inserção de jovens em idade de formação profissional em um município da Paraíba. O estudo revelou que, dos 51 jovens identificados, apenas 29 tiveram acesso a programas de formação, majoritariamente ao Jovem Aprendiz, enquanto os demais permaneceram excluídos dessas oportunidades. Entre os principais entraves estavam a defasagem escolar e a falta de clareza, por parte dos profissionais, sobre o que constitui formação profissional, o que resultou em inserções descontínuas e pouco articuladas ao mercado de trabalho. Esses achados evidenciam a necessidade de maior investimento na articulação entre acolhimento institucional e políticas de formação profissional, de modo a ampliar oportunidades e favorecer a construção de projetos de vida para os jovens acolhidos.

O Ministério da Educação (Brasil, 2019) enfatiza que o projeto de vida, como componente curricular, é capaz de incentivar, motivar e despertar a curiosidade dos estudantes no sentido de direcioná-los para a construção e realização de seus sonhos. No entanto, Lopes e Silva (2021) assumem que a implementação desse constituinte curricular não pode acontecer sem embates, ressignificações e obstáculos. Nesse contexto de dificuldades na consolidação curricular, as políticas de inserção profissional assumem um papel reforçador. Amazarray *et al.* (2009) apontam que, por meio do Jovem Aprendiz – programa que compõe uma das políticas públicas para a juventude – os adolescentes associaram a aquisição de conhecimento ao longo da vida e a valorização da qualificação profissional como meio para conseguir uma boa inserção no mercado. Essa perspectiva é reforçada por estudos que indicam as representações sociais construídas sobre o Projeto de Vida pelos jovens que participam do Programa Jovem Aprendiz, as quais destacam a importância do aprendizado prático, do desenvolvimento pessoal e do alinhamento com valores pessoais (Ramos; Monteiro; Santos, 2024).

Severo *et al.* (2021) apresentam uma análise dos resultados estruturada em três eixos, a qual revela uma profunda discrepância entre os ideais de educação e a realidade vivida por adolescentes em ambientes formais e não formais. O primeiro eixo, “A escola que viola”, expõe como a instituição de ensino torna-se um palco de violações de direitos humanos. No segundo eixo, o texto discute o papel dos projetos sociais, mostrando que, apesar de sua origem e discurso voltados ao protagonismo juvenil, eles também falham na promoção da educação em direitos humanos. Por fim, o terceiro eixo, “Ensaio de um despertar”, narra o impacto transformador das oficinas de educação em direitos humanos. O projeto demonstrou que é possível cultivar a capacidade crítica e a empatia, levando os participantes a reconhecer violações e a manifestar sua insatisfação. A experiência também destacou a necessidade e o potencial da Psicologia em atuar de forma crítica e intersetorial para enfrentar

esses desafios e promover uma mudança sistêmica, ressaltando a importância do trabalho em rede para a defesa da cidadania.

Mello (2018) apresenta, em seu artigo, uma análise dos dados do projeto Escolinhas de Esportes de Vitória, a qual revelou que a palavra “jogar” é a mais recorrente e central nas representações dos participantes, funcionando como o núcleo principal do significado do projeto para eles. A partir desse conceito central, surgem diferentes apropriações e sentidos, moldados pelas experiências e realidades de cada jovem. Para as meninas, “jogar” associa-se ao empoderamento e a novas perspectivas de vida, enquanto para os meninos de comunidades carentes está ligado à esperança de mobilidade social por meio do esporte. O estudo também identificou que o ato de jogar promove o aprendizado de saberes interpessoais, como a amizade e a solidariedade, além de, em alguns casos, o conhecimento intelectual sobre a importância da atividade física para a saúde – este último mais comum entre participantes de bairros de classe média. Por fim, a pesquisa notou a existência de uma representação social já consolidada, na qual os jovens associam o projeto a uma função moralista de “tirar da rua”, um discurso que reflete o imaginário coletivo e não necessariamente suas experiências diretas.

O estudo de Pini e Valore (2017) investiga os sentidos atribuídos ao futuro, relacionados à construção de um projeto de vida por jovens que frequentam o Centro de Referência de Assistência Social no sul do Brasil. A pesquisa revela que, na comunidade em questão, pouco se discute ou conversa com esses jovens sobre o seu futuro, além de que os programas de assistência da área visam somente à melhoria das condições materiais de vida, produzindo nos jovens o sentimento de desamparo em relação ao seu futuro, o qual não sabem dimensionar.

Arroyo (2012) destaca que a escola, em vez de promover a emancipação, muitas vezes reforça desigualdades e hierarquias, desvalorizando os saberes e experiências dos alunos. Essa crítica

articula-se à de Cury (2002), que aponta a necessidade de uma transformação estrutural e cultural na gestão escolar, capaz de romper com práticas autoritárias e promover a democratização efetiva das relações educativas, concluindo que a escola, em diversos contextos, ainda se mantém presa a modelos tradicionais que limitam a autonomia e a participação dos estudantes.

Paes e Ferreira (2019) afirmam que muitas dessas iniciativas acabam adotando discursos de controle social sobre jovens em situação de vulnerabilidade, o que reforça estigmas e restringe a liberdade de expressão e a capacidade de protagonismo dos participantes. Em contraposição, Marinho (2017) propõe uma abordagem mais humanizadora, compreendendo o esporte como um espaço de convivência, aprendizagem e construção de identidade coletiva, visão que amplia o papel dos projetos sociais, valorizando-os como oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, e não apenas como medidas assistenciais.

Novaes (2006) aponta que o sentimento de exclusão social e a ausência de possibilidades concretas limitam a capacidade dos adolescentes de planejar e elaborar seus próprios projetos de vida, fomentando uma discussão sobre a formação dos jovens envolvendo a falta de oportunidades e de perspectivas. Esse cenário é agravado por políticas públicas que, segundo Carrano (2011), ainda operam sob uma lógica tutelar, tratando o jovem como objeto de intervenção e não como sujeito de direitos, o que reforça uma dependência institucional e impede o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica. Dessa forma, observa-se que tanto as falhas institucionais quanto as limitações das políticas públicas contribuem para o sentimento de desamparo e descrença.

O estudo de Alves e Albanese (2016) identifica a relação entre aprendizagem profissional e subjetividade no discurso de participantes do Programa Jovem Aprendiz que foram entrevistados em uma entidade de formação, também no sul do Brasil. A pesquisa relata

que as práticas institucionais de um programa de aprendizagem resultam na forma como os jovens participantes se enxergam, tanto atualmente quanto futuramente, fazendo-os reconhecerem-se mais responsáveis, maduros e obedientes, e também mais orientados em relação ao futuro e ao seu projeto de vida. As autoras também pontuam que esse contexto possui relação com o isolamento social, o uso de álcool e o baixo desempenho escolar, situações que comprometem o desenvolvimento pleno do potencial dos adolescentes e limitam, por consequência, conquistas pessoais e profissionais. Destaca-se que, considerando a dimensão do fenômeno, seriam importantes ações de educação em saúde com familiares, a fim de prevenir essas situações.

Conforme descreve Tavares (2002), a expressão autoestima, além de trazer implícito o sentido de sucesso e de ser capaz, também traz em seu bojo a visão de um indivíduo que se ajusta às constantes mudanças da realidade. Criticamente, a autora afirma que o senso comum considera a autoestima como uma visão positiva incontestável de si mesmo, de modo que acreditar nas possibilidades pessoais é parte das condições do sucesso escolar, sem considerar o contexto e outras dificuldades que possibilitam ou dificultam o rendimento escolar.

Um dos fatores que culminam na baixa autoestima na vida de adolescentes é a violência. De acordo com Middleton-Moz e Zawadski (2007), adolescentes que sofrem esse tipo de abuso tendem a ter baixa autoestima, além de um comportamento social inibido, medo ou vergonha.

As investigações de Kashani *et al.* (1992), Straus e Gelles (1995) e Gelles (1997) sugerem que a intensidade dos problemas relacionados à violência – seja física, psicológica, sexual ou por negligência – depende da conjunção de vários fatores, tais como o desenvolvimento psicológico, o vínculo afetivo entre o agressor e a vítima, a natureza da agressão, ou ainda

as medidas em curso para a prevenção de abusos futuros. As consequências de situações de negligência são mais difíceis de caracterizar e, portanto, de identificar. Isto é ainda mais complicado em sociedades nas quais importante parcela das crianças e adolescentes são vítimas crônicas do descuido do próprio Estado, que não lhes garante condições mínimas necessárias ao crescimento e desenvolvimento (Reichenheim; Hasselmann; Moraes, 1999).

De forma a garantir e assegurar que não haja condutas violentas contra adolescentes, a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, visa proteger os adolescentes do Brasil, caracterizando como violência qualquer conduta discriminatória, depreciação, constrangimento, agressão física ou verbal que possa comprometer de alguma forma o seu desenvolvimento psíquico, social ou emocional, além de violência sexual ou institucional que transforme o adolescente em vítima. Essa lei busca garantir a proteção preventiva, bem como a proteção reparadora em casos em que já tenha ocorrido qualquer tipo de violência (Brasil, 2017).

A partir da análise dos artigos selecionados, foi possível perceber que o projeto de vida dos adolescentes é um tema fundamental no âmbito das políticas públicas, porém ainda marcado por desafios significativos. Os estudos mostram que fatores como vulnerabilidade social, defasagem escolar, estigma, violência e falta de acesso a oportunidades interferem diretamente na capacidade dos jovens de planejar o futuro. Mesmo com programas como o Jovem Aprendiz e o componente curricular Projeto de Vida, ainda existem dificuldades na organização, na formação de profissionais e na articulação entre as políticas, o que, por sua vez, limita seus resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, a pesquisa teve o objetivo de analisar publicações sobre o uso do projeto de vida de adolescentes nas políticas públicas, por meio de uma revisão de literatura baseada em revisão sistemática. Por intermédio desta pesquisa, foi possível identificar e reunir pesquisas relevantes para o debate acerca da importância do projeto de vida na vivência de jovens e adolescentes e do papel das políticas públicas. Assim, pôde-se perceber a necessidade da discussão, a qual, por sua vez, auxilia em questões como o autoconhecimento, a criação de metas e a tomada de decisões de maneira mais consciente e estruturada.

Durante a pesquisa, observou-se que diversos fatores dificultam a estruturação de um projeto de vida claro e harmonizado com as expectativas individuais de cada jovem. Tais fatores vão desde a dificuldade de implementação desse componente curricular nas escolas – seja por falta de estrutura, verbas ou preparo dos profissionais – até questões como a violência a que esses jovens são expostos, seja em casa ou na rua, e estruturas familiares fragilizadas. A partir disso, alguns projetos que surgem por meio das políticas públicas entram em ação para que esses jovens tenham mais possibilidades de construir suas expectativas em relação ao futuro, seja por meio da educação, do acesso à saúde e também do lazer.

Seguindo a mesma linha, também foi destacado o impacto da ausência de criação de um projeto de vida na juventude, uma vez que essa ausência afeta a autoimagem, gera dúvidas em relação a decisões que precisam ser tomadas, acarreta maiores dificuldades na entrada no mercado de trabalho e pode provocar uma visão pessimista de futuro e desesperança.

Por meio disso, chega-se à conclusão de que, apesar de ser um tema relevante para todas as faixas etárias, ao levar em

consideração a necessidade da criação de um projeto de vida para que as escolhas de cada um estejam alinhadas aos seus objetivos, esse assunto ainda não é amplamente debatido, havendo apenas uma pequena quantidade de artigos que abordam essa questão. Portanto, é necessário o desenvolvimento de outros estudos que abordem mais a visão dos profissionais da educação que trabalham o projeto de vida com seus alunos, como esses jovens percebem os impactos da criação do projeto de vida e de que modo essa visão alinhada de futuro os afeta no dia a dia.

Por fim, esta revisão atingiu seus objetivos, uma vez que foi centrada em analisar o uso do projeto de vida nas políticas públicas, permitindo que, por meio da análise dos dados, houvesse um aprofundamento do conhecimento acerca do tema, almejando, dessa maneira, uma divulgação mais aprofundada sobre os impactos das políticas públicas no projeto de vida dos jovens e o incentivo à propagação de debates a respeito da relevância dessas discussões.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte Raya; THOMÉ, Lúgia Dias; SOUZA, Ana Paula Lazzaretti de; POLETTTO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 329-338, jul./set. 2009.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 99/2017. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientação pedagógica para trabalho com Projeto de Vida enquanto componente curricular**: diretrizes para elaboração de material pedagógico. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Educação integral e educação em tempo integral:** referências para a elaboração de políticas. Brasília: MEC/SECADI, 2018.

CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas: entre a tutela e o protagonismo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1131-1150, out./dez. 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Direitos Humanos: a escola e a cultura democrática. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 55-66, set./dez. 2002.

GELLES, Richard J. **Intimate violence in families**. 3. ed. London: SAGE Publications, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Fabiane Zancan *et al.* Adolescentes e construção do projeto de vida: um relato de experiência. **Revista do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família**, Criciúma, s/v, s/n, s/p, 2016.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

KASHANI, Javad H.; DANIEL, Anasseril E.; DANDOY, Ann C. Family violence: impact on children. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, Baltimore, v. 31, n. 2, p. 181-189, mar. 1992.

LOPES, Alice Casimiro; SILVA, Lázara Cristina. Discursos curriculares para la enseñanza secundaria: el caso del estado de Bahía, Brasil. *In*: MORELLI, Silvia (org.). **Políticas curriculares:** experiencias en contextos latinoamericanos. Rosario: Homo Sapiens, 2021. p. 83-106.

MARINHO, Alcyane. Esporte e Educação: interseções e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 225-232, jul./set. 2017.

MIDDELTON-MOZ, Jane; ZAWADSKI, Mary. **Bullying:** estratégias de sobrevivência para crianças e adultos. Tradução: R. C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOURA, J. F. Júnior; XIMENES, Verônica Moraes. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 28, n. 1, p. 76-83, jan./abr. 2016.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 347-360, maio/ago. 2006.

PAES, Raquel Rocha; FERREIRA, Heidi Alice. Esporte, juventude e vulnerabilidade social: discursos e práticas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e25008, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.88248>.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Sílvia Helena. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 42-52, jan./abr. 2008.

RAMOS, Mariana Borges; MONTEIRO, Patrícia Oliveira; SANTOS, Ana Flávia Costa. Representações sociais sobre projeto de vida de jovens aprendizes: desafios e possibilidades futuras. **Revista Exitus**, Santarém, v. 14, n. 1, e024039, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2024v14n1ID2565>.

REICHENHEIM, Michael Eduardo; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Claudia Leite. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 109-121, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

STRAUS, Murray Arnold; GELLES, Richard J. **Physical violence in American families: risk factors and adaptations to violence in 8,145 families**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1995.

TÁPIA, Luis Enrique Rojas; MINEO, José Roberto. Planejamento de projetos de pesquisa. *In*: MINEO, José Roberto; TÁPIA, Luis Enrique Rojas (org.). **Pesquisa na área biomédica**: do planejamento à publicação. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 15-36.

TAVARES, Marisa. **Auto-estima**: o que pensam os professores? 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

14

Franklin Marley Lima Gonçalves

Marianny de Oliveira Santos

Maitê De Oliveira Guilherme

Maria Rita Pereira Estrela

Milena Lopes de Abrantes

Maria Luiza Felix

Leilane Cristina Oliveira Pereira

APOIO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de transição marcada por intensas transformações biológicas, emocionais e sociais, representando a passagem da infância para a vida adulta. Durante esse período, os indivíduos constroem sua identidade, desenvolvem maior autonomia e amadurecimento emocional e social. Nesse contexto, o suporte familiar desempenha papel essencial no desenvolvimento saudável do adolescente, uma vez que a família constitui o primeiro grupo social ao qual o indivíduo pertence, sendo responsável por estabelecer limites, oferecer suporte emocional e contribuir para sua adaptação às exigências da vida em sociedade (Lima Pavinati, 2023; Tallón *et al.*, 1999).

O grupo familiar participa diretamente da constituição psíquica dos indivíduos, sendo relevante na organização da personalidade, além de influenciar significativamente o comportamento por meio das práticas educativas vivenciadas no ambiente familiar (Drummond; Drummond Filho, 1998). Dessa forma, compreender a influência da estrutura familiar no desenvolvimento do adolescente torna-se fundamental.

Ressalta-se que o contexto familiar exerce influência direta sobre a forma como o adolescente lida com conflitos, frustrações, desafios sociais e provocações externas. Famílias que oferecem suporte afetivo, estabelecem limites consistentes e mantêm comunicação aberta tendem a favorecer o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, autocontrole, assertividade e capacidade de resolução de problemas. Por outro lado, ambientes familiares marcados pela ausência de diálogo, negligência emocional, conflitos constantes ou falta de suporte podem contribuir para o surgimento de comportamentos inadequados, dificuldades de socialização e baixa autoestima.

Compreender a dinâmica desses vínculos possibilita a identificação de fatores de risco e de proteção no ambiente familiar, contribuindo para intervenções psicológicas e educativas voltadas ao fortalecimento das relações entre pais e filhos e à prevenção de problemas emocionais e comportamentais. Assim, reconhecer a família como um sistema ativo, interdependente e influente é essencial para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral do adolescente (Assis, 2023).

A presente pesquisa tem como objetivo analisar, de forma sistemática, a influência da estrutura familiar no desenvolvimento comportamental do adolescente, buscando compreender como diferentes arranjos familiares, estilos parentais e padrões comunicativos impactam a construção da identidade e o estabelecimento das relações sociais. Os resultados reforçam a importância de um ambiente familiar pautado na escuta ativa, no diálogo e no apoio emocional, elementos fundamentais para a formação de atitudes responsáveis, fortalecimento dos vínculos afetivos e construção de um espaço de confiança mútua.

MÉTODO

O estudo fundamentou-se em uma revisão bibliográfica sistematizada, realizada por meio de busca na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online). O objetivo foi identificar e selecionar produções científicas que abordassem o apoio familiar no desenvolvimento de adolescentes, possibilitando a compreensão de diferentes perspectivas teóricas e empíricas.

Inicialmente, foram utilizados os descritores “apoio familiar” e “adolescentes”, combinados pelo operador booleano AND, resultando em 117 artigos. Posteriormente, aplicou-se o filtro de coleção “Brasil”, reduzindo o número para 51 artigos. Em seguida, utilizou-se o filtro de idioma “Português”, totalizando 42 publicações.

Após essa etapa, procedeu-se à análise dos títulos e resumos, sendo selecionados 10 artigos que apresentavam maior aderência ao tema proposto. Como critérios de exclusão, consideraram-se a relevância dos dados e a coerência dos objetivos com o foco da pesquisa.

Por fim, elaborou-se um quadro de sistematização contendo autores, objetivos, resultados e referências, a fim de facilitar a análise comparativa e evidenciar aspectos convergentes e divergentes acerca da influência do apoio familiar no desenvolvimento do adolescente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos selecionados possibilitou uma compreensão aprofundada das diferentes abordagens sobre o apoio familiar e seu impacto no desenvolvimento do adolescente. Dos 42 estudos inicialmente identificados, 10 atenderam aos critérios de inclusão e compuseram o corpus da análise.

O quadro apresentado a seguir sintetiza os principais aspectos dos estudos analisados.

Quadro 1 – Dados sobre os artigos selecionados

REFERÊNCIAS	OBJETIVO	RESULTADOS
NEPOMUCENO, R. F.; WITTER, G. P. Influência da família na decisão profissional: opinião de adolescentes. Psicologia Escolar e Educacional , v. 14, n. 1, p. 15–22, jan. 2010.	Analisar a influência familiar em adolescentes, comparando-os por gênero e escola pública e particular.	Percebeu-se atitude favorável das famílias na escolha da profissão e não identificar forte presença de crises familiares decorrentes da adolescência; reconhecer forte e consistente influência da família, particularmente dos pais, sem impor ou gerar problemas; observar que o clima em termos de relações interpessoais nas famílias, por tipos de escola e gênero,

FERREIRA, C. S.; ANDRADE, F. B. DE. Tendência de atitudes extremas em relação ao peso em adolescentes e sua relação com suporte familiar e imagem corporal. Ciência & Saúde Coletiva , v. 25, n. 5, p. 1599–1606, maio 2020.	Avaliar a tendência de atitudes extremas em relação ao peso corporal entre adolescentes das capitais brasileiras e verificar a sua relação com medidas de suporte familiar e percepção da imagem corporal.	O contexto familiar e social é um assunto fundamental para ser trabalhado com as famílias, os adolescentes e as escolas, como medida de prevenção a possíveis problemas de saúde; sugerir a necessidade de reestruturar as políticas públicas de saúde e educação voltadas aos adolescentes, tendo como diretriz o incentivo ao apoio familiar.
MARANHÃO, T. A.; GOMES, K. R. O.; OLIVEIRA, D. C. DE. Relações conjugais e familiares de adolescentes após o término da gestação. Acta Paulista de Enfermagem , v. 25, n. 3, p. 371–377, 2012.	Analisar as percepções de mães adolescentes a respeito das relações familiares e conjugais desenvolvidas, após o término da gestação.	Percebeu-se mudanças positivas nas relações familiares e conjugais após o término da gestação; observar associação estatística entre o desejo do pai pelo recém-nascido e a predisposição para cuidá-lo e entre as modificações nas relações conjugais e o apoio paterno durante os cuidados do filho.
SIQUEIRA, A. C. <i>et al.</i> Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. Estudos de Psicologia (Natal), v. 15, n. 1, p. 7–15, jan. 2010.	Objetivar compreender longitudinalmente o processo de reinserção familiar de três adolescentes que moravam em abrigos.	Foi observado famílias aponta sua vulnerabilidade social. Essas famílias tendem a apresentar fragilidades sociais que interferem no processo de reinserir os filhos. Estar em situação de precariedade econômica tende a tensionar as relações familiares com a entrada de mais um membro, visto que cumprir as necessidades básicas de alimentar, educar e vestir mais uma pessoa, para as famílias pobres, é uma tarefa difícil.
SANTOS, J. D. F. L. <i>et al.</i> Psychological repercussions on children and adolescents after paternal estrangement due to conjugal violence: maternal narratives. Texto & Contexto - Enfermagem , v. 32, p. e20220343, 2023.	Desvelar as repercussões psicológicas em crianças e adolescentes, percebidas por mães, após o afastamento paterno decorrente da violência conjugal	Realizou-se pesquisa com oito mães de 29 a 39 anos, majoritariamente negras, evangélicas, solteiras e com ensino médio; entrevistar mulheres separadas há seis meses a um ano e meio, com filhos entre 5 e 15 anos; identificar três categorias emergentes: Emocionais, Comportamentais e Psíquicas

LOPES, P. F. <i>et al.</i> Experiences of families of adolescents with gender incongruence in the light of the Calgary Models for Families. <i>Revista da Escola de Enfermagem da USP</i> , v. 56, p. e20220027, 2022.	Conhecer as experiências de familiares de adolescentes com incongruência de gênero.	Avaliou-se a família e foi identificado duas categorias: 'Desafios na transição de gênero', envolvendo expectativas, novos nomes, pronomes, fluidez e medo do preconceito; e 'Aspectos apoiadores', destacando o apoio familiar como ponto forte.
COSTA, L. C. R. <i>et al.</i> Non-suicidal self-injury experiences for adolescents who self-injured - contributions of winnicott's psychoanalytic theory. Texto & Contexto - Enfermagem , v. 30, p. e20190382, 2021.	Identificar e analisar os elementos presentes na experiência da autolesão não suicida por adolescentes que se auto lesionaram.	A importância de um ambiente físico e relacional que ofereça holding e integre o processo de adolescer, bem como de uma rede de apoio familiar e de pares, e da implicação da família, escola e profissionais de saúde no enfrentamento e prevenção da autolesão não suicida
DIAS, V. C. <i>et al.</i> Adolescentes na Rede: Riscos ou Ritos de Passagem? Psicologia: Ciência e Profissão , v. 39, p. e179048, 2019.	Investigar os usos que os adolescentes fazem das redes sociais e proporcionar um espaço de questionamentos e reflexões visando alcançar a responsabilização pelo agir e pelas palavras nesse ambiente virtual.	Na atualidade, os impasses dessa operação de passagem se exprimem pela profusão de atos de caráter sacrificial que a juventude apresenta, contando com o papel decisivo da visibilidade proporcionada pelas tecnologias digitais.
STEFANINI, J. R. <i>et al.</i> Adolescents with attention deficit hyperactivity disorder and exposure to violence: parents' opinion. Revista Latino-Americana de Enfermagem , v. 23, n. 6, p. 1090-1096, nov. 2015	Identificar a opinião de pais ou responsáveis por adolescentes com diagnóstico de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade sobre a exposição desses como perpetradores ou vítimas de situações de violência, no convívio familiar ou fora desse.	Foi identificado a ocorrência de "conflitos no convívio familiar" e "conflitos no contexto da escola e da comunidade".

COSTA, R. F. da. <i>et al.</i> Adolescent support networks in a health care context: the interface between health, family and education. Revista da Escola de Enfermagem da USP , v. 49, n. 5, p. 0741-0747, out. 2015.	Analisar as percepções dos adolescentes sobre as redes de apoio a suas necessidades de saúde.	Por meio da análise por categorização temática, compreender o fenômeno; revelar que a rede de apoio aos cuidados à saúde dos adolescentes e a inter-relação entre os profissionais da saúde, da escola e familiares é insuficiente; configurar a ausência de uma rede integrada que favoreça e dê suporte à promoção da saúde dos adolescentes.
--	---	---

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A pesquisa de Nepomuceno (2010) analisou a influência da família na escolha profissional de adolescentes e constatou que o diálogo e o apoio parental favorecem a autonomia e a tomada de decisão, sem configurar imposição. Estudos mais recentes confirmam esse papel positivo: Koçak (2021) e Park e Harris (2024) destacam que o suporte familiar fortalece a autoeficácia e contribui para escolhas profissionais mais conscientes.

Por outro lado, essa influência pode gerar efeitos negativos quando acompanhada de pressão ou controle. Silva (2018) e Ferreira (2020) observaram que famílias com comunicação limitada ou expectativas rígidas tendem a provocar ansiedade e indecisão. Lin e Zhang (2025) reforçam essa perspectiva ao relacionar práticas parentais autoritárias a maior insegurança vocacional.

Dessa forma, evidencia-se que o equilíbrio entre apoio e autonomia é essencial. Estratégias que estimulem habilidades socioemocionais e fortaleçam os vínculos familiares e escolares são fundamentais para promover escolhas mais seguras e saudáveis.

Ferreira (2020) avaliou dados referentes aos anos de 2009, 2012 e 2015, com o objetivo de investigar a tendência de atitudes extremas em relação ao peso entre adolescentes das capitais brasileiras. Constatou-se que a prevalência de comportamentos extremos aumentou ao longo do período citado. A maioria, a percepção de si mesmo e o sexo masculino estavam associados a maiores chances de atitudes drásticas. Por outro lado, a presença de suporte familiar

— como morar com os pais, manter os responsáveis informados e fazer refeições com a família — foi associada a menores chances de comportamentos extremos. Da mesma forma, mães com maior nível de escolaridade apresentaram probabilidades reduzidas em comparação àquelas que nunca estudaram (Ferreira, 2020).

Ramos *et al.* (2023) encontraram prevalência considerável de comportamentos extremos para perda de peso em adolescentes do Nordeste e reforçaram que fatores sociais e familiares contribuem para esse risco, corroborando os achados de Ferreira (2020). Estudos sobre atitudes de pais e responsáveis mostram que estas estão associadas tanto à insatisfação com a imagem corporal quanto ao desenvolvimento de desordens alimentares. Isso explica, em parte, que a presença de suporte familiar e uma comunicação aberta reduz a probabilidade dessas atitudes extremas (Guimarães *et al.*, 2020). Ademais, pesquisas recentes indicam que a insatisfação com o corpo entre os adolescentes permanece elevada e está associada a percepções distorcidas da própria imagem, levando à prática de jejum, uso de laxantes, vômito e outros comportamentos extremos (Linhares *et al.*, 2024).

Em seu artigo, Maranhão (2015) entrevistou 202 adolescentes no período após a alta da maternidade. Foram constatadas mudanças positivas e significativas nas relações familiares, bem como nas relações conjugais após a gestação. Identificou-se que o desejo do genitor pela criança estava associado à participação nos cuidados com o bebê. Além disso, as modificações conjugais foram associadas ao apoio paterno durante o cuidado com o recém-nascido. Em conclusão, Maranhão (2015) afirma que, embora os resultados de ambas as relações tenham sido favoráveis após a gestação, o estudo deve orientar profissionais de saúde a estimular o fortalecimento do vínculo entre as mães adolescentes e as pessoas de seu convívio, durante e depois da gestação.

Com base nas reflexões de Pires e Ribeiro (2025), os resultados de Maranhão (2015) podem ser compreendidos de forma mais ampla. O pós-parto não representa apenas uma reorganização familiar, mas também um “nascimento psíquico” da maternidade. Inspirados na psicanálise de Winnicott, Pires e Ribeiro (2025) apontam que tornar-se mãe envolve a reconstrução de memórias afetivas e experiências emocionais, sustentadas por um ambiente de apoio emocional. Nessa perspectiva, o suporte paterno e familiar descrito por Maranhão (2015) pode ser visto como expressão do “ambiente suficientemente bom” — conceito winnicottiano que representa o espaço emocional capaz de oferecer segurança e estabilidade à mãe e ao bebê.

Assim, a comparação entre os estudos mostra que fortalecer os vínculos familiares não é apenas uma questão social, mas também um elemento psíquico essencial para o desenvolvimento emocional da mãe e da criança. Esse diálogo reforça a importância de políticas e práticas que garantam suporte psicossocial e afetivo às mães adolescentes, favorecendo relações saudáveis e prevenindo vulnerabilidades emocionais e sociais.

Os resultados apresentados por Siqueira (2010) mostraram que os adolescentes preferiram viver com suas famílias a permanecer em instituições, ainda que enfrentassem condições socioeconômicas precárias, dificuldades escolares e conflitos de convivência. Observou-se que o desligamento institucional foi vivenciado de diferentes formas: Pedro contou com apoio profissional e adaptação gradativa; Rosa retornou sem acompanhamento efetivo; e Raquel passou por um processo pouco estruturado, que resultou em reabrigamento. Constatou-se que o pertencimento familiar sustentou sentimentos de bem-estar, mas a ausência de suporte pós-desligamento e a vulnerabilidade social comprometeram a reinserção em alguns casos (Siqueira, 2010).

O baixo nível socioeconômico tem grande impacto no desenvolvimento de adolescentes, influenciando tanto a saúde mental quanto as relações familiares e sociais. Sousa e Cardoso (2019) afirmam que as condições socioeconômicas precárias das famílias pobres impõem estratégias específicas para a sobrevivência do grupo familiar, o que acaba por provocar e agravar uma série de fatores de risco. A pobreza potencializa esses fatores ao aumentar a vulnerabilidade de grupos que já se encontram em grave processo de exclusão social.

Santos (2023) realizou uma pesquisa com oito mulheres, entre 29 e 39 anos, predominantemente negras, evangélicas, solteiras e com ensino médio completo. No momento das entrevistas, elas estavam separadas havia de seis meses a um ano e meio, eram mães de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos e, em sua maioria, tinham apenas um filho. A análise das entrevistas evidenciou três categorias centrais de resultados: emocionais, comportamentais e psíquicos. O estudo revelou que o afastamento paterno por medida protetiva, diante da violência conjugal, gerou impactos nessas áreas e contribuiu para auxiliar profissionais no fortalecimento do cuidado psicológico e na elaboração de estratégias preventivas (Santos, 2023).

O estudo de Oliveira (2022), intitulado “Implicações para homens do afastamento do(a) filho(a) devido a medida protetiva de urgência”, complementa os achados de Santos (2023) ao abordar o ponto de vista paterno frente ao afastamento decorrente da violência conjugal. A pesquisa, realizada com nove homens, relatou impactos psicoemocionais significativos, como ansiedade, ideação suicida, manifestações somáticas e depressão. Assim como no estudo de Santos, os efeitos apontam o impacto emocional e comportamental decorrente das medidas protetivas, demonstrando a necessidade de acompanhamento psicológico tanto para as mulheres quanto para os homens envolvidos em situações de violência conjugal, visando à promoção da saúde mental e à prevenção de novos ciclos de violência.

O estudo de Lopes *et al.* (2022) investiga as experiências de familiares de adolescentes com incongruência de gênero, revelando desafios como lidar com nomes e pronomes, enfrentar papéis de gênero pré-estabelecidos e administrar o medo do preconceito social. Oliveira *et al.* (2020) apontam que oferecer apoio familiar e buscar orientação favorecem uma transição mais saudável. Os autores sugerem que profissionais de enfermagem possam orientar e oferecer suporte psicossocial para fortalecer os vínculos familiares e promover o bem-estar dos adolescentes.

Os achados mostram que familiares de adolescentes com incongruência de gênero enfrentam desafios relacionados a nomes, pronomes e preconceito social. Esses resultados são reforçados por Grossman *et al.* (2016) e Toomey *et al.* (2018), que indicam que o apoio familiar reduz riscos de depressão, ansiedade e comportamentos de risco em jovens transgêneros. No Brasil, estudos de Simões (2021) e Carvalho (2022) confirmam que suporte familiar adequado e orientação contínua ajudam a prevenir traumas, promovendo resiliência e bem-estar psicológico. Profissionais de saúde, especialmente enfermeiros, têm papel central ao orientar famílias, mediar conflitos e oferecer suporte psicossocial, fortalecendo vínculos afetivos e promovendo ambientes inclusivos para o desenvolvimento saudável dos adolescentes.

O estudo de Costa *et al.* (2019), realizado com oito adolescentes, identificou dois temas centrais em suas vivências de autolesão: “Eu acho que ninguém se importa comigo” e “Eu não vejo mais as cores que eu costumava ver antes”. Esses relatos revelam que a autolesão cotidiana surgia como uma tentativa de lidar com sentimentos de abandono, invalidação e solidão, refletindo um ambiente relacional fragilizado. Por meio de narrativas e desenhos, as participantes expressaram o contraste entre uma infância colorida e uma adolescência marcada pela perda de sentido e pela busca de identidade em um contexto pouco acolhedor.

De acordo com Cyrulnik (2001), a resiliência é construída nas relações, especialmente por meio do afeto, da escuta e da presença de figuras significativas que permitem ressignificar a dor e reconstruir o sentido da própria experiência. Assim, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, aliando o cuidado emocional à atuação integrada dos setores de saúde, educação e assistência social, mostra-se essencial para prevenir o sofrimento psíquico e promover o desenvolvimento saudável dos adolescentes.

Segundo Dias *et al.* (2019), para os adolescentes que passaram por essa experiência, a busca por visibilidade tornou-se uma forma de afirmar quem são em meio a um sentimento de abandono, causado pela falta de consistência do outro. Essa presença, que nas redes sociais aparece de forma ambígua, ao mesmo tempo em que aproxima, também expõe o jovem ao cyberbullying e à fragilidade das relações. Como os rituais coletivos de passagem quase não existem mais, muitos deles acabaram criando seus próprios "ritos", por meio de atitudes transgressoras ou marcadas no corpo, como uma maneira de construir sua identidade e encontrar um sentido para essa fase da vida.

Assim, Silva Neto e Brasil Tavares (2019) afirmam que, diante da problematização em torno da construção da identidade dos adolescentes por meio dos contatos estabelecidos com o mundo virtual, é notório, por meio de pesquisas, o grande número de adolescentes que diariamente faz uso dessa ferramenta. Isso torna válidos os estudos que abordam este tema, haja vista que a adolescência é uma fase da vida que deve ser acompanhada, pois as escolhas feitas pelo sujeito podem repercutir ao longo de sua vida.

Stefanni (2015) buscou a opinião de pais com filhos diagnosticados com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) sobre conflitos vivenciados no contexto familiar e escolar. Em famílias de baixo nível socioeconômico, com baixos níveis de afeto, desequilibradas e onde os pais não monitoram as atividades

dos filhos, estes tendem a apresentar comportamentos generalizados e vínculo pouco afetivo nas relações interpessoais.

De acordo com o artigo de Weissheimer (2020), verificou-se que, quanto maior a renda por pessoa da família, melhor a habilidade de manejo, menores as dificuldades enfrentadas e menor a percepção do impacto do TDAH. A baixa renda é uma dificuldade enfrentada pelas famílias de crianças e adolescentes com doenças neurológicas. Além do desgaste emocional, a falta de recursos financeiros surge como um impasse para o tratamento e a recuperação desejados. Assim, as famílias podem se sentir impotentes diante dos transtornos neurológicos infantis.

Costa (2015) analisou o conhecimento dos adolescentes sobre a importância das redes de apoio à saúde, revelando dificuldades como a falta de acesso a serviços próximos e a escassez de profissionais capacitados. Além do suporte profissional, destacou-se o papel das famílias e das escolas na promoção de cuidados e orientações em saúde. Os participantes sugeriram ampliar o acesso e o vínculo com serviços oferecidos nas escolas, apontando que a ausência de redes de apoio os torna mais vulneráveis a riscos psicossociais e comportamentos violentos. Também relataram que muitos profissionais escolares não identificam sinais de violência, evidenciando a necessidade de espaços de escuta e acolhimento.

Tanto Batista *et al.* (2021) quanto Costa (2015) ressaltam que uma rede de apoio sólida, composta por família, escola e serviços de saúde, é essencial para o bem-estar físico e emocional dos adolescentes. As fragilidades percebidas nessas redes, especialmente a falta de integração entre os diferentes setores, contribuem para sentimentos de isolamento e dificuldades no enfrentamento de desafios emocionais e sociais.

Sob a perspectiva de Masten (2001), vínculos afetivos consistentes e contextos de apoio favorecem o desenvolvimento

da resiliência, entendida como a capacidade de adaptação positiva diante das adversidades. Assim, reforça-se a importância de políticas públicas e ações interdisciplinares que integrem escola, família e saúde, promovendo um cuidado mais eficaz e humanizado ao adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito analisar, de forma sistemática e contextualizada, a influência do apoio e da estrutura familiar no desenvolvimento do adolescente. A revisão realizada evidenciou que o ambiente familiar representa um espaço fundamental de formação identitária, construção de valores e socialização, exercendo influência direta sobre os aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais nessa etapa da vida. Os resultados indicam que relações familiares pautadas no afeto, na comunicação aberta e na presença ativa dos responsáveis favorecem uma trajetória mais equilibrada e saudável.

O apoio familiar, entendido como o conjunto de ações e atitudes que promovem segurança emocional, pertencimento e incentivo à autonomia, mostrou-se um fator protetivo essencial diante dos desafios típicos da adolescência. Em contrapartida, contextos de negligência, conflito ou desestruturação comunicativa tendem a fragilizar o desenvolvimento psicossocial, potencializando comportamentos de risco e dificuldades de adaptação.

As publicações analisadas revelam lacunas significativas na literatura, especialmente no que se refere a estudos empíricos que abordem o apoio parental em diferentes contextos culturais e econômicos, ou que avaliem práticas de intervenção voltadas à promoção de vínculos familiares saudáveis. Assim, recomenda-se que futuras

pesquisas ampliem esse olhar, integrando dimensões interdisciplinares e considerando os espaços escolares e comunitários como ambientes privilegiados para o fortalecimento das relações familiares.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. Conflitos familiares e sua influência no comportamento dos adolescentes. **Blog SciELO Humanas**, 2023. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org>. Acesso em: 19 mar. 2026.

COSTA, R. F. *et al.* Adolescent support networks in a health care context: the interface between health, family and education. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n. 5, p. 741-747, out. 2015.

DIAS, V. C. *et al.* Adolescentes na rede: riscos ou ritos de passagem? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 39, e179048, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003179048>.

COSTA, L. C. R. *et al.* Non-suicidal self-injury experiences for adolescents who self-injured: contributions of Winnicott's psychoanalytic theory. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 30, e20190382, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0382>.

DRUMMOND, M.; DRUMMOND FILHO, H. **Drogas: a busca de respostas**. São Paulo: Loyola, 1998.

FERREIRA, C. S.; ANDRADE, F. B. Tendência de atitudes extremas em relação ao peso em adolescentes e sua relação com suporte familiar e imagem corporal. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1599-1606, maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.12342018>.

LIMA, L. V. L.; PAVINATI, G. Adolescência e o papel da família. **Revista Brasileira de Psicologia**, [S. l.], v. [não informado], n. [não informado], p. [não informado], 1999.

LOPES, P. F. *et al.* Experiences of families of adolescents with gender incongruence in the light of the Calgary Models for Families. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 56, e20220027, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0027en>.

MARANHÃO, T. A.; GOMES, K. R. O.; OLIVEIRA, D. C. Relações conjugais e familiares de adolescentes após o término da gestação. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 371-377, 2012.

MASTEN, A. S. Ordinary magic: resilience processes in development. **American Psychologist**, Washington, DC, v. 56, n. 3, p. 227-238, mar. 2001.

NEPOMUCENO, R. F.; WITTER, G. P. Influência da família na decisão profissional: opinião de adolescentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 15-22, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, M. A. S. *et al.* Implicações para homens do afastamento do(a) filho(a) devido medida protetiva de urgência. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE03427, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022A003427>.

PIRES, C. G.; RIBEIRO, C. V. Memória e nascimento na psicanálise de Winnicott. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 28, e292028, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-44142025012028>.

RAMOS, A. E. *et al.* Factors associated with extreme weight loss behaviors among adolescents of Northeastern Brazil: a hierarchical approach. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 2677-2688, set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.16682022>.

SIQUEIRA, A. C. *et al.* Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 15, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2010.

SANTOS, J. D. F. L. *et al.* Psychological repercussions on children and adolescents after paternal estrangement due to conjugal violence: maternal narratives. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 32, e20220343, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0343en>.

STEFANINI, J. R. *et al.* Adolescents with attention deficit hyperactivity disorder and exposure to violence: parents' opinion. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 6, p. 1090-1096, nov./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0231.2654>.

WEISSHEIMER, G. *et al.* Family management and socioeconomic situation of children and adolescents with neurological disorders. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 73, n. 4, e20190042, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0042>.

15

*Samille Helena Pereira
Maria Clara de Souza Braga
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira*

REVISÃO DE LITERATURA:

**ESTRESSE NA ESCOLA E DIFICULDADE
DE APRENDIZAGEM EM ADOLESCENTES**

INTRODUÇÃO

O estresse caracteriza-se como uma situação de tensão aguda ou crônica que afeta o comportamento físico e o estado mental de um indivíduo. Embora seja essencial em situações de risco, atuando como mecanismo de defesa do organismo diante de circunstâncias adversas, o estresse pode tornar-se prejudicial quando se manifesta com elevada frequência e intensidade. Nessas condições, pode ultrapassar os limites considerados normais, evoluir para um quadro crônico e promover diversos prejuízos psicológicos, afetando múltiplas áreas da vida do sujeito. Ressalta-se que indivíduos mais jovens costumam apresentar níveis de estresse mais elevados do que os mais velhos (Paiva; Assunção; Fava, 2023).

Nesse contexto, a adolescência configura-se como uma fase única de transição, marcada por inúmeras mudanças emocionais, cognitivas e fisiológicas, na qual o estresse emerge como um componente intrínseco e se manifesta por meio de reações corporais a estímulos que perturbam o equilíbrio, desencadeando respostas hormonais e comportamentais (Silva *et al.*, 2019).

Um dos prejuízos decorrentes do estresse é a dificuldade de aprendizagem. No âmbito escolar, o estresse pode se manifestar como um desafio persistente para a aquisição e a aplicação de habilidades acadêmicas, abrangendo áreas como leitura, escrita ou cálculos. Quando associada ao estresse, essa dificuldade pode criar um ciclo prejudicial, no qual as próprias dificuldades acadêmicas amplificam os obstáculos à aprendizagem (Silva; Santos, 2020).

De acordo com Lipp (2015), a relação entre estresse e dificuldade de aprendizagem é complexa e multifacetada, envolvendo não apenas fatores individuais dos alunos, mas também as influências do ambiente escolar, da família e da sociedade como um todo. Nessa perspectiva, pais e professores desempenham papéis fundamentais

na vida dos estudantes, uma vez que devem fornecer suporte emocional, orientação acadêmica e expectativas em relação ao sucesso escolar. No entanto, a pressão exercida por esses agentes pode contribuir para o aumento do estresse nos alunos, originando um ciclo de ansiedade que dificulta ainda mais o processo de aprendizagem. Esse cenário pode resultar em evasão escolar e na formação de adultos frustrados e ansiosos. O objetivo do presente relatório é, portanto, analisar as influências do estresse no processo de aprendizagem dos estudantes.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como um relatório de natureza básica, que visa à produção de conhecimento para a compreensão de um fenômeno (Gil, 2021), e possui objetivo exploratório de avaliar as influências do estresse no processo de aprendizagem dos estudantes (Lakatos; Marconi, 2017). De caráter quantitativo, a pesquisa coleta e analisa dados de estudos previamente publicados, a fim de obter conclusões mais robustas (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Adota-se, como método de pesquisa, a análise bibliográfica embasada na revisão sistemática da literatura, avaliando e sintetizando as evidências disponíveis relacionadas ao tema selecionado (Higgins; Green, 2011).

Para o desenvolvimento deste relatório, foi utilizada a base de dados eletrônicos SciELO. Foram empregados os seguintes descritores, combinados pelo operador booleano "AND": "Dificuldade de aprendizagem", "Estresse" AND "Escola", "Aprendizagem" AND "Adolescente". A investigação ocorreu no ano de 2024, entre os meses de maio e outubro. Para a obtenção dos resultados, foram aplicados critérios específicos de inclusão e exclusão.

Definiram-se como critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos cinco anos (2019-2024), que abordassem a influência do estresse na aprendizagem dos estudantes (adequados ao tema) e que estivessem disponíveis em português. Os critérios de exclusão compreenderam artigos em línguas estrangeiras, revisões de literatura e estudos de campo. Durante a análise, os artigos foram examinados detalhadamente para que se observasse sua relação com os objetivos deste trabalho, destacando-se as perspectivas de cada autor sobre o tema.

Ademais, durante a análise, os artigos foram categorizados de acordo com os diferentes aspectos do estresse que impactam a aprendizagem dos estudantes, tais como os efeitos psicológicos, físicos e cognitivos. Avaliou-se também a metodologia utilizada em cada estudo para determinar sua robustez e relevância para o trabalho. A partir dessa análise, buscou-se identificar padrões, lacunas e tendências na literatura sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho consiste em uma revisão sistemática da literatura acerca do estresse no ambiente escolar e das dificuldades de aprendizagem em adolescentes. Na base de dados SciELO, com a aplicação dos descritores supracitados, foram localizados 8.160 artigos, os quais foram filtrados a partir dos critérios de data, idioma e identificação com o tema proposto. Para a análise desse material, fez-se necessária uma nova filtragem.

Desse modo, foram avaliados os resumos e os resultados de cada artigo, a fim de verificar se a publicação estava alinhada ao objetivo do estudo. Dessa base de dados, foram selecionados 10 artigos para o presente estudo, considerando-se os critérios de inclusão e exclusão, conforme explicitado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Dados sobre os artigos selecionados

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS
SILVA, R. M. C. <i>et al.</i> Recursos do ambiente familiar e desempenho escolar: análise de fatores associados em adolescentes do ensino fundamental. CoDAS , v. 34, n. 2, e20210058, 2022. Epub em: 05 jan. 2022.	Verificar a associação entre recursos do ambiente familiar, aspectos sociodemográficos e desempenho escolar de estudantes do Ensino Fundamental.
PUCCINELLI, M. F.; MARQUES, F. M.; LOPES, R. C. S. Telas na infância: postagens de especialistas em grupos de cuidadores no Facebook. Psicologia: Ciência e Profissão , v. 43, e253741, 2023. Epub em: 10 jul. 2023.	Compreender como o uso de telas na infância vem sendo abordado por especialistas em grupos de mães e pais no Facebook e conhecer as informações a que eles têm acesso, em função do caráter potencialmente intrusivo de orientações e recomendações de especialistas na vida das crianças e seus cuidadores, comumente naturalizadas nesses espaços virtuais.
COSTA, M. P. S. <i>et al.</i> Inatividade física e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em adolescentes estudantes. Acta Paulista de Enfermagem , v. 34, eAPE03364, 2021. Epub em: 26 nov. 2021.	Comparar a prática de atividade física habitual e sintomas de depressão, ansiedade e estresse entre estudantes adolescentes de escolas públicas de tempo integral e parcial.
JESUS, L. C. de; BRAGA, C. B. S.; MORAES, L. G.; ALVES, L. M.; REIS, V. O. M. <i>et al.</i> Recursos do ambiente familiar e desempenho de leitura em adolescentes. Psicologia Escolar e Educacional , v. 26, e232253, 2022.	Verificar a associação entre os recursos do ambiente familiar e a leitura de adolescentes.
MAGALHÃES ANDRADE, J.; GOMES, C. A. V. Saúde e queixa escolar: registros de conserv(ação) na conduta de psicólogos. Psicologia em Estudo , v. 28, 2022.	Identificar, com base na Psicologia Histórico-Cultural, de que forma as práticas contemporâneas da psicologia na saúde explicitam a concepção dos profissionais ante os encaminhamentos e a função da escola para a constituição da subjetividade.
ROSA, A. R.; FERNANDES, G. N. A.; LEMOS, S. M. A. Desempenho escolar e comportamentos sociais em adolescentes. Audiology - Communication Research , v. 25, e2287, 2020.	Analisar a associação entre o desempenho escolar, idade, gênero, classificação econômica e comportamentos sociais - capacidades e dificuldades - de acordo com o instrumento Questionário de Capacidades e Dificuldades - SDQ-Por (Strengths and Difficulties Questionnaire - SDQ), de estudantes matriculados no ensino fundamental.

ROSSI, E. R. Inovações educacionais no tempo presente e rupturas no paradigma moderno: uma análise das pesquisas educacionais da Universidade de Genebra. Educ. Rev. , v. 37, e78885, 2021.	Apresentar inovações no campo do trabalho escolar e da formação de professores a partir da produção e da experiência de pesquisadores do Laboratoire de Recherche Innovation, Formation, Éducation (LIFE) da Universidade de Genebra na Suíça.
RODRIGUES, M. D. S.; ROCHA, P. B. C.; ARARIPE, P. F.; ROCHA, H. A. L. <i>et al.</i> Transtorno de ansiedade social no contexto da aprendizagem baseada em problemas. Rev. Bras. Educ. Méd. , v. 43, n. 1, p. 65–71, 2019.	Investigar os sintomas de transtorno de ansiedade social (TAS) entre os estudantes de instituições que adotam o método de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).
OLIVEIRA, M. C. M. S. de.; LEITE, I. D. C.; COELHO, M. T. B. F. O papel do psicólogo escolar segundo professores: uma abordagem bioecológica. Psicol. Esc. Educ. , v. 28, p. e232075, 2024.	Compreender, a partir da abordagem bioecológica, o papel do psicólogo escolar segundo a perspectiva de professores da educação infantil e do ensino fundamental de uma escola particular na cidade do Recife (PE).
SANTOS, A. L. M. dos.; ELIAS, L. C. S. Professores de adolescentes em conflito com a lei: recursos, dificuldades e percepções. Psicologia Escolar e Educacional , v. 28, p. e262930, 2024.	Caracterizar os recursos e as dificuldades relatadas por professores quanto ao processo de ensino-aprendizagem de adolescentes em liberdade assistida.

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

O estudo de Silva *et al.* (2022) examina a associação entre os recursos do ambiente familiar, fatores sociodemográficos e o desempenho escolar de adolescentes do Ensino Fundamental. A pesquisa revelou que a educação dos pais, especialmente quando o chefe de família possui ensino superior completo, está associada a melhores resultados acadêmicos. Além disso, foi observada uma correlação positiva entre a interação entre pais e filhos, a ligação família-escola e os processos proximais, que envolvem atividades como passeios, leituras e brincadeiras.

De forma similar, a pesquisa de Bradley e Corwyn (2002) investiga como fatores sociodemográficos e recursos do ambiente familiar influenciam o desenvolvimento infantil. Os autores sugerem que o status socioeconômico, incluindo o nível educacional dos pais,

afeta diretamente o ambiente doméstico e, por consequência, o desempenho escolar dos filhos.

O estudo de Puccinelli, Marques e Lopes (2023), por sua vez, analisa as postagens de especialistas em grupos de cuidadores no Facebook sobre o uso de telas, com o objetivo de evidenciar o crescente uso das mídias sociais como fonte de orientação parental. Os autores destacam, ainda, a importância do papel dos especialistas em fornecer informações baseadas em evidências, especialmente em um contexto em que o uso de telas é uma preocupação crescente para o desenvolvimento cognitivo e social.

Costa *et al.* (2021), em estudo publicado na Acta Paulista de Enfermagem, investigam a relação entre inatividade física e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em adolescentes estudantes. Os resultados apontam que a falta de atividade física entre jovens pode estar fortemente associada ao aumento de problemas de saúde mental. Destaca-se, portanto, a importância de práticas regulares de exercícios físicos para a promoção do bem-estar psicológico durante a adolescência, fase crítica do desenvolvimento.

De modo análogo, Lubans, Plotnikoff e Lubans (2012) exploram a relação entre a atividade física e o bem-estar psicológico em adolescentes, evidenciando que a prática regular de exercícios pode reduzir os sintomas de depressão e ansiedade. Assim como Costa *et al.* (2021), esses autores sugerem que intervenções escolares voltadas à promoção da atividade física são fundamentais para a saúde mental de adolescentes, sendo essencial a integração entre as saúdes física e mental para o enfrentamento do estilo de vida sedentário.

Seguindo essa linha de investigação, Magalhães e Gomes (2022) abordam a relação entre saúde e queixas escolares, explorando as práticas de atuação dos psicólogos. Os autores discutem a importância de intervenções que considerem tanto os aspectos individuais quanto os contextos sociais e institucionais, ampliando o debate

acerca da interface entre saúde mental e educação. Dessa maneira, evidencia-se a complexidade das queixas escolares e a necessidade de abordagens integradas para apoiar o desenvolvimento dos alunos.

Em sua pesquisa, Weare e Nind (2011) discutem a importância de intervenções integradas para a promoção do bem-estar mental nas escolas, sugerindo que a colaboração entre professores e psicólogos pode melhorar tanto a saúde mental quanto o desempenho acadêmico dos alunos. Assim como Magalhães e Gomes (2022), os autores defendem que intervenções que consideram o contexto social e emocional dos estudantes são fundamentais para abordar queixas escolares de forma eficaz.

Ainda no que tange ao desempenho escolar, Rosa, Fernandes e Lemos (2020) examinam a relação entre o desempenho escolar e os comportamentos sociais em adolescentes. Os pesquisadores destacam que o rendimento acadêmico pode estar diretamente ligado às habilidades de interação social dos estudantes. Nesse sentido, enfatiza-se a importância de considerar os aspectos sociais no ambiente educacional, sugerindo-se que o comportamento dos adolescentes pode influenciar suas experiências de aprendizagem.

Em meio a um cenário de transformações educacionais, Rossi (2021) investiga as inovações contemporâneas e as rupturas no paradigma moderno. A pesquisa discute como as práticas educacionais atuais estão se afastando dos modelos tradicionais de ensino e propõe novas abordagens que respondem às demandas do tempo presente. Essa análise contribui, portanto, para a compreensão das tendências emergentes na educação e de seu impacto no futuro da prática educacional.

De igual modo, Wentzel e Muenks (2016) investigam a relação entre habilidades sociais e sucesso acadêmico, mostrando que o comportamento pró-social, como cooperação e respeito, está positivamente associado ao desempenho escolar. Segundo os autores, e como também sugerem Rosa, Fernandes e Lemos (2020), as interações

sociais positivas entre alunos são essenciais para um ambiente de aprendizado produtivo e para o desenvolvimento acadêmico.

Por outro lado, Zhao *et al.* (2019) abordam a transformação digital nas práticas educacionais e como a inovação tecnológica tem modificado os métodos tradicionais de ensino. Para os autores, as tecnologias educacionais, quando bem implementadas, podem não apenas melhorar a aprendizagem, mas também criar novas oportunidades para o desenvolvimento de competências para o século XXI, alinhando-se à perspectiva de Rossi (2021) sobre a necessidade de inovações educacionais que rompam com o paradigma tradicional.

Rodrigues *et al.* (2019), por sua vez, investigam como a ansiedade social impacta a aprendizagem em ambientes educacionais que adotam a metodologia de aprendizagem baseada em problemas (ABP). Os autores destacam que estudantes com transtorno de ansiedade social frequentemente enfrentam desafios significativos na participação ativa e na interação com colegas. Os resultados sugerem, assim, a necessidade de estratégias de apoio e intervenções específicas para a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo.

Complementando essa discussão, Oliveira, Leite e Coelho (2024) exploram a percepção de professores sobre o papel do psicólogo escolar. De acordo com os docentes, esse profissional desempenha uma função fundamental na mediação, oferecendo suporte emocional e pedagógico. Desse modo, o estudo contribui para a compreensão da atuação do psicólogo em um contexto ampliado, reforçando a necessidade de intervenções que considerem as interações entre os diferentes ambientes que afetam o desenvolvimento educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade das influências, diretas ou indiretas, que podem acarretar prejuízos na vida do adolescente, as dificuldades de aprendizagem também podem manifestar-se e estar relacionadas a diversos fatores, como a dinâmica familiar e o próprio ambiente escolar.

A partir do que foi apresentado, ressalta-se que a presença e o envolvimento dos pais são elementos valiosos e indispensáveis para o processo de aprendizagem dos estudantes. Alunos que vivem em lares com maior disponibilidade de recursos culturais, como livros e acesso a atividades extracurriculares, tendem a apresentar melhores resultados escolares e a enfrentar menos dificuldades de aprendizagem. Outrossim, o nível socioeconômico e a interação entre pais e filhos são fatores que influenciam direta e indiretamente a aprendizagem.

Ademais, o desenvolvimento educacional e psicológico dos adolescentes é fortemente influenciado por uma rede de fatores que abrangem o ambiente familiar, a escola e o contexto social no qual estão inseridos. As interações nesses contextos, bem como a participação ativa em atividades em grupo, mostram-se de suma importância para o desempenho acadêmico desses estudantes.

O objetivo do trabalho foi plenamente alcançado, uma vez que se estabeleceu um panorama abrangente das influências do ambiente familiar, dos fatores sociodemográficos e de outros elementos contextuais no desempenho acadêmico. A comparação entre os diversos estudos evidenciou que fatores como a educação dos pais, a interação familiar, a prática de atividade física, a saúde mental e a mediação digital desempenham papéis importantes no sucesso escolar. Além disso, o trabalho destacou a importância de intervenções integradas entre escola, família e especialistas, reforçando

a necessidade de abordagens multidimensionais para o desenvolvimento educacional e social dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mariana Magalhães; GOMES, Adriana Valderramas. Queixas escolares e saúde: um estudo sobre as práticas dos psicólogos escolares. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 26, p. 231-245, 2022.
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro Alves; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011.
- BRADLEY, Robert H.; CORWYN, Robert F. Socioeconomic status and child development. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 53, p. 371-399, 2002.
- COSTA, Marcos Paulo da Silva *et al.* Inatividade física e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em adolescentes estudantes. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 34, eAPE03364, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021A003364>.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- HIGGINS, Julian P. T.; GREEN, Sally (org.). **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions**. [S. l.]: Wiley Online Library, 2011.
- JESUS, Laísa Camila de *et al.* Recursos do ambiente familiar e desempenho de leitura em adolescentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 26, e232253, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392022232253>.
- LIPP, Marilda E. Novaes. **O stress está dentro de você**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- ANDRADE, Jéssica Magalhães; GOMES, Cláudia Aparecida Valderramas. Saúde e queixa escolar: registros de conserv(ação) na conduta de psicólogos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 28, e53151, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.53151>.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

LUBANS, David R.; PLOTNIKOFF, Ronald C.; LUBANS, Narelle J. A systematic review of the impact of physical activity programs on social and emotional well-being in adolescents. **Journal of Adolescent Health**, New York, v. 51, n. 3, p. 298-305, set. 2012.

OLIVEIRA, Maria Carolina Monteiro Siqueira de; LEITE, Isabela Dias Chaves; COELHO, Maria Thereza Bandeira Farias. O papel do psicólogo escolar segundo professores: uma abordagem bioecológica. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 28, e232075, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-232075>.

PAIVA, Maria Amélia Barbosa; ASSUNÇÃO, Mariana Ribeiro Silva; FAVA, Silvana Maria Coelho Leite. Stress as risk factor for chronicity: a quantitative approach. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Niterói, v. 22, e20236647, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17665/1676-4285.20236647>.

PUCCINELLI, Marina Felicori; MARQUES, Fernanda Mendes; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Telas na infância: postagens de especialistas em grupos de cuidadores no Facebook. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 43, e253741, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253741>.

RODRIGUES, Mariana Duarte da Silva *et al.* Transtorno de ansiedade social no contexto da aprendizagem baseada em problemas. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 65-71, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180110>.

ROSA, Juliana Martins; FERNANDES, Ana Luísa; LEMOS, Amanda Ribeiro. Relação entre desempenho escolar e comportamento social em adolescentes: uma análise correlacional. **Psicologia e Educação**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 259-273, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2019-2287>.

ROSSI, Ednéia Regina. Inovações educacionais no tempo presente e rupturas no paradigma moderno: uma análise das pesquisas educacionais da Universidade de Genebra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e78885, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.78885>.

SANTOS, Aline Luzia dos; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Professores de adolescentes em conflito com a lei: recursos, dificuldades e percepções. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 28, e262930, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-262930>.

SILVA, Gabriel Vitor; SOARES, Jéssica Borges; SOUSA, Júlia Carvalho; KUSANO, Luana Alves Evangelista. Promoção de saúde mental para adolescentes em uma escola de ensino médio: um relato de experiência. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 11, n. 2, p. 133-148, maio/ago. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000200009. Acesso em: 18 out. 2024.

SILVA, Rebeca Mota Cabral e *et al.* Recursos do ambiente familiar e desempenho escolar: análise de fatores associados em adolescentes do ensino fundamental. **CoDAS**, São Paulo, v. 34, n. 2, e20210058, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20212021058>.

WEARE, Katherine; NIND, Melanie. Mental health promotion and problem prevention in schools: what does the evidence say? **Health Promotion International**, Oxford, v. 26, supl. 1, p. i29-i69, dez. 2011.

WENTZEL, Kathryn R.; MUENKS, Katherine. Social and academic competence in middle school: relation to social support and academic achievement. **Educational Psychology**, London, v. 36, n. 3, p. 293-311, 2016.

ZHAO, Yong; LEI, Jing; YAN, Bo; TAN, Cheng. Transformação digital nas práticas educacionais: explorando inovações e novas abordagens de ensino. **Technology, Pedagogy and Education**, Abingdon, v. 28, n. 2, p. 213-228, 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA E O ORGANIZADOR

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Psicóloga, Doutora e Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Psicologia pela mesma instituição e especialização em Saúde Mental pela Faculdade Integrada de Patos. Atua como professora universitária no Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e supervisão na graduação em Psicologia. É também psicóloga clínica, com atuação na abordagem psicanalítica, e dedica-se à formação de psicólogos, com interesse nas áreas de saúde mental, psicanálise e processos psicossociais.

ORCID: 0000-0002-3031-1892

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1643335937928353>

Ricardo Francisco Sarmiento dos Santos

Graduando em Psicologia e monitor das disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia e Estágio Básico 2 Pesquisa em psicologia no Curso de Psicologia do UNIFSM

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8059688469556324>

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alzira Cristina Neves da Silva

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: alziracristinaan@gmail.com

Amanda Laysse da Silva Feitosa

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: amandalaysse@gmail.com

Amábily Débora Alves Gomes Rodrigues

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: deboraamabily@gmail.com;

20231055051@fsmead.com.br

Amelly Maria Nogueira Dionísio

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: amellynogueira13@gmail.com

Ana Clara da Silva Ramos

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: anaclararamosilva22@gmail.com

Ana Clara de Andrade

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: clara6445@gmail.com;

20231055091@fsmead.com.br

Ana Clara Maciel de Sousa Rodrigues

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: anaclara98775@gmail.com;

20241055070@fsmead.com.br

Ana Lúvia Ribeiro Freitas

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: 20232055007@fsmead.com.br

Aparecida Waleska Pereira Alves

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: aparecidawaleskapereiraalves@gmail.com

Bárbara Emilya Batista de Brito

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: barbara.emilya04@gmail.com;

20232055018@fsmead.com.br

Beatriz Higinio Fernandes

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: fernandesbeatriz741@gmail.com;

20232055012@fsmead.com.br

Edval Macena Anastácio

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: edvalmacena23@gmail.com

Filipe Wesley da Silva

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: f.xr45frte@gmail.com

Flávia Jane Oliveira Bento

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: flaviajane.oliveira@gmail.com

Francisca Amanda Trajano da Silva

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: amandaqh78@gmail.com;

20241055058@fsmead.com.br

Geane da Conceição Araújo

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: geanearaujo021319@gmail.com;

20232055002@fsmead.com.br

Giovanna da Silva Almeida

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: almeidagiovanna462@gmail.com

Jhamala Leite Formiga

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: jhamalaf@gmail.com

Joaquim Hertz Gabriel Filgueira

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: joaquimfilg@outlook.com;

20232055006@fsmead.com.br

João Luis Vieira Gonçalves de Azevedo

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: joaoluisvieira479@gmail.com;

20241055048@fsmead.com.br

José Carlos Tavares Cavalcanti

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM). Monitor da disciplina de Pesquisa em Psicologia.

E-mail: carlos025tavares@gmail.com

Kamila Correia de Sousa

Graduada em Direito pela Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP). Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: kamilacorreia17kc@gmail.com;

20222055004@fsmead.com.br

Lauanda Letícia de Sousa Lacerda

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: lauandalpd@gmail.com;

20231055034@fsmead.com.br

Lavínia Agnes Ribeiro Neri

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: laviniaagnes088@gmail.com

Letícia Tavares Lisboa

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: leticialisboa267@gmail.com;

20241055029@fsmead.com.br

Louise Rolim dos Santos

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: rolimloh@gmail.com

Luan David da Silva Rolim

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: luan1david4@gmail.com

Luan Monteiro Campos

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: luanmntcrps@gmail.com;

20231055023@fsmead.com.br

Luiz Felipe Abrantes Diniz

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: luiz27319@gmail.com

Mahara Soares de Lima

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: maharalima007@gmail.com;

20232055010@fsmead.com.br

Maitê de Oliveira Guilherme

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM) (*Apoio familiar*).

E-mail: maitedeoliverira2006@gmail.com

Maria Clara Alves Dantas

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: claraalvesdantas@gmail.com

Maria Clara da Silva Abrantes

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: malialivrosestudios@gmail.com

Maria Clara de Souza Braga

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: 20231055003@fsmead.com.br

Maria Eduarda Alves de Abrantes

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: abrantesduda145@gmail.com

Maria Eloiza Batista Vieira

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: eloizavieira726@gmail.com;

20231055094@fsmead.com.br

Maria Helena Fernandes de Melo

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: mariahelenafernandesssss@gmail.com;

20231055079@fsmead.com.br

Maria Kelly Cardoso Araújo

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: maria.kelly.cardoso@gmail.com

Maria Luiza Bezerra Felix

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM) (*Monitora*),

E-mail: bezerrafelixmarialuiza@gmail.com

Maria Nayara Veríssimo Barrozo

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: marianayarav@gmail.com;

20231055061@fsmead.com.br

Maria Thays Gonçalves do Nascimento

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: thaysnascimento48764@gmail.com;

20231055093@fsmead.com.br

Maria Yasmim Duarte Lopes

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: yasmimwer20@gmail.com;

20232055022@gmail.com

Marianny de Oliveira Santos

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM) (*Apoio familiar*),

E-mail: 20241055052@fsmead.com.br

Mayara Kelly Gonçalves Alves

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mails: kellymayara083@gmail.com;

20231055082@fsmead.com.br

Micaely Soares Correia

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: micaelysoares155@gmail.com

Milena Lopes de Abrantes

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM),

E-mail: milenalopes20abrantes@gmail.com

Neuma Camilly Mariano Estrela de Oliveira

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: neumacamilly995@gmail.com;

20232055004@fsmead.com.br

Nicolle Casimiro Sarmiento

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: nicollecasimirsar@gmail.com;

20231055048@fsmead.com.br

Quintino Gadelha de Abrantes

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: netoquintino255@gmail.com;

20232055011@fsmead.com.br

Renato Renner Alves Rodrigues

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: renatorenner25@gmail.com

Samille Helena Pereira

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: sammy.justme2005@gmail.com

Samantha Josefa de Sena Oliveira

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: sahsenaoliveira@gmail.com

Sara Silva Campos

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: sarasilva203231@gmail.com

Stefannya Lins Dias

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: stefannyalinsdias705@gmail.com

Tainara Evilly Gonzaga da Silva

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: tainaraevilly.g@gmail.com;

20231055042@fsmead.com.br

Tatilene Moreno da Silva

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: tatilenemoreno@gmail.com

Thiago Lacerda Sarmento

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: lacerdathiagolacerda5@gmail.com

Tiago Braga de Lima

Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: tiagobraga.bragat@gmail.com;

20232055005@fsmead.com.br

Verianne Pinheiro Monteiro

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: veryanne.bs@gmail.com;

20241055070@fsmead.com.br

Victória Bezerra Saturnino Ferreira

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mail: victoriasaturnino6@gmail.com

Wesla de Oliveira Lima Rodrigues

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: weslailima24@hotmail.com; 20231055006@fsmead.com.br

Willianny Tavares de Almeida

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM).

E-mails: williannyalmeida1@gmail.com;

20231055014@fsmead.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

abuso sexual 167, 174, 176, 177, 178, 182, 183, 190, 192, 196, 198, 199, 200

acesso à justiça 41, 44

acompanhamento terapêutico 29

adoecimento 16, 30, 104, 105, 111, 112, 114, 116, 137, 138, 142, 146, 211, 225

adolescência 159, 164, 166, 189, 193, 197, 203, 209, 219, 238, 240, 247, 248, 250, 254, 259

aleitamento 23, 26, 93, 96, 97, 99

Alienação parental 169, 174, 176, 183

ambiente escolar 32, 176, 180, 254, 256, 262

ansiedade 22, 24, 32, 34, 56, 70, 89, 90, 93, 96, 98, 99, 101, 104, 111, 113, 114, 115, 116, 128, 130, 131, 132, 171, 179, 197, 243, 246, 247, 255, 257, 258, 259, 261, 263, 264

apoio familiar 26, 74, 78, 79, 81, 95, 146, 239, 240, 241, 242, 247, 250

aprendizagem 19, 74, 163, 180, 200, 225, 230, 231, 234, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262, 264

assistência à saúde 92, 93, 95, 98, 142, 143, 146

assistência psicológica 83, 195

atendimento psicológico 80, 111, 191, 203

autismo 22, 23, 24, 26, 28, 35

autocuidado 24, 25, 29, 31, 32

avaliação psicológica 34, 174, 183

C

Comunicação Suplementar e Alternativa 23

conflitos familiares 25, 31, 158, 165

crianças atípicas 19, 34

crianças com TEA 22, 23, 28, 29, 32

crise sanitária 43, 50, 52

cuidado materno 76

cuidadores 22, 30, 65, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 196, 257, 259, 264

D

deficiência 19, 35, 46, 223, 226

depressão 25, 32, 34, 56, 80, 83, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 104, 109, 111, 113, 115, 116, 128, 146, 180, 197, 246, 247, 257, 259, 263

desenvolvimento cognitivo 195, 259

desenvolvimento infantil 100, 169, 170, 181, 182, 196, 258

desigualdade de gênero 60, 194, 197

diagnóstico 22, 24, 25, 26, 29, 33, 53, 94, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 174, 189, 208, 242

E

educação 19, 40, 64, 153, 189, 194, 196, 210, 220, 228, 231, 233, 234, 235, 241, 248, 258, 260, 262

ensino remoto 23, 28

estresse materno 97, 98

exclusão social 37, 132, 210, 230, 246

F

feminicídio 46, 47

G

garantia de direitos 30, 31, 145, 208

gestação 20, 34, 70, 74, 76, 77, 79, 81, 84, 93, 94, 96, 97, 98, 102, 241, 244, 252

H

habilidades sociais 260

I

identificação precoce 26, 89, 98, 100, 104, 194, 198

igualdade de gênero 37, 46

inclusão escolar 30, 34

infância 16, 83, 134, 152, 155, 156, 159, 164, 166, 177, 189, 193, 197, 200, 203, 217, 238, 247, 257, 264

interação social 27, 125, 127, 260

isolamento social 37, 38, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 128,
131, 132, 225, 231

J

judicialização 158, 162, 174, 177, 178

L

literatura científica 20, 22, 33, 72, 107, 121, 171, 176, 181, 190

luto gestacional 70, 71, 72, 75, 79, 81, 82, 83

M

mães de autistas 20, 21, 22, 33

maternidade 16, 19, 24, 25, 30, 31, 33, 35, 74, 82, 83, 88, 92, 94,
99, 101, 144, 150, 244, 245

maternidade atípica 19, 25, 30, 31, 33

medidas socioeducativas 154, 163, 165, 166, 203, 205, 206,
207, 208, 209, 211, 213, 214, 215, 216, 217

mercado de trabalho 30, 48, 219, 223, 226, 227, 233

N

negligência 82, 90, 162, 190, 191, 193, 196, 197, 199, 219, 231,
232, 238, 250

neurodesenvolvimento 33

P

pandemia 23, 24, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45,
46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 125, 128, 142,
146, 150, 151, 192

papel do psicólogo 99, 105, 143, 154, 166, 179, 180, 202, 208,
258, 261, 264

pesquisa bibliográfica 21, 38, 90, 138, 154, 217

pesquisa qualitativa 20, 53, 67, 122, 175

pós-parto 80, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97,
98, 99, 100, 102, 245

preconceito 30, 137, 227, 242, 247

prevenção 46, 47, 51, 58, 59, 64, 77, 95, 113, 133, 188, 194, 195,
196, 219, 232, 239, 241, 242, 246

profissionais da saúde 60, 84, 103, 107, 189, 243

projeto de vida 204, 207, 212, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 225,
228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236

Psicologia jurídica 152, 155, 167

Psico-oncologia 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115,
116, 117, 118, 119

Q

qualidade de vida 19, 30, 104, 106, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117,
118, 122, 125, 127, 128, 131, 133

R

rede de apoio 24, 28, 29, 31, 32, 69, 79, 89, 99, 105, 113, 114, 161,
219, 242, 243, 249

rede de serviços 22

reintegração social 147, 148, 149, 213

revisão da literatura 20, 22, 92, 95, 169, 190

S

saúde mental 16, 28, 32, 37, 43, 56, 57, 61, 64, 67, 69, 77, 78,
81, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100,
101, 103, 104, 107, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 120,
121, 122, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135,
136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147,
148, 149, 150, 151, 180, 197, 246, 259, 260, 262,
265, 266

saúde pública 33, 62, 66, 101, 142, 175, 190

seletividade alimentar 23, 26, 27, 32, 33

serviços terapêuticos 24, 29

Sistema prisional 136, 151

sobrecarga emocional 27, 105, 119

socialização 17, 19, 170, 171, 238, 250

suporte psicológico 30, 78, 82, 97, 105, 115, 116, 117, 147

T

Transtorno do Espectro Autista 19, 23, 24, 25, 26, 32

V

vínculos familiares 100, 170, 171, 204, 243, 245, 247, 248, 250

violência contra a mulher 37, 38, 39, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52,
57, 58, 60, 61, 62, 68

violência de gênero 37, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 54, 61, 64

violência doméstica 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52,
53, 60, 68

violência psicológica 40, 44, 45, 178, 190

violência sexual 49, 50, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66,
67, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194,
195, 196, 197, 198, 199, 200, 232

vulnerabilidade social 43, 51, 185, 204, 232, 236, 241, 245

www.PIMENTACULTURAL.com

Psicologia em CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

saúde mental, desenvolvimento
e vulnerabilidades sociais